



PRODUÇÕES ACADÊMICAS EM SERVIÇO SOCIAL:

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES E
EXPERIÊNCIAS DO MACIÇO DE BATURITÉ

ORGANIZADORAS
ANA ROCHELLY SILVA COSTA
DAYANE DA SILVA MOREIRA
PAULA RAQUEL BARBOSA SOUSA
VIVIANE DE ARAÚJO MENEZES



The background of the cover features a light gray line-art illustration of several books and loose sheets of paper scattered across the page. The books are shown in various orientations, some open and some closed, with their pages and covers clearly defined by simple lines. The overall aesthetic is clean and academic.

**PRODUÇÕES ACADÊMICAS
EM SERVIÇO SOCIAL:**
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES E
EXPERIÊNCIAS DO MACIÇO DE BATURITÉ





EDITORA
MACIÇO®

Todos os direitos desta edição
reservados para: Editora Maciço.

Copyright © dos autores. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

Editor-chefe:

Me. Edilson Silva Castro

Projeto Gráfico:

André Macário



Editora-Chefe Adjunta:

Ma. Julyanne Lages de Carvalho Castro

Revisão de texto:

Os Autores

Editor Executivo:

Me. Allysson Barbosa Fernandes

Conselho Editorial

- | | |
|---|---|
| Dr. Christian Moreira de Souza | Dr. Marcio de Carvalho Leal |
| Dr. Daniel de Jesus Pereira | Dr. Marcizo Veimar Cordeiro Viana Filho |
| Dr. Daniel González González | Dr. Marcos Antônio da Silva |
| Dr. Domingos Sávio Farias de Albuquerque Júnior | Dr. Marcos Vinicius de Freitas Reis |
| Dr. Edilmir Cardoso Ribeiro | Dr. Tiago Seixas Themudo |
| Dr. Everaldo dos Santos Mendes | Dr. Tomás Jesús Campoy Aranda |
| Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda | Dr. Wagner Lima Amaral |
| Dr. Fernando Gentil de Souza | Dr. Alanna Oliveira Pereira Carvalho |
| Dr. Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro | Dra. Bruna Germana Nunes Mota |
| Dr. Iago França Lopes | Dra. Clélia Peretti |
| Dr. Joaquim Pedro Ribeiro Vasconcelos | Dra. Hilda Teixeira Souto Santana |
| Dr. José Cláudio Alves de Oliveira | Dra. Ivana Leila Carvalho Fernandes |
| Dr. José Felipe Oliveira da Silva | Dra. Juliana Zantut Nutti |
| Dr. José Régis de Paiva | Dra. Lígia Maria Carvalho Sousa |
| Dr. Manoel Bernardino de Santana Filho | Dra. Romilda Rodrigues do Nascimento |

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Produções acadêmicas em serviço social [livro eletrônico] : diálogos interdisciplinares e experiências do Maciço de Baturité / organizadores Ana Rochelly Silva Costa...[et al.]. -- Baturité, CE : Grupo Educacional Korban, 2026.
PDF

Vários autores.

Outros organizadores: Dayane da Silva Moreira, Paula Raquel Barbosa Sousa, Viviane de Araújo Menezes.

Bibliografia.

ISBN 978-65-83825-08-7

1. Interdisciplinaridade em serviço social 2. Produção científica 3. Serviço social I. Costa, Ana Rochelly Silva. II. Moreira, Dayane da Silva. III. Sousa, Paula Raquel Barbosa. IV. Menezes, Viviane de Araújo.

26-358231.0

0000300202

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço social : Educação 371.202
Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



ORGANIZADORAS



Ana Rochelly Silva Costa

<http://lattes.cnpq.br/4030208571880567>

Dayane da Silva Moreira

<https://lattes.cnpq.br/4770406161608039>

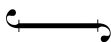
Paula Raquel Barbosa Sousa

<http://lattes.cnpq.br/1338527062204773>

Viviane de Araújo Menezes

<http://lattes.cnpq.br/4102340926096080>

SUMÁRIO



Pág. 09 / Cap. 01

A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Maria Zirlene
Ferreira Duarte

Ana Rochelly
Silva Costa

Pág. 146 / Cap. 07

AS DIFICULDADES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTUDANTE TRABALHADOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MACIÇO DE BATURITÉ - UNIMB

José Marcondes
da Cruz Alexandre

Ana Rochelly
Silva Costa

Pág. 267 / Cap. 12

IMPORTÂNCIA DO CADASTRO ÚNICO NO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS

Maria Augusta
Luz Domingos

Dayane da
Silva Moreira

Pág. 32 / Cap. 02

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DOS E DAS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS

Maria Shelda
Pereira Moraes

Ana Rochelly
Silva Costa

Pág. 176 / Cap. 08

ASSISTENTE SOCIAL E SAÚDE MENTAL: ENFRENTANDO DESAFIOS NO COTIDIANO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Maria Aparecida
Andrade Alves

Dayane da
Silva Moreira

Pág. 289 / Cap. 13

INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA-CE

Francisca Andrea
Fernandes da Costa

Dayane da
Silva Moreira

Pág. 66 / Cap. 03

A INTERVENÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Raimunda Rosiane
Felicio de Souza Cardoso

Ana Rochelly
Silva Costa

Pág. 194 / Cap. 09

BARREIRAS ATITUDINAIS: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DOMINGOS SÁVIO NO MACIÇO DE BATURITÉ

Maria Rosiane
de Sousa Maciel

Maureni Freitas de
Almeida Andrade

Pág. 314 / Cap. 14

OS IMPACTOS SOCIAIS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Ana Cristin
Ferreira da Silva

Dayane da
Silva Moreira

Pág. 87 / Cap. 04

A PERSPECTIVA DE FUTURO DE ADOLESCENTES: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DE PALMÁCIA- CE

Francisca Dayana
de Moura Lino

Dayane da
Silva Moreira

Pág. 220/ Cap. 10

CONVIVÊNCIA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ DE ARATUBA-CE

Alexandre Alan
Lima Barbosa

Paula Raquel
Barbosa Sousa

Pág. 338 / Cap. 15

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF): UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS DAS AÇÕES DO CRAS DE ANTÔNIO DIOGO

Lúcia Maria
Justino da Silva Pereira

Ana Rochelly
Silva Costa

Pág. 106 / Cap. 05

A POLÍTICA DE DIVERSIDADE NO CEARÁ: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A SECRETARIA ESTADUAL DA DIVERSIDADE

Francisco Geraldo
Dantas Araújo

Ana Larisse
Santos Barbosa

Pág. 244 / Cap. 11

DESIGUALDADE DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXOS DA HERANÇA PATRIARCAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Rosiane Lima
Esteves

Viviane de
Araújo Menezes

Pág. 364 / Cap. 16

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DAS CRIANÇAS DE ARATUBA-CE: UMA ABORDAGEM DO SERVIÇO SOCIAL

Samara Nascimento
da Silva

Paula Raquel
Barbosa Sousa

Pág. 129 / Cap. 06

A RELEVÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS NO ÂMBITO ESCOLAR

Renata Pereira
Maciel

Dayane da
Silva Moreira

Pág. 393 / Cap. 17

SERVIÇO SOCIAL E ALZHEIMER: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR DE ARACOIABA-CE

Maria Lucilene de
Albuquerque Pereira

Ana Larisse
Santos Barbosa

APRESENTAÇÃO



É com grande satisfação e, sobretudo, com compromisso acadêmico e político que apresentamos o E-book *Produções Acadêmicas em Serviço Social: Diálogos Interdisciplinares e Experiências do Maciço de Baturité*, primeira coletânea do curso de Serviço Social do Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB). Esta obra materializa um esforço coletivo que articula ensino, pesquisa e extensão, evidenciando a potência da produção acadêmica situada e comprometida com a realidade social.

Mais do que uma reunião de textos, este E-book expressa a pluralidade de olhares que constituem o Serviço Social na contemporaneidade. Os artigos aqui apresentados transitam por temas centrais à profissão como políticas públicas, assistência social, educação, gênero, infância, violência, saúde mental e trabalho profissional, revelando tanto a complexidade das expressões da questão social quanto as estratégias de enfrentamento construídas no cotidiano da intervenção profissional.

A escolha por enfatizar os diálogos interdisciplinares e as experiências do Maciço de Baturité não é fortuita. Trata-se de reconhecer o território como espaço vivo de produção de conhecimento, onde se entrecruzam desigualdades estruturais, resistências coletivas e práticas profissionais comprometidas com a garantia de direitos. Nesse sentido, os estudos aqui reunidos não apenas analisam a realidade, mas também se inscrevem como parte ativa na sua transformação, reafirmando o projeto ético-político do Serviço Social.

Em um cenário marcado pelo aprofundamento das desigualdades sociais, pela precarização das políticas públicas e pelos desafios impostos à formação e ao exercício profissional, torna-se ainda mais necessário fortalecer espaços de reflexão crítica e de socialização do conhecimento. Este E-book, portanto, configura-se como instrumento formativo e político, contribuindo para o amadurecimento intelectual de estudantes, docentes e profissionais, bem como para o fortalecimento de práticas comprometidas com a justiça social.

Cabe destacar que os textos aqui publicados ultrapassam o caráter meramente acadêmico, constituindo-se como produções que articulam teoria e prática, pesquisa e intervenção, reafirmando o papel do Serviço Social na defesa intransigente dos direitos humanos e na construção de uma sociabilidade emancipada.

Aos(às) autores(as), registramos nosso reconhecimento pela dedicação, rigor e sensibilidade na construção deste trabalho. Aos(às) leitores(as), convidamos a uma leitura crítica e reflexiva, na expectativa de que este material contribua para o fortalecimento do pensamento social crítico e das práticas profissionais transformadoras.

Boa leitura!

I A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

**Maria Zirlene
Ferreira Duarte**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité



**Ana Rochelly
Silva Costa**

Mestrado em
Serviço Social

Universidade Estadual
do Ceará

RESUMO



A presente pesquisa tem como objeto de estudo a importância da divulgação e da socialização dos mecanismos de proteção da Lei Maria da Penha no enfrentamento à violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, foi um marco importante nesse enfrentamento no Brasil. O objetivo principal desta pesquisa é avaliar os mecanismos de proteção, a divulgação e a socialização que são fundamentais para o enfrentamento da violência contra a mulher. Tem como hipótese a efetiva divulgação e socialização da Lei Maria da Penha, meios essenciais para sensibilizar a sociedade sobre a gravidade da violência de gênero e promover a reparação dos direitos das vítimas e assim, contribuir para a construção de um ambiente mais seguro e justo para as mulheres. A metodologia aplicada é uma revisão bibliográfica tendo como material de estudo elaborado por outros autores realizada por meio de leituras e análises de dados que interligam as realidades. Conclui-se com a pesquisa que a partir da divulgação da lei, o sistema de proteção a mulher se torna mais rigoroso aumentando assim a eficácia das medidas protetivas em conjunto com a sociedade torna uma socialização mais justa.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha. Violência contra a Mulher. Violência de gênero. Proteção à mulher.

ABSTRACT



This research aims to study the importance of disseminating and socializing the protection mechanisms of the Maria da Penha Law in combating violence against women. The Maria da Penha Law, enacted in 2006, was an important milestone in this fight in Brazil. The main objective of this research is to evaluate the protection mechanisms, dissemination and socialization that are fundamental to combating violence against women. Its hypothesis is the effective dissemination and socialization of the Maria da Penha Law, essential means to raise awareness in society about the seriousness of gender violence and promote the reparation of victims' rights and thus contribute to the construction of a safer and fairer environment for women. The methodology applied is a bibliographic review using study material prepared by other authors, carried out through readings and analyses of data that interconnect realities. The research concludes that since the dissemination of the Law, the system of protection for women has become more rigorous, thus increasing the effectiveness of protective measures in conjunction with society, making socialization fairer.

Keywords: Maria da Penha Law. Violence against women. Gender-based violence. Protection of women.

INTRODUÇÃO



O presente trabalho visa fazer um estudo com foco na importância da divulgação dos mecanismos de proteção no enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil. Para tanto, lançaremos os recursos metodológicos que serão a eficácia da Lei Maria da Penha, Lei de nº 11.340/2006, que depende não apenas de sua promulgação mas, principalmente, de sua ampla divulgação e socialização, capacitando as mulheres a reconhecerem seus direitos e se sentirem empoderadas e agir contra a violência. O enfrentamento eficaz da violência contra a mulher passa pela formação de uma sociedade informada e engajada, capaz de promover a transformação social ao proteger as mulheres.

A realização dessa pesquisa pode contribuir para identificar barreiras que impeçam as mulheres de buscar ajuda, como a falta de conhecimento sobre a lei Maria da Penha, receios de retaliação e desconfianças em muitas instituições.

Dessa forma, a pesquisa não apenas aumenta o entendimento sobre a violência de gênero, mas também fornece ferramentas para que a sociedade e o poder público atuem de maneira mais eficaz no enfrentamento à violência contra a mulher promovendo uma abordagem mais informativa e empática nas áreas da saúde, segurança e assistência social.

Segundo a Secretaria de Políticas para as Mulheres - Presidência da República (SPM) a violência contra as mulheres constitui-se de uma das principais formas de violação dos direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física. A violência contra as mulheres em todas as suas formas (doméstica, psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres, assédio sexual, etc.) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e orientação sexual.

A Política Nacional de Enfrentamento³ à Violência contra as Mulheres (2011) tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as

mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional.

Violência contra a mulher é qualquer ação ou conduta, baseada no gênero que cause, morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público ou no privado (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra Mulher, adotada pela OEA em 1994). O artigo 5º da Lei Maria da Penha manteve esse conceito, ampliando-o e assim definindo violência doméstica: “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.

Segundo as estimativas globais publicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que aproximadamente uma em cada 3 mulheres (35%) em todo o mundo sofreram violência física e/ou sexual por parte do parceiro ou de terceiros durante a vida, o que representa cerca de 736 milhões, um número que permaneceu praticamente inalterado na última década. A OMS alerta que esta violência começa cedo: uma em cada quatro mulheres jovens (de 15 a 24 anos) que estiveram em um relacionamento já terá sofrido violência de seus parceiros por volta dos vinte e poucos anos².

Entre os fatores associados ao aumento do risco de perpetração da violência estão a baixa escolaridade, maltrato infantil ou exposição à violência na família, uso nocivo do álcool, atitudes violentas e desigualdades de gênero, sendo a maior parte dos casos infligida pelos próprios parceiros - globalmente, 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por um parceiro masculino⁵.

De acordo com dados do IBGE (2020), cerca de 1 em cada 3 mulheres brasileiras já sofreu algum tipo de violência física ou sexual ao longo da vida. Portanto é essencial discutir a problemática da violência doméstica não apenas sob uma perspectiva individual, mas também considerando as dimensões sociais, culturais e políticas que contribuem para sua perpetuação.

3 <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>. Acesso em: 03.03.2025

A conscientização pública e a educação são fundamentais para transformar essa realidade.

Essa problemática está enraizada em desigualdades de gênero, normas culturais e sociais que perpetuam a dominação masculina. A invisibilidade desse tema na sociedade muitas vezes resulta na normalização da violência dificultando o reconhecimento do problema e a busca de soluções efetivas.

A Lei Maria da Penha representa um avanço significativo na luta contra a violência doméstica no Brasil, mas ainda há muitos desafios na sua implementação. A falta de recursos adequados para abrigos e serviços de apoio às vítimas, bem como a necessidade de formação contínua para profissionais que atuam no atendimento direto às mulheres agredidas.

Mesmo com os avanços trazidos pela Lei Maria da Penha, e dos esforços de diversas organizações, os índices de violência doméstica continuam alarmantes, é fundamental que as mulheres sejam esclarecidas sobre seus direitos e conheçam sobre as medidas protetivas.

O objetivo geral desta pesquisa é estudar estratégias eficazes de divulgação e socialização dos mecanismos de proteção da Lei Maria da Penha para que a população tenha conhecimentos sobre os impactos que a lei traz nas denúncias de violência sofrida pelas mulheres. E os objetivos específicos que delinham essa pesquisa são: identificar as estratégias de divulgação e informações realizadas pelo poder público para divulgação dos mecanismos de proteção previstos na Lei Maria da Penha; apresentar as principais ações educativas realizadas pelo CREAS; analisar a importância da socialização das informações no enfrentamento a violência contra a mulher.

São muitos os fatores que podem contribuir para as divulgações dos métodos para que as mulheres conheçam a eficácia da Lei Maria da Penha e, nas identificações de barreiras, o poder público unindo-se a sociedade civil através de associações, grupos de jovens de igrejas, nas secretarias de saúde, educação, assistência

4 <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-covid-19>. Acesso em: 10.03.2025

5 <https://portal.fiocruz.br/noticia/violencia-contra-mulheres-no-contexto-da-covid-19>. Acesso em: 10.03.2025

social, e também, através das redes sociais que hoje é uma grande aliada em qualquer divulgação, que possam contribuir criando grupos de apoio para que essas mulheres se socializem e compartilhem suas situações e se sintam-se encorajadas a denunciar tais agressões.

1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA (LEI Nº 11.340/06)

A violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema de extrema complexidade e deve ser tratado como tal, está em um verdadeiro crescimento desordenado para nossa sociedade, é realmente indigno e humilhante que em tempos como os de hoje, após tantos avanços científicos, culturais e morais ainda convivemos com esse tipo de violência que muitas vezes é caracterizado por exploração e de total desproporcionalidade.

Para entendermos de forma clara a criação da Lei Maria da Penha é necessário saber por que a lei tem esse nome. Maria da Penha Fernandes é uma farmacêutica brasileira que, no ano de 1983, sofreu terríveis agressões de seu próprio marido, um professor universitário colombiano, Marco Antônio Heredia Viveros.

No ano de 1983 ela sofreu a primeira tentativa de homicídio, quando foi vítima de um tiro de espingarda nas costas enquanto dormia. Viveros foi encontrado gritando por socorro dizendo que foram assaltados. Como resultado desta ação, Maria da Penha ficou paraplégica.

A segunda tentativa de homicídio contra ela ocorreu alguns meses depois, durante o período de recuperação médica, quando Viveros empurrou Maria da Penha da cadeira de rodas e tentou eletrocutá-la no chuveiro. A investigação do caso iniciou-se em junho do mesmo ano, mas a denúncia só foi apresentada ao Ministério Público Estadual em setembro do ano seguinte e depois de oito anos do primeiro julgamento do crime.

Em 1991, os advogados de Viveros conseguiram anular o julgamento e no ano de 1996, Viveros foi julgado culpado e

condenado há dez anos de reclusão, mas conseguiu recorrer. Depois de quinze anos de pressões internacionais, não havia ainda decisão ao caso, apenas a morosidade da justiça brasileira.

Maria da Penha com ajuda efetiva de ONG's como o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), conseguiu enviar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 1998, que, pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. Viveiro só foi preso em 2002, para cumprir apenas dois anos de prisão.

O processo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de acordo com seu informe nº 54, também condenou o Estado brasileiro em 2001 por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Uma das punições foi a recomendações para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência. E essa recomendação foi um marco para a criação da Lei Maria da Penha, onde um conjunto de entidades reuniram-se para definir um anteprojeto de lei definindo formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e estabelecendo mecanismos para prevenir e reduzir este tipo de violência, como também prestar assistência às vítimas.

Finalmente no ano de 2006, a Lei 11.340/06 entrou em vigor. É evidente que o caso de Maria da Penha não foi uma exceção, mas mostrou ao mundo o lado obscuro da justiça brasileira: a sistemática conivência com crimes de violência doméstica e a falta de instrumentos legais que possibilitem uma ação rápida e punição efetiva desses crimes, bem como a proteção das vítimas.

2 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL)

A Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e

da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

A Lei Maria da Penha representa um marco fundamental na luta contra a violência doméstica e familiar no Brasil. Ela foi criada com o objetivo de oferecer mecanismos efetivos de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade, rompendo com a ideia de que a violência no ambiente familiar seria uma questão de ordem privada. A lei surgiu em um contexto de crescente pressão social e internacional para que o Brasil adote medidas mais eficazes no combate à violência de gênero, sendo considerada uma das legislações mais avançadas do mundo nessa área.

Embora o artigo 1º da lei mencione de forma geral a violência doméstica e familiar, o art. 5º delimita seu campo de aplicação, esclarecendo que configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero. A lei especifica ainda que essa violência deve ocorrer em um dos seguintes contextos: unidade doméstica; âmbito familiar; relação íntima de afeto.

Ainda assim, a persistência de uma cultura machista e de desigualdade de gênero no Brasil continua a representar um obstáculo à plena realização dos objetivos da lei. O papel da sociedade é fundamental para apoiar o Judiciário e promover valores éticos que respeitem a dignidade humana e a igualdade de gênero.

A educação e a disseminação de informações sobre os direitos das mulheres e os mecanismos de proteção disponíveis são essenciais para que, cada vez mais, a Lei Maria da Penha seja uma ferramenta eficaz de mudança social.

Quando falamos em violência contra a mulher, primeiramente pensamos apenas em agressões físicas. No entanto, os tipos de violência praticados contra mulheres não se resumem à agressão que resulta em lesão corporal. A Lei Maria da Penha, cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e discrimina cinco formas de violência, são elas:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; III – a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos; IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

A normalização da violência desde o abuso doméstico até o assédio no trabalho, em espaços públicos e a violência digital, leva a um clima cultural em que mulheres são abusadas e intencionalmente mortas, muitas vezes com impunidade.

Mulheres e meninas estão em maior risco de serem assassinadas em casa, 55% de todos os homicídios de mulheres foram cometidos por parceiros íntimos ou familiares em 2022, enquanto

apenas 12% de todos os homicídios de homens foram cometidos por familiares.

Mulheres na esfera pública, incluindo aquelas na política defensoras dos direitos humanos e jornalistas, são frequentemente alvos de atos intencionais de violência, tanto online quanto offline, alguns dos quais resultam em mortes e assassinatos intencionais. Estudos mostram que entre 16% e 58% das mulheres no mundo experimentam violência de gênero mediada pela tecnologia, e as mulheres mais jovens são especialmente afetadas, sendo Geração Z e as Millennials as mais afetadas. Mulheres em contextos de conflitos, guerras e crises humanitárias são ainda mais vulneráveis – 70% delas sofrem violência de gênero.

Ao menos 37,5% das mulheres brasileiras já sofreram ao menos algum tipo de violência física, sexual ou psicológica cometida por um parceiro íntimo nos últimos doze meses, segundo a quinta edição da pesquisa Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Instituto Datafolha. É a maior prevalência já indicada pelo levantamento, cuja série histórica tem início em 2017. Quando projetado sobre o número total de habitantes do país, o percentual representa 27,6 milhões de mulheres vítimas de violência no período entre fevereiro de 2024 e fevereiro de 2025.

Entre os tipos de violência a que as mulheres são mais comumente submetidas, destaca-se a psicológica. Segundo a pesquisa, 31,4% das entrevistadas relataram ter sofrido insultos, humilhações ou xingamentos nos últimos doze meses que antecederam a coleta de dados para a pesquisa. As agressões físicas por meio de tapas, empurrões ou chutes foram relatadas por 16,9% das entrevistadas.

Empatados em terceiro lugar estão as ameaças de agressão e a perseguição/amedrontamento (stalking) , ambos com 16,1%.

Com os dados aqui divulgados parece evidente que não estamos diante apenas de um crescimento das notificações, motivado pela maior conscientização de meninas e mulheres frente a seus direitos e/ou em relação a práticas violentas no âmbito de

relações íntimas que foram historicamente naturalizadas, mas de fato diante do aumento da prevalência”, diz o estudo.

3 MECANISMOS DE PROTEÇÃO: QUAIS SÃO, COMO ACESSÁ-LOS E QUAIS AS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS DE CADA UM DOS AGENTES PÚBLICOS

As medidas protetivas de urgência (MPUs) previstas pela Lei Maria da Penha são instrumentos legais destinados a proteger a vítima de violência doméstica, impedindo o agressor de se aproximar, manter contato ou praticar qualquer ato que coloque a integridade física e/ou psicológica da mulher em risco. Entre as principais medidas estão: afastamento do domicílio, lar ou local de convivência com a vítima; proibição de aproximação da vítima e de seus familiares; proibição de contato com a vítima, por qualquer meio de comunicação; suspensão ou restrição da posse de armas do agressor.

Embora essas medidas sejam essenciais para garantir a proteção imediata da mulher, sua efetividade na prática é frequentemente limitada devido a uma série de fatores. Uma das principais razões para a ineficácia das medidas protetivas é a falta de fiscalização.⁶

Em cada nível federativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Segurança Pública, a Assistência Social e os órgãos gestores das políticas de Saúde, Educação, Trabalho e Habitação têm responsabilidades específicas para a integração de funções, ações e serviços, visando à efetivação da Lei Maria da Penha e à promoção de programas e políticas educacionais que disseminem o respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de equidade de gênero, raça e etnia.

A sociedade civil também é chamada à responsabilidade no texto desta Lei. Famílias, vizinhos, colegas de trabalho, empresas e organizações não-governamentais são considerados parte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

⁶ <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3043/3340>. Acesso em: 05.03.2025

Conforme previsão do artigo 221 da Constituição Federal (1988), a mídia deve contribuir para a promoção dos direitos humanos das mulheres, o que se faz também coibindo papéis estereotipados que legitimem ou exacerbam a violência doméstica e intrafamiliar.

Para acessar os direitos em uma situação de violência doméstica, é crucial saber como buscar ajuda e proteção como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1- Meios de proteção para pessoas que se encontram em situação de violência doméstica.

Denúncia	Em casos de violência, a denúncia pode ser feita em qualquer delegacia, preferencialmente nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) , ou pelo Disque 180 , que garante anonimato e funciona 24 horas.
Proteção e Assistência	Após a denúncia, é possível solicitar medidas protetivas de urgência , que podem afastar o agressor do lar ou proibi-lo de se aproximar da vítima e dos familiares.
Assistência Jurídica Gratuita	Mulheres em situação de violência podem buscar assistência jurídica gratuita nos Núcleos de Defensoria Pública , que oferecem suporte para o encaminhamento de processos judiciais relacionados à violência doméstica e outras violações de direitos.
Casas de Abrigos	Mulheres vítimas de violência em risco de morte iminente podem se instalar temporariamente em endereços sigilosos. As casas abrigo oferecem atendimento de saúde, encaminhamento para serviços de capacitação para geração de renda e para orientação e acompanhamento jurídico.
Apoio Psicossocial	Além do suporte legal, é importante buscar apoio psicológico e social, disponível em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) .

Fonte: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3043/3340>.

Nas tabelas abaixo apresentamos as atribuições funcionais de cada um dos agentes públicos, e informações sobre como a sociedade civil organizada pode auxiliar jornalistas na produção de material sobre a violência contra as mulheres.

Tabela 2 – Órgãos capacitados a dar informações a pessoas vítimas de violência de gênero.

A Segurança Pública	É função constitucional dos Estados, de forma coordenada com a Política Nacional de Segurança, estabelecida pelo Ministério da Justiça.
A Guarda Municipal	Depende da legislação específica da cidade que regule suas funções, e também pode atuar na fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência.
As Prefeituras	São responsáveis também pela instalação e manutenção, no âmbito municipal, de secretarias, coordenadorias e demais órgãos de gestão de políticas para mulheres.
Os Estados	São responsáveis por políticas de capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, além da instalação de secretarias, coordenadorias e demais órgãos de gestão de políticas para mulheres na respectiva esfera de atuação.
A Polícia Civil	Cabe a responsabilidade pela condução do inquérito: comunicar ao Ministério Público e ao Judiciário se há prisão em flagrante delito ou se a autoridade que conduz o inquérito considera necessário pedir a medida protetiva de urgência ou prisão cautelar.
Ao Ministério de Justiça	Cabe desenvolver políticas para a redução da incidência de atos violentos contra as mulheres, pesquisas, consolidação de dados de atendimento nas delegacias de todo o país.
Ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS)	É de sua responsabilidade assegurar o atendimento e acompanhamento das mulheres que necessitam de políticas de assistência social por meio da disponibilização de equipamentos públicos inerentes à sua área de atuação, desenvolver e aplicar programas de capacitação permanente dos profissionais envolvidos no atendimento a essas mulheres.
A Sec. de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM – PR)	Tem como principal função e objetivo promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação motivada por razões de gênero, raça, orientação sexual, origem ou geração.

Fonte: <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3043/3340>.

O atendimento nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) deve seguir a Norma Técnica de Padronização, editada em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Ministério da Justiça e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNDOC).

No campo específico da violência contra a mulher, é responsável pela gestão e coordenação do programa 'Mulher, viver sem violência, da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Toda mulher vítima de violência doméstica e familiar tem direito à assistência judiciária da Defensoria Pública, independentemente do nível de renda..

Para efetivar o direito da mulher à assistência jurídica com perspectiva de igualdade entre mulheres e homens, as defensorias públicas instituíram os Núcleos Especializados de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM), com o objetivo de apoiar, capacitar e trocar experiências bem-sucedidas entre os defensores especializados ou não.

Além disso, compete-lhe cadastrar os casos, fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar e adotar, de imediato, as medidas administrativas ou judiciais cabíveis no tocante a quaisquer irregularidades constatadas.

Profissionais da rede de assistência social e saúde têm um papel fundamental no enfrentamento à violência contra as mulheres, pois são, geralmente, os primeiros a atender as vítimas deste crime.

É fundamental que esses profissionais sejam capacitados para ouvir a mulher sem pré-julgamentos (a chamada escuta qualificada) e perguntar a ela sobre agressões sem causar-lhe constrangimentos, a fim de por meio da rede de atendimento de saúde/assistência, encaminhar essa mulher conforme a sua necessidade.

Trabalhadores e trabalhadoras da área de saúde devem dedicar especial atenção às mulheres que retornam com frequência acima da média para atendimento, têm queixas de dores não específicas e apresentam sintomas relacionados à depressão e outros transtornos psíquicos. É obrigatório proceder à notificação e ao registro de casos de violência contra a mulher, atendida em estabelecimentos de saúde públicos ou privados (Lei nº 10.778/2003), incluindo qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, também decorrente de discriminação ou desigualdade étnica, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são responsáveis pelo atendimento continuado à mulher e às famílias em situação de vulnerabilidade social, assegurando o acesso a casas abrigo e serviços de proteção à vida; cadastramento da mulher em programas sociais de alimentação, educação, emprego e renda; programas de prevenção à violência e orientação, além do registro de informações.

Os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) atendem mulheres e indivíduos que já vivem em situação de ameaça ou violação de direitos, oferecendo atendimento psicossocial especializado e continuado, além de encaminhamentos para a rede de serviços locais, incluindo educação, saúde e apoio jurídico.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico, buscou-se na leitura, análise e interpretação de material impresso, ampliar os conhecimentos sobre a temática em questão. Portanto pode-se dizer que, a pesquisa bibliográfica envolve dados do passado, ou registros realizados por estudos anteriores que servem como base para o/a pesquisador/a compreender determinado tema ou problema (Gil, 2002).

Para identificação dos estudos acerca do tema já referido, foi realizada uma busca em bases de dados eletrônicos como, Periódicos Capes, Google Acadêmico e Scielo. Foram selecionados (07) artigos, (01) dissertação, (01) tese e (01) Dossiê publicados no período de 2010 a 2024. Os contemplados com o tema da pesquisa foram lidos e em seguida escolhidos aqueles que apresentavam um melhor contexto da temática e do objeto de estudo deste artigo. Como critério de exclusão foram excluídos os que não estavam relacionados com a problemática proposta, e incluídos aqueles que tinham conhecimento científico e trouxeram abordagens temáticas recentes sobre o fenômeno da violência doméstica e contra a mulher.

Para as inclusões, foram levados em consideração os estudos que contribuíssem para uma boa compreensão dentro do objeto de estudo, considerando as informações atuais e que estivessem dentro do tema, como os artigos mais recentes e de maior relevância para o desenvolvimento da pesquisa.

Para as exclusões, buscou-se retirar os artigos que apresentavam potenciais de conflitos e de interesses que pudessem comprometer os objetivos e os resultados da pesquisa. Artigos desatualizados também foram excluídos, bem como aqueles que não abordavam diretamente o tema da pesquisa ou que tratavam de assuntos superficiais, sem um aprofundamento real pertinente à temática apresentada.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos perfis mais afetados indica que mulheres de 25 a 34 anos (43,6%) são as vítimas mais comuns de violência no último ano. A faixa etária de 35 a 44 anos (39,5%) e de 45 a 59 anos (38,2%) aparecem em seguida. Quando o recorte é por raça/cor das vítimas de violência nos últimos doze meses, as mulheres negras são as que mais sofreram no período analisado. A análise revela que 37,2% das mulheres negras relataram ter sofrido violência no último ano, sendo que o índice é ainda maior entre as pretas (41,5%) do que entre as pardas (35,2%). Entre as brancas, o percentual foi de 35,4%.

O levantamento aponta que o principal autor das violências sofridas pelas mulheres nos últimos 12 meses são o cônjuge, o companheiro, o namorado ou o marido (40,0%). Ex-cônjuges, ex-companheiros e ex-namorados foram citados por 26,8% das entrevistadas. A série histórica aponta que a proporção de citação aos parceiros íntimos como autores de agressões duplicou em oito anos, indo de 16% em 2017 para 26,8% neste ano.

Assim como nas pesquisas anteriores, a casa segue sendo o principal local onde ocorrem os atos de violência para significativa parcela da população feminina brasileira.

Para 57%, a própria casa foi o local onde ocorreu a violência mais grave sofrida no último ano, enquanto a rua aparece em 11,6% dos relatos. Outro dado preocupante mostra o nível de convivência da sociedade diante de atos de violência contra mulheres. Entre as entrevistadas, 91,8% disseram ter sofrido violência na presença de terceiros no último ano. Em 47,3% dos casos quem presenciou foram amigos ou conhecidos; em 27%, os filhos; e em 12,4%, outros parentes. Apenas em 7,7% os atos de violência foram testemunhados por pessoas desconhecidas.

Outro fator relevante é a morosidade do sistema judiciário.⁷ O tempo entre a solicitação das medidas protetivas e sua efetivação pode ser longo, colocando as mulheres em situação de risco.

Além disso, a falta de preparo e sensibilização de alguns profissionais do Judiciário resulta na sub valorização das denúncias e no atraso na concessão das MPUs.

A falta de integração entre diferentes políticas públicas é um grande obstáculo à efetividade das medidas protetivas. Embora a Lei Maria da Penha preveja o envolvimento de múltiplas esferas de atuação, como segurança pública, assistência social e saúde, essa articulação muitas vezes falha.

A ausência de um sistema de acolhimento eficaz, que ofereça suporte psicológico, abrigo temporário e auxílio financeiro às vítimas, torna-as mais vulneráveis e suscetíveis a continuar no ciclo de violência.

A inadequada capacitação dos profissionais que lidam com as vítimas de violência doméstica também é um fator importante. Muitas vezes, policiais, juízes e assistentes sociais não estão devidamente preparados para lidar com casos de violência de gênero, o que resulta em um atendimento ineficaz e revitimizante. A falta de sensibilidade dos agentes públicos pode desestimular as mulheres a buscar ajuda e a denunciar seus agressores.

As falhas do sistema de proteção, incluindo o descumprimento reiterado das medidas protetivas e a impunidade dos agressores, levam muitas mulheres a não acreditar na eficácia das MPUs.

A descrença no sistema de justiça, aliada ao medo de represálias por parte dos agressores, faz com que muitas vítimas desistam de buscar proteção, permanecendo em situações de risco.

A ineficácia das medidas protetivas não só coloca em risco a vida das mulheres, como também agrava os impactos psicológicos decorrentes da violência. A sensação de insegurança e abandono institucional aumenta o estresse, a ansiedade e o trauma emocional das vítimas. Muitas mulheres vivem com o constante medo de que seus agressores desrespeitem as ordens judiciais, gerando uma espiral de sofrimento que afeta não apenas a vítima, mas também seus filhos e familiares.

É imprescindível fortalecer os mecanismos de fiscalização das medidas protetivas. A utilização de tecnologias, como tornozeleiras eletrônicas para os agressores e aplicativos de monitoramento para as vítimas, poderia auxiliar na garantia do cumprimento das MPUs.

A criação de varas especializadas na violência doméstica e a capacitação contínua de juizes e promotores podem contribuir para a maior agilidade na concessão das medidas protetivas. É necessário que o Judiciário atue de forma célere e eficaz, evitando a morosidade que coloca a vida das mulheres em risco.

O desenvolvimento de políticas públicas integradas, que articulem os setores de segurança, saúde e assistência social, é fundamental para a criação de uma rede de apoio eficiente. A disponibilização de abrigos temporários e a oferta de programas de qualificação profissional para as vítimas são exemplos de medidas que podem contribuir para o rompimento do ciclo de violência.

Investir na capacitação dos agentes públicos que atuam no atendimento às vítimas de violência doméstica é crucial. A criação de programas de formação continuada, com enfoque em gênero e direitos humanos, contribuirá para que os profissionais atuem com maior sensibilidade e eficiência.

Diante do exposto, em um contexto social e histórico, a Lei Maria da Penha surge em um contexto de crescente reconhecimento da violência contra a mulher como uma questão de direitos humanos.

⁷ <https://revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/3043/3340>. Acesso em: 27.02.2025

As diferenças entre as informações e o crescimento, e um aspecto crucial é a diferença entre ter acesso à informação e realmente compreender os mecanismos de proteção.

A importância da divulgação e socialização dos mecanismos de proteção da Lei Maria da Penha vai muito além do simples ato de informar, envolve uma compreensão crítica das complexidades sociais, culturais e institucionais que cercam a questão da violência contra a mulher no Brasil. Para que realmente essa divulgação seja eficaz, é necessário um esforço integrado que considere as diversas realidades das mulheres e promova mudanças profundas nas estruturas sociais que sustentam essa violência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribui para mostrar que a violência contra a mulher é um problema de questão pública de proporções epidêmicas no Brasil, embora sua magnitude seja em grande parte invisível. Um trabalho de conscientização da natureza histórica da desigualdade de gênero precisa ser implementado desde o início do ensino escolar, já que a desigualdade de gênero contribui para a perpetuação das relações desiguais de poder que acabam por acarretar violência.

É imprescindível que as mulheres reconheçam que as violências que enfrentam em suas casas não são normais, mas abusivas e devem ser denunciadas. O ciclo da violência doméstica, com suas fases bem definidas, mostra a urgência de uma compreensão mais profunda sobre essas dinâmicas, para que possamos atuar de forma efetiva na prevenção e combate à violência. Embora as medidas protetivas de urgência visam oferecer segurança e tranquilidade às vítimas, a realidade mostra que sua aplicação é frequentemente ineficaz. A falta de fiscalização e acompanhamento das condições dos agressores, assim como o suporte necessário às vítimas, são lacunas que comprometem a eficácia das medidas.

Precisamos de políticas públicas que ajudem na eficácia da divulgação sobre a Lei Maria da Penha, transformando uma sociedade mais participativa e trazendo a socialização dessas mulheres

e rompendo com os pensamentos machistas que perpetuam a ideia de posse sobre as mulheres. Assim, este trabalho, ao trazer uma análise crítica sobre a Lei Maria da Penha e as medidas protetivas de urgência, busca contribuir para a discussão e a conscientização sobre a necessidade de um compromisso coletivo na erradicação da violência doméstica, promovendo um futuro onde todas as mulheres possam viver com dignidade e segurança. A mudança começa agora. Cada voz conta. Cada ato de coragem pode salvar uma vida.

Conclui-se que para divulgar a violência contra a mulher, é crucial utilizar múltiplas estratégias que alcancem diferentes públicos. Campanhas publicitárias em mídias tradicionais como, rádio, TV, jornais e, digitais que são as redes sociais e internet são mídias essenciais, com foco em conscientização sobre os tipos de violência, seus sinais e como denunciar. A socialização dessas vítimas requer um enfoque sensível e cuidadoso. Os grupos de apoio e as terapias em grupo oferecem um ambiente seguro para compartilhar experiências e fortalecer sua resiliência. A prevenção, através da educação em igualdade de gênero desde a infância, é fundamental para interromper o ciclo da violência.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Memória 2003-2006: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/Presidência da república. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13/junho/2025.

BRASIL. LEI No 10.778, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/tipo=LEI&numero=10778&ano=2003&ato=a0dQzY610dRpWTE30.05/março/2025>.

BRASIL. LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 05/março/2025.

BRASIL. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, SPM, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>. Acesso em: 03/março/2025.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Texto Contribuição para as Conferências Estaduais - Documento Base, p.23. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça e Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/Presidência da República – Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à mulher, Brasília, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. Formas de violência contra a mulher. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contra-a-mulher/formas-de-violencia-contra-a-mulher/>. Acesso em: 07/março/2025.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERRADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Convenção de Belém do Pará (1994). Disponível em:

[GIL, Antônio Carlos, Como elaborar projetos de pesquisa..-Editora Atlas, 4. ed. - São Paulo : 2002. Disponível em: file:///C:/Users/Dayane%20Moreira/Downloads/GIL-%202002-%20Como%20Elaborar%20P rojeto%20de%20Pesquisa.PDF. Acesso em: 05/março/2025.](https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/Tratados_e_Convencoes/Mulher/convencao_interamericana_para_erradicar_a_violencia_contra_a_mulher.htm#:~:text=fo mentar%20e%20apoiar%20programas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20governament ai,sos%20recursos%20jur%C3%ADdicos%20e%20a%20repara%C3%A7%C3%A3o%20corre spondente; Acesso em: 05/março/2025.</p>
</div>
<div data-bbox=)

GUERREIRO, E. P. Sobrinho, R.R. Rodrigues, T. C. Oliveira, T. V.S. O Serviço Social e a Violência Doméstica Contra a Mulher. Social Meeting Scientific Journal. Cidade Digital e Inclusão Social nas Cidades Inteligentes (smart city). B.C.D. Acadêmicas de Serviço Social: contato@socialmeeting.info. B.C.D. Acadêmicas de Serviço Social. São Paulo, Brasil v, l, n. ano 01 de junho de 2020. Disponível em:

<https://app.periodikos.com.br/article/5f2067de0e88256256dc6779/pdf/esocialbrasil-0 AheadOfPrint-136.pdf>.

Acesso em: 20/abril/2025. https://editorarealize.com.br/editora/anais/conbracis/2016/ TRABALHO_EV055. Acesso em: 21/março/2025.

INSTITUTO INW. Direito: ferramenta de combate à violência contra as mulheres. 14 de Março de 2024. Disponível em: <https://inw.org.br/direito-ferramenta-de-combate-a-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 07/maio/2025

INSTITUTO MARIA DA PENHA. O que é violência doméstica. Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br>. Acesso em: 18/março/2025.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. DIREITOS, RESPONSABILIDADES E SERVIÇOS PARA ENFRENTAR A VIOLÊNCIA. Dossiê Violência Doméstica contra as Mulheres. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/acoes-direitos-e-servicos-par a-enfrentar-a-violencia>. Acesso em: 09/março/2025.

LIMA, Lais. DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Mais de 250 mil casos de Violência Doméstica são registrados no Brasil em 2023. Por comunicação DPES/01 de agosto de 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.es.def.br/mais-de-250-mil-casos-de-violencia-domestica-sao-registrados-no-brasil-em-2023/>. Acesso em: 25/março/2025

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. ONU Brasil lança campanha para acabar com a violência contra as mulheres. Lançada em 21 Março 2024. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/284102-onu-brasil-lan%C3%A7a-campanha-para-acabar-com-viol%C3%Aancia-contra-mulheres>. Acesso em: 25/março/2025.

OLIVEIRA, Carliane Ribeiro de. O Enfrentamento ao Fenômeno da Violência Doméstica e as Formas de Atendimento à Mulher. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 12, vol 13, pp. 134 -172. Dezembro. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/fenomeno-da-violencia>. Acesso em: 26/abril/2025.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivo-s-diversos/sev/pacto/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf>. Acesso em: 03/março/2025.

SILVA, José Benedito da. Violência atingiu 27 milhões de mulheres em 2024, diz pesquisa. Revista Veja. Atualizado em: 10 de março de 2025. Publicado em: 10 de março de 2025. Disponível em : <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/violencia-atingiu-27-milhoes-de-mulheres-em-2024-diz-pesquisa>. Acesso em: 30 de março de 2025.

SOUZA, Letícia Alves de. MUNIZ, Cristiey Rocha. A INEFICÁCIA PRÁTICA DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). Revista multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v, 2, 2024. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/viewFile/1428/1114>. Acesso em: 05/março/2025.

2

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DOS E
DAS ASSISTENTES SOCIAIS NAS ESCOLAS**Maria Shelda
Pereira Morais**Graduação em
Serviço SocialCentro Universitário
Maciço de Baturité**Ana Rochelly
Silva Costa**Mestrado em
Serviço SocialUniversidade Estadual
do Ceará

RESUMO



Nesse artigo temos como objetivo, analisar a importância do trabalho dos assistentes sociais nas escolas, evidenciando sua contribuição para a promoção de um ambiente escolar inclusivo e a resolução de problemas sociais que afetam a comunidade escolar. Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. A pesquisa bibliográfica com buscas através de plataformas digitais, com trabalhos que tratam do tema da presente pesquisa, consiste no levantamento, leitura e análise de obras acadêmicas, artigos científicos, legislações, teses, dissertações e documentos oficiais que abordam o tema proposto, permitindo a construção de uma base teórica sólida sobre a atuação dos e das assistentes sociais no ambiente escolar. Finalmente, reconhecer a centralidade das famílias nesse processo, bem como os desafios para envolvê-las no cotidiano escolar, é parte importante do trabalho. Muitas vezes, as dificuldades de participação estão relacionadas às próprias condições de vida dessas famílias e à maneira como a escola se organiza – ora como espaço de acolhimento, ora como espaço de cobrança. Nesse sentido, conclui-se que o Serviço Social pode mediar esses processos, promovendo aproximações, construindo pontes e fortalecendo os vínculos escola-família-comunidade.

Palavras-chave: Serviço Social e Escola; Rede de Proteção Social; Escola-Família-Comunidade.

ABSTRACT



In this article, we aim to analyze the importance of the work of social workers in schools, highlighting their contribution to promoting an inclusive school environment and solving social problems that affect the school community. This article was developed through qualitative bibliographic research with an exploratory and descriptive approach. The bibliographic research with searches through digital platforms, with works that deal with the theme of this research, consists of the survey, reading and analysis of academic works, scientific articles, legislation, theses, dissertations and official documents that address the proposed theme, allowing the construction of a solid theoretical basis on the work of social workers in the school environment. Finally, recognizing the centrality of families in this process, as well as the challenges of involving them in the daily school routine, is an important part of the work. Often, the difficulties of participation are related to the very living conditions of these families and the way in which the school is organized - sometimes as a space of reception, sometimes as a space of demand. In this sense, it is concluded that Social Services can mediate these processes, promoting rapprochements, building bridges and strengthening school-family-community ties.

Keywords: Social Service and School; Social Protection Network; School-Family-Community.

INTRODUÇÃO



A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento social e individual, mas a complexidade da realidade escolar exige a presença de profissionais que atuem de forma abrangente e integrada, levando em consideração as diversas necessidades dos estudantes.

É nesse contexto que se torna crucial a presença de assistentes sociais nas escolas, atuando como agentes de apoio e intervenção para promover o bem-estar, a inclusão e o desenvolvimento integral dos alunos.

A realização desta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o entendimento sobre a relação entre o serviço social e a educação a partir da aprovação da Lei 13.935/2019, que regulamenta a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Isso é essencial para fortalecer um ambiente educacional democrático e participativo no contexto brasileiro.

Diante da necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o serviço social na educação e de analisar os impactos da Lei 13.935/2019 nesse campo, essa pesquisa se apresenta como uma contribuição significativa para a ampliação do conhecimento acadêmico, para a formação de profissionais mais qualificados para a necessidade e prioridade pelas políticas públicas educacionais por meio de equipes multiprofissionais, e para a melhoria da qualidade da educação oferecida nas escolas. A partir de uma perspectiva crítica e comprometida com os interesses da classe trabalhadora, o assistente social busca identificar as demandas sociais presentes na escola e formular estratégias de intervenção, em parceria com outros profissionais, como psicólogos e pedagogos.

Os assistentes sociais são capacitados para desenvolver suas intervenções que visam intervir nas expressões da questão social. O aumento das expressões das questões sociais entre jovens tem se tornado uma questão das políticas públicas em muitos países.

Outro ponto importante é que a inserção de assistentes sociais nas escolas pode contribuir para a formação de uma cultura escolar mais sensível às diversidades. Com uma abordagem centrada no respeito às diferenças e a defesa intransigente dos direitos humanos, esses profissionais podem auxiliar na promoção da inclusão de estudantes com necessidades especiais, oriundos de contextos socioeconômicos desfavorecidos ou com histórico de exclusão.

Diante dessa questão é de extrema relevância compreender o papel do assistente social no contexto escolar e sua contribuição para a promoção de uma educação de qualidade e inclusiva, que atenda não apenas às necessidades acadêmicas, mas também às demandas sociais.

Em um contexto em que as desigualdades e as vulnerabilidades sociais são cada vez mais evidentes, o papel do assistente social se torna imprescindível para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Apesar da crescente complexidade das expressões da questão social que afetam a comunidade escolar, como violência, desigualdade social, dificuldades familiares, abandono e evasão escolar, a inserção de assistentes sociais nas escolas ainda é limitada ou pouco valorizada. A ausência desses profissionais ou a falta de reconhecimento de seu papel estratégico na promoção do bem-estar e da inclusão social dos estudantes pode comprometer o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes.

Nesse artigo temos como objetivo geral, analisar a importância do trabalho dos assistentes sociais nas escolas, evidenciando sua contribuição para a promoção de um ambiente escolar inclusivo e a resolução de problemas sociais que afetam a comunidade escolar. E como objetivos específicos, pretende-se investigar as principais demandas sociais enfrentadas pelos alunos/as e como elas impactam o ambiente escolar; identificar as formas de atuação dos/as assistentes sociais nas escolas e seu papel no apoio a alunos/as, famílias e equipe pedagógica; examinar os desafios e

limitações na integração de assistentes sociais nas instituições de ensino e refletir sobre estratégias que promovam uma maior valorização e ampliação da atuação dos assistentes sociais no contexto escolar.

O atual Código de Ética do(a) assistente social traz materialidade a este projeto profissional, e, traz um conjunto de princípios que norteiam a prática profissional na luta pela afirmação dos direitos sociais, em que a educação pública (enquanto política social) é fundamental para diminuir a situação de exploração dos trabalhadores, e para reduzir a desigualdade social. Assim, na atualidade, a relação entre o Serviço Social e a Educação Pública e de qualidade é primordial, essencialmente no que diz respeito às análises acerca da função pedagógica do(a) assistente social.

Desse modo, o presente artigo, na busca de atingir os objetivos delineados, optou por utilizar autores da teoria social crítica para embasamento teórico, abordando uma metodologia de pesquisa bibliográfica, e estruturando a discussão da seguinte forma: 1. Violência, Desigualdade e Proteção: “desafios à atuação profissional na escola”; 2. Serviço Social e Educação no Brasil: trajetória histórica e marcos legais; 3. A Inserção Histórica e Profissional do/a Assistente Social na Educação

1 VIOLÊNCIA, DESIGUALDADE E PROTEÇÃO: “DESAFIOS À ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ESCOLA”

O Guia Escolar de Proteção à Infância (2011) ressalta que a escola não deve ser compreendida apenas como um espaço de transmissão de conhecimentos. Trata-se de um ambiente onde circulam saberes, afetos, valores, normas, modelos culturais e direitos. Nesse sentido, a escola deve ser entendida como um espaço protetivo tanto para crianças quanto para adolescentes.

Compreender a escola sob essa perspectiva implica reconhecer que muitos dos conflitos e dilemas vivenciados em seu cotidiano são reflexo das desigualdades sociais estruturais do sistema capitalista. Tais problemáticas repercutem diretamente no ambiente pedagógico e, devido à sua complexidade, demandam ações articuladas com a rede intersetorial de políticas públicas, incluindo, em casos mais graves, o sistema de justiça.

Neste contexto, é fundamental compreender a escola como integrante da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de violência. A atuação de assistentes sociais neste espaço sócio-ocupacional é estratégica para a mediação de demandas, o enfrentamento das violações de direitos e a construção de ações protetivas junto a outros profissionais da rede

Dada a gravidade e diversidade das situações de violência enfrentadas por crianças e adolescentes, os artigos 4º da Lei nº 13.431/2017 e 2º da Lei nº 14.344/2022 definem as seguintes tipologias:

Quadro 1: Tipologias de violências praticada contra crianças e adolescentes.

Tipos de violência	Definição
Violência Física	É uma ação praticada contra à criança ou ao adolescente, que lhe causa danos, sofrimentos físicos, sem que tenha condição de reagir ou mesmo se contrapor ao agressor. É uma violência que ocorre por meio de tapas, surras, pontapé, empurrões, que deixam marcas, machucados, manchas, sangramentos, exigindo cuidados das equipes de saúde.
Violência Psicológica	a) Qualquer conduta de discriminação, depreciação ou desrespeito em relação à criança ou ao adolescente mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, agressão

	<p>verbal e xingamento, ridicularização, indiferença, exploração ou intimidação sistemática (bullying) que possa comprometer seu desenvolvimento psíquico ou emocional; b) O ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este; c) Qualquer conduta que exponha a criança ou o adolescente, direta ou indiretamente, a crime violento contra membro de sua família ou de sua rede de apoio, independentemente do ambiente em que cometido, particularmente quando isto a torna testemunha.</p>
<p>Violência Sexual</p>	<p>Entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: a) Abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro; b) Exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico; c) Tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou aceitação de pagamento, entre os casos previstos na legislação.</p>
<p>Violência Institucional</p>	<p>Praticada por agentes vinculados a instituição pública ou conveniada, inclusive quando gerar revitimização. Expressa também a omissão do Estado frente às necessidades que prejudicam o pleno desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes.</p>

Fonte: Sistematização das autoras com base no art. 4 da Lei 13431/2017 e no art. 2 da lei 14344/2022.

O Brasil alcançou significativos avanços na proteção dos direitos da criança e do adolescente com a promulgação de leis como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/1990. Essas legislações garantem direitos prioritários para essa faixa etária e estabelecem que nenhuma criança ou adolescente deve ser submetido a negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

O arcabouço legal em direção à doutrina de proteção integral expressa posição da sociedade, pelo menos parte dela, sintonizada com a prioridade absoluta e a garantia dos direitos humanos desse segmento. Ademais, favorece sua exigibilidade junto ao Sistema de Garantia de Direitos, o que desafia a sociedade civil e política a enfrentar as violências para colocar em prática o direito de estar a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (TEJADAS, 2023, p.415).

O Serviço Social na educação, a partir da teoria crítica, deve ser compreendido dentro das contradições do sistema capitalista, que influencia diretamente as políticas educacionais e a materialização da escola como espaço de reprodução das desigualdades.

As expressões da questão social são decorrentes do capitalismo, onde há uma concentração de riqueza nas mãos de poucos e superexploração de outros. Segundo Bezerra (2017), as escolas são espaços que se manifestam as expressões da questão social, e sendo assim necessita um enfrentamento, pois é onde se insere estudantes diversos, que apresentam questões relacionadas a desigualdades de gênero, raça e sexualidade, a condições socioeconômicas e a vivência em contextos de vulnerabilidade e risco pessoal.

A escola é uma instituição que está atrelada a uma sociedade capitalista e desigual, constituída pelas diversas expressões da questão social que afligem boa parte das famílias, expostas a um cenário de vulnerabilidade social e econômica. Com isso, por ser um espaço de interação social, é inevitável que essas problemáticas sociais não cheguem ao âmbito escolar, repercutindo no baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar (BEZERRA, 2017, p.45, apud CFESS, 2001, p. 11).

Em decorrência a esses fatores há um cenário desfavorável aos jovens que vêm de famílias de baixa renda, e de escola pública, pois esses quando estão aptos ao mercado de trabalho se deparam com uma ampla concorrência que os desfavorecem devido às desigualdades impostas pelo capital econômico, social e cultural, onde o sentimento de inferioridade e desigualdade perpétua e são vítimas de preconceitos, de classe social, de gênero e cor e muitos ainda são culpabilizados pela sua exclusão social ao não se adaptarem ao sistema.

Convive também em instituições públicas com alto índice de evasão escolar, repetência e analfabetismo, para a autora esses são fatores que condizem com a desigualdade social no contexto brasileiro, a pauperização em uma condição difícil e atrelada ao capitalista.

As crianças e os adolescentes em ambiente escolar – ou fora dele – têm a necessidade de proteção contra violências, negligências e opressões. Os abusos e violações aos quais estão sujeitos podem ocorrer em qualquer espaço social, seja a família, a escola, a comunidade, espaços públicos governamentais.

Tais violências negam direitos e desumanizam. Portanto, a atuação da/o assistente social, independente da demanda a qual estejam atendendo, deve estar focada na humanização daquelas crianças e adolescentes. Não podemos pensar apenas do ponto de vista das necessidades básicas de comida, casa, material escolar, transporte e saúde

É preciso pensar a questão do bullying reconhecendo as diversas formas dessa questão social: o racismo, o sexismo, o capacitismo, a homofobia e as discriminações e preconceitos, a violência, abusos sexuais, educação sexual, sendo um apoio pelo aspecto psicossocial.

Como defende Lemos (2021), ao resgatar o pensamento de Paulo Freire, é preciso reconhecer que a educação é um ato político. Portanto, exige escolhas, posicionamentos e ações conscientes frente à realidade. A escola deve ser um espaço que, para além da instrução, contribua para a emancipação humana e a transformação social.

2 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO NO BRASIL: TRAJETÓRIA HISTÓRICA E MARCOS LEGAIS

No contexto do Brasil colonial, os alicerces da educação foram estabelecidos por meio de um sistema de alfabetização que tinha por objetivo a expropriação da cultura, dos costumes e da língua nativa dos povos indígenas. A intenção subjacente era clara: os colonizadores buscavam a dominação facilitada das terras. O que se seguiu foi uma imposição de costumes e saberes educacionais europeus, que tinha em sua base a religião e a fé (Costa; Berghauer, 2015).

No entanto, essa transformação suprimiu de forma abrupta inúmeras singularidades, particularidades, narrativas e histórias de uma cultura que fazia parte da identidade dos nativos brasileiros, e que foram historicamente apagadas da memória social/cultural brasileira. Essa trajetória também lançou sombras para os pretos e pobres, pois por décadas a educação foi negada a esses grupos, sendo considerada uma forma de ameaça ao sistema escravista vigente, onde somente a elite da sociedade tinha acesso à leitura e escrita.

Ao marco da história considerado fim da escravidão, inúmeros escravizados pretos e imigrantes ficaram à mercê da miséria, sem qualquer projeto de reinseri-los na sociedade por parte do Império, as sequelas desse período reverberam danos a toda uma população até os dias atuais, deixando feridas abertas e um déficit educacional

que ainda não se foi adequadamente reparado.

Ao avançarmos no tempo, a educação para o governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961) trouxe uma perspectiva diferente para a educação brasileira. Sob seu comando, a educação era vista de maneira tal qual uma das formas de colocar o Brasil na Era do Desenvolvimentismo.

O objetivo deste governo era superar a condição de país subdesenvolvido, e para isto, seria necessário acabar com a alarmante taxa de analfabetismo, por tanto, foi necessário se pensar em medidas cujo foco seria para a educação de jovens e adultos, dito isso já é de se compreender que estamos nos referindo a jovens e adultos da classe trabalhadora que não fazem parte do seletivo grupo que teria acesso aos meios educacionais.

De acordo com Santos (2019) os primeiros apontamentos históricos da presença do Serviço Social na escola, ocorreu no Rio Grande do Sul, através do decreto nº 1394 de 25 de março de 1946, o papel do assistente social nesse cenário era predominantemente funcional, ocupava os espaços educacionais na funcionalidade de promover a integração dos escolares em seus respectivos grupos sociais, fornecendo um sentido às suas funções e executando as atividades de maneira higienista, possibilitando o “desenvolvimento” dos escolares. Menciona-se ainda que é preciso ver que nessa lógica a perspectiva da profissão era outra, a integração, o ajuste do indivíduo na lógica mercantilista fazia parte do pensamento conservador da época.

A Educação no Brasil é garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/1988). No seu artigo 6º, estão garantidos os direitos sociais relacionados à educação, entre outros elementos fundamentais para o progresso da sociedade brasileira, independentemente de raça, gênero, cor ou condição social, a realidade atual ainda destoa dessa idealização. Essa garantia visa promover o Bem-Estar Social e consolidar o Estado Democrático de Direito.

O artigo 7º destaca os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, com foco na melhoria das suas condições sociais.

Nesse contexto, é estipulado o salário-mínimo por lei, suficiente para atender às necessidades básicas deles e de suas famílias, incluindo a educação.

O artigo 22 trata das competências da União em legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Já o artigo 23 estabelece a responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios em prover acesso à educação. O artigo 24 evidencia o tratamento da educação em âmbito nacional. No entanto, o artigo 30 destaca a necessidade de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados e Municípios, bem como a criação de programas de educação infantil e ensino fundamental (CF/1988).

No capítulo III da CF/1988, no artigo 205, a Educação é definida como um direito de todos e um dever do Estado e da família. Esse processo educacional conta com a colaboração da sociedade e tem como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa e a preparação para o exercício da cidadania, assim como para a qualificação profissional.

Essa educação é baseada em princípios de igualdade de oportunidades no acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e disseminar o conhecimento, confiante para o pluralismo de ideias e abordagens pedagógicas. A Constituição também prevê a existência de instituições de ensino público e privado, com garantia de ensino público gratuito em estabelecimentos oficiais.

A mesma legislação assegura a valorização dos profissionais da educação escolar, mediante a criação de planos de carreira, com base na inscrição por meio de concurso público de provas e títulos. É ressaltada a importância da gestão democrática no ensino público, juntamente com a garantia de um padrão de qualidade. Isso inclui o estabelecimento de um piso salarial para os profissionais da educação escolar pública, bem como a promoção do direito à educação e à aprendizagem contínua ao longo da vida.

No artigo 208 da CF/1988, é estabelecida a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade. Além disso, fica determinada a universalização do ensino

médio gratuito e da educação infantil em creches e pré-escolas, destinada a crianças de até 5 (cinco) anos. O legislador enfatiza a necessidade de fornecer aos alunos, em todas as etapas da educação básica, o material didático escolar necessário, transporte, alimentação e assistência à saúde.

No artigo 212 da CF/1988, é explicitamente determinada a distribuição dos recursos públicos para atender às exigências do ensino obrigatório, com foco na universalização, qualidade e equidade, em conformidade com o Plano Nacional de Educação.

Além disso, o artigo trata da proteção dos Conselhos de Educação, os quais desempenham um papel crucial na promoção da transparência, monitoramento, fiscalização e controle interno, externo e social dos fundos destinados à educação brasileira. Essa abordagem visa fortalecer o caráter de supervisionar o exercício social pelo Conselho. No entanto, a CF/1988 ressalta a importância da educação ambiental ao promover a conscientização pública e a preservação do meio ambiente.

No seu artigo 227, é estabelecido como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à educação, além de outros elementos essenciais para o pleno desenvolvimento da nação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) apresenta a educação como uma responsabilidade tanto da família quanto do Estado, sendo orientada pelos princípios da liberdade e da solidariedade humana. Seu propósito é o pleno desenvolvimento do educando, a construção de sua cidadania e sua preparação para o mundo do trabalho, assegurando a diversidade de ideias e abordagens pedagógicas.

A LDB estabelece o respeito à liberdade, à promoção da tolerância, a gestão democrática no ensino público, a garantia de padrões de qualidade e o reconhecimento do valor da experiência extracurricular. Ela relaciona a educação escolar ao trabalho e às práticas sociais, enquanto leva em conta a diversidade étnico-racial e respeita a diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva.

A Lei nº 13.935/2019, por sua vez, regulamenta a prestação de serviços de Psicologia e Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Isso é essencial para fortalecer um ambiente educacional democrático e participativo no contexto brasileiro. O intuito é atender às necessidades e prioridade pelas políticas educacionais por meio de equipes multiprofissionais.

Nesse contexto, é conduzido estudos que enfatizem a importância do trabalho realizado pelas equipes multiprofissionais de Serviço Social e Psicologia na rede pública de educação básica. Isso reforça a força da política educacional como um direito social, proporcionando a formação de indivíduos críticos ao analisar a realidade social, conforme apontado por Luciano e Silveira (2021). Esses estudos também realçam o papel do ambiente escolar como uma instituição capaz de contribuir para o processo de transformação social.

Partindo da premissa do papel fundamental dos profissionais de Serviço Social e Psicologia nesse contexto, a Lei nº 13.935/2019 promulga a importância desse trabalho, destacando sua adoração. Isso se dá por meio da contribuição do Assistente Social na promoção da qualidade da educação e na execução de um trabalho interdisciplinar no ambiente escolar.

O Assistente Social desempenha um papel central diante das demandas educacionais, facilitando o acesso a direitos sociais por meio de programas, projetos e ações dentro de seu campo de intervenção profissional. De acordo com Luciano e Silveira (2021), ele contribui para elevar a qualidade dos serviços prestados aos educandos, vivenciados na interação entre a escola, as famílias e a comunidade. Isso inclui a elaboração de estratégias para lidar com conflitos escolares, orientação técnica à gestão escolar e esperança para o estímulo contínuo dos profissionais da rede de educação básica.

A inserção do Serviço Social no contexto da educação é de vital importância, fortalecendo a coordenação interdisciplinar e integrando ações voltadas para crianças, adolescentes e jovens. Isso ocorre por meio do trabalho conjunto entre os profissionais

envolvidos, o que permite a proteção e a garantia de direitos sociais, envolvendo estudantes, famílias e comunidade.

A atuação do Assistente Social na política educacional é de apoio social significativo. O trabalho do Assistente Social nas redes públicas de educação básica deve estar permeado pelo objetivo de superar as vulnerabilidades identificadas, ampliando as oportunidades para a efetivação de direitos e enfrentando as manifestações da questão social, de acordo com Luciano e Silveira (2021).

No entanto, é crucial considerar as dificuldades no processo de implementação da Lei nº 13.935/2019, incluindo desafios relacionados à estrutura escolar, recursos humanos e financiamento dessa política pública indispensável para atender crianças e adolescentes brasileiros.

A questão social pode ser entendida enquanto as mudanças ocorridas no mundo capitalista, conforme aponta Pastorini (2022), sobretudo a partir do século XIX, proporcionando amplo pauperismo na Europa Ocidental, considerando as transformações da sociedade capitalista relativas aos modos de regulação econômica e sociais. Contudo, eleva-se o desemprego e o surgimento da pobreza e exclusão social, imbricadas as expressões da questão social.

Essa perspectiva demanda um aprofundamento teórico mais amplo, dado que essa legislação é recente. Mesmo havendo alguns trabalhos realizados nessa área antes da Lei nº 13.935/2019, identificando abordagens que se aproximam da definição dessa Lei, como apontado por Souza e Rosa (2020), isso representa um campo fértil para pesquisas que fundamentam a importância desse trabalho e de uma política pública socialmente relevante.

De acordo com Abreu e Cardoso (2009) a função pedagógica desempenhada pelo assistente social que é responsável por inscrever a atuação profissional no campo de “atividades educativas formadoras da cultura”, determinantes para caracterizar um modo de pensar, sentir e agir, ou melhor, uma sociabilidade.

O Serviço Social tem como objeto de intervenção a questão social e suas múltiplas expressões, refrações estas, presentes nos

diversos espaços sócio-ocupacionais, em que os(as) assistentes sociais exercem competências profissionais e atribuições privativas à luz da Lei Federal nº 8.662, de 7 de junho de 1993 e o Código de Ética Profissional. Estas competências profissionais são funções que podem ser assumidas tanto por assistentes sociais, quanto por outras profissões, já as atribuições privativas são executadas exclusivamente por assistentes sociais (IAMAMOTO, 2009, p.6-7).

Observa-se na prática profissional a necessidade de frentes de lutas que caracterizam o projeto profissional crítico, pela demanda de formação e organização política. Para Piana (2009) são nestes processos de enfrentamento que é demonstrada a defesa de direitos sociais e a busca de “hegemonia” no processo da construção de um novo projeto societário em detrimento da sociedade capitalista. No contexto da educação básica a Lei Federal nº 13.395/2019, implementa a atuação deste profissional dentro da rede pública.

Através da Constituição Federal 1988 e por intermédio do Estatuto da Criança e do Adolescente é garantido o direito à educação, bem como o acesso e a permanência na escola. Essa conquista representa um avanço na qualidade do processo de aprendizado e formação social de estudantes, além de estabelecer uma relação família-escola com metodologias multidisciplinares na condição de profissionais da educação.

Neste campo, a atuação do assistente social na Educação básica acaba por demandar outras realidades e não somente a vivenciada no ambiente escolar, mas também de discutir a complexidade da realidade social dos contextos vivenciados, como questões políticas, culturais e econômicas.

Foram cerca de 22 anos de luta, por parte dos conselhos entidades de ambas as profissões, pesquisadores e atuantes da área, que estiveram resistindo, articulando, se mobilizando frente ao Congresso Nacional para que a Lei nº13.935/2019 fosse aprovada. Quando aprovada, o país ainda se encontrava sob um regime da política de morte e armamento, o que dificultou ainda mais sua aprovação.

Foram longos os anos de luta, mas mesmo após sua aprovação a luta não cessou. Como mencionado pelo CFESS (2023) desde sua aprovação em 2019 tem sido preciso continuar em busca da defesa dos interesses dos assistentes sociais e psicólogos, e do público-alvo beneficiado pelo trabalho desses profissionais, já que em 2021 a Lei nº 14.113 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), alterou a inserção dos referidos no cadastro de profissionais pertencentes a grade educacional, de modo que os repasses orçamentários não seriam realizados para os profissionais da assistência social e psicologia.

Atualmente permanecem na grade os assistentes sociais e psicólogos no FUNDEB, mas lutando em busca de alterar o retrocesso que ocorreu. Os profissionais necessitam estar em constante vigia para que não venha a acontecer novos sucateamentos na lei que ainda enfrenta diversos desafios de implementação.

De fato, essa não é nem de longe uma área fácil de se atuar, o espaço escolar possui suas limitações e demandas, mas há grandes possibilidades e portas que se abrem. Este espaço exige do profissional cada vez mais estratégias e dinamismo. A Lei nº 13.395/2019 promulga que em todo país a educação básica deve contar com a presença de psicólogos e assistentes sociais como parte das equipes multiprofissionais.

3 A INSERÇÃO HISTÓRICA E PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A integração, a ampliação e o desenvolvimento da rede de serviços e apoio são essenciais para enfrentar os sérios problemas que atingem crianças e adolescentes, especialmente os mais vulnerabilizados. Isso inclui casos de violências, além de problemas de saúde mental associados às condições de vida.

Dentre os registros mais antigos que trazem a presença de assistentes sociais nas escolas, encontramos os documentos do Rio Grande do Sul, pioneiro na implantação do Serviço de Assistência Escolar, que teve seu registro datado em 25 de março de 1946, pelo Decreto nº 1394.

Foram longos os anos de luta, mas mesmo após sua aprovação a luta não cessou. Como mencionado pelo CFESS (2023) desde sua aprovação em 2019 tem sido preciso continuar em busca da defesa dos interesses dos assistentes sociais e psicólogos, e do público-alvo beneficiado pelo trabalho desses profissionais, já que em 2021 a Lei nº 14.113 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), alterou a inserção dos referidos no cadastro de profissionais pertencentes a grade educacional, de modo que os repasses orçamentários não seriam realizados para os profissionais da assistência social e psicologia.

Atualmente permanecem na grade os assistentes sociais e psicólogos no FUNDEB, mas lutando em busca de alterar o retrocesso que ocorreu. Os profissionais necessitam estar em constante vigia para que não venha a acontecer novos sucateamentos na lei que ainda enfrenta diversos desafios de implementação.

De fato, essa não é nem de longe uma área fácil de se atuar, o espaço escolar possui suas limitações e demandas, mas há grandes possibilidades e portas que se abrem. Este espaço exige do profissional cada vez mais estratégias e dinamismo. A Lei nº 13.395/2019 promulga que em todo país a educação básica deve contar com a presença de psicólogos e assistentes sociais como parte das equipes multiprofissionais.

3 A INSERÇÃO HISTÓRICA E PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A integração, a ampliação e o desenvolvimento da rede de serviços e apoio são essenciais para enfrentar os sérios problemas que atingem crianças e adolescentes, especialmente os mais vulnerabilizados. Isso inclui casos de violências, além de problemas de saúde mental associados às condições de vida.

Dentre os registros mais antigos que trazem a presença de assistentes sociais nas escolas, encontramos os documentos do Rio Grande do Sul, pioneiro na implantação do Serviço de Assistência Escolar, que teve seu registro datado em 25 de março de 1946, pelo Decreto nº 1394.

Porém, como explica Amaro (2011, p. 19), em consonância com os ideais da época, os/as profissionais inseridos neste campo eram chamados para “intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social”, ou seja, a intervenção no espaço educacional seguia a lógica desenvolvimentista, voltada para a preparação social dos indivíduos, a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital.

Sabe-se que a inserção de assistentes sociais na política educacional não é recente. Desde o início dos processos sócio-históricos da profissão, na década de 1930, os/as assistentes sociais traçam sua trajetória na área da educação, mais precisamente em 1936, quando se instala a primeira escola de Serviço Social (Castro, 2000; CFESS, 2011).

Nesse período, destacam-se algumas produções científicas referendando as interfaces entre educação e Serviço Social, como o livro “Serviço Social, infância e juventudes desvalidas”, de 1939, elaborado pela assistente social Maria Esolina Pinheiro. Essa obra contém ideias e técnicas do Serviço Social nas diferentes áreas de atuação, inclusive a escolar, na qual o Serviço Social aparece como um espaço de “ação social”, em que se devia prestar informações sobre a vida dos alunos (Pinheiro, 1939, p. 43).

Em 1945, Maria Tereza Guilherme publicou o trabalho “Serviço Social Escolar”, no qual a autora destaca como atribuição do Serviço Social no espaço da escola, “curar e prevenir desajustamentos, contribuir com eficiência em todos os setores escolares para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança, através de métodos adequados”. (Guilherme, 1945, p. 79).

Já na década de 1970, em meio ao contexto da ditadura militar, Witiuk (2004) informa que ocorria um movimento articulado por profissionais de Serviço Social acerca da pauta do Serviço Social no espaço escolar: [...] quando do I congresso Brasileiro de Assistentes sociais no Rio de Janeiro, em 1974, adquire densidade em âmbito nacional. Em São Paulo a articulação desse movimento se destaca com a apresentação por seus Deputados na Câmara Federal, nos anos de 1974 e 1976, de dois Projetos de Leis referentes ao Serviço Social no espaço da escola.

Esses Projetos de Lei, propõem a alteração do art. 10, da Lei 5.692, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, incluindo a obrigatoriedade de ter o Assistente Social no Serviço de Orientação Educacional (Witiuk, 2004, p. 76). Somente a partir da década de 1990, “em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção do Serviço Social na área da Educação”. (CFESS, 2011, p.5).

A década de 1990 foi marcada por importantes marcos normativos, com leis orgânicas que impactam toda a sociedade brasileira, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, aprovado em 1990, e a Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 1996 (Brasil, 1996). A LDB estabeleceu normas para todo o sistema educacional, da educação infantil à educação superior.

Nesse contexto, Ferriz, Martins e Almeida (2018), evidenciam que o ensino fundamental se torna lugar específico da inserção do/a Assistente Social na política de educação, ao analisarem as experiências de atuação destes/as profissionais nas redes municipais de ensino.

Em meio às tensões e mobilizações para garantir a qualidade da educação, ocorria um aumento no interesse da categoria de assistentes sociais pela área pela inserção destes/as profissionais neste campo, ou seja, como campo interventivo investigativo. (CFESS, 2013).

Cabe destacar os diversos debates e encaminhamentos acerca desta temática pelo Conjunto CFESS/CRESS por meio da constituição de Grupos de Trabalho e das Comissões Temáticas de Educação no interior dos Conselhos Regionais. Ressalta-se que no 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS no ano de 2001, pela primeira vez a categoria realizou proposições de âmbito nacional, sendo constituído um “Grupo de Estudos sobre o Serviço social na Educação” pelo CFESS, que construiu uma brochura intitulada “Serviço Social na Educação”. (CFESS, 2011).

Destaca-se ainda neste período o início da tramitação do Projeto de Lei nº 3.688 (Brasil, 2000) que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos/as como profissionais de Educação, apresentado

em 2000 na Câmara dos Deputados, dando início a uma longa trajetória até sua aprovação.

Diversas proposições foram indicadas nas edições dos Encontros nacionais do Conjunto CFESS-CRESS no período de 2002 a 2011, os quais possivelmente incidiram no processo de debate e mobilização em torno de uma lei federal que orienta-se sobre a inserção do/a assistente social na educação.

De tais proposições destacamos a elaboração do documento “Parecer sobre os projetos de Lei que dispõe sobre a inserção do Serviço Social na Educação”, reunindo a análise dos projetos de lei que versavam sobre a inserção do/a assistente social na área de educação (CFESS, 2013).

Destaca-se também a publicação do documento “Subsídios para o debate sobre o Serviço Social na Educação”, resultado de um Grupo de Trabalho constituído com a finalidade de produzir material base para novas discussões nos estados (CFESS, 2011). Decorrente deste processo faz-se necessário ressaltar a ampliação da concepção de “Serviço Social Escolar” para “Serviço Social na Educação”, passando esta expressão a orientar os documentos e a produção acadêmica sobre esta temática (CFESS, 2011).

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva. A pesquisa bibliográfica com buscas através de plataformas digitais, com trabalhos que tratam do tema da presente pesquisa, consiste no levantamento, leitura e análise de obras acadêmicas, artigos científicos, legislações, teses, dissertações e documentos oficiais que abordam o tema proposto, permitindo a construção de uma base teórica sólida sobre a atuação dos e das assistentes sociais no ambiente escolar.

Na investigação, optou-se por buscar trabalhos recentes entre os anos de 2022 a 2025, fundamentado em autores/as do Serviço Social, da Educação e de áreas correlatas, que discutem as políticas

públicas educacionais, a inserção do/a assistente social na escola, as demandas sociais no espaço escolar e a interdisciplinaridade entre educação e serviço social. Também foram considerados documentos legais, como a Lei nº 13.935/2019, que trata da inclusão de assistentes sociais e psicólogos na educação básica.

O procedimento metodológico incluiu as seguintes etapas: levantamento bibliográfico nas bases de dados como Scielo, Google Acadêmico, CAPES, BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), leitura exploratória e seletiva do material encontrado, fichamento das obras e posterior análise crítica e categorização temática dos conteúdos.

A análise foi realizada à luz da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), permitindo identificar e organizar os principais conceitos, contribuições e desafios discutidos na literatura sobre a atuação dos/as assistentes sociais nas escolas.

Por se tratar de um estudo exclusivamente bibliográfico, este artigo não envolve participação direta de sujeitos humanos, não sendo necessária submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO: Desafios, Estratégias e Limites na Atuação do/a Assistente Social no Contexto Escolar

Historicamente, o Brasil tem enfrentado baixos índices de escolarização, dificuldades quanto à acessibilidade e à permanência dos estudantes nas escolas públicas, altas taxas de repetência e de evasão escolar (Brasil, 2024), ou seja, aspectos associados, sobretudo, ao investimento público insuficiente na educação (The Conversation, 2024). A contemporaneidade intensifica os dilemas já enfrentados e apresenta outros, cujos impactos têm sido notados.

A sociedade enfrenta problemas significativos, como mudanças climáticas, conflitos armados, desinformação, recrudescimento das desigualdades sociais e da violência, dependência tecnológica, precarização da vida e do trabalho.

A pandemia de Covid-19 exacerba essas dificuldades e gera novos desafios, por exemplo, o aumento de distúrbios psicológicos devido ao isolamento social e às defasagens no aprendizado.

As crianças de baixa renda são muito afetadas nesse período, enfrentando a falta de ferramentas de educação digital e a interrupção do acesso à alimentação, impactando o aprendizado e criando lacunas que persistem após o retorno às aulas presenciais (Barbosa, Anjos e Azoni, 2022).

A primeira dificuldade a ser enfrentada pelas equipes multiprofissionais, a qual também enfrentamos, é a integração nas escolas. Integrar-se a uma escola significa construir e ocupar um lugar específico de atuação que possa ser reconhecido pelas direções, pelos educadores e pela comunidade escolar (Correia, 2004).

Esse reconhecimento não é compulsório por força da lei, mas depende da nossa presença nas escolas e da nossa abertura para participar dos acolhimentos e para propor projetos e estratégias com o objetivo de enfrentar dilemas vividos por estudantes e professores, bem como da resolução conjunta das dificuldades enfrentadas pela instituição. Depende, igualmente, da abertura das próprias escolas e do seu corpo docente.

Além das escolas, a integração à rede de serviços como o Sistema Único de Saúde (SUS), o Conselho Tutelar (CT), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), as Organizações Não Governamentais (ONGs), as instituições de segurança pública e as instituições do poder público, bem como as parcerias com a comunidade e com os agentes privados, constitui uma série de ações que podem viabilizar maior alcance, efetividade e resolutividade para as equipes multiprofissionais.

As situações enfrentadas no contexto escolar exigem conexões com outros atores sociais, a fim de assegurar ampla proteção social de crianças e de adolescentes, incluindo os cuidados socioassistenciais e os relativos à saúde. A articulação com a rede deve ser bem desenvolvida para encarar desafios na construção de um trabalho conjunto, orientado por uma abordagem sócio-histórica e princípios democráticos e inclusivos que assegurem a laicidade das ações.

Em contraposição a um trabalho voltado apenas para reagir às demandas urgentes, é essencial planejar ações capazes de responder,

de maneira mais consistente, a situações-problema identificadas junto à comunidade escolar e à rede de serviços.

A violência de gênero, o abuso sexual, a homofobia, a transfobia, o racismo, o bullying, o cyberbullying, os transtornos globais do desenvolvimento e as perturbações da saúde física e mental, por exemplo, exigem ações prolongadas, além de reações imediatas às situações de crise, com a finalidade de transformar aspectos socioculturais construídos ao longo de anos.

Exigem enfrentar a banalização do desrespeito à vida e à dignidade das pessoas, evidenciada por verbalizações que sugerem a violência como meio para lidar com as dificuldades, tais como: “Ah, na minha época, eu resolvia diferente, era vara de marmelo na escola e cinta em casa”.

Nessa direção, é importante potencializar o diálogo e a participação de todos os integrantes do cotidiano escolar para que eles também auxiliem na compreensão dos problemas. Em especial, destacamos as violências na escola, da escola e contra a escola como fenômenos complexos e multideterminados, os quais requerem a construção de propostas de enfrentamento articuladas a uma rede de combate à violência escolar, composta por diferentes setores sociais (Kappel et al., 2014).

As ações contra a violência não devem se limitar à produção de novas representações sobre o fenômeno, mas devem conduzir a transformações da própria escola, do seu cotidiano e das interações sociais que nela ocorrem. Podem mirar um alcance maior, mediante o envolvimento e a transformação da própria comunidade.

É necessário reconhecer que a educação enquanto parte constitutiva do ser social, assim como o trabalho, está relacionada não somente aos objetivos que visam a produção material. No entanto, a educação se manifesta na transformação do ser social em sua totalidade, ou seja, ao transformar-se a si, pelo seu modo de pensar, refletir a vida, lutar por suas ideias e saber discernir.

Entretanto, para contribuição dessa transformação na vida dos alunos, é importante a presença da/o assistente social atuando no combate das demandas existentes na escola que se firma enquanto

institucionalizada, por meio de ações de 48 enfrentamento às problemáticas que fazem parte do espaço dentro ou fora da escola, ligados à realidade do cotidiano desses sujeitos que necessitam de uma intervenção profissional.

Nesse espaço possibilita a interação com as famílias, reconhecendo que elas também fazem parte da construção da aprendizagem dessas crianças e adolescentes nas escolas, fazendo com que os problemas sociais que elas enfrentam sejam amenizados e não prejudiquem o desenvolvimento dos/as alunos/as.

No entanto, percebendo os limites e resistências de trazer essas famílias para escola e fazer com elas sintam-se parte dela, haja um diálogo sobre o contexto familiar das crianças e adolescentes e reconheçam-se como responsáveis também pela educação de seus filhos/as. Porque a questão social não separa-se do cotidiano de cada educando, mas se concretiza em meio a elas e nos espaços de relações de produção e reprodução.

A violência contra crianças e adolescentes é um grave problema de saúde pública em todo o mundo que viola os direitos desses públicos (Brasil, 1990; Lefebvre, 1992). Esse fenômeno consiste em todo ato ou omissão cometidos pelos pais, parentes, outras pessoas e instituições, que cause danos físico, sexual e/ou psicológico que prive a criança e o adolescente dos seus direitos de proteção e de pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento (Minayo, 2021).

Apesar das leis, como a Constituição de 1988 e o ECA (Brasil, 1990), e dos avanços no desenvolvimento de estratégias de assistência e cuidado da criança e adolescente, os números relacionados a esse fenômeno são preocupantes. Segundo os dados do Sistema de Informação de Agravo de Notificação, do Ministério da Saúde, foram registrados, entre 2021 e 2022, 327.489 notificações relacionadas a violência contra crianças e adolescentes. No Nordeste, foram notificadas 61.771 ocorrências de violências contra esse público, no mesmo período, sendo 4.901 notificações do Estado de Alagoas (Brasil, 2024).

É importante reafirmar a doutrina da proteção integral como uma maneira de reconhecer a responsabilidade compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade para assegurar que crianças e adolescentes vivam com dignidade. No entanto, dados do Anuário de Segurança Pública de 2023 destacam que a violência continua a ser uma dura realidade para essa faixa etária. Segundo o Anuário, nos últimos anos, houve um aumento significativo nas diversas formas de violência contra indivíduos de 0 a 17 anos, com números alarmantes que superam as estatísticas anteriores à pandemia de COVID-19¹.

Os dados revelam que o estupro é o crime mais frequente registrado contra crianças e adolescentes no Brasil, com quase 41 mil vítimas entre 0 e 13 anos em 2022. A negligência, caracterizada pela omissão consciente dos responsáveis e da sociedade em atender às necessidades das crianças, mesmo quando há condições adequadas para isso, é também uma das formas mais comuns de violência. Entre 2020 e 2021, houve um aumento de 11,1% nos registros de negligência, que se agravaram em 2022 com um crescimento de 14% nos casos de abandono de incapaz no país.

Outro dado preocupante refere-se à violência física, que inclui maus-tratos e lesões corporais contra crianças e adolescentes. Conforme os dados do Anuário (2023), essa forma de violência ocorre com maior frequência no ambiente familiar, criando uma situação de convivência prolongada entre as vítimas e seus agressores, o que muitas vezes dificulta a identificação e a notificação dessas práticas. As consequências são visíveis no ambiente escolar e incluem dificuldades no processo de aprendizagem, problemas de relacionamento com colegas e professores, ansiedade, perpetuação da violência e sequelas físicas das lesões.

Isso inclui casos de violências doméstica e sexual, além de problemas de saúde mental associados às condições de vida. Sobre isso, dados do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde (Brasil, 2023) informam que, entre 2015 e 2021, são notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo os agressores, na maioria das vezes, homens e as vítimas, predominantemente, do sexo feminino, refletindo assim o machismo

e a violência patriarcal da nossa sociedade.

Novamente, essas questões exigem um trabalho que ocorra nas escolas e para além dos seus muros, mobilizando a rede de serviços, os atores parceiros e a comunidade. Ademais, as equipes multiprofissionais devem promover a paz, a saúde e o desenvolvimento.

A realidade escolar brasileira está fortemente marcada por desigualdades estruturais que afetam o acesso, a permanência e o sucesso educacional, especialmente de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Os altos índices de evasão, repetência e dificuldades de aprendizagem refletem o subfinanciamento crônico da educação pública, mas também apontam para a necessidade de uma atuação intersetorial e interdisciplinar, da qual o Serviço Social pode ser parte estratégica.

A atuação do/a assistente social, nesse cenário, demanda não apenas conhecimento técnico, mas sensibilidade política e capacidade de articulação com diferentes sujeitos e instituições. A integração às escolas e à rede de proteção social é um dos maiores desafios enfrentados, tanto por resistências institucionais quanto pela carência de uma cultura escolar aberta à atuação de profissionais de outras áreas. Como destaca Correia (2004), integrar-se a uma escola não é uma ação automática, mas envolve construção de vínculos, reconhecimento de saberes e inserção crítica no cotidiano da instituição.

Nesse sentido, é fundamental superar uma lógica de atuação centrada na resolução pontual de crises para avançar em planejamentos estratégicos e ações educativas que fortaleçam o protagonismo estudantil, o diálogo com as famílias e a democratização das relações escolares.

O enfrentamento da violência, por exemplo, exige uma abordagem que vá além da segurança física e trabalhe com dimensões culturais e simbólicas, promovendo a escuta, o cuidado e a construção coletiva de soluções.

Finalmente, reconhecer a centralidade das famílias nesse processo, bem como os desafios para envolvê-las no cotidiano

escolar, é parte importante do trabalho.

Muitas vezes, as dificuldades de participação estão relacionadas às próprias condições de vida dessas famílias e à maneira como a escola se organiza – ora como espaço de acolhimento, ora como espaço de cobrança.

Nesse sentido, o Serviço Social pode mediar esses processos, promovendo aproximações, construindo pontes e fortalecendo os vínculos escola-família-comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas ao longo deste trabalho, evidencia-se a relevância da atuação dos e dos/das assistentes sociais no contexto escolar, especialmente no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social que atravessam o cotidiano das instituições de ensino.

A presença desse(a) profissional na escola contribui significativamente para a construção de um ambiente mais inclusivo, democrático e sensível às desigualdades sociais que impactam o processo de ensino-aprendizagem.

O Serviço Social Escolar atua como elo entre a comunidade, a escola e as políticas públicas, promovendo ações integradas que visam garantir os direitos sociais dos(as) estudantes e de suas famílias. Além disso, o espaço escolar, muitas vezes visto apenas como local de transmissão de conhecimento, é também território de conflitos, exclusões e resistências. A atuação do(a) assistente social nesse espaço possibilita a ampliação da visão pedagógica, inserindo a discussão das expressões da questão social e fortalecendo o papel da escola como agente de transformação.

Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem enfrentados, como a ampliação de vagas para assistentes sociais nas redes de ensino, o reconhecimento institucional de sua importância e a consolidação de políticas públicas que valorizem sua atuação nas escolas.

Portanto, este trabalho reforça a necessidade de valorização e fortalecimento do Serviço Social na educação, como um agente fundamental para a promoção da justiça social, da equidade e da garantia de direitos no espaço escolar.

Conclui-se, portanto, que o trabalho do(a) assistente social nas escolas representa não apenas uma contribuição técnica, mas um compromisso com a construção de uma educação mais democrática, inclusiva e comprometida com os direitos humanos. A inserção efetiva dessa atuação é uma conquista que deve ser defendida e aprofundada, para que a escola pública cumpra, de fato, seu papel emancipador.

REFERÊNCIAS



ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/zD3ifq80Dt7Az49Q4j7x.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2025.

AMARO, Sarita Terezinha Alves. Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. Acesso em: 26 abr. 2025.

CUNHA, Rogério Sanches. AVILA, Thiago Pierobom de. (2022). CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A CONTINUIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI 9.099/1995 APÓS O ADVENTO DA LEI 14.344/2022. Disponível em: <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2022/07/06/crimes-contra-criancas-e-adolesc-entes-a-continuidade-de-aplicacao-da-lei-9-099-1995-apos-o-advento-da-lei-14-344-2022//>. Acesso em: 06 mai. 2025.

BARBOSA, A. L. A.; ANJOS, A. B. L.; AZONI, C. A. S. Impactos na aprendizagem de estudantes da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19. Cotas, v. 34, n. 4, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2317-1782/20212020373>. Acesso em: 22 mai. 2025.

BERGHAUSER PONT, M.; HAUPT, P. Spacematrix: espaço, densidade e forma urbana. Roterdã: nai010 publishers, 2015. Acesso em: 06 mai. 2025.

BEZERRA, M. da S. A Importância do Serviço Social na Escola. (2017). Monografia (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2017. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Senado Federal, 2000. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 08 jun. 1993. Acesso em: 17 de mar. 2025.

Brasil. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília – DF: Conselho Federal de Serviço Social, 10 ed. rev., 2012. Acesso em: 17 de mar. 2025.

BRASIL. Decreto nº 1.394, de 25 de março de 1946. Regula o exercício da profissão de assistente social. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 mar. 1946. Acesso em: 2 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 13 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 07 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social e dá outras providências. Brasília – DF: Diário Oficial da União, 27 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12101.htm. Acesso em: 24 abr. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3688, de 31 de outubro de 2000. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Brasília – DF, 2000. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 17 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.395/2019, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 06 mai. 2025.

BRASIL. Novo boletim epidemiológico aponta casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Ministério da Saúde, 18 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/maio/novo-boletim-epidemiologico-aponta-casos-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde – PNEPS-SUS. 2. ed. rev. ampl. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br>. Acesso em: 17 de mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Evasão escolar. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/evasao>. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.688, de 31 de outubro de 2000. Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. Apensado ao PL nº 60/2007. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2000. Acesso em: 27 mai. 2025.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília, DF: CFESS, 2014. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACA_O.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

CONJUNTO CFESS-CRESS. Anais do 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2001. Acesso em: 24 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética do/a assistente social. - 10a. ed. rev. e atual. Brasília. 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS. Anais do 1º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, DF: CFAS/CFESS, maio 1974. Acesso em: 02 jun. 2025.

CORREIA, Maria Victoria Corrêa; SANTOS, Vânia M. dos. "Entre a Reforma Sanitária e o SUS: os interesses do capital na saúde". In: BRAVO, Maria Inês S.; MATOS, Marielle C. (Orgs.). Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2004. Acesso em: 22 mai. 2025.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. (Ver capítulo sobre a República, seção do governo Juscelino Kubitschek, 1956–1961.) Acesso em: 02 jun. 2025.

FERRIZ, Adriana Freire Pereira; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A inserção do assistente social na política de educação básica no Brasil. In: ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., Vitória, 2018. Anais... Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018. Acesso em: 07 mar. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. Acesso em: 06 mai. 2025.

Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito – Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Acesso em: 22 fev. 2025.

GUILHERME, Maria Teresa. Serviço Social Escolar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1945. Acesso em: 07 mar. 2025.

<https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/constituicao-federal/1988/constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 25 fev. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2001. Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Acesso em: 24 abr. 2025.

KAPPEL, D.; SILVA, M. A.; SANTOS, M. L. Serviço Social e Educação: diálogos para a formação e intervenção profissional. São Paulo: Cortez, 2014. Acesso em: 07 abr. 2025.

LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991 (reimpressão 1992). Acesso em: 06 mai. 2025.

LEMOS, E. L. S. 40 anos da virada e a contribuição da Serviço Social & Sociedade na disseminação da produção intelectual. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 518-537, set./dez. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/j/sssoc/a/HHN8sRzmyCyRNnzm8RKT5S/?format=pdf\(=pt\)](http://www.scielo.br/j/sssoc/a/HHN8sRzmyCyRNnzm8RKT5S/?format=pdf(=pt)). Acesso em: 06 mai. 2025.

Luciano, S.; Silveira, D. de M. (2021). Um Estudo Sobre a Importância do Serviço Social na Rede Pública de Educação Básica. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17492/1/Scharlana%20Luciano%20-%20TCC%20%20Final%20%282%29.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. Revista Pesquisa Qualitativa, v. 9, n. 22, p. 521-539, dez. 2021. Acesso em: 27 mai. 2025.

Pastorini, A. (2022). A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez. Acesso em: 22 fev. 2025.

PIANA, M. C. Serviço Social e Educação: Olhares Que Se Entrecruzam. Serviço Social e Realidade, França, v, 18, no 2, p. 182 – 206, 2009. Acesso em: 24 mar. 2025.

PIANA, M. C.A. A Construção do perfil do assistente social no cenário educacional. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009. Acesso em: 26 mar. 2025.

PINHEIRO, Maria Esolina. Serviço Social: infância e juventude desvalidas: aplicações, formas, técnica, legislação. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1939. Acesso em: 22 mai. 2025.

SANTOS, Maria. O papel do assistente social na educação. Rio de Janeiro: Editora Social, 2019. Acesso em: 27 mai. 2025.

Souza, B. C. de; Rosa, C. A. da. (2020). Possibilidades de Intervenção do Assistente Social na Educação Básica com Base na Lei no 13.935/2019. Brazilian Journal of Policy and Development, 2(3), 106-119. Acesso em: 02 jun. 2025.

TEJADAS, Sílvia da S. Desafios do sistema de garantia de direitos frente à(s) violência(s) contra crianças e adolescentes. In: CRAVEIRO, Adriéli V.; PRIOTTO, Elis P. (org.). Violências na atualidade: olhares e perspectivas. Porto Alegre, RS: Nova Práxis, 2023. p. 409 – 439. Disponível em: <https://novaprxiseditorial.com/wp-content/uploads/2023/04/E-BOOK-Obra-Completa-Violencias-na-Atualidade-1.pdf>. Acesso: 07 abr. 2025.

THE CONVERSATION. Mau resultado do Brasil no PISA está ligado ao baixo investimento na educação pública. Carta Capital, 22 jul. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/mau-resultado-dorasil-no-pisa->

[esta-ligado-ao-baixo-investimento-na-educacao-publica/](#). Acesso em: 06 mai. 2025.

UNESCO. Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial. Brasília: UNESCO, 2019. Acesso em: 17 mar. 2025.

WITIUK, Ilda Lopes. A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da educação escolar. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social: Identidade, Formação e Prática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Acesso em: 24 mar. 2025.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br>. Acesso em: 17 mar. 2025.

FUNDEB. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PNAE. Fnde.gov.br. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/1ccr/pnae.html>. Acesso em: 17 mar. 2025.

PNLD. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/componente/content/article>. Acesso em: 17 mar. 2025.

Proinfo – Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/proinfo>. Acesso em: 17 mar. 2025.

LEINº13.431,DE4DEABRILDE2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm. Acesso em: 17 mar. 2025.

3

A INTERVENÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL COM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

**Raimunda Rosiane
Felício de Souza Cardoso**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité



**Ana Rochelly
Silva Costa**

Mestrado em
Serviço Social

Universidade Estadual
do Ceará

RESUMO



Este artigo tem como objetivo analisar a violência doméstica como uma expressão da questão social, destacando a atuação do(a) assistente social no enfrentamento dessa problemática. A partir de uma pesquisa bibliográfica, com base em artigos acadêmicos, legislações e diretrizes profissionais, discutem-se os conceitos fundamentais relacionados à violência de gênero, os marcos legais de proteção às mulheres e os principais serviços da rede de enfrentamento. A análise evidenciou que a intervenção do(a) assistente social nesse campo exige uma postura ética, crítica e comprometida com a defesa dos direitos humanos, enfrentando desafios estruturais como a escassez de recursos, o silenciamento institucional e a insuficiência de políticas públicas. O estudo reafirma a centralidade da articulação intersetorial e da escuta qualificada como estratégias fundamentais para a garantia da proteção integral das mulheres em situação de violência.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; Serviço Social; Questão social; Intervenção profissional; Direitos humanos; Rede de proteção.

ABSTRACT



This article aims to analyze domestic violence as an expression of the social issue, highlighting the role of social workers in addressing this problem. Based on a bibliographical research, based on academic articles, legislation and professional guidelines, the fundamental concepts related to gender violence, the legal frameworks for protecting women and the main services of the network for addressing this issue are discussed. The analysis showed that the intervention of social workers in this field requires an ethical, critical stance and commitment to the defense of human rights, facing structural challenges such as the scarcity of resources, institutional silencing and insufficient public policies. The study reaffirms the centrality of intersectoral coordination and qualified listening as fundamental strategies for guaranteeing the full protection of women in situations of violence.

Keywords: Violence against women; Social work; Social issue; Professional intervention; Human rights; Protection network.

INTRODUÇÃO



A violência doméstica contra a mulher configura-se como uma das mais graves expressões da desigualdade de gênero e permanece como um problema estrutural e persistente na sociedade brasileira. Trata-se de uma realidade que atinge mulheres de diferentes idades, classes sociais, raças, etnias e orientações sexuais, gerando consequências físicas, psicológicas, sociais e econômicas profundas, tanto para as vítimas quanto para o coletivo social.

Apesar dos avanços legais e das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, a violência de gênero continua a ser um fenômeno naturalizado em muitas esferas, inclusive no âmbito doméstico, onde a mulher deveria encontrar proteção e acolhimento.

Nesse cenário, o(a) assistente social emerge como figura central na rede de proteção e no enfrentamento desse tipo de violência, desempenhando um papel estratégico na escuta, acolhimento e acompanhamento das vítimas. Com uma atuação pautada na ética, nos direitos humanos e na luta por justiça social, esse(a) profissional busca promover a autonomia das mulheres, articular os serviços da rede socioassistencial e contribuir para a efetivação de políticas públicas que garantam proteção integral.

O presente estudo propõe uma revisão bibliográfica com o objetivo de compreender os desafios enfrentados por assistentes sociais no atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica, bem como as estratégias de intervenção adotadas por esses(as) profissionais. A análise parte da compreensão de que a violência doméstica não é um fato isolado, mas uma expressão da questão social que exige respostas interdisciplinares, comprometidas com a superação das desigualdades estruturais que a sustentam.

Além disso, o estudo se propõe a discutir os diversos fatores sociais que intensificam a vulnerabilidade das mulheres, como a renda, o grau de escolaridade, o vínculo com o agressor e a ausência de suporte institucional eficaz.

Através dessa reflexão, pretende-se contribuir para o fortalecimento do debate acadêmico e profissional sobre a importância da atuação do(a) assistente social no combate à violência contra a mulher, evidenciando tanto os avanços quanto os entraves ainda existentes nessa área de intervenção.

Desse modo, o presente artigo, na busca de atingir os objetivos delineados, optou por utilizar autores da teoria social crítica para embasamento teórico, abordando uma metodologia de pesquisa bibliográfica, e estruturando a discussão da seguinte forma: no primeiro momento, será apresentada uma contextualização sobre a violência doméstica contra a mulher e suas raízes estruturais; em seguida, será discutido o papel do(a) assistente social no enfrentamento dessa realidade; por fim, serão analisados os principais desafios e estratégias de intervenção adotadas por esses(as) profissionais no âmbito da rede de proteção. Espera-se, com isso, contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da temática e fomentar reflexões que fortaleçam a prática profissional comprometida com os direitos das mulheres e a transformação social.

1 CONCEITOS E MARCOS LEGAIS

A violência doméstica contra a mulher constitui uma das expressões mais perversas da desigualdade de gênero e está enraizada em estruturas históricas de dominação patriarcal. Trata-se de uma violação dos direitos humanos que compromete a dignidade, a integridade física, psicológica, sexual, moral e patrimonial das mulheres, afetando sua autonomia e sua condição de cidadã.

De acordo com a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, ocorrida no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de coabitação.

A legislação reconhece cinco formas de violência: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, permitindo uma compreensão mais ampla e complexa dos mecanismos de controle e subjugação às quais as mulheres estão expostas.

A origem histórica da naturalização da violência contra a mulher pode ser compreendida à luz das análises feministas e críticas ao sistema patriarcal. Heleieth Saffioti (2004) aponta que a violência de gênero está intrinsecamente relacionada à organização da sociedade capitalista e patriarcal, que se sustenta em relações hierárquicas entre homens e mulheres. Nesse sentido, a violência não é um fenômeno isolado ou meramente individual, mas um instrumento de manutenção de poder, que atua de forma sistemática para reafirmar a subalternização feminina nos espaços públicos e privados.

A promulgação da Lei Maria da Penha representou um marco na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. A lei nasceu a partir da mobilização dos movimentos feministas e da condenação do Estado brasileiro pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, no caso de Maria da Penha Maia Fernandes. Além de definir as formas de violência e prever medidas protetivas de urgência, a lei também prevê ações integradas entre os órgãos do sistema de justiça, segurança pública, saúde e assistência social, sinalizando a necessidade de atuação intersetorial para o enfrentamento efetivo do problema.

Outros instrumentos normativos e políticas públicas se articulam à Lei Maria da Penha, como o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2007), o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além das diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que incluem a proteção social especial às vítimas de violência. A atuação da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, composta por serviços como Delegacias Especializadas, Casas da Mulher Brasileira, Defensorias Públicas, CRAS, CREAS e Centros de Referência da Mulher, revela a complexidade da intervenção nesse campo e a importância de políticas públicas articuladas.

Assim, compreender a violência doméstica para além de uma leitura psicologizante ou moralizante implica situá-la como uma questão estrutural e social, que exige respostas do Estado e da sociedade em sua totalidade. É nesse contexto que se insere o trabalho do(a) assistente social, cuja atuação está ancorada no compromisso com os direitos humanos, com a justiça social e com o enfrentamento das desigualdades de gênero.

2 A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

A violência contra as mulheres constitui um dos principais obstáculos para a superação das desigualdades de gênero em todas as esferas da vida, incluindo o espaço privado.

Potencializado por questões de raça/etnia, classe, orientação sexual, identidade sexual, geração, tal fenômeno pode ser definido como qualquer ato ou conduta pautada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. (Carvalho, 2022. Pag. 1274).

Seus impactos negativos reverberam não apenas na vida das vítimas, mas também no tecido social como um todo. Dentre as diversas formas de violência, este trabalho foca na violência contra as mulheres, pois elas são as principais vítimas dessa violência, que se manifesta desde a infância até a velhice, independentemente da classe social, escolaridade ou condição econômica.

As mulheres sofrem agressões em diversos contextos: no ambiente doméstico, nas ruas, no trabalho, por parte de familiares, parceiros íntimos (atual ou ex), ou até mesmo por desconhecidos, seja em espaços públicos ou privados.

Esses atos violentos podem afetar tanto a saúde física quanto a psicológica das vítimas, e se estendem a questões relacionadas à orientação sexual.

Conforme discutido no item anterior, a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) representou um marco fundamental no reconhecimento da violência doméstica como uma violação de direitos humanos e uma responsabilidade do Estado. Essa legislação ampliou o entendimento sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, superando a visão individualizante e moralista, ao reconhecer a sua natureza estrutural e sua vinculação às desigualdades de gênero, raça e classe. Nesse sentido, este item aprofunda a análise, situando a violência doméstica como uma das expressões da questão social, conforme compreendida no campo do Serviço Social.

A violência doméstica, sobretudo aquela que se dirige contra as mulheres cis, trans, negras, indígenas, pobres, com deficiência ou pertencentes a outros grupos vulnerabilizados, reflete as contradições de uma sociedade fundada em relações desiguais de poder. Ao se manifestar no espaço doméstico muitas vezes romantizado como lugar de proteção e afeto, essa violência expressa a permanência de padrões patriarcais que historicamente subordinam os corpos e os destinos femininos à autoridade masculina.

Nesse contexto, é preciso compreender a violência doméstica não como um fenômeno isolado ou fruto de desvios individuais, mas como uma expressão da desigualdade social estruturante da realidade brasileira. Segundo dados do IBGE (2010), mais de 1,3 milhão de mulheres são agredidas anualmente no país, sendo que 43,1% dessas agressões ocorrem no interior das residências e são praticadas majoritariamente por companheiros ou familiares. Esses números escancaram que o lar, ao contrário do que supõe o senso comum é um dos espaços mais perigosos para as mulheres.

Além disso, é importante destacar que essa violência assume múltiplas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, conforme tipificação da própria Lei Maria da Penha. Essas formas de violência frequentemente coexistem e se reforçam mutuamente, compondo um ciclo que tende a se repetir e se intensificar ao longo do tempo.

A chamada “fase da lua de mel”, em que o agressor manifesta arrependimento e a promessa de mudança, contribui para a manutenção da mulher nesse ciclo abusivo, alimentando a culpabilização e a dependência emocional.

A violência psicológica, por exemplo, é uma das mais presentes e difíceis de identificar, pois atua de forma silenciosa sobre a subjetividade da mulher, gerando medo, isolamento e destruição de sua autoestima. Já a violência patrimonial, embora menos discutida, tem impactos profundos, pois implica o controle dos recursos financeiros, dos documentos e do acesso à moradia e ao trabalho, dificultando a autonomia e a possibilidade concreta de romper com a situação de violência.

No bojo dessas múltiplas formas de agressão, é essencial reconhecer o papel das instituições públicas e das políticas sociais no acolhimento, proteção e garantia de direitos das mulheres em situação de violência. No entanto, a efetivação dessas políticas ainda encontra entraves relacionados à precarização dos serviços, à desarticulação das redes de proteção e ao conservadorismo de setores que minimizam ou negam a existência da violência de gênero.

É nesse cenário que se insere o trabalho do/a assistente social, cuja atuação se dá na intermediação entre sujeitos de direitos e as políticas públicas. A profissão tem um compromisso ético-político com a defesa dos direitos humanos e com o combate a todas as formas de opressão, atuando tanto no atendimento direto às mulheres em situação de violência quanto na articulação intersetorial entre serviços da saúde, da assistência social, da educação e da justiça.

Conforme afirmam Stochero e Pinto (2024), a violência contra a mulher não é apenas um problema interpessoal, mas um fenômeno social que reflete as assimetrias estruturais de poder. Desse modo, o enfrentamento à violência doméstica demanda ações articuladas, formação permanente das equipes de atendimento, financiamento adequado das políticas públicas e o fortalecimento da rede de proteção social, com protagonismo dos sujeitos e valorização da escuta qualificada.

Portanto, ao reconhecer a violência doméstica como expressão da questão social, reafirma-se a necessidade de compreender suas múltiplas determinações e de enfrentar suas raízes estruturais. Isso implica não apenas responsabilizar o agressor, mas também transformar as condições sociais, econômicas e culturais que sustentam a desigualdade de gênero e a violência nas relações sociais.

3 A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A atuação do(a) assistente social no enfrentamento à violência de gênero deve ser orientada por princípios ético-políticos que priorizam a escuta qualificada, a construção de vínculos de confiança e o respeito à autonomia das mulheres. Nesse contexto, o profissional desenvolve ações de acolhimento, escuta, orientação, encaminhamento e acompanhamento socioassistencial junto às vítimas, suas famílias e redes de proteção.

É fundamental que o atendimento ocorra de forma humanizada, considerando a singularidade de cada situação. O sigilo profissional e a postura ética são condições essenciais para que a mulher se sinta segura ao relatar a violência sofrida, possibilitando o planejamento de estratégias de enfrentamento e superação. O trabalho do assistente social, portanto, não se resume ao atendimento pontual, mas envolve o fortalecimento da rede de proteção, a articulação intersetorial e o enfrentamento das desigualdades estruturais que perpetuam a violência.

A rede de serviços voltada para mulheres em situação de violência é composta por diferentes equipamentos públicos das áreas da assistência social, saúde, segurança pública e justiça. Entre esses serviços, destacam-se os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAMs), que oferecem atendimento psicossocial e orientação jurídica; as Casas Abrigo, que garantem proteção integral em casos de risco iminente; e as Defensorias da Mulher, responsáveis por prestar assistência jurídica às vítimas em situação de vulnerabilidade econômica.

Na política de assistência social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) atua na proteção básica, desenvolvendo ações preventivas e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários. Já o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) realiza o atendimento especializado às vítimas de violações de direitos, promovendo acompanhamento individualizado e fortalecendo a autoestima das mulheres em situação de violência.

No sistema de justiça, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, criados a partir da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), concentram ações cíveis e criminais relativas à violência doméstica. Nesses espaços, é garantido o atendimento por equipes multidisciplinares. As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), por sua vez, exercem papel central na investigação dos crimes e na solicitação de medidas protetivas, que devem ser expedidas em até 48 horas.

A Central de Atendimento à Mulher Disque 180 também se constitui como um canal estratégico de escuta, denúncia e encaminhamento. No âmbito da saúde, os profissionais devem estar atentos a sinais físicos e emocionais de violência, respeitando a história e a autonomia das mulheres, inclusive nos casos de violência sexual, nos quais se garante o direito ao aborto legal em determinadas circunstâncias.

Assim, a atuação do(a) assistente social exige uma compreensão crítica da violência de gênero como fenômeno estrutural e multidimensional. A escuta qualificada, o compromisso com os direitos humanos e a articulação com a rede de proteção são elementos centrais na intervenção profissional, que deve buscar não apenas o atendimento das demandas imediatas, mas também a transformação das condições que sustentam a opressão de gênero.

4 DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Um dos principais desafios enfrentados pelo(a) assistente social é a fragmentação da rede de proteção e a descontinuidade das políticas públicas, agravadas pelos cortes orçamentários, instabilidade institucional e desmonte das políticas sociais. A ausência de fluxos bem definidos entre os serviços e a insuficiência de equipes multidisciplinares comprometem o atendimento integral às mulheres, impondo limites concretos à eficácia das ações.

Políticas denominadas sociais se constituem como um campo contraditório, pois, ao mesmo tempo em que garantem o atendimento de necessidades da população usuária na teoria, na prática precisa de recursos provindo do estado para que possa assegurar os direitos pré-estabelecidos teoricamente ao público em questão. Desta forma, se torna desafiante para o profissional atuar sem recursos disponibilizados para esse fim, o que dificulta a realização do trabalho de todo profissional, inclusive o assistente social. (Pereira, 2016).

Ainda que a sociedade, expõe suas necessidades através da expressão de seu poder de pressão no sentido de tornar público tais necessidades, ou seja, espera que o estado através dessa exposição crie soluções para as questões apresentadas, por outro lado o estado precisa de capital, bem como orçamentar o destino desse capital para que não haja um desastre total do sistema capitalista, gerando assim um impasse, fazendo com que esse profissional tenha que fazer manobras quase que impossíveis para executar sua função de maneira adequada sendo esse um desafio muito grande para categoria. (Pereira, 2016).

Infelizmente outro desafio bastante enfrentado pelo assistente social é a condição atualmente dos serviços públicos, pois os mesmos enfrentam inúmeras dificuldades para o atendimento das vítimas de violência, sendo que dentre esses estão à falta de recursos humanos, à falta de uma rede com serviços estruturados para que se torne fácil e rápido os encaminhamentos.

Por causa desses fatores externos o assistente social se vê limitado em suas ações no cotidiano, dificultando assim a intervenção do mesmo nos casos de violência, pois enquanto o profissional busca meios, quase impossíveis, para o atendimento da vítima esta continua a mercê do agressor podendo ser violentada novamente.

Esses são problemas que farão com que o mesmo se sinta de mãos atadas, porque depende de todo um sistema para realização do seu trabalho. Outro desafio enfrentado pelos assistentes sociais no combate à violência é a construção de uma rede de atendimento interdisciplinar, considerando a articulação das ações, entre as instituições e seus profissionais, que possam efetivamente amparar as vítimas da violência. (Pereira, 2016).

Os problemas não ficam apenas nisso, as condições de trabalho impostas ao assistente social nem sempre são favoráveis e na maioria das vezes não possuem orçamento para tal, o que faz com que esse profissional se sinta limitado para fazer seu trabalho da maneira adequada e diante do enfrentamento dessas situações o mesmo sofre desgaste tanto físico como mental. E desta forma acaba requerendo do profissional, um gasto de energia maior para que o mesmo possa ter clareza na apropriação dos instrumentos e seguir as orientações teórico metodológicas pautadas no projeto ético-político da profissão. (Pereira, 2016).

Outro entrave diz respeito à naturalização da violência nos espaços institucionais e na sociedade, o que repercute diretamente na forma como as mulheres são atendidas, muitas vezes sendo desacreditadas, culpabilizadas ou constrangidas ao silêncio. Nesse sentido, o trabalho do(a) assistente social exige um posicionamento ético-político firme, que confronte o machismo estrutural e promova práticas institucionais pautadas no respeito, escuta qualificada e na centralidade dos direitos humanos.

Diante desses desafios, o(a) assistente social precisa desenvolver estratégias de intervenção baseadas na articulação intersetorial, no fortalecimento da rede de proteção e na mobilização social. É necessário atuar de forma integrada com as áreas da saúde, justiça, segurança pública, educação e organizações da sociedade

civil, estabelecendo fluxos de atendimento e protocolos que garantam a proteção e a integralidade do cuidado.

O investimento na formação permanente também é essencial, permitindo que os profissionais atualizem seus conhecimentos sobre gênero, legislação, direitos humanos e metodologias de intervenção. A capacitação contínua contribui para o aprimoramento técnico e ético da prática, ampliando as possibilidades de enfrentamento da violência de forma qualificada e comprometida com a emancipação das mulheres.

Outro eixo estratégico importante é a produção e sistematização de informações sobre os atendimentos realizados, permitindo o mapeamento de demandas, identificação de fragilidades institucionais e construção de propostas para o aperfeiçoamento das políticas públicas. A sistematização crítica da prática também fortalece a dimensão investigativa da profissão e contribui para a construção de conhecimentos socialmente referenciados.

Por fim, destaca-se a importância da articulação com os movimentos feministas e coletivos de mulheres, reconhecendo o protagonismo das mulheres na denúncia da violência e na luta por políticas públicas efetivas. O trabalho do(a) assistente social, neste sentido, deve estar comprometido com a promoção da justiça social e com o enfrentamento das múltiplas formas de opressão que incidem sobre as mulheres, sobretudo aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, racial, territorial e sexual.

Portanto, mais do que enfrentar a violência de forma pontual, a intervenção profissional do serviço social deve buscar romper com as lógicas estruturantes que a sustentam, construindo práticas transformadoras, coletivas e emancipadoras, pautadas no projeto ético-político da profissão e no compromisso com a equidade de gênero e os direitos humanos.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, tendo como objetivo analisar a atuação do assistente social no enfrentamento à violência contra a mulher a partir de produções acadêmicas já publicadas. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros, artigos científicos e documentos oficiais.

A coleta de dados foi realizada em diferentes bases de consulta, como Google Scholar, Scielo, sites governamentais e páginas de Conselhos de Classe, priorizando materiais disponíveis em acesso aberto e que dialogassem com a temática proposta. A seleção do material considerou a atualidade, a relevância acadêmica e a vinculação com o Serviço Social e os direitos das mulheres.

Na primeira etapa da pesquisa, foram identificados 30 artigos científicos que abordavam a temática da violência. Após leitura exploratória dos títulos, resumos e palavras-chave, foram selecionadas 21 publicações que tratavam especificamente da violência contra a mulher e da atuação do assistente social nesse contexto.

A etapa seguinte consistiu no fichamento e análise de conteúdo dessas 21 publicações, com foco nos seguintes eixos temáticos:

Conceito e expressões da violência de gênero;

- Tipos de violência contra a mulher;
- Violência doméstica e suas particularidades;
- Intervenção profissional do assistente social;
- Desafios institucionais e estratégias de enfrentamento.

Essa sistematização permitiu uma leitura crítica da produção acadêmica existente, contribuindo para a construção de um referencial analítico que subsidia a discussão apresentada neste artigo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Raízes históricas brasileiras, cultivadas ao longo do tempo, dificultam a erradicação e o combate das violências, contra a mulher no país. As mesmas têm um poder de persuadir a sociedade, fazendo com que até a mídia utilize o seu poder de propagação e informação para divulgação da mulher como um ser que é objeto, principalmente sexual e isso fortalece a ideia que a mulher é algo que o homem tem como dever cultural de patrimônio do mesmo. Logo esse pode fazer o que bem entender com esse bem patrimonial que dispõe em seu poder. Se a mídia usasse seu poder de influência para campanhas governamentais de conscientização para que a população denuncie todo é qualquer tipo de violência contra a mulher facilitaria o combate. Outra forma de também combater seria o poder legislativo criar urgentemente projetos de lei que aumente a punição para os agressores, para diminuir a reincidência, e talvez assim o fim da violência contra a mulher.

Entendemos que a violência pode estar presente em todos os âmbitos da vida da mulher e pode se manifestar de diferentes formas e em diversas circunstâncias através do seu ciclo evolutivo em algumas dessas formas podemos concluir que se o profissional que fizer contato com a mesma, não estiver capacitado suficientemente para identificar esse tipo de violência, a mesma pode passar por despercebida e não ser combatida.

A análise dos materiais selecionados permitiu identificar importantes contribuições da categoria profissional dos assistentes sociais no enfrentamento à violência contra a mulher, sobretudo no âmbito das políticas públicas e da rede de proteção social. As publicações examinadas enfatizam a centralidade da atuação crítica, ética e comprometida com os direitos humanos, mas também evidenciam desafios estruturais e institucionais que tensionam e, por vezes, limitam essa intervenção.

Em primeiro lugar, os textos destacam a violência contra a mulher como uma expressão da questão social, reforçando sua dimensão estrutural e histórica. Essa abordagem está em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, que compreende a violência de gênero como fruto das relações desiguais de poder sustentadas pelo patriarcado, racismo e desigualdade de classe (SILVA, 2021; COSTA, 2019). A atuação profissional, portanto, não pode se restringir a práticas assistencialistas ou meramente técnicas, devendo incorporar uma análise crítica das determinações sociais da violência.

Além disso, as produções analisadas apontam que o assistente social ocupa um lugar estratégico nas políticas públicas, especialmente na assistência social, saúde, justiça e segurança pública, sendo frequentemente o primeiro profissional a acolher mulheres em situação de violência. Nesse sentido, é exigido do profissional não apenas domínio técnico-operativo, mas também sensibilidade ética e política, de modo a construir vínculos de confiança, assegurar o sigilo e garantir que a escuta seja acolhedora e não revitimizadora (FERREIRA, 2020; NASCIMENTO, 2018).

Por outro lado, os artigos também revelam limitações e desafios concretos enfrentados pelos assistentes sociais: sobrecarga de trabalho, escassez de recursos institucionais, ausência de equipes multiprofissionais suficientes, precarização das condições de trabalho, descontinuidade de políticas públicas e insuficiência de espaços de formação continuada. Esses aspectos impactam diretamente a capacidade de resposta dos serviços à complexidade que envolve os casos de violência doméstica (ALMEIDA, 2022; OLIVEIRA, 2021).

Outro aspecto recorrente nos textos analisados diz respeito à importância da articulação em rede intersetorial, o que exige do profissional uma atuação articulada com diferentes órgãos e políticas: CREAS, CRAS, Defensorias Públicas, Delegacias da Mulher, Juizados de Violência Doméstica, Centros de Referência de Atendimento à Mulher, entre outros. Essa articulação é vista como essencial para garantir proteção integral à mulher e rompimento do ciclo de violência, mas

enfrenta obstáculos como falta de comunicação entre os órgãos, ausência de fluxos padronizados e lacunas na responsabilização dos agressores.

Do ponto de vista das estratégias de intervenção, os estudos evidenciam a importância de ações de prevenção e educação em direitos, abordagens grupais com as mulheres, projetos de empoderamento, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como o registro sistemático dos atendimentos como instrumento de visibilidade e defesa de direitos. Tais estratégias não substituem o atendimento individualizado, mas o complementam, ampliando o impacto da intervenção social (MOURA, 2020; PEREIRA, 2017).

Cabe destacar ainda que parte das produções analisadas denuncia o desmonte de políticas públicas de proteção social no cenário recente, especialmente no contexto pós-reformas neoliberais e dos cortes orçamentários. A análise crítica dessas conjunturas revela que a defesa da vida das mulheres está diretamente ligada à valorização e ao financiamento das políticas sociais universais, com controle social e participação popular. Nesse cenário, a atuação do Serviço Social se mostra ainda mais desafiadora, mas também indispensável.

Portanto, os resultados desta investigação apontam para a necessidade de um exercício profissional politicamente engajado, eticamente fundamentado e tecnicamente qualificado, capaz de enfrentar os limites institucionais sem perder de vista o compromisso com a transformação social. O enfrentamento à violência contra a mulher exige não apenas a denúncia da violência em si, mas também a desnaturalização de uma cultura patriarcal ainda profundamente enraizada nas relações sociais e nas instituições do Estado.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso nos proporcionou explorarmos um fenômeno complexo que é a violência contra a mulher.

Mas também nos propiciou conhecer mais profunda o tema e o porquê que as mesmas cotidianamente se encontram em situação de violência. Diversos autores apontam em suas pesquisas que a violência é fruto da desigualdade de gênero, que foi naturalizada pela cultura, portanto perpassa as mais diferentes sociedades e está enraizada nas pessoas que cometem os atos violentos e também em muitas mulheres que se encontram nesta situação. Isso dificulta a construção da autonomia feminina, pois muitas mulheres acreditam que deve ser submissa aos homens, dificultando assim a denúncia, isso se aplica a essa crença construída ao longo de todo um tempo.

Pôde-se concluir também que apesar de haver uma legislação que hoje ampare a mulher, ainda existe uma grande ausência de políticas públicas que beneficiem essas mulheres como programas e casas de acolhida, onde elas possam ter mais defesa e proteção. Ao se fazer uma análise geral de todas as pesquisas aqui estudada no contexto de violência contra a mulher observou que muitas mulheres não levam em frente suas denúncias, por medo de represálias e em alguns casos por dependerem financeiramente do agressor.

O assistente social vem buscando fazer trabalhos onde beneficiem essas mulheres e seus filhos, sempre validando seus direitos e orientando a agir das melhores maneiras para conseguir seus objetivos. A maior dificuldade enfrentada pelos assistentes sociais é a falta de recursos para se desenvolver programas em locais adequados para atendimento focado na violência contra a mulher. Isto acontece em todo Brasil, onde o mesmo profissional que atende casos de violência contra a criança e adolescente, também faz atendimentos às mulheres violentadas.

Diante disso, a atuação profissional deve não apenas responder às demandas imediatas das vítimas, mas também produzir análises críticas sobre as estruturas que sustentam a violência de gênero, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais efetivas, democráticas e emancipatórias.

Por fim, reafirma-se que a luta contra a violência de gênero exige o fortalecimento das políticas sociais, a garantia de financiamento público, a valorização do trabalho profissional e o

envolvimento da sociedade civil.

O Serviço Social, como profissão comprometida com a defesa intransigente dos direitos humanos, tem um papel estratégico na construção de práticas que visem à superação das desigualdades de gênero e à afirmação da dignidade humana.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Estabelece mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, cria medidas de proteção às mulheres em situação de violência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 7 ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2006/111340.htm.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Tipos de Violência na Lei Maria da Penha. Última modificação: 20/02/2024 15:37. Disponível: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/tipos-de-violencia-na-lei-maria-da-penha>. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL; TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). Última modificação: 20 fev. 2024, 15:37.

CARVALHO, E. F. M.; LAGUARDIA, J.; DESLANDES, S. F. Sistemas de informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4, p. 1273-1287, 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022274.0872202.

CASTANHO, W. C. A violência contra a mulher. *Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 9, n. 11, nov. 2023.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/parametrosmulheres.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/codigoetica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

COSTA, G. M. C.; CELINO, S. D. M.; ALMEIDA, F. C. A.; LEITE, F. A.; SILVA, L. A. P.; SOUTO, R. Q. Perfil epidemiológico da violência contra mulheres no estado da Paraíba de 2009 a 2019. *Rev. APS [Internet]*, v. 27, único, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1809-8363.2024.v27.41873>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GUERREIRO, E. P. A.; SOBRINHO, R. R. B.; RODRIGUES, T. C. C.; OLIVEIRA, T. V. S. D. O serviço social e a violência doméstica contra a mulher. *Social Meeting Scientific Journal*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-20, jun. 2020.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – resultados do universo [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2010 [acesso em 31 de Out de 2024]. 270 p. ISBN: 0104-3145. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.

OLIVEIRA, K. S. et al. O papel do assistente social frente a violência contra a mulher: uma revisão da literatura para o município de Altamira. *Ciências Sociais*, v. 28, edição 130, p. 1-15, jan. 2024. DOI: 10.5281/zenodo.10499149.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SARTI, Cynthia Andersen. A violência contra a mulher: um problema de saúde pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 109–121, 1999.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, Governo do Estado do Pará. *Pará reforça enfrentamento da violência contra a mulher*.

2016. Disponível: <https://segup.pa.gov.br/noticias/par%20A1-refor%20A7a-enfrentamento-da-viol%20Ancia-contra-mulher>. Acesso em: 27 set. 2024.

SOUSA, Ana Paula; OLIVEIRA, Maria das Dores. Violência de gênero e políticas públicas: limites e possibilidades da atuação do assistente social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 210–219, 2021.

SOUSA, R. de V., UCHÔA, A. M. de V., & BARRETO, M. R. N. (2024). Fontes de informação sobre a violência contra a mulher no Brasil. *Serv.Soc. Soc.*, São Paulo, v. 147(2), e-6628376, 2024. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.376>

STOCHERO, L; PINTO, L.W. "Eu sofria calada e certamente toda mulher é assim" – Silenciamentos: reproduções e rupturas da violência contra as mulheres que vivem em contextos rurais, 2024. cienciaesaudecoletiva.com.br ISSN 1413-8123. v.29, n.7, DOI: 10.1590/1413-81232024297.02522024

PEREIRA, E. M.; BARBOSA, E. C. *Violências contra a mulher: e a atuação do assistente social nesse contexto*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social) — Universidade Paulista, São Paulo, 2016.

YAMAMOTO, Odete M.; CAMPOS, Rosely C. de. *Fundamentos do Serviço Social: história e contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2009.

4

A PERSPECTIVA DE FUTURO DE ADOLESCENTES: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DE PALMÁCIA- CE

**Francisca Dayana
de Moura Lino**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité

**Dayane da
Silva Moreira**

Pós-Graduação em Gestão
em Saúde Pública

Centro Universitário
Maurício de Nassau

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender as perspectivas de futuro dos adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Palmácia-CE, identificando seus sonhos, desafios e sentimentos diante do contexto de vulnerabilidade social em que vivem. A pesquisa, de abordagem qualitativa e descritiva, utilizou um questionário estruturado aplicado por meio do Google Forms, direcionado aos adolescentes participantes do programa. Os resultados revelaram que, apesar das dificuldades socioeconômicas e da falta de oportunidades no município, os jovens demonstram esperança, fé e valorização da educação e do trabalho como caminhos para alcançar seus objetivos. Constatou-se também a relevância do papel da família, da escola e do CRAS como espaços de acolhimento, fortalecimento da autoestima e incentivo à construção de projetos de vida. Conclui-se que o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais voltadas à juventude é essencial para ampliar as oportunidades e promover o protagonismo desses adolescentes na sociedade.

Palavras-chave: Adolescência; Perspectivas de futuro; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT



This study aimed to understand the future perspectives of adolescents assisted by the Coexistence and Strengthening of Bonds Service (SCFV) at the Social Assistance Reference Center (CRAS) in Palmácia, Ceará, identifying their dreams, challenges, and feelings in the context of social vulnerability. The research, with a qualitative and descriptive approach, used a structured questionnaire applied through Google Forms, targeting adolescents participating in the program. The results showed that, despite socioeconomic difficulties and the lack of opportunities in the municipality, the young participants demonstrated hope, faith, and appreciation for education and work as means to achieve their goals. The study also highlighted the importance of family, school, and CRAS as spaces for support, self-esteem building, and encouragement of life projects. It concludes that strengthening intersectoral public policies aimed at youth is essential to expand opportunities and promote the protagonism of these adolescents in society.

Keywords: Adolescence; Future perspectives; Social vulnerability.

INTRODUÇÃO



A transição da adolescência para a maioridade representa um momento decisivo no desenvolvimento humano. Essa etapa é marcada por profundas transformações físicas, emocionais, cognitivas e sociais, que influenciam diretamente na construção da identidade e na definição das perspectivas de futuro dos adolescentes.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a adolescência compreende a faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos, sendo reconhecida como uma fase de formação, busca por autonomia e enfrentamento de conflitos internos e externos. Nesse período, sentimentos como medo, insegurança, dependência emocional e dúvidas são comuns, tornando essa fase naturalmente complexa. Entretanto, para adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social, tais desafios se intensificam diante da ausência de acesso a direitos básicos, da dificuldade em romper o ciclo da pobreza, da falta de oportunidades e do enfraquecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Nesse cenário, compreender como os adolescentes vivenciam essa fase e quais obstáculos enfrentam torna-se essencial para a elaboração de políticas públicas efetivas. O presente estudo parte do seguinte questionamento: Quais são as perspectivas de futuro dos adolescentes atendidos pelo CRAS de Palmácia que vivem em situação de vulnerabilidade social, considerando os desafios e oportunidades presentes em seu contexto?

O estudo visa analisar não apenas as dificuldades enfrentadas, mas também as potencialidades desses jovens, buscando contribuir para estratégias que fortaleçam sua autonomia e protagonismo. Para tanto, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado, elaborado e aplicado por meio da plataforma Google Forms, o que possibilitou maior alcance, praticidade e sistematização das respostas. A pesquisa ancora-se na realidade do município de Palmácia/CE, onde o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) desempenha papel central como política pública de apoio à juventude em vulnerabilidade.

1 A ADOLESCÊNCIA: FASE DE TRANSIÇÃO E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A adolescência, compreendida como o período de transição entre a infância e a vida adulta, é uma fase do ciclo vital humano marcada por intensas e complexas transformações em múltiplas dimensões: biológica, psicológica e social. Essas mudanças não ocorrem de forma isolada, mas interagem dinamicamente, moldando a experiência individual e a forma como o adolescente se relaciona com o mundo ao seu redor.

No plano biológico, a adolescência é caracterizada por um rápido crescimento físico e pelo amadurecimento sexual, impulsionado por alterações hormonais significativas. Essas transformações corporais impactam diretamente a autoimagem e a percepção que o adolescente tem de si, gerando, muitas vezes, sentimentos de estranhamento, curiosidade e, por vezes, insegurança. O corpo em mudança exige uma nova adaptação e ressignificação da própria identidade física.

Psicologicamente, esta etapa é um período crucial para a construção da identidade. Segundo Erikson (p.128,1968), a adolescência é uma fase marcada pela busca da identidade e pela necessidade de definir papéis sociais, processo que pode gerar dúvidas e conflitos internos. Essa busca por autonomia e afirmação pessoal envolve a experimentação de diferentes papéis sociais, a redefinição de vínculos familiares e a construção de novas relações de amizade e afeto.

Pesquisas recentes reforçam essa compreensão ao destacar que o processo identitário na adolescência é dinâmico e se desenvolve a partir da interação entre fatores individuais e contextuais. De acordo com Rangel, Torman e Focesi (p. 48,2012), a identidade se constitui na relação com o outro e é fortemente influenciada pelos grupos sociais e culturais aos quais o adolescente pertence.

Além disso, Oliveira (p.112,2006) argumenta que a construção da identidade adolescente deve ser compreendida também a partir

de uma perspectiva narrativa — ou seja, como um processo em que o sujeito organiza suas experiências e atribui sentido a elas. Essa visão amplia a compreensão tradicional da adolescência como mera “crise”, reconhecendo-a como um período fértil de reorganização subjetiva e de construção de significado.

No contexto contemporâneo, marcado pela globalização e pelo avanço das tecnologias digitais, novas variáveis entram em cena. Estudos como o de Oliveira et al. (p.9, 2023) e de Souza e Tozatto (p.236,2024) apontam que as redes sociais e a cultura midiática exercem grande influência na construção da identidade dos adolescentes, promovendo tanto possibilidades de expressão e pertencimento quanto riscos de fragmentação identitária e dependência da validação externa.

Socialmente, os adolescentes expandem seus círculos de convivência para além do núcleo familiar, buscando a inserção em grupos de pares e na comunidade. Essa ampliação de horizontes sociais é fundamental para o desenvolvimento de habilidades de comunicação, negociação e para a construção de um senso de pertencimento (Rangel et al., 2012). A influência do contexto familiar, da rede de apoio social, das condições socioeconômicas e do acesso a oportunidades educacionais e culturais desempenha um papel determinante na forma como essa busca por identidade e autonomia se manifesta e se consolida.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (art.2, ECA, 1990) reconhece a adolescência como um período de direitos específicos, enfatizando a responsabilidade compartilhada do Estado, da família e da sociedade na garantia do desenvolvimento integral do jovem. A ausência de suporte adequado e a privação de direitos básicos podem comprometer significativamente a formação de um projeto de vida sólido e a capacidade de vislumbrar um futuro promissor, impactando diretamente o desenvolvimento pleno do adolescente e sua inserção futura na sociedade. A construção de um projeto de vida, portanto, não é apenas uma aspiração individual, mas um direito que exige condições sociais e institucionais favoráveis para sua efetivação.

2 SER ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA: CONTEXTO E POLÍTICAS PÚBLICAS EXISTENTES

O município de Palmácia, situado na região serrana do Ceará, possui cerca de 12 mil habitantes, dos quais aproximadamente 18% são adolescentes entre 10 e 19 anos (IBGE, 2022). Embora reconhecida por sua riqueza natural e vida comunitária ativa, a cidade enfrenta desafios como desigualdade social, poucas oportunidades de emprego e acesso limitado a serviços de saúde e educação. Essa realidade influencia diretamente a formação de identidade e os projetos de vida dos jovens, muitas vezes marcados pela falta de perspectivas e pela dificuldade em visualizar caminhos de transformação social.

As políticas públicas voltadas para a adolescência em Palmácia concentram-se, primordialmente, nas ações desenvolvidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). O CRAS atua de forma estratégica na promoção do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, na prevenção de situações de risco social e na garantia de direitos fundamentais para os adolescentes. Além das iniciativas do CRAS, programas como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Programa Bolsa Família desempenham um papel relevante na vida dos adolescentes e de suas famílias, oferecendo suporte e contribuindo para a redução das vulnerabilidades.

Contudo, apesar dessas importantes iniciativas, persistem lacunas que dificultam o acesso equitativo a oportunidades educacionais, culturais e profissionais, especialmente para os jovens residentes em áreas rurais do município. A ausência de políticas públicas mais abrangentes e integradas para a juventude, que articulem diferentes setores como educação, saúde, cultura e esporte, reforça a necessidade de ampliar os investimentos e a coordenação entre as diversas esferas governamentais e a sociedade civil.

A vivência profissional de mais de dez anos à frente do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com adolescentes me proporcionou uma observação atenta sobre as dinâmicas sociais

e subjetivas que permeiam a juventude em contextos de vulnerabilidade. Ao longo desse período, tornou-se perceptível uma crescente apatia e desmotivação entre os jovens, mesmo diante de oportunidades concretas de inserção social e produtiva, como estágios remunerados e o acesso facilitado ao ensino técnico e superior.

Essa realidade suscita reflexões sobre os fatores estruturais, culturais e subjetivos que limitam a capacidade de muitos adolescentes visualizarem um futuro diferente daquele marcado pela pobreza e exclusão social. Como apontam autores como Erik Erikson (p.130,1968), a adolescência é um período crítico de formação da identidade, em que o jovem busca sentido e reconhecimento social. No entanto, quando esse processo ocorre em contextos de desigualdade, ausência de perspectivas reais e enfraquecimento dos vínculos comunitários, o resultado tende a ser a fragilização do projeto de vida e a descontinuidade entre desejo e ação.

Além disso, conforme destaca Paulo Freire (p.67,1996), a falta de experiências concretas de valorização e diálogo pode gerar um sentimento de impotência e de “imobilismo social”, no qual o sujeito não se reconhece como agente capaz de transformar sua realidade. Assim, mesmo políticas públicas que oferecem oportunidades objetivas — como vagas de estudo e trabalho — podem se mostrar insuficientes se não estiverem acompanhadas de ações que fortaleçam o protagonismo juvenil, o sentimento de pertencimento e a construção de sentido para o futuro.

Em Palmácia, as oportunidades de fato são limitadas, concentrando-se, em grande parte, em empregos na prefeitura ou em pequenos comércios locais. No entanto, o mais impressionante é a constatação de que, mesmo quando essas oportunidades surgem, elas nem sempre despertam o envolvimento ou o entusiasmo dos jovens. Essa problemática sugere a necessidade de uma compreensão mais aprofundada sobre a realidade vivida pelos adolescentes do município, marcada pela carência de espaços e de demanda de escuta desses sujeitos, evidenciando suas expectativas, desejos e as limitações que enfrentam na construção de um projeto de vida futuro.

Compreender esse cenário é fundamental não apenas para qualificar as ações desenvolvidas pelas políticas públicas, mas também para fomentar estratégias que promovam o protagonismo juvenil e ampliem o acesso a oportunidades que realmente ressoem com as aspirações e necessidades desses jovens.

3 O PAPEL DA FAMÍLIA NA CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS DE FUTURO

A família exerce um papel fundamental na formação da identidade e na construção das perspectivas de futuro dos adolescentes. É nesse espaço de convivência que se desenvolvem os primeiros vínculos afetivos, valores, crenças e referenciais de comportamento, que servirão de base para a construção de projetos de vida. Yamamoto (2007, p.89) destaca que a família deve ser compreendida como uma instituição dinâmica, capaz de se adaptar às mudanças sociais e de fornecer suporte emocional e material necessário ao desenvolvimento saudável dos jovens.

Do ponto de vista do Serviço Social, a família é considerada unidade central de proteção social, sendo reconhecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) como núcleo essencial para a garantia de direitos. O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) atua diretamente no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, prevenindo situações de risco social e garantindo apoio psicossocial aos adolescentes e suas famílias.

Pesquisas apontam que estilos parentais marcados por diálogo, afeto e limites claros favorecem o desenvolvimento psicológico positivo, fortalecendo a autoestima e a autonomia dos jovens (Rinhel-Silva; Constantino; Rondini, 2012, p.89). Por outro lado, contextos de negligência, violência ou fragilidade dos vínculos familiares tendem a comprometer o desempenho escolar, a inserção social e a capacidade de planejar o futuro.

Dellazzana-Zanon et al. (2023, p.19) reforçam que a presença de apoio familiar e de relações de cuidado entre irmãos contribui para

maior clareza na formulação de projetos de vida, evidenciando a centralidade da família como mediadora entre as experiências individuais e coletivas. Nesse mesmo sentido, estudo realizado por Paidéia (2007) identificou que adolescentes que relatam relações familiares positivas tendem a ter expectativas mais promissoras em relação ao futuro, enquanto vínculos fragilizados resultam em perspectivas mais limitadas.

Assim, compreender a função protetiva e orientadora da família é essencial para a prática do Serviço Social, que busca intervir nas situações de vulnerabilidade social fortalecendo os vínculos familiares. A ausência de relações familiares sólidas pode impactar a autoestima e reduzir a capacidade de resiliência dos adolescentes, dificultando a construção de projetos de vida. Dessa forma, a atuação do assistente social junto às famílias, articulada às políticas públicas de proteção social, torna-se estratégica para promover o protagonismo juvenil e ampliar as possibilidades de futuro para adolescentes em contextos de vulnerabilidade.

4 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA ADOLESCÊNCIA

O Serviço Social desempenha um papel crucial na mediação entre as demandas complexas dos adolescentes e as respostas das políticas públicas, especialmente no contexto da vulnerabilidade social. A atuação do profissional da área é intrinsecamente interdisciplinar, buscando uma compreensão aprofundada das múltiplas dimensões que compõem a vulnerabilidade social, as quais incluem, mas não se limitam a pobreza, violência, exclusão educacional, discriminação e a fragilidade dos vínculos familiares e comunitários.

No âmbito da adolescência, o assistente social desenvolve uma gama diversificada de ações que vão desde o atendimento individualizado e familiar, focado na escuta qualificada e no suporte psicossocial, até a promoção de atividades coletivas.

Essas atividades são cuidadosamente planejadas para fortalecer a autoestima dos jovens, desenvolver habilidades sociais e emocionais, e fomentar a construção de projetos de vida que sejam significativos e alinhados às suas aspirações. No Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Palmácia, essa atuação é fundamental para criar um ambiente de apoio e acolhimento que não apenas incentive o protagonismo juvenil, mas também promova o pleno exercício da cidadania.

Adicionalmente, o Serviço Social atua como um articulador essencial entre as diferentes políticas públicas. Ao estabelecer pontes com setores como saúde, educação, cultura e esporte, o assistente social garante que o adolescente tenha acesso a um conjunto integrado de recursos e serviços que favoreçam seu desenvolvimento integral. A capacidade de identificar as barreiras e os desafios enfrentados por esses jovens permite ao profissional propor estratégias inovadoras e eficazes para superá-los, fortalecendo as redes de apoio existentes e criando espaços de participação ativa na comunidade.

Essa abordagem sistêmica e integrada é vital para que os adolescentes em situação de vulnerabilidade possam construir um futuro mais digno e promissor, superando as adversidades e transformando suas realidades.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa caracteriza-se como de abordagem qualitativa e descritiva, por buscar compreender em profundidade as percepções e perspectivas de futuro dos adolescentes a partir de suas próprias narrativas, considerando o contexto social em que estão inseridos. A escolha dessa abordagem justifica-se pelo fato de possibilitar a apreensão de significados, valores e expectativas que não poderiam ser plenamente captados por métodos exclusivamente quantitativos.

O universo da pesquisa correspondeu aos adolescentes atendidos pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Palmácia/CE, todos inseridos em contextos de vulnerabilidade social. A definição desse público decorre do papel estratégico desempenhado pelo CRAS enquanto política pública de proteção social básica, voltada ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Quanto ao perfil dos participantes, a pesquisa contou com a participação de 14 adolescentes, com idades entre 15 e 18 anos, sendo 10 do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Todos os participantes eram acompanhados pelo CRAS do município de Palmácia/CE e possuíam vínculo ativo no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). No que se refere à escolaridade, os adolescentes encontravam-se matriculados entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, na rede pública de ensino.

A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário estruturado, elaborado na plataforma Google Forms, contendo questões abertas e fechadas. As questões abertas possibilitaram captar as percepções subjetivas dos adolescentes acerca de seus projetos de vida, enquanto as questões fechadas forneceram dados objetivos para a caracterização do perfil dos participantes. O uso do Google Forms favoreceu maior acessibilidade, praticidade no preenchimento e organização sistemática das respostas.

Para o tratamento das informações, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), que permitiu a identificação de categorias temáticas relacionadas às perspectivas de futuro, ao papel da família, às oportunidades e às dificuldades enfrentadas pelos adolescentes em sua realidade social. A análise buscou articular os discursos individuais com o contexto coletivo, valorizando tanto os elementos singulares quanto as recorrências presentes nos relatos.

No que tange aos aspectos éticos, a pesquisa respeitou integralmente os princípios estabelecidos pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Foram assegurados o anonimato dos participantes, a participação voluntária mediante consentimento informado e a utilização das informações exclusivamente para fins acadêmicos. Ademais, seguiram-se as orientações metodológicas e éticas apresentadas por Vargas (2012, p. 291), que ressalta a importância do respeito à dignidade dos sujeitos e da transparência nas relações entre pesquisador e participantes, princípios essenciais para a legitimidade da pesquisa social.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise das entrevistas aplicadas aos adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Palmácia-CE possibilitou compreender, de forma mais profunda, as percepções desses jovens sobre suas vivências, expectativas e desafios diante do futuro. As falas revelam tanto esperança e desejo de superação quanto inseguranças e sentimentos de limitação, decorrentes do contexto social em que estão inseridos.

A maioria dos entrevistados vive em famílias de baixa renda e participa de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, o que evidencia situações de vulnerabilidade socioeconômica. Ainda assim, suas falas demonstram resiliência e otimismo, reconhecendo a importância do estudo e do esforço pessoal como caminhos para transformação. Como afirmou o Entrevistado 1:

“Quero estudar muito pra ser alguém na vida e poder ajudar minha mãe.”

Essa fala reflete a valorização da educação como instrumento de ascensão social e de retribuição à família, o que, segundo Yamamoto (2007, p. 89), demonstra a função mediadora da família e da escola na construção de projetos de vida. A educação, portanto, aparece como símbolo de mobilidade e reconhecimento social.

Quando questionados sobre o significado de participar do SCFV, as respostas indicam que o espaço é percebido como um local de acolhimento, aprendizado e convivência. O Entrevistado 2 relatou:

“Gosto muito de ir pro CRAS porque a gente aprende, brinca e conversa com os amigos.”

Essas percepções evidenciam o papel do CRAS como ambiente protetivo e promotor de socialização, fortalecendo vínculos e ampliando a visão de mundo dos adolescentes. Rinhel-Silva, Constantino e Rondini (2012, p. 89) destacam que as relações afetivas e o pertencimento a grupos sociais são fundamentais para o desenvolvimento emocional e cognitivo do adolescente, algo reforçado nas falas sobre o SCFV.

Entretanto, alguns entrevistados demonstraram desinteresse e desmotivação em determinadas atividades, como expressou o Entrevistado 3:

“Às vezes é chato porque as atividades são repetidas, queria que tivesse mais coisas diferentes.”

Essa observação indica a necessidade de práticas pedagógicas mais participativas e criativas, que despertem o protagonismo juvenil. De acordo com Bardin (2016, p. 128), a escuta atenta dos sujeitos da pesquisa é essencial para identificar sentidos implícitos e ajustar as ações de intervenção de acordo com seus interesses e realidades.

Em relação às perspectivas de futuro, todos os entrevistados afirmaram pensar sobre o amanhã e expressaram sonhos relacionados a profissões específicas. Entre as respostas, destacam-se falas como:

“Quero ser policial pra proteger as pessoas.”
(Entrevistado 4)

“Sonho em ser jogador de futebol e ajudar minha família.”
(Entrevistado 5)

“Quero ter um bom trabalho e uma vida melhor.”
(Entrevistado 6)

Esses relatos refletem o desejo por estabilidade, reconhecimento e pertencimento social. Para Erikson (1968, p. 128), essa busca é própria da fase da adolescência, quando o indivíduo tenta definir quem é e qual papel desempenhará na sociedade. Assim, os sonhos expressos pelos adolescentes de Palmácia podem ser compreendidos como símbolos do processo de construção da identidade e da tentativa de projetar um futuro melhor do que o presente vivido.

Apesar do otimismo, surgem também sentimento de insegurança e incerteza, como relatado pelo Entrevistado 7:

“Tenho medo de não conseguir o que quero, porque aqui na cidade não tem oportunidade.”

Essa fala traduz a percepção de limites estruturais, como a escassez de oportunidades educacionais e de inserção no mercado de trabalho. Segundo Yamamoto (2010, p. 44), a falta de políticas públicas e de redes de apoio consistentes compromete a autoestima e a confiança do jovem em seu próprio potencial. Assim, as falas revelam o impacto direto das condições sociais sobre as perspectivas individuais.

Quando questionados sobre o que os ajuda ou atrapalha a alcançar seus objetivos, os adolescentes citaram predominantemente o estudo, o esforço e a fé como fatores positivos. O Entrevistado 8 declarou:

“Se a gente tiver fé e correr atrás, tudo dá certo.”

Já o Entrevistado 9 afirmou:

“O que atrapalha é a preguiça e a falta de chance pra trabalhar.”

Essas respostas indicam uma visão equilibrada entre a responsabilidade individual e as limitações externas, mostrando que os adolescentes reconhecem o valor do empenho pessoal, mas também a influência das desigualdades estruturais. Dellazzana-Zanon et al. (2023, p. 19) reforçam essa dualidade ao afirmar que o apoio familiar e comunitário é essencial para a construção de projetos de vida realistas, evitando frustrações decorrentes da ausência de suporte social.

Os sentimentos predominantes diante do futuro foram esperança, ânimo e fé, ainda que permeados por medo e incerteza. O Entrevistado 10 sintetizou essa ambivalência ao dizer:

“Tenho medo do futuro, mas acredito que Deus vai me ajudar a conseguir.”

Erikson (1968, p. 131) explica que essa oscilação entre otimismo e insegurança é típica da adolescência, pois o jovem enfrenta uma crise de identidade ao mesmo tempo em que constrói novos valores e crenças. Essa fase, portanto, exige apoio emocional, oportunidades concretas e políticas públicas que deem sustentação aos sonhos desses sujeitos.

Por fim, quando convidados a refletir sobre o que significa ser jovem hoje, alguns destacaram aspectos positivos, como liberdade e aprendizado, enquanto outros enfatizaram as dificuldades. O Entrevistado 11 comentou:

“Ser jovem é bom, mas também é difícil porque o povo cobra muito da gente.”

Essa fala ilustra a tensão entre autonomia e pressão social, confirmando o que Bardin (2016, p. 135) define como heterogeneidade dos discursos, que expressa a pluralidade de experiências mesmo dentro de um mesmo contexto.

Dessa forma, as falas dos adolescentes de Palmácia revelam uma juventude que, apesar das vulnerabilidades sociais, mantém a capacidade de sonhar, acreditar e projetar um futuro melhor. Entretanto, para que esses sonhos se tornem viáveis, é necessário o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais que articulem educação, assistência social, cultura e trabalho. O Serviço Social, ao compreender e valorizar essas narrativas, desempenha papel fundamental na mediação entre os desejos juvenis e as possibilidades concretas de realização, promovendo o protagonismo e a cidadania desses jovens.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo compreender as perspectivas de futuro dos adolescentes atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Palmácia-CE, identificando seus sonhos, sentimentos e desafios diante do contexto de vulnerabilidade social em que vivem.

A pesquisa revelou que, apesar das adversidades socioeconômicas, os adolescentes demonstram esperança, determinação e fé no futuro, valorizando principalmente o estudo, o trabalho e o apoio familiar como meios de alcançar seus objetivos. As falas analisadas mostraram que o CRAS e a escola desempenham papel essencial na vida desses jovens, oferecendo espaços de convivência, acolhimento e fortalecimento da autoestima.

Contudo, também emergiram sentimento de insegurança e limitação, motivados pela percepção da falta de oportunidades locais e pela ausência de políticas públicas mais efetivas voltadas à juventude.

Esse cenário reforça a importância da ação intersetorial entre educação, assistência social, cultura e emprego, de forma a garantir que os adolescentes tenham condições concretas de desenvolver seus projetos de vida.

Os resultados confirmam o que apontam autores como Erikson (p.129,1968), ao afirmar que a adolescência é uma fase marcada por conflitos e pela busca de identidade; e Yamamoto (p.44,2010), ao destacar que a falta de redes de apoio pode comprometer a autoestima e a confiança no futuro. Dessa forma, a construção de perspectivas positivas depende tanto do esforço individual quanto do suporte emocional, familiar e institucional que o jovem recebe.

O estudo também evidenciou a relevância do Serviço Social na escuta e no acompanhamento dos adolescentes, atuando como mediador entre seus desejos e as políticas públicas disponíveis. O profissional da área, ao compreender as narrativas e os significados atribuídos pelos jovens às suas experiências, pode intervir de forma mais assertiva, fortalecendo o protagonismo e a cidadania.

Em síntese, pode-se afirmar que os adolescentes de Palmácia-CE sonham, acreditam e buscam um futuro melhor, mas ainda enfrentam desafios estruturais que limitam suas possibilidades de realização. A ampliação de políticas públicas voltadas à juventude — especialmente aquelas que promovam educação de qualidade, formação profissional e espaços de lazer e cultura — é fundamental para transformar essas aspirações em oportunidades reais.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para reflexões no campo do Serviço Social e da gestão pública, estimulando novas ações e pesquisas que ampliem a voz e a visibilidade dos jovens em situação de vulnerabilidade. Garantir a eles condições dignas de desenvolvimento e autonomia é investir em uma sociedade mais justa, participativa e igualitária.

REFERÊNCIAS



BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990*.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004.

DELLAZZANA-ZANON, Ligia L.; et al. Relações familiares e construção de projetos de vida na adolescência. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v. 24, n. 1, p. 19–31, 2023.

ERIKSON, Erik H. *Identidade: Juventude e Crise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022: resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Adolescência e identidade: uma leitura psicológica*. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Marta K. de; et al. Juventude e construção de identidade nas redes sociais. *Revista Educação e Sociedade, Campinas*, v. 44, p. 1–15, 2023.

PAIDÉIA. Estudo sobre relações familiares e projetos de vida de adolescentes. *Revista Paidéia*, v. 17, n. 36, p. 69–82, 2007.

RANGEL, Márcia; TORMAN, Vera; FOCESI, Elizabeth. Identidade e adolescência: processos de formação e pertencimento social. *Revista Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo*, v. 14, n. 2, p. 45–60, 2012.

SOUZA, Ana P.; TOZATTO, Larissa F. Adolescência e redes sociais: impactos na formação da identidade. *Revista Psicologia Contemporânea*, v. 31, n. 2, p. 233–247, 2024.

VARGAS, Marlene de Andrade. Aspectos éticos em pesquisas sociais. *Revista Katálysis, Florianópolis*, v. 15, n. 2, p. 287–295, 2012.

YAMAMOTO, Maria E. *Família e desenvolvimento humano: vínculos, afetos e limites*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica.

Para confirmar sua participação, você precisará ler todo este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere à pesquisa intitulada “A PERSPECTIVA DE FUTURO DE ADOLESCENTES: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE PALMÁCIA-CE”, que tem como objetivo de compreender as perspectivas de futuro dos adolescentes atendidos pelo CRAS de Palmácia, identificando seus sonhos, desafios e sentimentos diante do contexto de vulnerabilidade social.

A pesquisa será realizada por meio de um questionário estruturado (google forms) com os adolescentes atendidos no CRAS.

A previsão é que a participação leve cerca de 10 a 15 minutos. Ressaltamos que a precisão e sinceridade de suas respostas são fundamentais para a qualidade dos dados e para o êxito da pesquisa.

Sua participação é totalmente voluntária. Caso deseje, você poderá se retirar da pesquisa a qualquer momento, interrompendo a participação, sem qualquer prejuízo ou necessidade de justificativa.

Os responsáveis pela pesquisa garantem sigilo e confidencialidade sobre todas as informações fornecidas. Os dados coletados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e analisados de forma anônima, preservando a identidade dos(as) participantes. O tratamento dessas informações seguirá todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei nº 13.709/18).

Se surgir alguma dúvida ou se desejar entrar em contato com a equipe da pesquisa, você poderá fazê-lo a qualquer momento pelos meios abaixo:

Pesquisador(a) responsável: Francisca Dayana de Moura Lino

Curso: Serviço Social – Centro Universitário do Maciço de Baturité (UNIMB)

E-mail: dayanamoura88@gmail.com

Declaro que li e compreendi as informações acima e concordo em participar da pesquisa.

- Aceito participar da pesquisa
 Não aceito participar da pesquisa

5

A POLÍTICA DE DIVERSIDADE NO CEARÁ: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A SECRETARIA ESTADUAL DA DIVERSIDADE

**Francisco Geraldo
Dantas Araújo**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité



**Ana Larisse
Santos Barbosa**

Mestrado em
Sociologia

Universidade Estadual
do Ceará

RESUMO



Este estudo teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre a estrutura, diretrizes, funções e objetivos da Secretaria Estadual da Diversidade do Ceará, voltada a promoção e proteção dos direitos da população LGBTI+, a partir da investigação de documentos oficiais que estruturam e orientam sua atuação. A pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou a análise documental como procedimento central, examinando especialmente a Lei nº 18.310/2023, que institui a Secretaria, e a Cartilha de Enfrentamento da LGBTfobia (2025). Os resultados evidenciam que a criação da Secretaria representa um avanço significativo na institucionalização das políticas de diversidade no estado, fortalecendo a visibilidade governamental, a produção de orientações técnicas e a articulação intersetorial. Conclui-se que a Secretaria desempenha papel estratégico na consolidação dos direitos LGBTI+ no Ceará.

Palavras-chave: Políticas Públicas; LGBTI+; Diversidade.

ABSTRACT



This study aimed to analyze the role of the Ceará State Secretariat for Diversity in promoting and protecting the rights of the LGBTI+ population, based on an investigation of official documents that structure and guide its actions. The qualitative research used document analysis as its central procedure, examining especially Law No. 18.310/2023, which establishes the Secretariat, and the Guide to Combating LGBTphobia (2025). The results show that the creation of the Secretariat represents a significant advance in the institutionalization of diversity policies in the state, strengthening governmental visibility, the production of technical guidelines, and intersectoral articulation. It concludes that the Secretariat plays a strategic role in consolidating LGBTI+ rights in Ceará.

Keywords: Public Policies; LGBTI+; Diversity.

INTRODUÇÃO



A criação da Secretaria Estadual da Diversidade do Governo do Estado do Ceará em 2023 marca uma institucionalização fundamental da política para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres trans, homens trans, pessoas intersexo (LGBTI+) no estado cearense, emergindo como um órgão fundamental na promoção e proteção dos direitos humanos dessa população. Este marco caminha junto com as lutas históricas dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ em todo o Brasil (Nascimento, 2024; Quinalha, 2019, 2024).

De acordo com a Agência Brasil (2022), o IBGE divulgou pela primeira vez, por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS/2019), dados sobre a orientação sexual de adultos no Brasil, revelando que 2,9 milhões de pessoas com 18 anos ou mais se declararam lésbicas, gays ou bissexuais — cerca de 1,9% da população adulta —, enquanto 94,8% se identificaram como heterossexuais, 1,2% como homossexuais e 0,7% como bissexuais, números que o próprio instituto reconhece poderem estar subnotificados devido ao estigma.

Em nível regional, o IPECE (2023), com base na PNS e na PNAD Contínua, apontou que o Ceará apresenta um dos menores percentuais de pessoas autodeclaradas homossexuais ou bissexuais do país (1,2%), com 94,5% de heterossexuais e 4,2% de pessoas que não souberam ou não quiseram responder, enquanto Fortaleza registrou 1,5% de participação LGBT+, ao lado de Salvador. Embora representem um avanço na visibilidade estatística dessa população, os dados evidenciam desafios como a subnotificação, o persistente preconceito e a necessidade de políticas públicas que garantam direitos e ampliem a representatividade da população LGBT+ nas pesquisas nacionais.

É neste contexto que a Secretaria da Diversidade ganha destaque. Tem por objetivo desenvolver ações que garantam a cidadania plena e dignidade para todos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Por meio de programas voltados para a promoção da diversidade, combate à homofobia e à discriminação, bem como iniciativas de educação e conscientização, a Secretaria busca criar um ambiente mais inclusivo e respeitoso. Embora o Brasil tenha avançado em termos normativos e institucionais no reconhecimento dos direitos da população LGBTQIAP+, persistem lacunas significativas entre a formulação das políticas públicas e sua efetiva implementação, como preconceitos arraigados na sociedade, resistência política e limitações orçamentárias.

A criação da Secretaria da Diversidade do Ceará representa um marco institucional importante, simbolizando a presença do Estado no enfrentamento das desigualdades e violências que atingem essa população. No entanto, a simples existência de uma secretaria não garante, por si só, a efetividade de suas ações, demandando uma análise de como o órgão estrutura suas diretrizes, funções e objetivos no plano normativo, o que pode apontar para como seus programas e discursos se traduzem em práticas concretas de proteção e promoção de direitos.

A relevância desta pesquisa se dá não apenas pela necessidade de visibilizar as questões que envolvem a população LGBTQIAP+, mas também por contribuir para o aprimoramento das políticas públicas existentes. Ao identificar os pontos fortes e as lacunas em documentos que norteiam e/ou foram desenvolvidos pela Secretaria, foi possível analisar avanços e lacunas possíveis na atuação do órgão. Desse modo, primeiramente serão mapeados os principais marcos históricos e conquistas da luta por direitos da população LGBTQIAP+ no contexto brasileiro e cearense. Posteriormente, analisaremos os documentos institucionais da Secretaria da Diversidade do Ceará com base em critérios pré-estabelecidos.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de nos atentarmos aos marcos legislativos, cabe falarmos sobre conceitos iniciais dentro deste debate. O primeiro deles é o conceito de gênero, conforme Jaqueline Gomes de Jesus (2012), deve ser entendido como uma construção social e cultural, distinta do sexo biológico. Para a autora, as expectativas atribuídas a homens e mulheres decorrem de normas sociais aprendidas desde o nascimento, e não de diferenças naturais, o que torna o gênero um campo dinâmico, plural e marcado pela autoidentificação. Essa compreensão possibilita reconhecer identidades que escapam ao modelo binário tradicional, como as de pessoas travestis e transexuais, rompendo com visões normativas que pretendem submeter as experiências humanas ao determinismo biológico.

Segundo Judith Butler (2003), as identidades de gênero são performativas, ou seja, são construídas por meio de repetições de atos regulados socialmente. Essa perspectiva permite compreender que gênero e sexualidade são experiências plurais e dinâmicas, desafiando as normas binárias dominantes.

No contexto brasileiro, Berenice Bento (2006) contribui ao discutir as experiências das pessoas trans, destacando a urgência de políticas públicas que reconheçam suas identidades e garantam direitos. Ela evidencia que a marginalização dessas identidades está ligada a um processo histórico de patologização e exclusão. Richard Miskolci (2012) complementa esse debate ao analisar como a sexualidade, enquanto construção social, é atravessada por relações de poder, normas e estigmas, sendo central para a compreensão da desigualdade social contemporânea.

Letícia Nascimento (2021) e Amadeu Nascimento (2024) ratificam essa perspectiva ao afirmar que o gênero é um conceito em disputa, historicamente construído e politicamente mobilizado. Para ela, não existe uma experiência universal de feminilidade, e o feminismo precisa incorporar as vivências de mulheres trans, travestis e pessoas não binárias como legítimas.

O transfeminismo, nesse sentido, denuncia o sistema sexo-gênero-desejo que exclui corpos dissidentes e combate o trans-epistemicídio — a negação sistemática dos saberes e existências trans. Desessencializar o gênero é também enfrentar as violências estruturais que atravessam essas populações, abrindo espaço para múltiplas identidades e corporalidades.

Viviane Vergueiro (2015) contribui para esse debate ao propor a cisgeneridade como categoria analítica que evidencia como certas identidades são naturalizadas e outras, marginalizadas. Para a autora, a cisgeneridade constitui um regime político que sustenta a heteronormatividade e define quem pode ser reconhecido como “homem” ou “mulher” dentro da ordem social. Desnaturalizá-la é fundamental para compreender as desigualdades vividas por pessoas trans e travestis, cuja vulnerabilidade é aprofundada pela violência estrutural historicamente construída desde o período colonial. Assim, as reflexões dessas autoras, somadas às pesquisas sobre LGBTIfobia no Brasil, reforçam a importância de políticas públicas e movimentos sociais capazes de promover reconhecimento, proteção e dignidade às populações LGBTI+.

Benevides (2025, p. 63) afirma que “uma importante conquista foi a “homossexualidade” deixar de ser considerado uma doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990, sendo um marco importante na luta contra a discriminação”. Com os movimentos de visibilidade da comunidade LGBTQIAP+ a sociedade tem sido melhor esclarecida e orientada sobre as questões de orientação sexual. É necessário, pois trazer os dados estatísticos realizados pela Associação Nacional de Travestir e Transexuais (ANTRA), que afirma que pelo 16º ano consecutivo o Brasil ocupa o topo no ranking de assassinatos de pessoas trans, registrando em 2024, 122 assassinatos de travestis e pessoas transexuais (Regina Facchini, 2018).

Segundo Nascimento (2024) e Souza (2024) a população LGBTI+ do Brasil e Ceará enfrenta uma vulnerabilidade histórica enfrentando desafios na vida cotidiana, no trabalho, na educação e na família.

Dessa maneira, se faz necessário compreender como as políticas públicas promovidas pela Secretaria da Diversidade buscam promover a garantia, promoção, proteção e visibilidade da população LGBTI+ no Ceará.

A população LGBTI+ é um grupo diverso que engloba pessoas de diferentes orientações sexuais, identidades de gênero e expressões de gênero. A referida população enfrenta diversos desafios no seu cotidiano, incluindo: discriminação e preconceito, violências, direitos legais ainda desrespeitados, dificuldades no acesso à saúde devido ao estigma e à discriminação vivenciados, entre outros.

Segundo Reis e Cazal (2022), a sigla LGBTQIAP+ representa a diversidade de identidades de gênero e orientações sexuais existentes na sociedade, funcionando como um marco político de reconhecimento, respeito e visibilidade. Cada letra possui um significado específico: L designa as lésbicas, mulheres que sentem atração afetiva e/ou sexual por outras mulheres; G refere-se aos gays, homens que se relacionam emocional e sexualmente com outros homens; e B abrange os bissexuais, pessoas que sentem atração por mais de um gênero.

A letra T engloba as pessoas transgênero, cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído no nascimento, incluindo mulheres e homens trans, travestis e pessoas não binárias. O I refere-se às pessoas intersexuais, que, como explica Jesus (2012), nascem com variações biológicas nas características sexuais que não se enquadram no modelo binário masculino/feminino. Já o A representa as pessoas assexuais, que não sentem atração sexual ou experimentam-na de forma diferente das normas hegemônicas; enquanto P identifica as pessoas pansexuais, que podem sentir atração independentemente do gênero da outra pessoa.

O "+" simboliza a abertura para outras identidades de gênero, expressões de gênero e orientações sexuais que não estão contempladas nas letras anteriores, como queer, questioning e diversas outras formas de existência dissidente.

Dessa forma, a sigla não apenas nomeia grupos sociais, mas também expressa um compromisso ético e político com a pluralidade, a igualdade e o enfrentamento à discriminação — princípios centrais para a formulação de políticas públicas inclusivas, como as promovidas pela Secretaria da Diversidade do Ceará.

No que diz respeito à população LGBTQIAP+, é necessário compreender que as desigualdades vivenciadas por esses sujeitos são expressões da questão social, oriundas de uma sociedade estruturada na heteronormatividade, no patriarcado e no preconceito. De acordo com Raquel Raichelis (2008), o enfrentamento dessas desigualdades exige um compromisso com a universalização dos direitos e a construção de políticas públicas que promovam o reconhecimento das diversidades e o respeito às diferenças. No tópico seguinte, analisaremos o cenário das políticas públicas no Brasil e no Ceará, bem como os documentos selecionados para análise.

2 MÉTODO

A pesquisa é de abordagem qualitativa. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais e humanos por meio da análise de dados não numéricos, privilegiando a interpretação, o significado e a complexidade dos fenômenos. Diferentemente das abordagens quantitativas, sua ênfase recai sobre a compreensão aprofundada das experiências, práticas e interações sociais.

O estudo adota o método de pesquisa documental, utilizando como fontes arquivos públicos disponibilizados pelo site da Secretaria Estadual da Diversidade e pelo portal do Governo do Estado do Ceará. Sobre a pesquisa documental Lakatos e Marconi (2003, p. 174) apontam que “A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Os autores enfatizam que essas fontes são primárias, ou seja, documentos que registram de forma direta os fatos ou fenômenos estudados. Esse tipo de fonte é considerado mais próximo da realidade do objeto de estudo, conferindo maior confiabilidade às evidências que se pretende analisar. Desse modo, se faz necessário uma leitura crítica, de interpretação e contextualização dos documentos, considerando tanto seu conteúdo quanto sua forma, autoria e circunstâncias de produção.

Foram selecionados dois documentos centrais para análise: a Lei nº 18.310/2023, que institui a Secretaria Estadual da Diversidade, e a Cartilha de Enfrentamento à LGBTfobia, lançada em 2025. A análise desses documentos seguiu alguns critérios. Inicialmente, buscou-se avaliar a autenticidade e a origem dos documentos, verificando sua natureza (como lei, cartilha ou material técnico), instituição responsável, datação, autoria e registro formal, assegurando que se tratavam de fontes legítimas e institucionalmente reconhecidas. Em seguida, examinou-se sua representatividade e abrangência, identificando em que medida os documentos expressam diretrizes gerais da Secretaria ou apenas iniciativas pontuais, e observando se dialogam com outras ações e normativas institucionais.

Outro critério considerado foi a presença de planos de ação, metas e mecanismos de monitoramento, analisando se os documentos apresentam estratégias operacionais, cronogramas, indicadores ou processos de avaliação das ações propostas. Por fim, investigou-se sua articulação com marcos normativos, observando o alinhamento com legislações federais, diretrizes nacionais de direitos humanos, planos internacionais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e demais políticas relacionadas à diversidade sexual e de gênero. A partir desses critérios, realizou-se a leitura, sistematização e análise crítica do material, permitindo compreender a coerência interna dos documentos, seus avanços, limitações e potencialidades no fortalecimento da política pública destinada à população LGBTI+ no Ceará.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Políticas Públicas voltadas à diversidade no Brasil e no Ceará

A Constituição Federal de 1988 é o principal marco jurídico dos direitos humanos no Brasil, estabelecendo princípios essenciais como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e a proibição de discriminação (art. 3º, IV). Esses fundamentos servem de base para o reconhecimento dos direitos da população LGBTI+, ainda que o texto constitucional não mencione explicitamente essa população. Com o passar dos anos, decisões importantes do Supremo Tribunal Federal (STF), como a que reconheceu a união homoafetiva em 2011 e a criminalização da LGBTfobia em 2019, demonstram um avanço institucional significativo, ainda que tardio (MISKOLCI, 2012).

Na década de 2000, o Governo Federal criou o programa Brasil Sem Homofobia (2004), considerado um marco nas políticas públicas para a comunidade LGBTQIAP+. A iniciativa visava integrar ações nos campos da saúde, educação, segurança e cultura, além de promover campanhas de combate à violência e preconceito. Outro avanço importante foi a realização das Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, que contribuíram para a construção de um plano nacional e a ampliação da discussão nas esferas estaduais e municipais (ABGLT, 2022).

No campo da violência, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) passou a ser aplicada também a mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais em situação de violência doméstica, conforme portarias e entendimentos jurisprudenciais. O feminicídio, previsto pela Lei nº 13.104/2015, tem sido interpretado para incluir mulheres trans, fortalecendo o reconhecimento das especificidades de gênero.

No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 8.727/2016 introduziu o uso do nome social na administração pública, garantindo reconhecimento identitário às pessoas travestis e

transexuais, enquanto o Decreto nº 9.883/2019 reorganizou o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, consolidando espaços institucionais de participação. No campo da saúde, diversas portarias do Ministério da Saúde estruturaram o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS), redefinindo fluxos, ampliando serviços e instituindo a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. A Portaria nº 1.820/2009 reforçou o atendimento humanizado e livre de discriminação, princípio fundamental para o acolhimento da população LGBTI+ no SUS.

Também no âmbito federal, direitos previdenciários foram reconhecidos por meio da Portaria nº 513/2010, garantindo benefícios a casais homoafetivos no Regime Geral de Previdência Social. No campo profissional e ético, o Conselho Federal de Medicina (Resolução nº 2.265/2020) estabeleceu diretrizes de cuidado para pessoas trans, enquanto o Conselho Federal de Psicologia (Resolução nº 01/1999) reafirmou a proibição de práticas patologizantes, como a chamada “cura gay”, reforçando o compromisso com a dignidade e a não discriminação.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desempenhou um papel decisivo na consolidação de direitos civis e institucionais. A Resolução nº 175/2013 proibiu cartórios de recusarem casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, garantindo igualdade jurídica. As Resoluções nº 270/2018 e nº 348/2020 ampliaram a proteção ao estabelecer o uso do nome social nos serviços judiciais e a possibilidade de pessoas LGBTI+ escolherem unidades prisionais de acordo com sua identidade de gênero. O Provimento nº 52/2016 regulamentou o registro de filhos de casais homoafetivos por reprodução assistida, assegurando direitos parentais.

No sistema prisional, as Resoluções nº 04/2011 e Conjunta nº 01/2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária instituíram parâmetros para visita íntima e acolhimento da população LGBTI+ em privação de liberdade, tema historicamente marcado por vulnerabilidades. Outras instituições também avançaram: a Superintendência de Seguros Privados garantiu, pela Circular nº 257/2004, a inclusão de parceiros homoafetivos no seguro DPVAT

o INSS, pela Instrução Normativa nº 20/2007, assegurou pensão por morte e auxílio-reclusão; e a Receita Federal, pela Instrução Normativa nº 1.718/2017, autorizou a inclusão do nome social no CPF. No campo educacional, o Enunciado nº 39/2016 reconheceu o papel do Ministério Público na garantia da permanência de estudantes LGBTI+ nas escolas.

No âmbito do Ceará, a proteção dos direitos LGBTQIAPN+ possui caráter pioneiro. A Emenda Constitucional nº 65/2009 incluiu, no artigo 14 da Constituição Estadual, o compromisso de erradicar qualquer forma de preconceito e opressão, tornando o estado referência nacional ao incorporar a promoção da diversidade como princípio estruturante da administração pública. A partir de então, diversas legislações fortaleceram essa agenda: a Lei nº 13.644/2005 instituiu o Dia Estadual do Orgulho Gay; a Lei nº 16.334/2017 criou o Dia de Combate à Transfobia; e a Lei nº 19.649/2020 garantiu o direito ao nome social. Em 2023, a Lei nº 18.310 criou a Secretaria da Diversidade — a primeira do Brasil — consolidando o compromisso institucional com a inclusão da população LGBTQIAPN+.

Os decretos estaduais também ampliam a estrutura de proteção. O Decreto nº 32.188/2017 instituiu o Plano Estadual de Enfrentamento da LGBTfobia, enquanto o Decreto nº 35.344/2023 organizou a estrutura da Secretaria da Diversidade. Portarias como a nº 30/2017 da Polícia Civil e a nº 0304/2022 reforçam mecanismos de proteção contra violências LGBTfóbicas, e a Resolução nº 0463/2017 do Conselho Estadual de Educação assegura o uso do nome social em documentos escolares — um avanço importante para a inclusão de pessoas trans e travestis.

O Ceará destaca-se ainda por sua trajetória de mobilização social e institucional. A criação da Secretaria da Diversidade em 2023 representa um marco histórico na política pública brasileira, sinalizando o comprometimento do estado com uma sociedade mais inclusiva, justa e plural. Nos anos 2010 e 2020, a articulação entre coletivos, conselhos estaduais, movimentos sociais e o governo fortaleceu as ações voltadas à promoção dos direitos LGBTQIAPN+, consolidando uma política de Estado baseada na dignidade humana, no enfrentamento às desigualdades e na cidadania ativa.

A criação da Secretaria Estadual da Diversidade do Ceará, em 17 de fevereiro de 2023, representa um marco histórico na luta pelos direitos da população LGBTQIAP+. Primeira do Brasil com essa finalidade, a Secretaria surge como resposta à necessidade de políticas públicas específicas para a promoção da cidadania, proteção de direitos e combate às violências e desigualdades enfrentadas por essa população, no tópico seguinte, descreveremos um pouco mais sobre a sua estrutura.

4.2 A Secretaria da Diversidade do Ceará

A Secretaria da Diversidade do Ceará configura-se como um órgão vinculado à estrutura do Governo Estadual, responsável pela formulação, coordenação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção da igualdade e ao enfrentamento das discriminações por orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, deficiência e outras formas de diversidade. É o órgão responsável pela formulação e execução das políticas públicas de promoção dos direitos humanos e da diversidade no estado. Com sede em Fortaleza, atua em parceria com diversos equipamentos voltados ao acolhimento, proteção e fortalecimento da população LGBTI+.

Entre esses equipamentos destaca-se o Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, que oferece atendimentos psicológico, social e jurídico, além de promover ações educativas e campanhas de enfrentamento à LGBTIfobia. O Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+, vinculado à Sediv, funciona como instância de controle social, acompanhando e propondo políticas públicas para o segmento.

No campo da garantia de direitos, a Sediv articula-se também com o sistema de segurança pública por meio da Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (Decrin), responsável pela investigação e responsabilização de crimes motivados por preconceito. Já o Ambulatório Sertrans assegura atendimento especializado à população trans, com foco na saúde integral, hormonização e

acompanhamento multiprofissional.

Esses equipamentos compõem uma rede intersetorial de cuidado, prevenção e promoção da cidadania LGBTI+, evidenciando o compromisso do Estado com a inclusão, o respeito e os direitos humanos. Nesse contexto, a Sediv atua no desenvolvimento de políticas de proteção e promoção dos direitos LGBTQIAP+, na formação e capacitação de profissionais para o enfrentamento à LGBTfobia, no recebimento e encaminhamento de denúncias por meio de canais específicos, na coordenação de ações culturais e no fomento à empregabilidade — especialmente voltada à população trans —, além de fortalecer a participação social em parceria com o Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBTI+.

Seus objetivos centrais incluem promover a igualdade, combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, garantir acesso adequado aos serviços públicos e estimular ações educativas que desconstruam estigmas e preconceitos. Assim, reconhecer a diversidade e as lutas da comunidade LGBTQIAP+ é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Educar, defender direitos e celebrar a pluralidade são passos essenciais para o avanço da cidadania e do respeito.

Sua organização institucional é composta por coordenações e núcleos temáticos, que atuam de forma articulada na execução de programas e projetos voltados à população LGBTI+. Entre as principais divisões internas, destacam-se as Coordenações de Políticas para a População LGBT, a Coordenação de Promoção dos Direitos Humanos e os Núcleos de Educação e Formação Cidadã, que desenvolvem ações formativas, campanhas e projetos intersetoriais com outras secretarias, como Saúde, Educação e Segurança Pública. Essa estrutura revela um fluxo decisório centralizado na Secretaria, mas com responsabilidades distribuídas entre os núcleos e coordenações, o que busca assegurar a integração das políticas de diversidade e o acompanhamento de suas execuções.

O organograma da Secretaria da Diversidade do Ceará (Sediv) revela uma estrutura administrativa voltada à promoção da cidadania e à defesa dos direitos humanos da população LGBTI+.

No topo, a Direção Superior, composta pela Secretária da Diversidade, é responsável pela formulação e coordenação geral das políticas públicas do órgão. Logo abaixo, a Gerência Superior, representada pelo Secretário Executivo da Diversidade, atua na gestão das ações estratégicas e na articulação entre as diferentes coordenações e células. Os Órgãos de Assessoramento, formados pela Assessoria Jurídica e pela Assessoria de Comunicação, garantem o suporte técnico e institucional necessário ao funcionamento da Secretaria, assegurando a legalidade, a transparência e a divulgação das ações.

A execução programática está sob responsabilidade da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBTI+, que se subdivide na Célula de Articulação e Promoção da Cidadania para a População LGBTI+ e na Célula de Programas e Projetos para a População LGBTI+, encarregadas de planejar, implementar e monitorar projetos e políticas específicas para o segmento. Já a Coordenadoria Administrativo-Financeira, como órgão de execução instrumental, responde pela gestão orçamentária e operacional da Sediv. Complementando essa estrutura, o Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT (CECDLGBT) atua como órgão colegiado de controle social, deliberação e acompanhamento das políticas públicas.

As competências da Secretaria da Diversidade, definidas pela Lei nº 18.310, de 17 de fevereiro de 2023, abrangem a promoção de programas e ações que assegurem o respeito à dignidade da pessoa humana e aos direitos das pessoas LGBTI+, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Entre suas atribuições, destacam-se a coordenação de políticas transversais de cidadania, a execução de ações formativas sobre diversidade, o recebimento e encaminhamento de denúncias de discriminação, e o fomento à cultura e à empregabilidade LGBTI+, com atenção especial à inclusão da população trans.

A Sediv também tem a responsabilidade de orientar e acompanhar pessoas trans nos processos de retificação de nome e gênero em registros civis, além de articular parcerias com órgãos

públicos e organizações da sociedade civil para ampliar o alcance e a efetividade das políticas. Dessa forma, a estrutura e as competências da Secretaria da Diversidade demonstram o compromisso do Governo do Ceará com a construção de uma gestão pública inclusiva, interseccional e comprometida com a promoção dos direitos humanos e da igualdade de todas as pessoas.

4.3 Análise da Lei 18.310/2023 e da Cartilha de Enfrentamento da LGBTfobia do Ceará

A análise da Lei nº 18.310/2023, que institui a Secretaria da Diversidade (Sediv) no Ceará, foi realizada à luz dos seguintes critérios: (a) autenticidade e origem; (b) representatividade e abrangência; (c) planejamento e metas; e (d) articulação com marcos normativos mais amplos. A partir dessa metodologia, é possível compreender tanto o significado político da criação da Sediv quanto seus limites institucionais no campo das políticas públicas voltadas à população LGBTQIA+.

Como lei estadual regularmente promulgada e publicada em Diário Oficial, a Lei nº 18.310/2023 apresenta alta autenticidade, uma vez que dispõe de autoria definida (Poder Legislativo), numeração oficial, data e registro público. Esses elementos conferem legitimidade e confiabilidade ao documento, permitindo sua utilização como marco estruturante da política estadual de diversidade. Sua existência institucionaliza demandas históricas dos movimentos sociais e formaliza a criação de uma estrutura administrativa própria.

A Lei marca um avanço significativo ao criar uma Secretaria específica para formular, coordenar e executar políticas voltadas à igualdade, inclusão e enfrentamento das discriminações relacionadas a orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, deficiência, ciclo geracional e demais marcadores sociais.

A representatividade da lei reside no fato de que ela amplia a capacidade estatal de articular políticas intersetoriais e dá continuidade a iniciativas que antes dependiam de gestões pontuais.

Incorpora também instâncias de participação, como o Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT e as conferências de políticas públicas, fortalecendo o diálogo permanente com movimentos sociais e garantindo controle social. Contudo, os documentos posteriores à criação da Sediv demonstram que, embora haja ações como atendimentos, campanhas e formações, a existência de indicadores de impacto ainda é limitada, o que reduz a capacidade de avaliar o alcance real das políticas implementadas.

Além da própria lei, iniciativas posteriores vinculadas à Sediv ampliam esse caráter representativo, como o Programa Empodera+ (voltado à autonomia econômica e formação educacional da população LGBTQIA+); Comitê Técnico de Políticas Culturais para a População LGBTI+ (responsável pela integração entre cultura e diversidade); Comitê de Empregabilidade e Empreendedorismo LGBTI+ (composto por 14 instituições e voltado ao combate à discriminação laboral) e a 4ª Conferência Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (espaço de diálogo federativo e fortalecimento da participação social).

Em relação ao planejamento, observa-se que a Lei nº 18.310/2023 estabelece princípios gerais e competências da Secretaria, mas não apresenta metas quantificadas, cronogramas ou indicadores próprios. Documentos de gestão produzidos após a criação da Sediv começam a delinear objetivos estratégicos e linhas de ação, mas ainda carecem de maior detalhamento e mecanismos formais de monitoramento e avaliação.

Essa ausência de instrumentos sistemáticos de avaliação, algo que também foi verificado em documentos complementares, como diretrizes internas, cartilhas e relatórios. Isso limita a possibilidade de mensurar a efetividade das políticas e de identificar lacunas na implementação. Para o Serviço Social, essa é uma dimensão crítica, pois interfere diretamente na defesa de direitos, na vigilância socioassistencial e na capacidade de intervenção profissional.

No que se refere a articulação com marcos normativos nacionais e internacionais, a análise revela que a Lei nº 18.310/2023 e os documentos derivados dialogam com políticas e marcos amplos,

como Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Leis nacionais de enfrentamento à discriminação (equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo desde 2019) e políticas estaduais de direitos humanos.

Embora haja alinhamento conceitual com esses marcos, a articulação normativa ainda ocorre de forma desigual. Em muitos casos, as referências aparecem de forma implícita e não integrada a um sistema maior de planejamento. O fortalecimento dessa articulação ampliaria a legitimidade e consistência das políticas estaduais.

Quando nos voltamos para a análise da Cartilha de Enfrentamento da LGBTfobia, com base nos mesmos critérios já descritos, temos que a mesma apresenta identificação institucional clara, com ano de produção (2025), órgãos responsáveis e objetivos definidos. Entretanto, como documento orientativo, possui menor formalização em comparação com leis ou decretos: em alguns materiais desse tipo, pode haver ausência de assinaturas individuais ou registro de protocolo. Ainda assim, a presença dos órgãos responsáveis confere legitimidade suficiente para seu uso como ferramenta pedagógica e administrativa.

A cartilha se destaca como documento representativo por produzir um diagnóstico sobre a LGBTfobia e por propor diretrizes específicas de atuação estatal, especialmente no campo da segurança pública. Ao tratar a violência contra pessoas LGBTI+ como fenômeno estrutural, o documento vai além de orientações práticas: ele elabora uma narrativa institucional de Estado protetor e comprometido com direitos humanos.

A inclusão de orientações sobre o uso de nome social, pronomes adequados e procedimentos de revista também traz orientações de prevenção e referentes a uma postura institucional de conduta, com potencial para transformar práticas de agentes públicos.

O documento também fortalece a representatividade da política ao integrar informações sobre o Centro Thina Rodrigues; Canal 155; Políticas de cultura e empregabilidade e campanhas educativas estaduais.

Isso evidencia que o documento opera em rede com outras ações governamentais, ampliando sua abrangência.

A cartilha não apresenta metas numéricas ou cronogramas, mas traz um elemento central: o Painel Dinâmico de Monitoramento da Violência LGBTfóbica, que permite análise de boletins de ocorrência com recortes por gênero, orientação sexual e idade. Esse painel introduz elementos de avaliação e transparência, conectando direitos humanos à governamentalidade baseada em dados. Contudo, ainda não há indicadores que permitam medir o impacto direto da cartilha nas práticas institucionais, o que configura limite no que diz respeito ao planejamento e avaliação. Seu enquadramento conceitual dialoga com marcos jurídicos e sociológicos, reforçando a legitimidade da abordagem. Ainda assim, a articulação explícita com protocolos internacionais e estatutos nacionais poderia ser ampliada

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas permitiram identificar como a Secretaria Estadual da Diversidade do Ceará é formalmente delineada nos documentos oficiais que orientam sua constituição e suas diretrizes de atuação. A partir da leitura sistemática da Lei nº 18.310/2023, que institui a Secretaria, e da Cartilha de Enfrentamento da LGBTfobia (2025), foi possível compreender o enquadramento jurídico, institucional e informativo que sustenta a política estadual voltada à promoção dos direitos da população LGBTI+.

Os resultados evidenciaram que esses documentos registram avanços relevantes, como a formalização de um órgão específico para a agenda da diversidade, a definição de atribuições institucionais e a produção de materiais educativos voltados ao enfrentamento da violência e da discriminação. Do ponto de vista normativo e orientador, tais documentos contribuem para a visibilidade institucional da pauta e sinalizam esforços de consolidação dessa política no estado.

Ao mesmo tempo, a análise permitiu identificar limites importantes, sobretudo relacionados à ausência de metas operacionalizadas, à não explicitação de mecanismos de monitoramento e avaliação e à fragilidade de indicadores que permitam acompanhar a execução e os resultados das ações. Esses elementos configuram lacunas do material analisado e evidenciam que os avanços registrados são, até o momento, predominantemente de natureza normativa e orientativa.

Dessa forma, considera-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível sistematizar como a política de diversidade é apresentada nos documentos oficiais selecionados e quais sentidos institucionais são atribuídos à Secretaria no âmbito das políticas públicas estaduais. Ressalta-se, contudo, que os achados dizem respeito exclusivamente ao que está formalmente registrado na Lei nº 18.310/2023 e na Cartilha de Enfrentamento da LGBTfobia, não sendo possível, com base apenas nesses materiais, inferir sobre sua implementação prática, efetividade ou alcance social, o que demarca claramente os limites metodológicos do estudo.

Sugere-se que investigações futuras incorporem outras técnicas de pesquisa, como entrevistas, análise orçamentária e observação das práticas institucionais, de modo a aprofundar a compreensão sobre a execução concreta da política e seus impactos. Estudos comparativos entre diferentes unidades federativas também podem contribuir para ampliar o debate sobre a institucionalização das políticas LGBTI+ no Brasil.

O estudo oferece uma contribuição pertinente ao campo das políticas públicas e aos estudos sobre diversidade ao sistematizar e analisar documentos centrais para a compreensão do arranjo institucional vigente no Ceará, reafirmando a relevância da análise documental como ferramenta para a leitura crítica dos marcos que estruturam a promoção dos direitos da população LGBTI+.

Assim, reafirma-se que o Serviço Social, ao articular análise crítica, intervenção qualificada e compromisso ético-político, ocupa posição central na promoção da cidadania, no combate às desigualdades e na defesa da dignidade da população LGBTI+.

contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Para o Serviço Social, os resultados deste estudo reforçam a relevância da atuação profissional comprometida com os direitos humanos, a equidade e a justiça social, bem como a importância de acompanhar criticamente as políticas públicas, contribuindo para seu aprimoramento e para a defesa permanente da dignidade da população LGBTI+. Este trabalho, portanto, reafirma o papel central do Estado na garantia de direitos e a necessidade contínua de fortalecimento das políticas voltadas à diversidade sexual e de gênero no Ceará.

REFERÊNCIAS



ABGLT. Associação Brasileira De Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais E Intersexos. Relatório Anual de Violência contra LGBTQIA+ no Brasil. Brasília, 2022. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossiede-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>. Acesso em: 30 de out de 2025.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Juliana Silva de. Políticas públicas LGBTQIA+ no Ceará: um estudo sobre a institucionalização dos direitos da diversidade sexual. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. “IBGE divulga 1º levantamento sobre homossexuais e bissexuais no Brasil”. Agência Brasil, 25 maio 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-05/ibge-divulga-levantamento-sobre-homossexuais-e-bissexuais-no-brasil>. Acesso em: 30 de out de 2025.

CEARÁ. Disponível em: <https://www.diversidade.ce.gov.br/marcos-legais-da-populacao-lgbti-cearense/>. Acesso em: 20 de nov. 2025.

CEARÁ. Cartilha de Enfrentamento da LGTBfobia. Disponível em: <https://www.diversidade.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/145/2025/07/Cartilha-de-Enfrentamento-A-LGTFobia.pdf>. Acesso em 17 de Nov. de 2025.

CEARÁ. Lei nº 18.310, de 17 fev. 2023. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/trabalho-administracao-e-servico-publico/item/8260-lei-n-18-310-de-17-02-2023-d-o-17-02-2023>. Acesso em: 17 de Nov. de 2025.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Indicadores da orientação sexual do Brasil com ênfase no Estado do Ceará – Informe Nº 229. Fortaleza: IPECE, 27 jun. 2023. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/06/ipece_informe_229_27Jun_2023.pdf. Acesso em: Acesso em: 30 de out de 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, A. C. do. Travestis em todos os lugares: resistências, alianças e ativismo. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2024.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Transfeminismo. – São Paulo: Jandaíra, 2021.

Políticas Públicas e Diversidade [recurso eletrônico]: Quem precisa de Identidade? / Organizadores Francis Musa Boakari, Francilene Brito da Silva e Ilanna Brenda Mendes Batista. – Teresina: EdUFPI, 2020.

REIS, Toni. CAZAL, Simón. Manual de direitos LGBTI+ [livro eletrônico] / organizadores Toni Reis, Simón Cazal; coordenação Mateus Cesar Costa, Sara Chaia. Curitiba, PR : IBDSEX, 2022. (Enciclopédia LGBTI+).

RAICHELIS, Raquel. Gestão democrática e participação: desafios para o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, D. Dando o nome: narrativas de humanidades de travestis. Fortaleza: Editora UFC, 2024.

QUINALHA, Renan. A História do Movimento LGBTI+. Uma breve história do século XIX aos nossos dias. – 1.ed.;2º. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT. – 1ª ed.-São Paulo: Companhia das letras, 2021.

VERAS, Elias Ferreira. Travestis: carne, tinta e papel. Curitiba: Appris, 2019.

VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade / Viviane Vergueiro. – 2016

6

A RELEVÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS NO ÂMBITO ESCOLAR

**Renata
Pereira Maciel**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité

**Dayane da
Silva Moreira**

Pós-Graduação em Gestão
em Saúde Pública

Centro Universitário
Maurício de Nassau

RESUMO

O presente trabalho, intitulado analisa a importância do assistente social na construção de redes de apoio e na garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Parte-se do entendimento de que a escola reflete diversas expressões da questão social, como vulnerabilidade social e econômica, evasão escolar, violência. A pesquisa, de abordagem qualitativa e quantitativa, foi realizada com profissionais da educação do município de Palmácia-CE. Os resultados apontam a carência de assistentes sociais nas escolas e o reconhecimento da relevância desse profissional na mediação entre escola, família e comunidade. Conclui-se que o Serviço Social contribui para a efetivação dos direitos educacionais e sociais, conforme a Lei nº 13.935/2019, fortalecendo a escola como espaço de cidadania e promoção da dignidade humana.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Efetivação de Direitos; Redes de Apoio.

ABSTRACT



This study, entitled analyzes the importance of the social worker in building support networks and ensuring the rights of children and adolescents. It is based on the understanding that schools reflect various expressions of the social question, such as vulnerability, dropout, and inequality. The qualitative-quantitative research was carried out with education professionals in Palmácia, Ceará, Brazil. Results indicate a lack of social workers in schools and recognition of their role in mediating relationships between school, family, and community. It concludes that Social Work contributes to the effectiveness of educational and social rights, according to Law No. 13.935/2019, strengthening the school as a space for citizenship and human dignity.

Keywords: Social Work; Education; Effectiveness of Rights; Support Networks.

INTRODUÇÃO



A escola é um espaço fundamental para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, indo além do ensino formal e desempenhando um papel social significativo. No entanto, o ambiente escolar reflete diversas problemáticas sociais, como a vulnerabilidade socioeconômica, o racismo, a lgbtfofia e as diversas formas de violência, a desproteção social e a falta de acesso a recursos básicos, ocasionados pelas desigualdades sociais. Essas questões impactam diretamente o desempenho e a permanência dos/as alunos/as na escola, exigindo uma abordagem multidisciplinar para garantir um suporte adequado. Desse modo, a atuação do profissional de Serviço Social torna-se essencial, contribuindo para a formação e fortalecimento de redes de apoio social no ambiente escolar.

Mesmo diante de um cenário que se torna urgente a atuação de assistentes sociais na política educacional, observa-se que muitas instituições de ensino ainda não possuem uma estrutura adequada para atender às demandas sociais dos /as alunos /as e de suas famílias. Professores e demais profissionais da educação relatam dificuldades em lidar com casos que envolvem evasão escolar, abuso, negligência e dificuldades socioeconômicas sem o suporte necessário. A ausência de um profissional especializado na mediação dessas questões compromete não apenas o rendimento acadêmico dos estudantes, mas também o bem-estar e o desenvolvimento deles/as. Diante disso, o presente trabalho busca analisar a contribuição do Serviço Social na formação de redes de apoio social em escolas, destacando sua importância para a inclusão e permanência dos/as alunos/as no ambiente escolar.

A escolha desse tema surgiu a partir da observação direta da realidade escolar e da demanda de profissionais da educação, que frequentemente enfrentam desafios para lidar com questões sociais que extrapolam o âmbito pedagógico. Além disso, há uma crescente necessidade de fortalecer a atuação do assistente social dentro das instituições de ensino, promovendo parcerias entre escola e demais

políticas públicas, assim como família e comunidade para um atendimento mais integral aos estudantes.

Dessa forma, para compreender a importância do profissional de Serviço Social na formação de redes de apoio social nas escolas, destacando seu potencial impacto no desenvolvimento educacional e social dos/as alunos/as, utilizou-se uma abordagem de pesquisa qualitativa e descritiva,, baseada em revisão bibliográfica e análise de relatos por meio de questionários sobre a necessidade do Serviço Social na educação.

O método utilizado para a coleta de dados foi a entrevista aplicada por meio do questionário com 10 perguntas semi estruturadas aplicadas com professores das escolas públicas e privadas do município de Palmácia.

A estrutura do trabalho se apresenta da seguinte forma: 1. Serviço Social e Educação; 2. Expressões da Questão Social nas escolas - Lei 13.935/2019; 3. A atuação do Assistente Social no Ambiente Escolar; 4. Procedimentos metodológicos. 5. Resultados e discussões.

1 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

A atuação do Serviço Social na área da educação tem se consolidado como um instrumento fundamental para a promoção da inclusão social e da garantia de direitos dos/as estudantes. Historicamente, o Serviço Social surgiu no Brasil no início do século XX, vinculado a demandas sociais emergentes e ao processo de urbanização e industrialização. No contexto educacional, sua inserção foi impulsionada pela necessidade de enfrentar desigualdades que afetam o acesso e a permanência dos/as alunos/as na escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) reconhece a importância da educação como um direito fundamental, mas não detalha a necessidade da atuação do assistente social dentro das escolas.

Contudo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990) e o Plano Nacional de Educação (PNE) destacam a relevância do trabalho intersetorial para garantir o desenvolvimento integral dos/as estudantes. Além disso, a Lei nº 13.935/2019, sancionada recentemente, determina a presença obrigatória de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas, reforçando a importância desse profissional para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

O Serviço Social na educação atua de forma estratégica na mediação de conflitos, na identificação de situações de vulnerabilidade e na construção de estratégias que visem minimizar os impactos das desigualdades sociais na trajetória escolar dos(as) estudantes. Sua intervenção se dá por meio da articulação de políticas públicas e redes de apoio, promovendo um atendimento integral às demandas da comunidade escolar.

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social, o(a) assistente social deve atuar de maneira ética, política e tecnicamente qualificada, contribuindo para a efetivação da educação como direito social (CFESS, 2013). Além disso, a Lei nº 13.935/2019 regulamenta formalmente a inserção do(a) assistente social nas redes públicas de educação básica, consolidando a atuação desse profissional como parte integrante de equipes multiprofissionais que promovem proteção e desenvolvimento social no ambiente escolar (BRASIL, 2019).

Segundo Dentz e Silva (2003), a relação entre a educação e o Serviço Social é marcada por processos históricos contraditórios, que revelam tanto limites quanto possibilidades de intervenção profissional no espaço escolar. Para os autores, “o Serviço Social foi convocado a intervir no campo educacional em resposta às desigualdades sociais refletidas no espaço escolar” (DENTZ; SILVA, 2003, p. 13). Percebe-se que a relação entre o Serviço Social e a educação perpassa por diversos contextos históricos que precisam ser analisados para que se possa compreender a necessidade da intervenção dessa profissão no espaço escolar, o assistente social é chamado a intervir diante das desigualdades sociais que se apresentam no contexto educacional.

Amaro (2011) na obra *Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional* ressalta que a presença do assistente social na educação deve superar práticas assistencialistas e se fundamentar em um projeto ético-político comprometido com a democratização do ensino. De acordo com a autora, “a intervenção do assistente social na educação deve ser planejada, crítica e articulada com os princípios do projeto profissional” (AMARO, 2011, p. 45). O planejamento trata-se de uma ferramenta essencial para os/as assistentes sociais em todos os espaços sociocupacionais, a autora nos faz atentar para que no espaço escolar essa intervenção também seja pautada nos princípios que norteiam a profissão.

2 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NAS ESCOLAS - LEI 13.935/2019

De acordo com Pereira (2001), a questão social refere-se ao conjunto de desigualdades produzidas pela sociedade capitalista, que se manifestam nas condições de vida da classe trabalhadora e exigem respostas tanto do Estado quanto da sociedade civil. Essas manifestações, denominadas expressões da questão social, assumem formas diversas e concretas no cotidiano escolar. Entre as mais evidentes, destacam-se a evasão e o abandono escolar, o trabalho infantil, a violência dentro e fora da escola, o preconceito e a discriminação racial, de gênero e de classe, além da carência de recursos pedagógicos e de apoio psicossocial às famílias.

Souza (2019, p. 130; 162) enfatiza que tais expressões impactam diretamente o processo de ensino-aprendizagem e exigem a atuação do assistente social para articular políticas públicas e estratégias de enfrentamento. Assim, o espaço escolar revela-se como campo privilegiado para a intervenção crítica do Serviço Social, na medida em que nele se condensam contradições sociais mais amplas.

As escolas enfrentam diversos desafios sociais que vão além do processo de ensino-aprendizagem. A realidade escolar é influenciada por fatores externos, como a pobreza, a violência, racismo, o uso de drogas e a negligência parental.

Essas problemáticas impactam diretamente o desempenho acadêmico, a motivação e a permanência dos(as) alunos(as) na escola.

A partir da observação da realidade escolar e dos relatos de profissionais da educação, percebe-se que muitas instituições não possuem recursos adequados para lidar com tais questões. Professores e gestores frequentemente se deparam com alunos(as) em situações de desproteção social, sem saber como agir ou a quem recorrer. Essa lacuna evidencia a necessidade de um profissional especializado na mediação desses problemas, fortalecendo a escola como um espaço de proteção social.

Estudos apontam que a falta de um suporte adequado pode resultar em altos índices de evasão escolar e dificuldades no processo de aprendizagem. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), a evasão escolar no Brasil ainda é um problema significativo, sendo agravado por fatores como a desigualdade socioeconômica e a falta de apoio emocional aos alunos.

Diante dos desafios identificados, o/a assistente social se torna um agente essencial na construção e no fortalecimento de redes de apoio dentro das escolas. Sua atuação permite a articulação entre família, comunidade, órgãos públicos e instituições do terceiro setor, garantindo um suporte mais eficaz aos alunos vulnerabilizados socialmente. De acordo com a própria Lei Nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que regulamenta a profissão do Assistente Social, no artigo 4º, inciso V, o profissional deve “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (BRASIL, 1993).

Desse modo podemos inferir que as próprias atribuições desse profissional que é regulamentada em Lei indicam o papel do assistente social em orientar indivíduos e grupos e identificar recursos para a defesa de seus direitos.

A presença do Serviço Social na escola possibilita a identificação precoce de problemas sociais que impactam o rendimento escolar.

Além disso, o profissional atua na orientação das famílias, na promoção de políticas públicas voltadas à educação e no encaminhamento de alunos para serviços especializados quando necessário.

Além disso, o(a) assistente social pode contribuir para a capacitação dos profissionais da educação, orientando-os sobre como lidar com questões sociais dentro da escola e fornecendo ferramentas para o encaminhamento adequado de casos mais complexos, levando em consideração que é esse profissional que possui as competências privativas para essa função como também orienta a Lei já citada, em seu artigo 5º, inciso III. (BRASIL, 1993).

Para que a atuação do Serviço Social na educação seja ainda mais eficiente, é fundamental investir em políticas públicas que garantam sua presença permanente nas escolas. A Lei nº 13.935/2019, que prevê a obrigatoriedade de assistentes sociais e psicólogos na rede pública de ensino, representa um avanço significativo, mas sua implementação ainda encontra desafios, como a falta de estrutura e recursos financeiros.

A concepção de educação proposta por Paulo Freire, centrada no diálogo, na consciência crítica e na transformação social, oferece um referencial relevante para a atuação do Serviço Social no ambiente escolar. Embora Freire não tenha abordado diretamente a profissão de assistente social, sua defesa de uma escola comprometida com a inclusão, a justiça social e o respeito à dignidade humana se articulam diretamente com os objetivos dessa prática profissional. O(a) assistente social na educação, ao identificar barreiras socioeconômicas que afetam o aprendizado, atua como mediador entre a comunidade escolar e as políticas públicas, promovendo a participação e a emancipação dos sujeitos.

Essa perspectiva se alinha ao pensamento freiriano de que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 2021, p. 96), reforçando que o processo educativo é um ato coletivo e político.

Essa perspectiva se alinha ao pensamento de Bell Hooks, que compreende o ato educativo como um processo coletivo e libertador.

Segundo a autora, “ensinar é um ato de coragem. É uma prática que exige da gente o desejo de crescer espiritualmente, de se engajar na busca pela libertação coletiva” (HOOKS, 2021, p. 33), reafirmando que o processo educativo é político e transformador.

Inspirada por essa visão, a atuação do Serviço Social na escola ultrapassa a resolução de demandas emergenciais, buscando criar condições para que alunos(as), famílias e comunidade possam compreender e transformar sua realidade, tornando a educação uma verdadeira prática da liberdade.

3 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO AMBIENTE ESCOLAR

A Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, estabelece a obrigatoriedade da presença de assistentes sociais e psicólogos nas redes públicas de educação básica, reconhecendo a importância da atuação multiprofissional para o enfrentamento das expressões da questão social que impactam o processo educativo. Conforme destacado em nota pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2020), a implementação da lei constitui uma conquista histórica para a categoria, ao assegurar que as escolas contem com profissionais capacitados para lidar com vulnerabilidades familiares, desigualdades socioeconômicas, evasão escolar e situações de violência que afetam estudantes. Nesse contexto, o Serviço Social na escola assume um papel estratégico, articulando políticas públicas e intervenções que promovam condições equitativas de aprendizagem e contribuam para a garantia do direito à educação.

A escola, além de ser um ambiente de ensino, é um espaço de convivência e desenvolvimento social. É nela que crianças e adolescentes passam grande parte do tempo e onde podem encontrar oportunidades de crescimento, autonomia e fortalecimento de vínculos.

No entanto, diversos fatores externos impactam a experiência escolar, como desigualdade social, pobreza, violência doméstica, desestruturação familiar e falta de suporte emocional.

Pesquisas do IBGE de 2018, segundo OLIVEIRA e NÓBREGA (2021, p. 2) apontam que a evasão escolar e o baixo rendimento acadêmico estão frequentemente associados a fatores socioeconômicos e emocionais. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), milhões de crianças e adolescentes enfrentam dificuldades para continuar os estudos devido à necessidade de trabalhar, o que acaba se configurando como trabalho infantil, à falta de apoio familiar ou à ausência de uma rede de suporte adequada.

Segundo Yamamoto (2009, p. 77) o Serviço Social na cena contemporânea é chamado a responder às múltiplas expressões da questão social, que se manifestam também no espaço escolar, onde as desigualdades socioeconômicas e culturais impactam diretamente no processo de aprendizagem. A autora enfatiza que a atuação do assistente social vai além da dimensão técnica, exigindo uma postura crítica, ética e comprometida com a garantia dos direitos sociais e com a efetivação de políticas públicas que promovam inclusão e cidadania.

Nesse contexto, a presença do Serviço Social na escola se torna estratégica para o desenvolvimento de ações preventivas que minimizem fatores de vulnerabilidade, fortaleçam vínculos familiares e ampliem as condições de permanência e sucesso escolar. Assim, o profissional contribui não apenas para o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem, mas também para a promoção de um ambiente educacional mais equitativo e participativo.

Diante desse cenário, a escola assume um papel crucial na proteção dos estudantes, não apenas por meio da educação formal, mas também ao oferecer suporte social e emocional. É nesse ponto que a atuação de profissionais como assistentes sociais se torna indispensável, garantindo a mediação entre alunos, família e políticas públicas para minimizar os impactos das desigualdades sociais no desempenho escolar.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa (ou mista), privilegiando o componente qualitativo como foco principal para a compreensão e interpretação das percepções dos profissionais da educação. A escolha pelo viés qualitativo justifica-se por buscar acessar, conforme Minayo (1994, p. 21), "uma realidade que não pode ser apenas quantificada, porque essa realidade possui um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes." Contudo, foram utilizados elementos quantitativos para mapear o perfil da amostra e quantificar a frequência de ocorrência de fenômenos sociais, complementando a interpretação dos dados.

O estudo foi realizado na rede pública de ensino do Município de Palmácia, Ceará, cuja rede municipal é composta por nove escolas na rede básica. A seleção dos participantes se deu por amostragem intencional (ou por critério), e não de forma aleatória, sendo o critério de escolha focado em profissionais com atribuições de gestão e docência (Diretores, Coordenadores Pedagógicos e Professores), devido ao seu contato direto e cotidiano com os desafios que envolvem a aprendizagem e a vulnerabilidade dos(as) alunos(as). Mediante convite formal e adesão voluntária, a pesquisa envolveu a participação de seis profissionais da educação, o que corresponde à cobertura de 66,7% das escolas municipais, garantindo uma amostra qualificada e com experiência.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário misto contendo 10 perguntas, combinando questões fechadas, de múltipla escolha, que possibilitaram levantar informações objetivas, e questões abertas, que permitiram captar percepções e experiências de forma livre e subjetiva.

No tratamento dos dados, as respostas às questões fechadas foram organizadas em tabela simples (Tabela 1), favorecendo a identificação de tendências gerais entre os participantes.

Já as respostas abertas foram submetidas à Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), o que possibilitou a categorização e interpretação sistemática das falas, revelando significados implícitos e explícitos presentes nos discursos. Essa estratégia metodológica mista permitiu contrastar os aspectos objetivos com as percepções subjetivas dos profissionais, fornecendo uma base abrangente e crítica para a discussão do papel do Serviço Social na prevenção das dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa de campo envolveu seis profissionais da educação atuantes em escolas públicas do município de Palmácia/CE, representando 66,7% do total de nove escolas na rede municipal. O perfil da amostra abrange três diretoras, duas professoras e uma coordenadora pedagógica, com experiência que varia de um a mais de dez anos. Este quadro evidencia uma amostra qualificada, com significativo conhecimento da realidade escolar, o que confere validade e profundidade às percepções sobre os desafios sociais enfrentados pelos discentes.

Algumas questões abertas resultaram em ausência de respostas objetivas e frequências numéricas, motivo pelo qual não foram apresentadas na Tabela 1. Em específico, os itens referentes aos “Principais desafios enfrentados pela escola”, e às “Ações sugeridas ao assistente social” não obtiveram registros quantificáveis, aparecendo apenas como comentários discursivos. Portanto, tais categorias foram mantidas na análise qualitativa, porém suprimidas da tabulação para garantir síntese, legibilidade e rigor na exposição dos dados.

Os dados coletados evidenciam que as escolas enfrentam desafios sociais diversos, como vulnerabilidade socioeconômica, vivências de violência, problemas emocionais e comportamentais, bullying, desigualdade educacional e dificuldades de acesso a serviços essenciais.

Tais expressões da Questão Social atravessam o processo de ensino, revelando que os obstáculos ao aprendizado ultrapassam o campo pedagógico. Essa realidade exige uma intervenção articulada e intersetorial, conforme defende Abramovay (2002, p. 15), ao ressaltar a necessidade da atuação conjunta da escola, família e serviços públicos na promoção de equidade e inclusão.

A presença da Questão Social no cotidiano escolar foi unanimemente confirmada: todas as participantes relataram impactos sociais no aprendizado, sendo que quatro afirmaram vivenciá-los com frequência. Esse dado reforça a urgência de suporte especializado, visto que as problemáticas sociais interferem diretamente no desenvolvimento integral dos(as) alunos(as). O CFESS (2001, p. 23) destaca que o espaço educacional constitui campo essencial para a atuação do assistente social, especialmente no enfrentamento da evasão e do baixo rendimento escolar.

Para uma visualização organizada das respostas, a Tabela 1 apresenta o perfil dos profissionais entrevistados, os desafios identificados na prática escolar e as medidas adotadas.

Tabela 1 – Perfil dos participantes, desafios e medidas adotadas

Categoria	Subcategoria / Opções	Frequência (n) principais respostas
Cargo na escola	Diretor(a)	3
	Professor(a)	2
	Coordenador(a) pedagógico(a)	1
Tempo de atuação	Mais de 10 anos	3
	6 a 10 anos	2
	1 a 5 anos	1
Dificuldades relacionadas ao aprendizado	Sim, frequentemente	4
	Sim, algumas vezes	2
Medidas adotadas ao identificar aluno(a) em situação de risco	Busca de serviços externos (CRAS, Conselho Tutelar, assistência social)	4
	Encaminhamento à direção/coordenação	1
	Suporte emocional direto	1
Presença de assistente social na escola	Sim	1
	Não	5
Importância do assistente social	Fundamental	6

Fonte: elaboração própria.

Quanto às medidas adotadas diante de alunos(as) vulneráveis, quatro profissionais recorrem a serviços externos (CRAS, Conselho Tutelar e assistência social), enquanto outras se limitam a encaminhamentos internos ou suporte emocional. Esse cenário revela o reconhecimento dos limites institucionais e a necessidade de interação com a rede socioassistencial. Em consonância, a ABEPSS (2019, p.45) evidencia que o assistente social possui atribuições estratégicas na interface escola–comunidade, contribuindo tecnicamente para o fortalecimento da proteção social e da garantia de direitos.

Embora uma escola tenha afirmado possuir assistentes sociais, observou-se que a presença não corresponde à atuação estável, mas sim a participações pontuais de profissionais vinculados a outras políticas. Dessa forma, confirmou-se o consenso sobre a ausência desse profissional na educação, uma vez que todas as participantes consideraram sua inserção como fundamental. As sugestões apresentadas (mediação família–escola–comunidade, acompanhamento individual/familiar e encaminhamentos para redes externas) convergem para atribuições privativas previstas na Lei nº 13.935/2019, a qual reconhece a relevância do assistente social na proteção da população estudantil frente às vulnerabilidades sociais.

Experiências relatadas na literatura reforçam essa necessidade. Souza e Andrade (2020) identificaram demandas como acompanhamento de estudantes vulneráveis, mediação familiar e articulação com serviços socioassistenciais. Carvalho (2022) observou ações preventivas, rodas de diálogo e projetos de enfrentamento ao bullying. Pereira (2023) constatou redução de evasão e fortalecimento de vínculos comunidade–escola em municípios onde o Serviço Social está estruturado. Esses resultados corroboram a percepção das participantes quanto à imprescindibilidade desse profissional no ambiente escolar.

As medidas já adotadas pelas escolas (acompanhamento pedagógico, diálogo com famílias, ações socioeducativas) são importantes, porém descritas como frágeis e pouco sistematizadas.

A ausência de profissionais especializados limita o alcance dessas iniciativas. Como afirma Leme (2015, p. 50), intervenções pontuais não substituem políticas estruturadas nem redes de proteção sólidas.

Em síntese, os achados confirmam que o assistente social desempenha papel estratégico na gestão das demandas sociais escolares, na mediação das relações escola-família-comunidade e na promoção da permanência estudantil. Reitera-se, assim, a necessidade de políticas públicas que garantam a efetiva presença desses profissionais na rede municipal de Palmácia/CE, alinhando-se ao projeto ético-político da educação e ao enfrentamento da vulnerabilidade social.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa desenvolvida permitiu compreender que a escola é um espaço privilegiado para a promoção dos direitos sociais e para o desenvolvimento integral dos sujeitos. No entanto, a realidade vivenciada nas instituições de ensino revela que as expressões da questão social como a vulnerabilidade socioeconômica, a evasão escolar, o preconceito e a violência ainda comprometem a permanência e o sucesso dos(as) alunos(as). Diante disso, evidencia-se a relevância do Serviço Social como instrumento essencial para a efetivação dos direitos no âmbito escolar.

Os resultados obtidos com a pesquisa de campo em escolas do município de Palmácia/CE demonstraram que os profissionais da educação reconhecem a importância da atuação do assistente social na mediação de conflitos, na articulação de políticas públicas e no fortalecimento dos vínculos entre escola, família e comunidade. Mesmo em contextos onde esse profissional ainda não está inserido, há consenso quanto à necessidade de sua presença para auxiliar no enfrentamento das vulnerabilidades que afetam o processo educativo.

Constatou-se que as ações já implementadas pelas escolas, embora bem-intencionadas, não são suficientes para atender às demandas sociais complexas que emergem no cotidiano escolar. Assim, destaca-se a urgência da efetiva implementação da Lei nº 13.935/2019, que assegura a presença de assistentes sociais e psicólogos na rede pública de ensino básico. Essa legislação representa um avanço na garantia de uma educação inclusiva e humanizada, capaz de promover a cidadania e o acesso aos direitos.

Conclui-se, portanto, que o(a) assistente social exerce um papel estratégico na promoção da justiça social, na defesa dos direitos educacionais e na construção de um ambiente escolar mais equitativo e acolhedor. Sua inserção permanente nas escolas é indispensável para que a educação cumpra sua função social, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS



ABEPSS. Diretrizes Gerais da Formação em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2019.

ABRAMOVAY, Miriam. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, 2002.

AMARO, Sarita. Serviço Social na educação: bases para o trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Ana Lúcia. Serviço Social na Educação: práticas e desafios na atuação escolar. São Paulo: Cortez, 2022.

CFESS. Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2001.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 jun. 1993

CAMPOS, Maria Aparecida. Serviço Social e Educação: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2015.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Nota em defesa da implementação da Lei 13.935/2019. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 22. dez. 25.

_____. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação. Brasília: CFESS, 2013. Disponível em: <https://cfess.org.br/arquivos/SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO-CFESS.pdf>. Acesso em: 31 out. 2025.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HOOKS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na cena contemporânea. In: Conselho Federal de Serviço Social; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (orgs.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2022. Brasília: Inep, 2022.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Indicadores educacionais no Brasil. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2025.

LEME, José Eduardo. Políticas públicas e proteção social: desafios contemporâneos. São Paulo: Paulus, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, F. L. de; NÓBREGA, Luciano. Evasão Escolar: um problema que se perpetua na educação brasileira. Portal Educação Pública, 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/19/evasao-escolar-um-problema-que-se-perpetua-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PEREIRA, Juliana. A inserção do Serviço Social nas Secretarias de Educação: experiências e resultados. Rio de Janeiro: UFRJ, 2023.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. Temporalis, Brasília, n. 3, p. 51-61, jan./jun. 2001.

SOUZA, Maria das Graças; ANDRADE, Fernanda. Atuação do Serviço Social na escola: mediação, família e proteção social. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 140, 2020.

SOUZA, Ranyellen Félix de. As expressões da “questão social” no âmbito escolar: percepção das(os) assistentes sociais das escolas públicas municipais de João Pessoa/PB. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. A questão social no Brasil contemporâneo e o Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012

7 AS DIFICULDADES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTUDANTE TRABALHADOR: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MACIÇO DE BATURITÉ - UNIMB

José Marcondes da Cruz Alexandre

Graduação em Serviço Social

Centro Universitário Maciço de Baturité

Ana Rochelly Silva Costa

Mestrado em Serviço Social

Universidade Estadual do Ceará

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes trabalhadores no processo de formação acadêmica, com foco nos discentes do Curso de Serviço Social, da turma 07, do Centro Universitário do Maciço de Baturité – UniMB. A pesquisa de caráter exploratório utilizou como instrumento de coleta de dados um questionário estruturado, elaborado e aplicado por meio do google formulário. A partir das respostas obtidas, foi possível identificar os principais desafios enfrentados por esses estudantes, como a sobrecarga de responsabilidades, o tempo limitado para os estudos, a exaustão física e mental, e a dificuldade de conciliar trabalho, vida pessoal e formação acadêmica. Os resultados apontam para a necessidade de políticas institucionais que considerem a realidade dos estudantes trabalhadores, promovendo maior apoio acadêmico, flexibilidade curricular e ações de acolhimento. O estudo contribui para debates sobre a inclusão e permanência no ensino superior, especialmente em cursos que exigem intenso envolvimento teórico e prático, como o de serviço social.

Palavras-chave: Estudante trabalhador. Ensino superior. Serviço Social. Dificuldades acadêmicas. UniMB. Conciliação trabalho – estudo. Políticas de permanência.

ABSTRACT



This final project aims to analyze the difficulties faced by working students in their academic development, focusing on students in the Social Work program, class 7, at the Baturité Massif University Center (UniMB). This exploratory research used a structured questionnaire, developed and administered via Google Form, as a data collection tool. Based on the responses, it was possible to identify the main challenges faced by these students, such as overloaded responsibilities, limited study time, physical and mental exhaustion, and the difficulty balancing work, personal life, and academic development. The results point to the need for institutional policies that consider the realities of working students, promoting greater academic support, curricular flexibility, and welcoming actions. The study contributes to debates on inclusion and retention in higher education, especially in programs that combine intense theoretical and practical involvement, such as social work.

Keywords: Working student. Higher education. Social work. Academic difficulties. UniMB. Work-study balance. Retention policies.

INTRODUÇÃO



Este estudo tem como finalidade trazer ao debate as principais questões que interferem na formação superior dos estudantes trabalhadores. As questões que se busca entender vão muito além de saber como foi essa formação, mas sim entender de qual forma o estudante tem conseguido ajustar a rotina do seu cotidiano para uma nova experiência, buscar compreender de que forma a instituição colaborou para que esse processo tenha sido menos desafiador.

Durante o percurso formativo, muitos estudantes acabam optando por desistir, percebendo a grande cobrança das atividades do ensino superior. A formação acadêmica dos estudantes trabalhadores desempenha uma função importante para o mercado de trabalho a qual traz um desafio significativo para a educação na contemporaneidade.

No serviço social traz-se diversas discussões referente às complexidades sociais e as condições que envolvem a atuação em espaços ocupacionais, então essa pesquisa tem como objetivo principal investigar as dificuldades enfrentadas por estudantes trabalhadores do curso de serviço social da UniMB, buscando compreender como as demandas profissionais impactam em sua formação, desenvolvimento e permanência no curso.

Parte-se da premissa de que a classe trabalhadora enfrenta diversas dificuldades para cursar o ensino superior, tanto barreiras financeiras quanto estruturais. Entre os principais obstáculos, destacam-se a rotina do cotidiano, as questões financeiras, a dificuldade de conciliar trabalho e estudos, com as mulheres essas dificuldades tendem a aumentar quando estas muitas vezes são mães solo e têm uma rotina mais desafiadora, tendo que cuidar dos filhos, dos afazeres domésticos, do mercado de trabalho e ainda enfrentar a rotina do ensino superior, quando muitas vezes elas têm que deixar seus filhos com alguém, e quando não conseguem, têm que levá-los junto para a sala de aula.

O estudo tem como objetivo explorar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes trabalhadores do curso de serviço social na UniMB, buscando compreender as implicações dessas dificuldades em sua formação acadêmica e profissional. Ao abordar esse tema, pretende-se não apenas descrever os obstáculos encontrados, mas também propor caminhos para a melhoria do processo educativo e para a valorização do papel do estudante trabalhador, contribuindo para uma formação mais integral e efetiva no campo do serviço social.

Para alcançar os objetivos elencados, foram entrevistados alunos/as da turma 7, do curso de serviço social, do Centro Universitário do Maciço de Baturité. Essa pesquisa também servirá para contribuir para os futuros estudantes, como também para a instituição, que terá uma percepção da realidade vivenciada pelos estudantes de serviço social, e servirá ainda para todos os outros cursos ofertados pela instituição, de modo a ter uma compreensão mais ampla das dificuldades enfrentadas por seus estudantes de graduação.

A escolha do tema se deu a partir da minha experiência pessoal, na condição de estudante trabalhador. Para alguns estudantes, conciliar trabalho e estudo não é uma opção, mas uma necessidade financeira. As inúmeras dificuldades encontradas no processo formativo me instigaram a investigar a situação dos alunos, que se deparam com as dificuldades de conciliar estudo e trabalho. Na condição de classe trabalhadora, prosseguir nos estudos é de extrema importância, pois é a única forma de conseguir melhores oportunidades de emprego e de uma vida melhor. Contudo, conciliar as obrigações cotidianas, tais como cuidar dos filhos, da casa e das tarefas escolares, acaba sendo bastante exaustivo, sobretudo para as mulheres. Diante desse contexto de aprofundamento das desigualdades sociais, estudar torna-se um privilégio para aqueles que podem pagar e se manter nesses espaços de formação superior.

A situação dos estudantes da classe trabalhadora inseridos em instituições privadas apresenta uma série de desafios que afetam não apenas o desempenho acadêmico.

Mesmo com bolsas e financiamentos, muitos enfrentam dificuldades para arcar com despesas adicionais, como materiais didáticos, transporte e alimentação. Essa pressão financeira pode levar ao aumento da carga de trabalho para custear os estudos, resultando em jornadas duplas que sobrecarregam o estudante e podem comprometer sua saúde e seu rendimento acadêmico. Infelizmente, poucas instituições de ensino contam com a política de assistência estudantil voltada para a oferta de incentivos, bolsas de estudo ou programas de auxílio. Vale destacar que muitas instituições adotam políticas de flexibilização do ensino, a exemplo das aulas remotas, mesmo em curso presencial, sem levar em consideração as especificidades dos estudantes, visto que nem todos têm facilidade de acesso às ferramentas digitais.

Desse modo, a vida dos estudantes trabalhadores não é fácil, principalmente em relação a conseguir cursar o nível superior, onde exigem dos/as alunos/as uma atenção e dedicação muito maior. Esses/as sujeitos/as buscam no estudo superior uma forma de mudar sua realidade social, suas condições financeiras e assim poder mudar a sua rotina exaustiva de trabalho e dar uma melhor atenção e assistência à sua família. Vale salientar que a oferta dos cursos à distância, embora as críticas a essa modalidade, também beneficiou muitos os trabalhadores, tendo em vista que muitos têm dificuldade em seu deslocamento de sua casa até a unidade de ensino, muitos também já chegam muitos fatigados de seu local de trabalho.

Através do objetivo geral buscou-se analisar a percepção do estudante trabalhador do curso de serviço social sobre os desafios no processo de formação e as dificuldades de conciliação entre trabalho e estudo. Também buscou-se compreender e avaliar a opinião dos estudantes quanto à adequação das modalidades de ensino (presencial, EAD, híbrido) em relação às suas demandas e desafios específicos como trabalhadores. Assim, procurou-se elencar as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes trabalhadores em relação ao acesso e permanência na instituição de ensino, além de identificar as políticas educacionais adotadas pela universidade para promover a inclusão e a permanência de estudantes trabalhadores no ensino superior.

Para tanto, as políticas neoliberais de educação para a classe trabalhadora são marcadas por um enfoque que privilegia a lógica de mercado, a privatização e a diminuição do papel do Estado na provisão de serviços públicos. A conciliação entre trabalho e estudos é um desafio crescente para muitos estudantes.

1 DESAFIOS DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ESTUDANTES TRABALHADORES NO ENSINO SUPERIOR

O processo de formação de estudantes trabalhadores no ensino superior enfrenta inúmeros desafios que refletem diretamente na permanência e no sucesso acadêmico desses sujeitos. Dados estatísticos reforçam essa realidade, evidenciando os impactos no bem-estar, na trajetória educacional e na qualidade de vida desses estudantes.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2019), cerca de 22% dos jovens de 15 a 29 anos no Brasil conciliavam trabalho e estudos. Esse percentual tende a crescer entre as faixas etárias mais elevadas e em contextos marcados por maior vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, os desafios enfrentados por esses estudantes são múltiplos e complexos.

De acordo com os dados do Instituto Semesp, mais da metade dos estudantes que ingressaram no ensino superior em 2017 abandonaram os cursos antes da conclusão, atingindo uma taxa de evasão de 55,5%. Apenas 26,3% conseguiram concluir a graduação dentro do tempo previsto. Esses índices revelam uma preocupante realidade de desistência, especialmente entre estudantes que precisam trabalhar para se sustentar e financiar seus estudos.

A desigualdade racial também se reflete nesse processo: conforme dados de 2024, 70% dos jovens pretos e pardos entre 18 e 24 anos deixaram os estudos sem concluir o ensino superior, enquanto entre jovens brancos o índice foi de 57%. Além da dificuldade de permanência, muitos enfrentam obstáculos relacionados ao acesso à recursos tecnológicos, como computadores

e notebooks, utilizando apenas celulares compartilhados com familiares, o que compromete a qualidade da aprendizagem.

Muitos estudantes da classe trabalhadora recorrem ao ensino superior privado por não conseguirem acesso à universidade pública gratuita. A lógica neoliberal do Estado, com sua política de desinvestimento nas instituições públicas, favorece a expansão do setor privado e o sucateamento do ensino superior gratuito. Esse cenário beneficia grupos empresariais em detrimento da democratização do acesso à educação de qualidade.

A expansão dos cursos de serviço social no Brasil, especialmente durante os governos petistas (2003–2016), com a criação do ProUni e a ampliação do FIES, teve como consequência a transferência de recursos públicos para instituições privadas. Embora tenha proporcionado maior acesso ao ensino superior, tal expansão nem sempre foi acompanhada do devido rigor na qualidade acadêmica, descumprindo as diretrizes curriculares da ABEPSS.

Nesse contexto, lamamoto (2011) destaca que a formação profissional, sobretudo em serviço social, é atravessada por exigências e disputas políticas. O ensino superior, sob a lógica capitalista, passa a ser visto como meio de formação de mão de obra qualificada, o que frequentemente entra em conflito com os princípios éticos e políticos que norteiam a formação crítica do assistente social.

Saviani (2008) reforça que a educação é o ato de transmitir a humanidade a cada indivíduo singular, enquanto Leontiev (apud MARSIGLIA, 2011, p. 35) destaca que, dependendo da classe social, as pessoas parecem não pertencer à mesma espécie, dado o abismo existente no acesso à cultura material e simbólica. Esses apontamentos ajudam a compreender que, para o estudante trabalhador, a educação é, ao mesmo tempo, um direito e um instrumento de transformação social.

Freire (1986, p.11) afirma que a classe trabalhadora busca assumir a responsabilidade por sua própria formação ao perceber que a classe dominante forma a dominada apenas para que esta continue sendo dominada.

A partir dessa compreensão, é possível compreender que o acesso à educação superior por trabalhadores e trabalhadoras é, muitas vezes, um ato de resistência às estruturas sociais que buscam restringir sua mobilidade e emancipação.

Como destaca Furlani (1998), o estudante trabalhador assume duplas identidades: “ora é estudante, ora é trabalhador”. Essa condição reflete os múltiplos papéis sociais que esses sujeitos precisam desempenhar, sendo o trabalho não apenas a fonte de renda, mas a condição fundamental para a permanência na universidade.

Essa realidade é ainda mais desafiadora para as mulheres trabalhadoras, que além de estudar e trabalhar, também assumem responsabilidades domésticas e maternas. Essas múltiplas jornadas exigem esforços redobrados para conquistar o direito à formação e à autonomia.

Com base nas contribuições teóricas de autores como Saviani, Furlani, Iamamoto e Freire, é possível desvelar as contradições que atravessam a formação dos estudantes trabalhadores no Brasil. A luta pela permanência no ensino superior, em especial no campo do serviço social, revela-se como uma luta por dignidade, justiça social e superação das desigualdades estruturais.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE NO ENSINO SUPERIOR

As políticas educacionais voltadas à permanência no ensino superior constituem um dos maiores desafios enfrentados pela educação brasileira, sobretudo diante das profundas desigualdades sociais, raciais e econômicas que marcam o acesso e a continuidade dos estudos em nível superior. Embora políticas públicas como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o sistema de cotas e outras ações afirmativas tenham sido importantes para ampliar o ingresso de estudantes historicamente excluídos, sua efetividade no que se refere à permanência ainda carece de aprofundamentos e aprimoramentos.

O ProUni, criado em 2004, foi uma das principais políticas de acesso ao ensino superior privado, oferecendo bolsas integrais e parciais a estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas. Embora tenha proporcionado oportunidades educacionais inéditas para milhares de brasileiros, também foi alvo de inúmeras críticas. Autores como Cattani et al. (2006) chamam a atenção para o caráter “compensatório e assistencialista” da política, classificando-a como uma “não-política pública”, por estar fortemente atrelada à lógica de mercado. Essa crítica se associa à constatação de que o programa promove renúncia fiscal por parte do Estado em benefício de instituições privadas, em vez de fomentar o fortalecimento da universidade pública e gratuita.

Outro ponto recorrente nas críticas ao ProUni é a fragilidade das ações de permanência. Garantir o acesso é apenas o primeiro passo, assegurar que o estudante consiga permanecer e concluir o curso exige políticas estruturadas, que envolvam apoio financeiro, moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência pedagógica e psicológica. O que muitas vezes, os estudantes contemplados pelo ProUni, enfrentam uma realidade de precariedade, tendo que conciliar estudos com longas jornadas de trabalho, sem a devida retaguarda institucional.

Além do ProUni, destaca-se a política de ações afirmativas com base em critérios raciais e sociais, institucionalizada por meio da Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas. Essa medida representou um marco no enfrentamento às desigualdades raciais e sociais, garantindo uma reserva de vagas para estudantes negros, indígenas, quilombolas e de baixa renda nas instituições públicas de ensino superior. Diversos estudos apontam que a presença desses estudantes transformou o perfil das universidades públicas, ampliando a diversidade e proporcionando avanços em termos de justiça social (SANTOS, 2015).

No entanto, apesar desses avanços, a permanência desses sujeitos continua sendo um desafio. Estudantes negros, periféricos, trabalhadores e mulheres, em especial, enfrentam múltiplas barreiras que dificultam sua trajetória acadêmica.

A ausência de políticas articuladas e suficientemente financiadas torna sua permanência exaustiva e, muitas vezes, inviável. A sobrecarga de atividades, as dificuldades econômicas e a falta de políticas institucionais de acolhimento fazem com que muitos abandonem o curso antes da conclusão.

No caso específico dos estudantes trabalhadores, os desafios se agravam. A conciliação entre jornada laboral e estudos impõe um esforço físico, emocional e cognitivo contínuo. São estudantes que, muitas vezes, saem cedo de casa para trabalhar, enfrentam longos deslocamentos em transporte público e chegam à sala de aula já exaustos. Em muitos casos, não conseguem acompanhar integralmente as atividades acadêmicas, participar de grupos de estudo ou realizar estágios obrigatórios, cuja flexibilização ainda é limitada nas instituições de ensino.

Essa realidade demanda uma reflexão crítica sobre o modelo atual de ensino superior, que frequentemente não considera as especificidades desses estudantes. Como aponta Neves (2010), a universidade brasileira, ainda fortemente elitizada, continua estruturada para um “aluno ideal” – jovem, de tempo integral, sem obrigações familiares ou trabalhistas. A ausência de políticas educacionais flexíveis, que contemplem a diversidade de trajetórias dos estudantes, contribui para aprofundar a evasão e a exclusão no ensino superior.

Diante disso, seria necessário pensar em políticas públicas de permanência mais robustas, integradas e intersetoriais, que contemplem a realidade dos estudantes trabalhadores. É importante considerar que as políticas de permanência não devem ser pensadas apenas em termos de assistência pontual, mas como parte de um projeto de educação emancipadora, comprometido com a transformação social. Como afirma Paulo Freire (1986), a educação deve ser libertadora, e isso exige o enfrentamento das estruturas que reproduzem a desigualdade, inclusive dentro da própria universidade.

3 A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE DA TURMA 07, DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DO UNIMB

O curso de serviço social, ao longo da história, tem se consolidado como uma formação essencial na luta por justiça social, garantia de direitos e transformação das condições de vida da população. Em mais de 30 anos de regulamentação profissional, a categoria tem se fortalecido, com uma atuação marcada pelo compromisso ético-político na defesa das classes trabalhadoras.

No Brasil, o curso de serviço social integra a área das Ciências Sociais Aplicadas e prepara profissionais com uma formação crítica, técnica e política, capacitados para planejar, executar e avaliar políticas públicas. A estrutura curricular é ampla e contempla disciplinas como Fundamentos do Serviço Social, Políticas Sociais, Direitos Humanos, dentre outras, teorias fundamentais para a compreensão das expressões da questão social e para a intervenção profissional.

No contexto do Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB), o curso de serviço social foi autorizado no primeiro semestre de 2017, com conceito 3, e iniciou sua primeira turma nesse mesmo período. Em 2022, durante o processo de reconhecimento do curso, sob a coordenação da professora Ana Rochelly Silva Costa, que permanece à frente da coordenação até o presente momento, o curso obteve conceito 5.

A turma 07, do curso de Serviço Social da UniMB, se destaca pela diversidade e pelo empenho de seus estudantes. Em sua maioria, são estudantes-trabalhadores, que enfrentam uma jornada dupla ou até tripla para conciliar trabalho, vida pessoal e estudos. No início da graduação, a sala contava com mais de 30 estudantes. No entanto, ao longo dos semestres, houve um número significativo de evasões, reduzindo a turma para apenas 17 estudantes.

Diante dessa realidade, como já foi destacado anteriormente, surgiu o interesse em investigar os fatores que contribuíram para a desistência de tantos colegas estudantes e compreender as políticas institucionais de permanência oferecidas pela UniMB.

Isso porque, além de garantir o acesso, é fundamental que a instituição de ensino superior promova condições para que seus estudantes permaneçam e concluam sua formação com êxito.

O UniMB, por meio da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Acessibilidade (PRAE), desenvolve o Programa Institucional de Apoio ao Discente (PAD), que visa acolher os estudantes em suas diversas demandas – psicossociais, socioeconômicas, pedagógicas e administrativas – por meio de políticas e ações que favorecem sua permanência e bom desempenho acadêmico.

Quando se fala em políticas de permanência de alunos, o Centro Universitário do Maciço de Baturité, (UniMB) tem buscado cada dia mais compreender seus alunos para que eles possam concluir o ensino superior e assim estar preparados para o mercado de trabalho, o UniMB tem a consciência de que além do acesso, é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. O Programa Institucional de Apoio ao Discente (PAD) é constituído e organizado a partir da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Acessibilidade (PRAE). Essa Pró-Reitoria é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Acessibilidade (PRAE) tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade no UniMB. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na IES. Constitui-se como instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos do UniMB.

O trabalho da PRAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e o Centro Universitário. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira, que venham a dificultar a sua permanência na IES, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado a procurar a PRAE para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar

meios para manter-se estudando. Faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, a PRAE possui um regulamento, constituído por Pró-Reitor, Coordenadores de Núcleo e Técnicos-Administrativos responsáveis pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, dentre eles, destacam-se: Programa de acolhimento e permanência; Programas de acessibilidade - acessibilidade metodológica e instrumental; Programa de Monitoria Institucional; Programas de Nivelamento; Núcleo de Estágio e Carreira: Intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados; Núcleo de Atendimento Psicopedagógico - NAP; Diretórios ou Centro Acadêmico; Núcleo de Integração e Nivelamento (Tutoria); Núcleo de Apoio Financeiro; PAE – Programa de Acompanhamento ao Egresso; Núcleo de Retenção; Ouvidoria.

O UniMB disponibiliza para seus alunos de graduação (presencial e a distância), um programa de acolhimento e permanência por meio de apoio pedagógico, financeiro e bolsas de estudo, propiciando a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira profissional, nas funções de ensino, iniciação científica, extensão e apoio a gestão e garantir cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções acadêmicas.

As ações de acolhimento constituem-se por meio das Semana de Integração por Curso, Oficinas de Ambientação, Aulas Magnas, Lives de Lançamento dos cursos, entre outras iniciativas.

Dentre as ações de permanência, há oferta de cursos de extensão, como estímulo à permanência, proporcionando a complementação de estudos em variadas áreas do conhecimento. O programa de permanência se estrutura, principalmente, por meio das seguintes ações: concessão de bolsas, apoio administrativo e financeiro.

No entanto, é importante ressaltar que a prioridade da PRAE é conceder bolsas de permanência e incentivos de pontualidade a todos os discentes do UniMB.

Isso se deve às informações obtidas em avaliações anteriores realizadas pela Comissão Própria de Avaliação, que indicaram que a maioria dos estudantes da região que ingressam no ensino superior pertence às classes D e E (com renda familiar de até R\$2,9 mil), o que sugere dificuldades financeiras significativas.

Em resposta a essa realidade, o UniMB disponibiliza a “Bolsa Permanência”, que oferece um desconto de 50% sobre o valor integral do curso para todos os alunos que efetuarem o pagamento de suas mensalidades dentro do prazo estabelecido. Esse reforço, além de ser educativo, funciona como um incentivo adicional para manter os alunos engajados e a continuarem seus estudos com sucesso.

O programa de monitoria no UniMB encontra-se estruturado em 4 (quatro) tipos, a saber: iniciação à docência; ações de extensão; iniciação científica e apoio de gestão. Por sua vez, as Bolsas de Monitoria são distribuídas, prioritariamente, em:

a). Bolsa Minha Carreira Docente: Destinado aos discentes que atuam como monitores de disciplinas de curso e também participam ativamente de um dos grupos de pesquisa da UniMB. Como contraprestação pelo número de horas dedicadas às atividades de monitoria remunerada e pesquisa, o monitor receberá um voucher no valor de R\$ 300,00 a título de bolsa-auxílio. Esse voucher pode ser utilizado na instituição de diversas maneiras, incluindo descontos nas mensalidades escolares e para participação em cursos, oficinas e outras atividades relacionadas ao seu desenvolvimento acadêmico. Além de proporcionar benefícios financeiros, a função de monitoria e a participação em grupos de pesquisa têm como objetivo despertar no corpo discente o interesse pela carreira de magistério e pela pesquisa acadêmica, ao mesmo tempo em que contribuem para a integração entre discentes e docentes;

b). Bolsa de Iniciação Científica: Incentivar a participação dos estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da IES, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica sob a orientação de professores-pesquisadores.

Essas bolsas são destinadas prioritariamente para o Programa de Iniciação Científica (PIC) da UniMB e, por sua vez, para os grupos de pesquisa implantado;

c). Bolsa de Extensão: Incentivar a participação dos discentes na implementação de ações de extensão (programas, projetos, ações, oficinas, dentre outros), sob orientação de professores supervisores. Estas bolsas destinam-se, preferencialmente, ao Programa de Extensão e, de forma subsidiária, as ações regularmente implantadas;

d). Bolsa Trabalho UniMB: destina-se a estudantes que possam participar de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação do Núcleo de Estágio e Carreira, ao departamento de Gestão de Recursos Humanos do UniMB, bem como outro setor que necessitar. Os bolsistas executam atividades de apoio à gestão nos diversos níveis organizacionais, podendo atuar junto aos cursos, núcleos, departamentos e/ou secretarias, quando for o caso;

e). Bolsa parceiros: Esta modalidade de bolsa é concedida por meio de parcerias estabelecidas com empresas públicas e privadas que reconhecem a importância do ensino superior e estão comprometidas em apoiar nossos estudantes hipossuficientes. Os editais dessas bolsas frequentemente apresentam vagas cotistas, destinadas ao público que se autodeclara como preto, pardo, mulher ou pessoa com deficiência (PCD), com o objetivo de promover a diversidade e a inclusão no ambiente acadêmico. Ela oferece benefícios significativos, incluindo bolsas de 100% para cursos de graduação e pós-graduação em todas as modalidades, além de incentivos financeiros adicionais. Um exemplo notável dessa colaboração é a Bolsa Santander, que proporciona um depósito mensal de R\$ 300,00 na conta do estudante premiado com a bolsa. Essa iniciativa está em plena consonância com a missão de preparar os estudantes hipossuficientes para carreiras de sucesso e contribuir para o progresso da sociedade por meio do ensino superior.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico do UniMB constitui-se como um espaço por excelência de contato e debate, com profissionais licenciados e psicólogos, quando for o caso, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela IES e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, os profissionais deverão orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou PRAE para resolução de problemas dessa ordem.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da IES em local específico é divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo de ensino-aprendizagem, bem como no equilíbrio intrapsíquico e no desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que, a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à PRAE do UniMB, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Acessibilidade (PRAE) estabeleceu um núcleo responsável, único e exclusivamente, para fornecer apoio ao ingressante no UniMB. Trata-se do Núcleo de Integração e Nivelamento (Tutoria), responsável por promover a interlocução inicial entre o UniMB e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

As experiências durante os primeiros dias na IES são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes.

O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial e humano.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Integração/Ambientação Acadêmica, presencial ou a distância, que acontece durante os primeiros dias do período letivo. Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los, já de início, ao UniMB, desde às “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Integração/Ambientação Acadêmica, presencial ou a distância, destacam-se: Indicações das salas de aula; visita aos órgãos da IES, desde a biblioteca até as coordenações de curso; palestras magnas com professores e profissionais das áreas públicas e privadas que socializam sua experiência e proporcionam motivação de escolha profissional de cada um; leitura e indicação do Manual do aluno; apresentação do Portal Acadêmico e do Ambiente Virtual de Aprendizagem, quando for o caso; explicações acerca das normas acadêmicas; apresentação do vídeo institucional; apresentação dos gestores dos órgãos do UniMB; explicações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores; apresentação das práticas de extensão no âmbito dos cursos; apresentação do site da IES; Exposição acerca do Portal Acadêmico; Atividades de Complementação Profissional (Atividades Complementares), dentre outras.

O Núcleo de Apoio Financeiro, vinculado à PRAE, atua na gestão financeira da IES, prestando atendimento direto aos/às discentes em diversas demandas, especialmente no acesso a programas de financiamento estudantil, internos e externos, que possibilitam sua permanência no ensino superior. Destacam-se:

a). FIES – Programa do Governo Federal voltado a estudantes de instituições privadas bem avaliadas pelo MEC, que não possuem condições de arcar com os custos da graduação. A adesão é feita via site da Caixa Econômica Federal. O financiamento permite o pagamento de parcelas reduzidas durante o curso e quitação posterior com condições mais atrativas que as do mercado bancário. O valor financiado pode variar de 30% a 95% do curso, conforme a renda familiar per capita, com possibilidade de ajuste do percentual após a contratação. Os critérios de seleção são objetivos e impessoais, assegurando a destinação justa dos recursos aos estudantes em maior vulnerabilidade econômica.

b). Financiamento interno – “Deixa que Eu Banco” (2024) – Programa institucional que cobre 25% do custo total dos cursos presenciais, podendo ser somado à bolsa permanência já oferecida. Destinado aos (às) ingressantes no primeiro semestre, o financiamento é ativado na matrícula e renovado automaticamente a cada semestre, condicionado à sustentabilidade financeira da turma. O valor é cobrado apenas após a conclusão do curso, em até 36 parcelas, com condições acessíveis. A continuidade no programa exige rematrícula regular. Os critérios de seleção também seguem princípios de equidade e justiça social.

Apesar de todas as políticas de permanência dos estudantes no ensino superior oferecida pela instituição nem sempre isso é a única dificuldade que esses estudantes enfrentam, muitos trazem em suas vidas mais que dificuldades financeiras ou dificuldades para acompanhar os conteúdos programáticos que a instituição tem a oferecer para cada um, com tudo isso intuição de ensino poderiam buscar novos meios para conseguir encontrar meios para a permanência e conclusão no ensino superior.

A permanência estudantil no ensino superior é um dos grandes desafios enfrentados pelas universidades brasileiras, sobretudo quando se trata de cursos voltados para áreas sociais e humanas, como é o caso do serviço social.

No contexto da turma 07, do curso de serviço social do UniMB, esse debate torna-se ainda mais urgente, uma vez que os obstáculos enfrentados pelos discentes refletem as desigualdades estruturais de uma sociedade capitalista. Muitos estudantes da turma 07 são oriundos das camadas populares, que dependem de políticas de assistência estudantil e precisam conciliar estudo, trabalho e responsabilidade familiar. A falta de uma política institucional robusta de permanência que vai além da concessão de bolsas e atenda também aspectos psicossociais, pedagógicos e estruturais, compromete diretamente o rendimento acadêmico e a saúde mental dos alunos.

Além disso, é notável o impacto da desigualdade digital e da precarização da vida nas taxas de evasão e trancamento. Mesmo com a expansão do acesso ao ensino superior, a democratização da permanência ainda é uma promessa distante. O acesso por si só não garante a formação profissional, é preciso criar condições reais de permanência com qualidade e dignidade. Portanto, pensar a permanência estudantil, é pensar a universidade como um espaço que precisa acolher a diversidade e enfrentar as desigualdades. A luta por uma permanência efetiva, é também uma luta pelo direito à educação e justiça social, princípios que o profissional do serviço social luta diariamente.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa apresentada é de natureza qualitativa descritiva. Segundo GIL (2008), a pesquisa qualitativa permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos participantes. A pesquisa descritiva, por sua vez, tem como objetivo principal descrever características de determinado grupo ou fenômeno.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas conduzidas pelo pesquisador estudante de serviço social, com os estudantes do Curso de Serviço Social do Centro

Universitário do Maciço de Baturité.

Foram entrevistados alunos do curso em serviço social, da turma 07. As entrevistas semiestruturadas permitem a flexibilização das perguntas, possibilitando a exploração do tema da pesquisa durante os diálogos.

Como instrumentos de coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada, contendo perguntas abertas que possibilitem explorar as percepções dos estudantes trabalhadores do curso de serviço social.

Como se trata de uma pesquisa com seres humanos, o projeto foi submetido ao comitê de ética em pesquisa (CEP) para aprovação, garantindo que todos os procedimentos éticos sejam seguidos. Em seguida foi feita a seleção e convite dos participantes. Os participantes foram selecionados com base nos critérios de inclusão e convidados a participar da pesquisa através de contato direto com a instituição UniMB.

Para as entrevistas foi utilizado o recurso do Google formulário, como instrumento complementar de coleta de dados. O formulário continha 10 questões objetivas e subjetivas relacionadas ao tema da pesquisa e foi enviado, às 12:07, do dia 09/06/2025, para 08 alunos da turma 07, no entanto apenas 06 alunos responderam o questionário dentro do prazo, e essas respostas foram introduzidas ao trabalho de pesquisa, onde foram levadas em consideração para a análise dos dados.

A pesquisa respeitou os princípios éticos previstos na resolução do CFESS N° 290/94. 333/96 e 594/11- Artº. 15, em que constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional, assegurando a confidencialidade de todos os participantes, os quais foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) antes da participação na pesquisa.

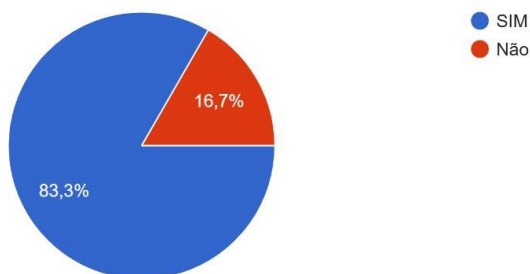
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES (ESTUDO DE CASO DA TURMA 07)

Ao analisar os resultados obtidos através da pesquisa feita através de perguntas com ajuda do Google formulário com os alunos da turma 07 de serviço social, foi possível obter algumas informações muito relevantes para o presente estudo, como por exemplo, identificar que mais de 80% dos alunos que foram entrevistados trabalham e estudam.

Gráfico 1 - Análise dos resultados de atividades profissionais dos estudantes trabalhadores

1. Você exerceu alguma atividade profissional enquanto estudava?

6 respostas

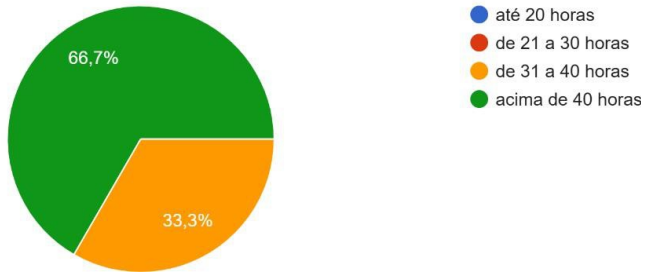


Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa realizada por meio de formulários do Google Forms, 2025.

Foi elaborada uma pesquisa de quantidade de horas trabalhada e cerca de 60% trabalham mais de 40 horas semanais, fazendo com que muitos alunos trabalhadores sejam prejudicados em sua rotina de estudos, principalmente nos períodos de estágios, onde muitos estudantes trabalhadores encontram dificuldades ao serem liberados dos seus trabalhos para a realização do mesmo, algo que compromete a formação desses estudantes. Mesmo com todas as dificuldades, os estudantes trabalhadores conseguiram concluir os estágios.

2. Se sim, qual era a sua jornada de trabalho semanal?

6 respostas



Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa realizada por meio de formulários do Google Forms, 2025.

Quando foi perguntado por qual motivo esses alunos buscaram realizar uma graduação, mais de 30% dos entrevistados responderam que seria para melhorar o ganho para seu sustento, considerando a realidade socioeconômica atual, observa-se que sobreviver com apenas um salário mínimo tem se tornado uma tarefa cada vez mais difícil para a grande parte da população brasileira, especialmente para os estudante que conciliam trabalho e estudos. Cerca de 30% dos entrevistados também responderam que foi para ganhar mais experiência profissional. Hoje o mercado está muito competitivo, fator este que faz com que a população busque uma formação acadêmica para melhorar a vida desses indivíduos.

Cerca de 33% dos alunos entrevistados responderam que as maiores dificuldades eram a financeira, e 33% responderam outras dificuldades, isso faz refletir que os vários outros fatores como por exemplo, pode ser a dificuldade em conciliar a rotina diária de trabalho com a vida curricular em sua rotina.

Gráfico 3 - Dificuldades enfrentadas no período de formação acadêmica

5. Quais são as maiores dificuldades que você enfrentou em seu período de formação acadêmica para estudar e trabalhar? (Você pode marca mais de uma)

6 respostas



Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa realizada por meio de formulários do Google Forms, 2025.

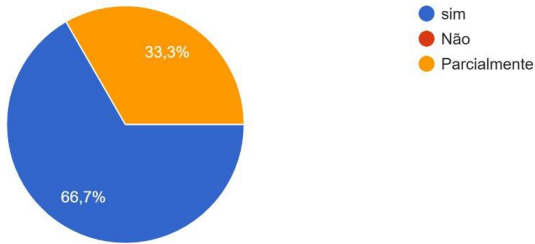
O estudo mostrou que o trabalho diário compromete o desenvolvimento estudantil, a questão, no entanto, é entender o cotidiano de cada estudante, pois cada pessoa tem suas dificuldades para conseguir concluir a sua formação superior. A exigência por parte dos professores no ensino superior, embora vise fortalecer a formação acadêmica, pode representar um desafio adicional para estudantes trabalhadores, especialmente aqueles oriundos de escolas públicas e com histórico de defasagem na educação básica. Muitos desses estudantes enfrentam dificuldades para acompanhar o ritmo e as cobranças do ensino superior, após longos períodos afastados do ambiente escolar, o que compromete seu desempenho acadêmico e aumenta o risco de evasão.

Apesar da universidade disponibilizar diversos meios de permanência para os universitários, isto não foi suficiente para a turma 07 em questão, do curso de serviço social, porque existiam muitos outros fatores para além da desistência ou trancamento, como por exemplo alguns tiveram que mudar para outra cidade, outras tiveram que abrir mão da graduação para se dedicar a maternidade, fazendo com que a sua formação fique para segundo plano.

Gráfico 4 - Suporte oferecido pela instrução, conciliação entre trabalho e estudos

6. Você sentiu que a instituição em algum momento ofereceu algum suporte para que pudesse lhe ajudar a conciliar trabalho e estudo?

6 respostas



Fonte: Elaboração própria. Dados da pesquisa realizada por meio de formulários do Google Forms, 2025.

Sobre a análise dos resultados, ao ser questionado sobre suas experiências pessoais e sobre os desafios de ser um estudante trabalhador no curso de serviço social, as respostas evidenciam a complexidade da trajetória acadêmica dos estudantes que precisam conciliar trabalho e estudos. Cada depoimento carrega uma vivência particular, mas que, quando analisada em conjunto, revela um quadro de dificuldades estruturais, emocionais e logísticas, refletindo a precariedade enfrentada por essa parcela do corpo discente. A entrevistada 1 relata que “cada um tem suas dificuldades, mas o sonho, só conseguimos realizar se passarmos a ser cegos, surdos e mudos”. (Entrevistada 01).

Essa fala traz à tona o sentimento de resistência, mostrando que, muitas vezes, o estudante trabalhador precisa ignorar críticas, pressões e obstáculos externos para manter o foco na sua formação.

Outro relato destaca um desafio que vai além das questões laborais: “meu desafio foi vencer o medo de falar em público principalmente pela timidez”. (Entrevistada 02).

Esta resposta aponta as dificuldades subjetivas e emocionais, que também impactam a vida acadêmica.

A timidez, aliada à sobrecarga de responsabilidades, pode ser um fator que limita o aproveitamento das atividades, como apresentações orais e debates em sala de aula.

O entrevistado 4 aponta: “nós que trabalhamos e estudamos, passamos por esse processo de querer desistir, mas lembramos que somos nós por nós”(Entrevistado 04).

Essa expressão reafirma o sentimento de autossuperação e coletividade entre os estudantes trabalhadores. A resistência se mostra como um ato coletivo de afirmação, onde o apoio mútuo é fundamental para evitar a evasão escolar.

Também há relatos que tratam de questões práticas, como a conciliação de horários e o cansaço físico. Uma estudante declarou: “neste ou em qualquer outro curso, é entender que as dificuldades existem e precisam ser compreendidas, conciliar horário e organizar o tempo”.(Entrevistado 06).

A gestão do tempo aparece como um dos principais entraves enfrentados por estudantes que dividem sua rotina entre trabalho, aulas e, muitas vezes, cuidados familiares.

Por fim, um dos relatos mais contundentes é o de um estudante que afirma: “fui embora para outra cidade e não foi possível concluir o curso”.(Entrevistado 05).

Esse tipo de interrupção por motivos externos ao rendimento acadêmico ilustra como a permanência estudantil está diretamente ligada à questão social e econômica.

Em síntese, os relatos da turma 07 revelam que os desafios enfrentados pelos estudantes trabalhadores são multifatoriais e envolvem tanto barreiras estruturais quanto subjetivas. A superação desses obstáculos requer não apenas esforço individual, mas também políticas institucionais de permanência que considerem a realidade desses estudantes.

A experiência da turma analisada demonstra que se faz necessário compreender a diversidade de trajetórias dos alunos do Centro Universitário do Maciço de Baturité para que este ofereça o suporte efetivo àqueles que acumulam jornadas múltiplas para alcançar uma formação acadêmica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises levantadas, a presente pesquisa contribui para a compreensão sobre a vida acadêmica dos estudantes trabalhadores do curso de serviço social da UniMB, servindo de ferramenta para a sensibilização da instituição, para que esta venha a compreender a trajetória dos estudantes trabalhadores e pensar estratégias que englobam as inúmeras e distintas realidades.

A partir desse estudo, pode-se observar que a realidade do estudante trabalhador é marcada por uma série de desafios que impactam diretamente seu desempenho acadêmico e seu bem-estar pessoal, nessa condição, por sua vez, é provável que haja um comprometimento na concentração e na qualidade do aprendizado desses estudantes.

Outro fator relevante é a condição financeira dos estudantes trabalhadores, elemento que pode ser desafiador, uma vez que eles precisam arcar com suas despesas pessoais e contribuir, na maioria dos casos, para a renda familiar, esses fatores podem gerar ansiedade e sobrecarga, afetando o engajamento com os estudos.

Para enfrentar esses desafios, é essencial que as instituições de ensino superior implementem políticas de apoio e flexibilização. Isso pode incluir a oferta de disciplinas em horários alternativos, programas de assistência financeira e psicopedagógico, além de oferecer uma maior interação entre a realidade laboral dos estudantes e conteúdo curricular. Ao mesmo tempo, é preciso refletir sobre o desafio da flexibilização alinhada à qualidade da formação acadêmica.

É necessário também refletir sobre os incentivos de apoio ao discente ofertados pela UniMB, e de que forma esses programas têm alcançado os estudantes. É preciso por sua vez, traçar meios para que haja uma maior divulgação dos programas, bolsas e incentivos ofertados aos estudantes e garantir que estes tenham acesso a eles, a fim de minimizar a evasão dos estudantes no ensino superior.

O processo de formação do estudante trabalhador no curso de serviço social enfrenta diversas dificuldades que vão desde a gestão do tempo até a necessidade de suporte institucional adequado. Para que esses alunos possam desenvolver todo o seu potencial, é fundamental que o UniMB conheça os principais desafios enfrentados por seus estudantes trabalhadores e adote medidas que integrem mais efetivamente suas necessidades específicas, garantindo assim um ambiente acadêmico inclusivo e facilitador para a formação acadêmica. Desse modo, será possível minimizar os impactos negativos desses desafios e promover uma formação acadêmica mais eficaz e satisfatória para os estudantes trabalhadores.

REFERÊNCIAS



BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. p. 182. Disponível em: <<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2024.

CATTANI, A. D. et al. Universidade e exclusão: quem fica fora da universidade e por quê. São Paulo: Cortez, 2006.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Resolução CFESS nº 290/94, 333/96 e 594/11. Art. 15. Brasil. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 25 out. 2024.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1986.

FREIRE, Paulo. O compromisso popular da universidade. Campinas: Puccamp, 1986. p. 11. Disponível em: <<https://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 out. 2024.

FURLANI, Lúcia M. Teixeira. A claridade da noite: os alunos do ensino superior noturno. São Paulo: Cortez, 1998. p. 13. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br>. Acesso em: 25 out. 2024.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 15. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> (ayanrafael.com in Bing). Acesso em: 25 out. 2024.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 444. Disponível em: <www.joinpp.ufma.br>. Acesso em: 23 out. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2019. 12 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101722>>. Acesso em: 25 out. 2024.

LACERDA, Pedro. Apenas 38% dos alunos terminaram licenciatura presencialmente em 2021. In: Agência Brasil, 28 mar. 2023.

Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/apenas-38-dos-alunos-terminaram-licenciatura-presencialmente-em-2021> (agenciabrasil.ebc.com.br in Bing). Acesso em: 25 out. 2024.

NEVES, Lúcia M. W. *Universidade e exclusão social: o lugar do Brasil na divisão internacional do conhecimento*. São Paulo: Xamã, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2015.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações*. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008. P. 18. (Educação contemporânea). Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 22-10-2024.



8

ASSISTENTE SOCIAL E SAÚDE MENTAL: ENFRENTANDO DESAFIOS NO COTIDIANO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS

**Maria Aparecida
Andrade Alves**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité

**Dayane da
Silva Moreira**

Pós-Graduação em
Gestão em Saúde Pública

Centro Universitário
Maurício de Nassau

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar os desafios relacionados à saúde mental, enfrentados por assistentes sociais em seu cotidiano de atuação, em diferentes políticas públicas. Considerando a sobrecarga emocional, as condições precárias de trabalho e a ausência de suporte institucional, busca-se compreender os impactos dessas questões no bem-estar dos profissionais e na qualidade do atendimento prestado à população usuária. A pesquisa foi desenvolvida no município de Palmácia, Ceará, por meio de questionários aplicados a assistentes sociais atuantes em equipamentos da saúde, da assistência social e em secretarias municipais. Os resultados evidenciam que a precarização das condições laborais, somada à alta carga emocional, contribui significativamente para o adoecimento psíquico dos profissionais. Destaca-se, ainda, a necessidade de implementação de políticas institucionais que contemplem o cuidado com a saúde mental desses trabalhadores, assegurando condições dignas de trabalho e suporte contínuo. Conclui-se que, embora práticas individuais de autocuidado sejam relevantes, elas não substituem medidas institucionais efetivas de prevenção e promoção da saúde mental no âmbito do Serviço Social.

Palavras-chave: Serviço Social. Saúde Mental. Assistente Social. Condições de Trabalho.

ABSTRACT



This paper aims to analyze the challenges related to mental health faced by social workers in their daily practice within different public policies. Considering emotional overload, precarious working conditions, and the lack of institutional support, the study seeks to understand the impacts of these factors on professionals' well-being and on the quality of services provided to users. The research was conducted in the municipality of Palmácia, Ceará, Brazil, through questionnaires applied to social workers working in health facilities, social assistance services, and municipal secretariats. The results show that precarious working conditions, combined with high emotional demands, significantly contribute to the psychological distress of professionals. The study also highlights the urgent need for institutional policies aimed at supporting the mental health of these workers, ensuring decent working conditions and continuous support. It concludes that, although individual self-care practices are important, they do not replace effective institutional measures for the prevention and promotion of mental health in the field of Social Work.

Keywords: Social Work. Mental Health. Social Worker. Working Conditions.

INTRODUÇÃO



O assistente social desempenha papel fundamental na garantia de direitos e na promoção da inclusão social em diversos espaços sócio-ocupacionais, atuando diretamente com populações em situação de vulnerabilidade social. Contudo, o cotidiano desses profissionais é marcado por desafios como a elevada demanda de atendimentos, a complexidade das situações enfrentadas e a insuficiência de recursos institucionais — fatores que frequentemente resultam em sobrecarga emocional e impactos significativos na saúde mental, comprometendo tanto o bem-estar quanto a qualidade do atendimento prestado.

A pandemia da Covid-19 intensificou ainda mais esse cenário, ampliando desigualdades sociais, aumentando o volume de demandas e expondo as profissionais a situações de maior pressão e sofrimento psíquico. Esse contexto evidenciou a necessidade de fortalecer políticas de cuidado voltadas aos trabalhadores da linha de frente, incluindo as assistentes sociais, que enfrentaram condições laborais ainda mais precarizadas.

Este estudo analisa a saúde mental das assistentes sociais que atuam nos equipamentos públicos do município de Palmácia/CE, com foco nas condições de trabalho e nos efeitos da sobrecarga emocional. Cabe ressaltar que a pesquisa foi realizada exclusivamente com mulheres, o que reflete não apenas a predominância feminina no Serviço Social, mas também as especificidades de gênero que atravessam o processo de adoecimento emocional e o trabalho de cuidado historicamente associado às mulheres. Observa-se que, diante das exigências institucionais e da precarização das condições laborais, muitas profissionais experimentam frustração, exaustão e sofrimento emocional. Assim, infere-se que o tema ainda é pouco explorado em políticas públicas e no campo acadêmico.

O trabalho emocional, conforme discutido por De Paula Bolzan (2015, p. 106), configura-se como uma dimensão intrínseca ao exercício profissional, especialmente em razão da feminização histórica da profissão e das expectativas sociais relacionadas ao

cuidado e à empatia. Tais aspectos podem intensificar a sobrecarga emocional e comprometer a saúde mental das trabalhadoras.

No município de Palmácia, destaca-se também a importância da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que integra serviços como a atenção básica, os atendimentos de urgência e emergência e o apoio matricial. Embora Palmácia não disponha de um CAPS próprio, o município articula-se com a regional para garantir o cuidado em saúde mental dos usuários. Vale ressaltar que Palmácia conta apenas com um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o que concentra as demandas e amplia a sobrecarga das profissionais que atuam no equipamento. Assim como ocorre em diversos municípios de pequeno porte, a estrutura disponível ainda enfrenta limitações de recursos humanos e materiais, impactando tanto a qualidade do atendimento quanto o suporte oferecido às trabalhadoras.

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar os impactos da carga de trabalho sobre a saúde mental das assistentes sociais, refletindo sobre a influência do cotidiano profissional e discutindo políticas públicas de saúde do trabalhador que contemplem — ou negligenciem — as especificidades da categoria. Pretende-se, assim, contribuir para o fortalecimento do debate sobre a necessidade de estratégias institucionais eficazes de cuidado com as profissionais.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, utilizando como instrumento um formulário estruturado na plataforma Google Forms. O formulário aborda aspectos como carga de trabalho, suporte institucional, estratégias de enfrentamento e percepções sobre o adoecimento emocional. Participaram assistentes sociais com, no mínimo, seis meses de atuação nos equipamentos públicos do município, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), hospitais, secretarias e demais espaços sócio-ocupacionais. Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo, a fim de identificar padrões recorrentes e categorias relevantes.

O referencial teórico que sustenta este estudo é construído a partir de uma abordagem abrangente que articula a crítica ao mundo do trabalho com a saúde mental no Serviço Social.

Fundamenta-se em autores que discutem a degradação e a precarização do trabalho na crise do capital, como Iamamoto (2001, 2010), Antunes (2005) e Raichelis (2011). O sofrimento psíquico no trabalho é analisado pela psicodinâmica de Dejours (1992) e Bravo (2012), bem como pelos modelos de estresse de Selye (1974) e pelo conceito de burnout de Freudenberg (1974). O estudo é aprofundado com pesquisas da área, como Lessa (2008), Meirelles (2018), Borges e Melo (2017) e Santos et al. (2019). A discussão sobre gênero e trabalho emocional é desenvolvida com base em De Paula Bolzan (2015), Hirata & Kergoat (2007) e Cavalcante & Bernardino (2023), além da análise do sofrimento ético-político decorrente da dor social, discutido por Sawaia (2009). A reflexão crítica sobre a prática profissional é reforçada por Guerra (2009). As discussões sobre suporte institucional e políticas de cuidado são embasadas por Estellita-Lins & Barbosa (2017), Melo & Oliveira (2020), pelas normativas do CFESS (2018, 2020) e pelos documentos da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003, 2019). A metodologia qualitativa é subsidiada por Minayo (1994) e Gil (2019).

1 A RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A SAÚDE MENTAL

A relação entre o Serviço Social e a saúde mental é constituída historicamente pelas demandas complexas que emergem do cotidiano profissional, marcado pelo atendimento direto a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social. A saúde mental, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2003), não se limita à ausência de transtornos, mas abrange o bem-estar emocional, a capacidade de enfrentar dificuldades e manter relações sociais saudáveis. No âmbito do Serviço Social, essa discussão torna-se essencial tanto para compreender o sofrimento psíquico dos usuários quanto para analisar os impactos sobre os próprios profissionais.

O exercício profissional envolve o manejo constante de questões como violência, violações de direitos, pobreza, desproteção social e fragilidades institucionais.

De Paula Bolzan (2015, p. 104–122) ressalta que o trabalho emocional faz parte da prática profissional, exigindo empatia, capacidade de acolhida e gestão de sentimentos. Essa compreensão não busca atribuir maior vulnerabilidade a determinado gênero, mas reconhecer que a natureza do trabalho — independentemente de quem o exerce — demanda um esforço emocional contínuo.

O advento da pandemia de Covid-19 intensificou ainda mais esse cenário. As equipes técnicas passaram a lidar com o aumento das demandas sociais, como desemprego, insegurança alimentar, violações de direitos e agravamento de situações de sofrimento psíquico. Além disso, houve sobrecarga de trabalho, adaptações emergenciais e inseguranças quanto às condições de atuação, afetando a saúde mental de trabalhadoras e trabalhadores da assistência social. Em municípios com estruturas reduzidas, como Palmácia — que conta com apenas um CRAS —, os impactos foram ainda mais evidentes devido ao acúmulo de funções e à limitação de recursos humanos e materiais.

Nesse contexto, destaca-se a importância da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pelo Ministério da Saúde para organizar a oferta de serviços voltados à promoção, prevenção e cuidado em saúde mental. A RAPS é composta por equipamentos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), unidades básicas de saúde, serviços de atenção hospitalar e urgência, consultórios na rua, entre outros. Para municípios pequenos, a RAPS desempenha papel crucial, pois articula fluxos de referência e contrarreferência, garantindo que pessoas em sofrimento psíquico tenham acesso a cuidados qualificados. No caso de Palmácia, ainda que o município não disponha de todos os serviços especializados, a RAPS possibilita encaminhamentos e integrações com municípios de referência, fortalecendo o cuidado territorial e ampliando o acesso aos serviços de saúde mental.

Assim, compreender essa relação entre o Serviço Social, o trabalho emocional, os impactos da pandemia e o papel estruturante da RAPS permite analisar de forma crítica os desafios vivenciados no cotidiano profissional, bem como reconhecer a necessidade de

políticas institucionais que promovam proteção, suporte e condições dignas de trabalho para assistentes sociais.

2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL E OS DESAFIOS NOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.

Nos equipamentos públicos de assistência social, saúde, educação e demais políticas sociais, o assistente social enfrenta desafios estruturais e institucionais que impactam diretamente sua saúde mental. A intensificação das demandas, a escassez de recursos humanos e materiais, a ausência de espaços de escuta e a precarização das condições de trabalho contribuem para o desgaste emocional desses profissionais.

Iamamoto (2001, p. 2) destaca que a ofensiva do capital e as contrarreformas do Estado têm provocado precarização, intensificação do trabalho e perda de direitos, o que se reflete no cotidiano profissional dos assistentes sociais, especialmente diante da instabilidade contratual, da sobrecarga e da falta de suporte institucional. Conforme a autora, “o exercício profissional do assistente social se dá como mediação entre as demandas sociais da população e os limites impostos pelas instituições e políticas sociais em um contexto marcado pela desigualdade estrutural” (IAMAMOTO, 2001, p. 56).

Nesse mesmo sentido, Alencar e Granemann (2009, p. 161–169) apontam que a contrarreforma do Estado e a lógica neoliberal aprofundam o empobrecimento das políticas sociais, reduzindo investimentos e rebaixando as condições de trabalho, o que impacta diretamente a atuação profissional e os modos de contratação da categoria. Antunes (2005, p. 17) complementa ao afirmar que o neoliberalismo fragiliza as relações laborais, intensifica jornadas e impõe múltiplos vínculos, ampliando o risco de exaustão mental.

Estellita-Lins e Barbosa (2017, p. 15) reforçam que a ausência de políticas institucionais voltadas ao cuidado com a saúde mental contribui para sentimentos de frustração e impotência, favorecendo o adoecimento psíquico.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de políticas públicas e institucionais que garantam condições dignas de trabalho, espaços de escuta e estratégias de cuidado aos profissionais.

3 SAÚDE MENTAL E TRABALHO: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS

A psicodinâmica do trabalho, desenvolvida por Dejours (1992, p. 153), demonstra que o sofrimento psíquico emerge quando o trabalhador não consegue transformar vivências negativas em experiências dotadas de sentido. No Serviço Social, a constante exposição à dor social, à exclusão e à miséria, somada à escassez de condições objetivas de trabalho, intensifica essa dificuldade e amplia o risco de adoecimento emocional.

Hans Selye (1974, p. 20) descreve o estresse ocupacional como um processo composto por três fases — alerta, resistência e exaustão — que, na ausência de mecanismos institucionais de enfrentamento, pode resultar em transtornos graves. Nesse contexto, a Síndrome de Burnout, reconhecida pela OMS (2019) na CID-11 sob o código QD 85, torna-se um risco relevante, caracterizando-se por exaustão emocional, despersonalização e baixa realização profissional.

Meirelles (2018, p. 40) e Lessa (2008, p. 50) evidenciam que a precarização das relações laborais, a intensificação das tarefas, a pressão por produtividade e a falta de suporte institucional constituem determinantes centrais do adoecimento psíquico. Soma-se a isso o sofrimento ético-político decorrente das dificuldades enfrentadas para atender adequadamente às necessidades dos usuários diante de limitações institucionais, o que gera frustração e desgaste profissional.

Outro aspecto relevante é a articulação entre saúde mental, organização social do trabalho e desigualdades estruturais. Embora a profissão seja majoritariamente composta por mulheres (cerca de 80%, CFESS, 2020), isso não significa que elas sejam mais suscetíveis ao adoecimento, mas sim que enfrentam condições sociais e laborais historicamente desiguais.

Cavalcante e Bernardino (2023, p. 108) destacam que essas desigualdades — produto de um modelo social patriarcal e colonial — impactam diretamente as vivências no trabalho e na vida cotidiana. De Paula Bolzan (2015, p. 104) chama atenção para a construção histórica do cuidado como responsabilidade atribuída às mulheres, o que repercute na forma como o trabalho emocional é distribuído e reconhecido socialmente. Assim, não se trata de vulnerabilidade individual, mas de desigualdades estruturais que atravessam as práticas profissionais.

O cotidiano de trabalho do assistente social é marcado por sobrecarga emocional, escassez de recursos, múltiplos vínculos empregatícios e instabilidade contratual, fatores que repercutem diretamente na saúde mental (Iamamoto, 2001; Estellita-Lins & Barbosa, 2017). A tensão entre as exigências éticas da profissão e os limites institucionais pode resultar em Burnout, depressão, ansiedade ou outros transtornos psicossociais (Freudenberger, 1974; Selye, 1974).

Raichelis (2011, p. 420–437) reforça que o assistente social, enquanto trabalhador assalariado, frequentemente vivenciam violações de direitos trabalhistas, tais como precarização contratual, acúmulo de atividades e ausência de espaços institucionais de suporte. Essas condições intensificam o estresse e dificultam o exercício ético da profissão. A autora enfatiza que, sem políticas de apoio — como supervisão qualificada, espaços de escuta e mecanismos de proteção laboral — os profissionais tornam-se mais vulneráveis ao isolamento, à desmotivação e ao adoecimento emocional.

Diante desse cenário, o reconhecimento das condições de trabalho e a implementação de estratégias institucionais de cuidado são fundamentais para a promoção da saúde mental do assistente social. Práticas como supervisão clínica, rodas de conversa, acompanhamento psicossocial, formação continuada e ações coletivas de suporte fortalecem a identidade profissional, reduzem a sensação de isolamento e aumentam a resiliência (Bravo, 2012; Guerra, 2009; Hirata & Kergoat, 2007; De Paula Bolzan, 2015; Meirelles, 2018).

Dessa forma, a articulação entre reflexão ética, suporte institucional e cuidado coletivo constitui uma estratégia concreta de proteção à saúde mental, contribuindo tanto para a qualidade do atendimento quanto para a sustentabilidade do exercício profissional.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como objetivo analisar as condições de trabalho e seus impactos na saúde mental das assistentes sociais atuantes em diferentes equipamentos do município. A abordagem adotada é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de compreender as experiências vivenciadas por essas profissionais em seu cotidiano de trabalho. Segundo Minayo (1994, p. 67), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando os significados, interpretações e experiências dos indivíduos, permitindo uma análise profunda das situações vivenciadas pelas participantes.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa de campo, utilizando um formulário estruturado desenvolvido na plataforma Google Forms, com questões relacionadas à carga de trabalho, sobrecarga emocional, suporte institucional e estratégias de enfrentamento adotadas pelas assistentes sociais. A coleta foi direcionada a profissionais com, no mínimo, seis meses de experiência na área, garantindo que possuam vivência suficiente para relatar as condições e os desafios enfrentados em suas práticas cotidianas. O formulário foi aplicado a assistentes sociais que atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais do município de Palmácia/CE, como o CRAS, hospitais, secretarias e outros serviços sociais, sendo disponibilizado via Google Forms para facilitar o acesso e a participação.

Segundo Gil (2019, p. 98), a coleta de dados consiste no procedimento sistemático utilizado para obter informações sobre o objeto de estudo, podendo envolver instrumentos como

questionários, entrevistas ou observações, sendo fundamental para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar categorias, padrões e relações significativas dentro das informações coletadas. Minayo (1994, p. 67) enfatiza que, na pesquisa qualitativa, a análise de dados deve ser sistemática e orientada para a identificação de categorias e padrões que revelem a complexidade e os significados dos fenômenos sociais estudados.

A amostra foi composta por assistentes sociais selecionadas de forma não probabilística, considerando critérios de disponibilidade e experiência na área. Além da aplicação do formulário, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as condições de trabalho das assistentes sociais e os impactos desses fatores na saúde mental das profissionais. Essa pesquisa incluiu a análise de artigos, livros e estudos sobre políticas públicas, normativas e diretrizes institucionais que regulam a profissão, contribuindo para o entendimento do contexto teórico e das referências existentes sobre saúde mental no trabalho das assistentes sociais.

Dessa forma, a combinação da pesquisa de campo qualitativa com a revisão bibliográfica permitiu uma análise abrangente, identificando tanto as dificuldades enfrentadas Dessa forma, a combinação da pesquisa de campo qualitativa com a revisão bibliográfica permitiu uma análise abrangente, identificando tanto as dificuldades enfrentadas pelas profissionais quanto às estratégias de enfrentamento adotadas, oferecendo subsídios para compreender o impacto das condições de trabalho na saúde mental das assistentes sociais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como objetivo analisar as condições de trabalho e seus impactos na saúde mental das assistentes sociais atuantes em diferentes equipamentos do município.

A abordagem adotada é qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de compreender as experiências vivenciadas por essas profissionais em seu cotidiano de trabalho. Segundo Minayo (1994, p. 67), a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, considerando os significados, interpretações e experiências dos indivíduos, permitindo uma análise profunda das situações vivenciadas pelas participantes.

A coleta de dados foi realizada por meio de pesquisa de campo, utilizando um formulário estruturado desenvolvido na plataforma Google Forms, com questões relacionadas à carga de trabalho, sobrecarga emocional, suporte institucional e estratégias de enfrentamento adotadas pelas assistentes sociais. A coleta foi direcionada a profissionais com, no mínimo, seis meses de experiência na área, garantindo que possuam vivência suficiente para relatar as condições e os desafios enfrentados em suas práticas cotidianas. O formulário foi aplicado a assistentes sociais que atuam em diferentes espaços sócio-ocupacionais do município de Palmácia/CE, como o CRAS, hospitais, secretarias e outros serviços sociais, sendo disponibilizado via Google Forms para facilitar o acesso e a participação.

Segundo Gil (2019, p. 98), a coleta de dados consiste no procedimento sistemático utilizado para obter informações sobre o objeto de estudo, podendo envolver instrumentos como questionários, entrevistas ou observações, sendo fundamental para garantir a validade e a confiabilidade dos resultados.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar categorias, padrões e relações significativas dentro das informações coletadas. Minayo (1994, p. 67) enfatiza que, na pesquisa qualitativa, a análise de dados deve ser sistemática e orientada para a identificação de categorias e padrões que revelem a complexidade e os significados dos fenômenos sociais estudados.

A amostra foi composta por assistentes sociais selecionadas de forma não probabilística, considerando critérios de disponibilidade e experiência na área.

Além da aplicação do formulário, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as condições de trabalho das assistentes sociais e os impactos desses fatores na saúde mental das profissionais. Essa pesquisa incluiu a análise de artigos, livros e estudos sobre políticas públicas, normativas e diretrizes institucionais que regulam a profissão, contribuindo para o entendimento do contexto teórico e das referências existentes sobre saúde mental no trabalho das assistentes sociais.

Dessa forma, a combinação da pesquisa de campo qualitativa com a revisão bibliográfica permitiu uma análise abrangente, identificando tanto as dificuldades enfrentadas pelas profissionais quanto às estratégias de enfrentamento adotadas, oferecendo subsídios para compreender o impacto das condições de trabalho na saúde mental das assistentes sociais.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar a saúde mental das assistentes sociais do município de Palmácia, considerando as demandas do cotidiano profissional, a sobrecarga emocional e o suporte institucional disponível. A análise se mostrou relevante diante do número reduzido de profissionais no município — seis assistentes sociais atuando em setores distintos —, das quais cinco participaram da pesquisa, enquanto uma profissional optou por não responder ao questionário. Esse cenário evidencia a importância de compreender as condições de trabalho e os impactos na saúde mental desse grupo.

Tabela – Síntese dos resultados da pesquisa sobre saúde mental das assistentes sociais em Palmácia

Categoria	Principais Resultados	Efeitos observados
Perfil	Todas mulheres, pardas, sem deficiência	Perfil homogêneo
Carga horária	Variou de <20h até >40h semanais	Trabalho além do horário, intensificação das demandas
Impacto da carga de trabalho	Percepção variou: significativa, moderada ou ausente	Subjetividade ligada à resiliência, experiência e suporte
Sobrecarga emocional	Demandas excessivas, polivalência, conflitos interpessoais, vulnerabilidade dos usuários	Estresse, dificuldade de separar vida pessoal/profissional
Suporte institucional	Inexistência de acompanhamento psicológico formal; apoio eventual	Maior responsabilidade individual no cuidado

Os resultados apresentados evidenciam características centrais do cotidiano das assistentes sociais de Palmácia. Observou-se um perfil homogêneo, composto por mulheres, pardas e sem deficiência, reforçando a feminização histórica da profissão e a expectativa social de cuidado, fator que contribui para a sobrecarga emocional (De Paula Bolzan, 2015, p. 104). A carga horária, variando de menos de 20 horas até mais de 40 horas semanais, mostrou que muitas profissionais realizam trabalho além do horário formal, intensificando as demandas, enquanto a percepção sobre o impacto da carga de trabalho variou entre significativa, moderada ou ausente, dependendo da experiência, das estratégias de enfrentamento e do suporte institucional (Iamamoto, 2001, p. 56; Dejours, 1992, p. 35).

A sobrecarga emocional, motivada por demandas excessivas, polivalência, conflitos interpessoais e vulnerabilidade dos usuários, resultou em estresse e dificuldade em separar vida pessoal e profissional, confirmando a análise de Sawaia (2009) e De Paula Bolzan (2015, p. 110).

O suporte institucional mostrou-se limitado, sem acompanhamento psicológico formal e com apoio apenas eventual, evidenciando que a responsabilidade pelo cuidado recai majoritariamente sobre estratégias individuais (Lima & Santos, 2015, p. 102).

Essas estratégias de enfrentamento — como atividades físicas, hobbies, apoio entre colegas, terapia e diálogo com gestores — contribuíram para o bem-estar, mas não substituem a necessidade de ações institucionais. As condições contratuais, incluindo vínculos temporários e múltiplos empregos, aumentaram a insegurança e o risco de adoecimento, corroborando Seligmann-Silva (2011, p. 119). Por fim, os impactos gerais — estresse, sobrecarga, cansaço físico e mental, dificuldades interpessoais — evidenciam que o adoecimento emocional é potencializado pela ausência de políticas institucionais e de suporte adequado, reforçando a necessidade de implementação de políticas públicas, supervisão profissional e práticas coletivas de cuidado para garantir a saúde mental das assistentes sociais e a qualidade do atendimento à população (Estellita-Lins & Barbosa, 2017; Raichelis, 2011, p. 420-437).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que a sobrecarga emocional constituiu um aspecto relevante na prática das assistentes sociais em Palmácia, influenciada por fatores como demandas excessivas, falta de recursos institucionais, conflitos interpessoais e a constante exposição às situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelos usuários. Tais fatores impactaram diretamente a qualidade de vida e o desempenho profissional das participantes, corroborando os estudos de lamamoto (2010, p. 125), que destacam o efeito das condições de trabalho sobre a saúde mental do assistente social, e as orientações do CFESS (2018) (Resolução nº 617/2018) sobre a necessidade de atenção às condições emocionais desses profissionais.

Verificou-se que o suporte institucional mostrou-se insuficiente, uma vez que não foram identificados programas estruturados de apoio psicológico ou medidas preventivas consistentes. As estratégias individuais adotadas — como atividades físicas, hobbies, acompanhamento psicológico e diálogo com colegas ou gestores — revelaram-se importantes para o alívio do estresse, embora não substituam a necessidade de políticas institucionais mais efetivas e permanentes (Borges & Melo, 2017, p. 58).

As diferenças nos vínculos empregatícios — abrangendo cargos efetivos, contratos temporários e múltiplos vínculos em municípios distintos — demonstraram que a estabilidade profissional constitui fator protetivo relevante para a saúde mental, contribuindo para maior segurança emocional, motivação no exercício da função e melhor manejo da sobrecarga. Por outro lado, a precarização contratual e a polivalência das funções desempenhadas potencializaram sentimentos de desgaste e insegurança, conforme evidenciado por Santos et al. (2019).

Diante desses achados, recomenda-se: Implementação de programas institucionais de saúde mental voltados especificamente às equipes de Serviço Social, em consonância com as diretrizes apontadas por Melo & Oliveira (2020); Supervisão e acompanhamento contínuo das práticas profissionais, com foco na prevenção da sobrecarga emocional; Incentivo ao autocuidado e ao acesso a apoio psicológico e terapêutico, como parte da política de gestão de pessoas; Valorização da estabilidade contratual enquanto fator protetivo da saúde emocional e da qualidade do trabalho.

Por fim, mesmo em um município com número reduzido de assistentes sociais, os impactos da sobrecarga emocional mostraram-se significativos e merecedores de atenção. A participação ativa dos profissionais, aliada à implementação de estratégias institucionais adequadas, revelou-se fundamental para a promoção da saúde mental e para a melhoria da qualidade do atendimento prestado à população. Apesar da limitação da amostra, os resultados oferecem subsídios relevantes para reflexões acadêmicas e para a formulação de políticas públicas locais, abrindo caminho para análises mais amplas em estudos futuros.

REFERÊNCIAS



ALENCAR, M. M. T. de; GRANEMANN, S. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 161-169, jul./dez. 2009.

ANTUNES, Ricardo. O trabalho e a condição humana: ensaios sobre a degradação do trabalho e da vida. São Paulo: Boitempo, 2005.

BORGES, R.; MELO, M. Saúde mental e estratégias de coping em profissionais de serviços sociais. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 132, p. 45-63, 2017.

BRAVO, Maria Helena. Saúde mental e trabalho social: contribuições da psicodinâmica do trabalho. São Paulo: Cortez, 2012.

CAVALCANTE, Ana Rochelly Silva Costa; BERNARDINO, Francisca Lúcia de Jesus. Um debate sobre mulheres, as heranças da colonialidade e as contradições da cidade. In: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ. *Gênero e Questão Social*. Teresina: Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, 2023. p. 107-129.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 7. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992.

ESTELLITA-LINS, Rosa; BARBOSA, Eliane. Profissão assistente social: desafios e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

FREUDENBERGER, Herbert J. Staff burnout. *Journal of Social Issues*, v. 30, n. 1, p. 159-165, 1974.

GUERRA, Maria da Conceição. Serviço Social e prática profissional: reflexão e crítica. São Paulo: Cortez, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Gênero e trabalho: desigualdades no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social, Estado e políticas sociais: história, teoria e crítica. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social: Trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LESSA, Carlos Eduardo. Estresse ocupacional e saúde dos trabalhadores sociais. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

MEIRELLES, Renato. A sobrecarga emocional no Serviço Social: desafios da atuação profissional. São Paulo: Summus, 2018.

MELO, P.; OLIVEIRA, L. Políticas de saúde mental no serviço social: desafios e perspectivas. Revista Serviço Social em Perspectiva, 14(1), p. 33–50, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Relatório sobre saúde mental: nova concepção, novos desafios. Genebra: OMS, 2003.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 107, p. 420–437, jul./set. 2011.

SANTOS, A. et al. O impacto da precarização do trabalho na saúde mental de assistentes sociais. Revista Katálysis, 22(2), p. 200–210, 2019.

SAWAIA, Bader Burihan (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SELYE, Hans. O estresse da vida. Rio de Janeiro: Record, 1974.

SERVIÇO SOCIAL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). BOLZAN, D. de P. Trabalho emocional e gênero: dimensões do trabalho no Serviço Social. EM PAUTA, Rio de Janeiro - 2º Semestre de 2015, n. 36, v. 13, p. 104-122.

SERVIÇO SOCIAL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Diretrizes ético-políticas para atuação com usuários de substâncias psicoativas. Brasília: CFESS, 2020.

SERVIÇO SOCIAL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Resolução CFESS n.º 617/2018 – Orientações sobre saúde do trabalhador em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2018.

9

BARREIRAS ATITUDINAIS: UM ESTUDO DE CASO NA ESCOLA MUNICIPAL DOMINGOS SÁVIO NO MACIÇO DE BATURITÉ

**Maria Rosiane de
Sousa Maciel**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité



**Maureni Freitas
de Almeida Andrade**

Mestrado em
Serviço Social

Universidade
Estadual do Ceará

RESUMO



Este artigo tem como objetivo analisar as barreiras atitudinais que dificultam a inclusão de estudantes com deficiência na Escola Municipal Domingos Sávio, situada no Maciço de Baturité, Ceará. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, com delineamento descritivo e uso do estudo de caso como método. Para a coleta de dados, foram aplicados questionários aos estudantes, pais/responsáveis e aos profissionais da escola, com o intuito de identificar percepções e experiências relacionadas às dificuldades enfrentadas por alunos com deficiência. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, onde evidenciou-se que, apesar dos avanços em infraestrutura e no marco legal da inclusão, persistem barreiras atitudinais como o preconceito, a estigmatização e a discriminação, que comprometem a plena participação desses estudantes no ambiente escolar. Verificou-se que, embora haja iniciativas positivas, como adaptações curriculares e promoção da diversidade, a ausência de formação continuada e de uma política institucional estruturada limita a eficácia das práticas inclusivas. Conclui-se que a superação das barreiras atitudinais requer, além de mudanças físicas e materiais, um processo de transformação cultural no contexto escolar, fundamentado na sensibilização, na capacitação permanente dos profissionais e na participação ativa da comunidade educativa.

Palavras-chave: Barreiras atitudinais; Inclusão escolar; Alunos com deficiência.

ABSTRACT



This article aims to analyze the attitudinal barriers that hinder the inclusion of students with disabilities at the Domingos Sávio Municipal School, located in the Baturité Massif, Ceará. The research presents a qualitative approach, with a descriptive design and uses the case study as a method. For data collection, questionnaires were applied to students, parents/guardians and school professionals, with the aim of identifying perceptions and experiences related to the difficulties faced by students with disabilities. Data analysis was performed using the content analysis technique, which showed that, despite advances in infrastructure and in the legal framework for inclusion, attitudinal barriers such as prejudice, stigmatization and discrimination persist, which compromise the full participation of these students in the school environment. It was found that, although there are positive initiatives, such as curricular adaptations and promotion of diversity, the lack of continuing education and a structured institutional policy limits the effectiveness of inclusive practices. It is concluded that overcoming attitudinal barriers requires, in addition to physical and material changes, a process of cultural transformation in the school context, based on awareness, ongoing training of professionals and active participation of the educational community.

Keywords: Attitudinal barriers; School inclusion; Students with disabilities.

INTRODUÇÃO



A presença de barreiras atitudinais nas escolas podem afetar a participação e o desempenho de alunos de diferentes origens e condições, incluindo aqueles com necessidades especiais, de etnias variadas ou provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade. Assim, este artigo pretende evidenciar a importância de um ambiente escolar inclusivo e o papel transformador do Serviço Social no combate às barreiras atitudinais, tendo como resultado esperado a melhoria no desempenho escolar, nas relações interpessoais e no bem-estar geral dos alunos.

A pesquisa tem como objetivo principal identificar as barreiras atitudinais que dificultam o processo de inclusão do estudante com deficiência ou necessidades educacionais especiais na Escola Municipal Domingos Sávio. Para alcançar o objetivo central do estudo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: mapear as barreiras atitudinais presentes no ambiente escolar que dificultam o processo de inclusão; destacar as ações desenvolvidas pela instituição de ensino com vistas à promoção de uma educação inclusiva; identificar as práticas pedagógicas e institucionais voltadas à inclusão no cotidiano escolar; e, por fim, analisar as ações do Serviço Social na garantia dos direitos educacionais, especialmente no que se refere à mediação entre escola, família e demais políticas públicas.

A relevância deste trabalho reside na necessidade de compreender as dinâmicas sociais e as práticas que impactam a inclusão escolar, especialmente em contextos onde as desigualdades sociais são marcantes. Espera-se que os resultados desta pesquisa não apenas contribuam para o fortalecimento do conhecimento acadêmico sobre a atuação do Serviço Social na educação, mas também, ofereçam subsídios para a formação de futuros profissionais e para a implementação de estratégias mais eficazes na promoção da inclusão.

1 DESAFIOS E IMPACTOS DAS BARREIRAS ATITUDINAIS

A educação inclusiva é um direito fundamental assegurado por legislações como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). Essas leis visam garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais, possam acessar e participar plenamente do processo educativo. A educação inclusiva é crucial não só para a formação acadêmica, mas também para a promoção da igualdade de oportunidades e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Configura-se não apenas como um direito legalmente assegurado, mas como uma estratégia fundamental de enfrentamento às práticas de segregação e discriminação no contexto educacional.

Por meio de ações inclusivas, busca-se garantir que estudantes com deficiência ou em situação de vulnerabilidade tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e convivência, favorecendo o desenvolvimento de suas potencialidades e a participação ativa na vida escolar em condições equitativas.

As barreiras atitudinais, por sua vez, vão na contramão dessa possibilidade de inclusão, elas representam um dos principais entraves à efetivação da inclusão escolar, pois refletem preconceitos, estigmas e resistências históricas à convivência com a diversidade.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, barreiras são:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015).

São obstáculos criados a partir de atitudes, crenças e preconceitos que as pessoas mantêm sobre as diferenças entre os indivíduos. Tais barreiras, ao desconsiderar as potencialidades dos sujeitos com deficiência, contradizem os princípios de equidade e participação plena que fundamentam a educação inclusiva. Como afirma Mantoan (2003), a maior deficiência está nas atitudes e não nas limitações dos alunos, revelando que a exclusão está mais enraizada nas concepções sociais do que nas condições dos próprios educandos. O olhar para esse aluno ainda é muito marcado pela dicotomia preconceituosa normal x anormal e por representações negativas que são usadas como parâmetros para diferenciá-los (ANTUNES; GLAT, 2019, p. 75).

É importante diferenciar as barreiras atitudinais de outras formas de exclusão, como as barreiras físicas e pedagógicas. As barreiras físicas se referem aos obstáculos concretos no ambiente escolar, como falta de acessibilidade nos espaços e equipamentos, como por exemplo, quando a escola não possui acessibilidade adequada para alunos com mobilidade reduzida. Se uma escola não tem rampas de acesso ou elevadores para alunos cadeirantes, isso dificulta a sua locomoção entre os andares ou até mesmo a participação plena nas atividades escolares. (MANTOAN, 2003).

Já as barreiras pedagógicas estão relacionadas às práticas de ensino que não consideram as necessidades e especificidades de cada aluno, como por exemplo, quando professores não adaptam suas metodologias para atender às necessidades de alunos com deficiência, como o uso exclusivo de materiais escritos para estudantes cegos, sem oferecer alternativas acessíveis. As barreiras atitudinais, por sua vez, se manifestam em atitudes negativas e preconceituosas que excluem os alunos com deficiência ou em situação de vulnerabilidade social, prejudicando sua integração e participação no ambiente escolar. (MANTOAN, 2003).

Percebemos, portanto, que os preconceitos e estereótipos formam a base das barreiras atitudinais, uma vez que se originam de ideias projetadas e discriminatórias sobre o que significa ser diferente.

Esses preconceitos podem ser vistos tanto em ações de discriminação aberta quanto em atitudes sutis de exclusão, como a falta de interação ou apoio aos alunos com deficiência. Tais estigmas dificultam a inclusão e afetam negativamente a autoestima dos alunos, comprometendo seu processo de aprendizagem e desenvolvimento social. (BRASIL, 2015, p. 12).

Consequências das Barreiras Atitudinais na Educação

Tomando por base o exposto anteriormente, pode-se inferir que, no ambiente escolar, a criança com deficiência nem sempre é entendida em suas particularidades e atributos únicos. Isso ocorre porque as suas habilidades são comparadas a padrões que estabelecem uma perspectiva sobre a diferença, que retrata o outro como um indivíduo menos capaz e em desvantagem (ANTUNES; GLAT, 2019).

As barreiras atitudinais se apresentam como sendo um dos maiores entraves à inclusão. Quando não são enfrentadas, comprometem as relações interpessoais, dificultam a comunicação entre as pessoas e limitam o acesso a direitos básicos. Essas barreiras impedem que indivíduos com deficiência usufruam plenamente de bens culturais, educacionais, espaços públicos, serviços e produtos, excluindo-os da participação ativa na sociedade. Essas barreiras não apenas limitam o acesso ao aprendizado, mas também têm um impacto profundo no desenvolvimento emocional e psicológico dos estudantes.

Quando os estudantes com deficiência ou de grupos minoritários são alvo de atitudes preconceituosas, seja por parte de colegas ou educadores, isso pode gerar sérios impactos. O efeito imediato é a diminuição da autoestima, pois esses alunos começam a alimentar a ideia de que não são dignos de aceitação ou de oportunidades iguais. Essa internalização pode levar ao isolamento social, onde o aluno se distancia dos outros para evitar a rejeição. Além disso, as barreiras atitudinais podem gerar conflitos e aumentar o sentimento de rejeição por parte dos colegas, contribuindo para o

aumento da evasão escolar e a fragilização da participação dos alunos nas atividades escolares.

O preconceito direcionado às pessoas com deficiência ou com algum tipo de transtorno — seja físico, auditivo, visual ou mental — carrega estereótipos específicos que reforçam a exclusão social. Trata-se de um mecanismo de negação, no qual as diferenças são interpretadas como ausência, deficiência ou incapacidade (SILVA, 2006). As consequências dessas barreiras vão além da sala de aula, refletindo-se em aspectos mais amplos do desenvolvimento do aluno, como sua socialização e construção de identidade. A responsabilidade da comunidade escolar é fundamental na construção de um ambiente inclusivo, onde todos os alunos se sintam valorizados, respeitados e

estimulados a participar ativamente da vida escolar.

E essa construção passa pela gestão escolar que desempenha um papel fundamental na efetivação de práticas inclusivas no ambiente educacional. Cabe à equipe gestora não apenas garantir condições adequadas para o ensino, mas também promover ações que apoiem o trabalho docente e favoreçam a construção de uma cultura escolar colaborativa.

A forma como a gestão atua impacta diretamente a mobilização dos profissionais da escola e sua adesão a propostas pedagógicas voltadas à inclusão. Quando há falhas na articulação do trabalho coletivo, mesmo professores com práticas pedagógicas consistentes tendem ao isolamento, restringindo sua atuação à sala de aula e limitando o uso de recursos disponíveis na escola e na comunidade. A educação contemporânea requer uma abordagem distinta da convencional, baseada na diversidade, que considere as vivências, interesses, motivações e particularidades que são exclusivas de cada indivíduo (ANTUNES; GLAT, 2019).

A promoção de uma educação inclusiva exige, portanto, uma gestão comprometida, capaz de coordenar esforços, integrar os diversos setores escolares e fomentar a corresponsabilidade de toda a

equipe na garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes. Somente com uma atuação intencional e articulada, a escola poderá avançar em direção a uma prática verdadeiramente inclusiva.

A presença das barreiras atitudinais no ambiente escolar não pode ser analisada de forma dissociada das condições sociais, econômicas e culturais das famílias que mais enfrentam os efeitos da exclusão. A discriminação vivida por crianças com deficiência frequentemente se soma à vulnerabilidade social de suas famílias, marcadas por baixos níveis de escolaridade, dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, precarização das condições de vida e falta de acesso a serviços públicos essenciais, como saúde, transporte e assistência social (SASSAKI, 1997; CFESS, 2012).

Muitas dessas famílias vivem com rendas extremamente limitadas, em contextos de informalidade ou desemprego, o que agrava sua capacidade de garantir o acompanhamento adequado dos filhos na escola, seja por falta de recursos para transporte, alimentação ou mesmo para apoiar o processo de aprendizagem em casa. Além disso, mães — em sua maioria responsáveis pelo cuidado — são com frequência obrigadas a abandonar seus empregos ou a aceitar trabalhos precários para cuidar de seus filhos, o que perpetua o ciclo de exclusão social e econômica (LIMA, 2021).

O capacitismo, ainda fortemente presente nas estruturas sociais, reforça a exclusão não só dos alunos com deficiência, mas também de suas famílias, que frequentemente enfrentam o estigma de serem responsabilizadas pela condição dos filhos ou tratadas com desconfiança pelos próprios profissionais das instituições educacionais. Essa visão reforça a culpabilização e desconsidera as dimensões estruturais da desigualdade que atravessam a vida dessas famílias (SILVA, 2006).

O impacto das barreiras atitudinais se estende também ao acesso a outros direitos fundamentais, como saúde, cultura, lazer e mobilidade. A ausência de acessibilidade em espaços públicos e privados, combinada à falta de informação e acolhimento em serviços públicos, como postos de saúde e CRAS, contribui para o isolamento social das famílias e, por consequência, das crianças com deficiência.

Além disso, o analfabetismo ou a baixa escolaridade dos responsáveis limita o acesso à informação sobre os direitos educacionais, dificultando o enfrentamento de situações de discriminação e a reivindicação de apoio institucional (MANTOAN, 2006; BRASIL, 2015).

Dessa forma, a exclusão escolar alimentada pelas barreiras atitudinais reflete e reproduz as desigualdades sociais mais amplas, exigindo que a escola — enquanto espaço privilegiado de formação humana e cidadã — assuma um papel ativo na promoção da equidade, reconhecendo a intersecção entre deficiência, classe social e acesso a direitos. A efetiva inclusão passa, assim, pela articulação entre políticas públicas e por um olhar sensível às múltiplas dimensões da vulnerabilidade social enfrentadas por essas famílias.

2 INCLUSÃO ESCOLAR E AS BARREIRAS ATITUDINAIS

A inclusão educacional de estudantes com deficiência na escola comum ainda representa um grande desafio no cenário educacional brasileiro. Apesar dos avanços legais e das diretrizes que asseguram o direito à educação inclusiva, ainda existem diversos obstáculos que comprometem o pleno acesso, a permanência e a aprendizagem desses estudantes. Esses desafios vão além da simples presença física na escola. Eles envolvem a ausência de políticas públicas eficazes, a falta de recursos pedagógicos acessíveis, a escassez de formação continuada para os profissionais da educação e a pouca articulação entre os diferentes setores responsáveis por garantir o apoio necessário. Assim, os direitos básicos de aprendizagem, participação ativa e exercício da cidadania continuam sendo negados a um grupo social historicamente excluído dos direitos fundamentais do ser humano.

A inclusão escolar é um direito social previsto na legislação brasileira, especialmente na Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 206, inciso I assegura a [...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988). Em seu capítulo III,

intitulado Da educação, da Cultura e do Desporto, no artigo 208, certifica:

dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal legitimou, ainda, em seu artigo 208, Inciso III, o [...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988). A fim de assegurar esse atendimento, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) instituída pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 4º, inciso III, prevê:

Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996).

Conclui-se, portanto, que a escola, como espaço de socialização, desempenha um papel central na promoção da cidadania e no fortalecimento da rede de proteção social. A educação inclusiva não apenas promove o acesso à educação de qualidade para todos, mas também contribui para o fortalecimento da equidade social, ao garantir que as diferenças sejam respeitadas e valorizadas dentro do ambiente escolar.

A inclusão escolar vai além do mero acesso físico às instituições de ensino, exigindo mudanças estruturais no currículo, nos métodos pedagógicos e na postura da comunidade escolar.

Como aponta Mantoan (2003), a educação inclusiva deve garantir que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, tenham oportunidades reais de aprendizagem em um ambiente que valorize a diversidade. Segundo Sasaki (1997), a inclusão não se limita à presença do aluno na escola, mas à sua participação ativa, sendo essencial eliminar barreiras que dificultem sua trajetória educacional. Dessa forma, como assegura Mantoan (2006), a efetivação da educação inclusiva está diretamente ligada à adoção de um modelo educacional que reconheça e responda às necessidades individuais dos estudantes, promovendo práticas pedagógicas que combatam a exclusão e fortaleçam uma cultura de respeito e equidade.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a superação das barreiras atitudinais exige mudanças culturais e estruturais que garantam a efetiva participação de todos os estudantes no ambiente escolar (BRASIL, 2008, p. 15). No mesmo sentido, Bourdieu e Passeron (2014, p. 78) destacam que a escola não apenas reflete as desigualdades sociais, mas também contribui para sua reprodução, ao legitimar mecanismos de exclusão por meio de práticas pedagógicas pouco inclusivas .

As relações sociais fazem parte de um contexto histórico, são estabelecidas a favor da lógica dominante e produzem modelos hegemônicos, e a escola como uma instituição social também está inserida nesse escopo. Neste sentido, embasado em Lima (2021), pode-se afirmar que as barreiras atitudinais estão presentes nas escolas e configuram-se em um conjunto de condutas, práticas e ações segregatórias e discriminatórias que ferem a dignidade das crianças com deficiência e evidenciam a segregação e a omissão com relação a elas.

Corroborando com esse pensamento Ribeiro, Simões, Paiva (2017, p. 217) afirmam que o espaço escolar acaba sendo reflexo da difusão, manutenção de preconceitos apresentados como barreiras.

A exclusão escolar está diretamente relacionada à precariedade da infraestrutura, à falta de investimentos na educação e à ausência de políticas públicas eficazes. De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE), um dos desafios persistentes na educação brasileira é a necessidade de melhorias na infraestrutura das escolas, incluindo acesso a materiais didáticos adequados e capacitação de profissionais para atender às demandas da diversidade escolar (BRASIL, 2014, p. 32). Dessa forma, observa-se que a permanência e o sucesso escolar dos estudantes dependem de transformações estruturais e sociais que promovam equidade e acessibilidade no ensino.

O Serviço Social no Contexto Escolar

A intervenção do Serviço Social nas expressões da questão social exige uma formação sólida, que integre fundamentos teórico-metodológicos, princípios ético-políticos e competências técnico-operativas. No contexto do atendimento às pessoas com deficiência, essa atuação se ancora em uma perspectiva biopsicossocial, reconhecendo a importância dos fatores biológicos, psicológicos e, sobretudo, sociais, como os contextos familiares, culturais e econômicos que influenciam diretamente as condições de vida desses sujeitos (REZENDE, et al 2020).

Diante do exposto, percebemos que a efetivação da inclusão escolar não pode ser dissociada da garantia de direitos sociais mais amplos, exigindo esforços conjuntos entre o poder público, as instituições de ensino e a sociedade civil. A construção de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo demanda políticas públicas eficazes, investimentos em formação docente e uma abordagem interdisciplinar que envolva profissionais da educação, do Serviço Social e de outras áreas do campo social.

A confluência entre assistência social e educação se evidencia na importância da escola como espaço de intervenção do assistente social.

No universo escolar o assistente social tem como objetivo a efetivação do aluno com deficiência, realizando o acolhimento das famílias, diminuindo assim as problemáticas vivenciadas pelos alunos, aprendendo da sua realidade, pautando-se no Código de Ética (SILVA; SOUZA, 2017). Portanto, a garantia do direito à educação inclusiva presente na Constituição Federal, demanda uma interação efetiva entre escola, família e profissionais de assistência social para assegurar que os direitos dos alunos sejam plenamente respeitados.

A inserção de assistentes sociais na Política de Educação, ao longo das últimas duas décadas, responde, sobretudo, às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de educação, a partir da mediação de programas governamentais instituídos mediante as pressões de sujeitos políticos que atuam no âmbito da sociedade civil. Desse modo, se por um lado resulta da histórica pauta de luta dos movimentos sociais em defesa da universalização da educação pública, por outro se subordina à agenda e aos diagnósticos dos organismos multilaterais, fortemente sintonizados às exigências do capital, quanto à formação e qualificação da força de trabalho. Inscreve-se, portanto, na dinâmica contraditória das lutas societárias em torno dos processos de democratização e qualidade da educação, cujo resultado mais efetivo tem se traduzido na expansão das condições de acesso e permanência, a partir do incremento de programas assistenciais, o que caracterizou a intervenção do Estado no campo das políticas sociais na primeira década deste século (CFSS, 2012, p. 37).

A atuação do assistente social na educação evoluiu de uma abordagem assistencialista para uma prática estratégica e interdisciplinar.

Inicialmente, esse profissional era visto como responsável por resolver demandas pontuais, mas, com o tempo, sua função expandiu-se para a mediação entre escola, família e comunidade, contribuindo para a transformação da realidade dos estudantes. Sua intervenção visa enfrentar desigualdades que afetam o acesso, a permanência e o sucesso escolar, garantindo condições adequadas de aprendizagem e prevenindo a evasão, o fracasso escolar e as violações de direitos (BRASIL, 2019).

O Serviço Social, possui natureza socioeconômica, política e interventiva, e atua em diversos espaços sócio-ocupacionais por meio da pesquisa e da análise da realidade social, sempre em consonância com os valores e princípios do Código de Ética do Assistente Social. Sua missão é formular, executar e avaliar serviços, programas e políticas sociais que assegurem a preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e da justiça social, contribuindo para a construção de uma ordem social, política, econômica e educacional mais equitativa e menos desigual. De acordo com Yamamoto (2008), o Serviço Social deve atuar na mediação das expressões da questão social, intervindo de forma crítica e propositiva na realidade. Assim sendo, o assistente social contribui para a formulação de políticas educacionais mais equitativas, promovendo o direito à educação para todos (SILVA, 2021).

O papel do assistente social na equipe multiprofissional da educação, especialmente na abordagem das diversas questões sociais presentes no ambiente escolar deve ser fato inquestionável. Sua atuação interventiva e mediadora é fundamental para enfrentar as vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento dos estudantes, com ênfase na inclusão e no atendimento educacional especializado de alunos com deficiência.

Além disso, esse profissional fortalece os vínculos entre escola, família e comunidade, promovendo ações de orientação e suporte às famílias, visto que a escola é uma instituição voltada para o desenvolvimento dos valores sociais dos indivíduos, incluindo alunos e suas famílias, preparando-os para a vida em sociedade.

Nesse contexto, o trabalho com grupos familiares se mostra essencial, pois contribui para o fortalecimento e a aprendizagem tanto de crianças e adolescentes quanto de seus pais e/ou responsáveis, promovendo uma convivência social mais harmoniosa.

Nesse sentido, sua atuação envolve visitas domiciliares, atendimentos individuais e coletivos, além da articulação com a rede socioassistencial. Ademais, contribui para a formulação de políticas educacionais mais equitativas, assegurando o direito à educação para todos (SILVA, 2021). A mediação de conflitos no ambiente escolar, aliada ao desenvolvimento de práticas inclusivas, reforça a importância do assistente social na efetivação de direitos sociais e na promoção de uma educação mais justa e acessível.

Faleiros (2010), confirmando a confluência entre educação e assistência social, pontua que a escola constitui-se em um dos espaços de intervenção do assistente social pelo fato de este ser habilitado para atuar no enfrentamento dos problemas sociais por meio do acompanhamento da comunidade escolar, do fortalecimento de vínculos e do desenvolvimento de suas potencialidades a fim de alcançar emancipação social. Percebe-se que essa categoria profissional tem um papel fundamental na identificação e enfrentamento das desigualdades que impactam o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

Um outro aspecto relevante diz respeito à atuação em equipe multiprofissional, fundamentada na interdisciplinaridade, que é um aspecto essencial da prática do assistente social no contexto educacional. Essa abordagem valoriza a integração de diferentes saberes e áreas profissionais, promovendo a complementaridade e a cooperação entre os especialistas. No campo social, o trabalho conjunto potencializa as intervenções, evitando abordagens fragmentadas e favorecendo resultados mais eficazes e abrangentes.

Corroborando com essas pontuações, Iamamoto pontua que, o fato de estarmos abertos ao diálogo com outros profissionais, com outros saberes, traz ainda mais competência profissional, posto que

romper com uma visão focalista nos dá muita clareza sobre as atribuições profissionais, as características das profissões e saberes com os quais nos relacionamos e ainda sobre as nossas próprias atribuições, as nossas teorias, o nosso saber. Relacionar-se com o outro pressupõe, fundamentalmente, conhecimento. (IAMAMOTO 2001 apud SANTIAGO, 2014, p. 61)

Importante destacar que, apesar dos avanços, a inserção do Serviço Social no cenário educacional é ainda um desafio, pois se configura ainda como um campo a ser explorado e efetivado.

[...] a dimensão educativa do trabalho do assistente social deve ser consolidada, não apenas em termos de valorização de sua inserção nas unidades educacionais, mas do seu envolvimento com os processos sociais, em cursos, voltados para a construção de uma nova hegemonia no campo da educação e da cultura, dos quais os educadores trazem significativos acúmulos e tradição, seja no campo do pensamento intelectual, seja nas ações profissionais e políticas. (ALMEIDA, 2005, p.25).

Por fim, Almeida (2000, p. 2) destaca que a inserção na área da educação deve ser analisada não apenas como uma possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas principalmente como uma reflexão de caráter político e profissional. Essa reflexão envolve a função social da profissão e sua relação com estratégias de luta pela cidadania, por meio da defesa dos direitos sociais e das políticas sociais.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva, realizada por meio do método do estudo de caso em uma escola da rede pública de ensino. De acordo com Gil (2008), a pesquisa qualitativa permite uma compreensão aprofundada dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos participantes. Essa abordagem é particularmente relevante para investigar as barreiras atitudinais no contexto escolar, pois possibilita captar as percepções, experiências e significados atribuídos pelos envolvidos, como alunos, professores e assistentes sociais. A pesquisa descritiva, por sua vez, permitiu identificar, observar e relatar aspectos relevantes da situação estudada, sem a intenção de interferir na realidade. Com relação a esse aspecto, o autor afirma que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou ainda o estabelecimento de relações entre variáveis.

Utilizou-se a pesquisa bibliográfica como técnica de apoio, por meio da leitura e análise de obras, artigos científicos e legislações pertinentes ao tema. A pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (2003), permite ao pesquisador conhecer o que já foi estudado sobre determinado assunto, ampliando o referencial teórico e fundamentando a análise dos dados empíricos. Foram revisadas obras acadêmicas, artigos e documentos relevantes que tratam do Serviço Social na educação, das barreiras atitudinais e das intervenções em ambientes escolares.

Essa revisão bibliográfica não apenas forneceu à pesquisadora uma base teórica sólida, mas também contextualizou os dados coletados e áreas que necessitam de maior atenção.

A análise das obras selecionadas permitiu um mapeamento das principais abordagens e estratégias utilizadas pelos profissionais de diversas áreas, inclusive do Serviço Social, para superar barreiras atitudinais, assim como os desafios enfrentados na prática cotidiana.

A pesquisa é um estudo de caso na Escola Municipal Domingos Sávio, situada no Maciço de Baturité. Para realizar o estudo, foi utilizado como técnica de coleta de dados a aplicação de um questionário, instrumento que possibilitou a obtenção de informações diretamente com os participantes da pesquisa. Segundo Richardson (1999), o questionário é uma técnica eficiente para levantar dados junto a um número maior de respondentes, preservando sua individualidade e garantindo maior alcance de opiniões.

A amostra da pesquisa foi composta por estudantes, seus responsáveis (pais ou mães) e profissionais da escola, visando captar diferentes perspectivas sobre o tema investigado. A escolha desse grupo heterogêneo buscou enriquecer a análise, considerando que os diferentes sujeitos possuem vivências específicas que contribuem para uma compreensão mais ampla da realidade estudada. Como destaca Triviños (1987), a pesquisa qualitativa valoriza a diversidade de sujeitos e suas contribuições para o entendimento do objeto investigado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentados os principais resultados obtidos por meio da aplicação dos questionários aos diferentes sujeitos envolvidos na pesquisa — alunos, pais/responsáveis e profissionais da escola. As informações foram organizadas de forma a permitir uma análise descritiva e interpretativa dos dados, à luz do referencial teórico previamente discutido. A análise buscou destacar percepções, experiências e interpretações dos participantes sobre o tema investigado, considerando os aspectos subjetivos e sociais que atravessam a realidade escolar. Como afirma Bardin (2011), o objetivo da análise de conteúdo é dar sentido ao que foi dito, transformando os dados brutos em um discurso compreensível e fundamentado.

As respostas ao questionário revelam uma compreensão relativamente coesa sobre o conceito de barreiras atitudinais. A maioria dos entrevistados associa essas barreiras a comportamentos, crenças ou atitudes que prejudicam a inclusão social de pessoas com deficiência, como afirma o entrevistado 2, "São atitudes, comportamentos ou crenças que dificultam ou impedem a participação plena de todos, especialmente das pessoas com deficiência, no ambiente escolar". Essa definição evidencia que os profissionais reconhecem que as barreiras não são apenas físicas ou estruturais, mas sobretudo simbólicas e culturais.

Outro exemplo é a resposta do Entrevistado 4, que sintetiza essa percepção ao afirmar que barreiras atitudinais são "o pensamento de que criança deficiente é incapaz", apontando diretamente para o preconceito internalizado que pode moldar práticas excludentes. Quando questionados sobre ações de inclusão, as respostas demonstram esforços variados, como socialização, adaptações curriculares e envolvimento familiar. O Entrevistado 2 menciona que a escola promove formações e que adapta atividades para "valorizar a diversidade e o respeito mútuo". Ainda assim, há uma resposta que destoa das demais: "ainda é bastante precária as ações, fica muito a desejar", conforme pontuado pelo Entrevistado 6, o que pode evidenciar desigualdade entre o discurso e a prática na realidade escolar. A afirmação desse entrevistado confirma o que traz Verde (2020), (...) estudos sobre atitudes sociais indicam que os professores sentem que lhes falta o preparo adequado para atuarem no ensino inclusivo e apontam para a necessidade de investimento na formação inicial, assim como em capacitações em serviço (VERDE et al., 2020 apud VIEIRA; OMOTE, 2021, p. 750).

Em relação à exclusão, embora a maioria tenha afirmado não ter presenciado situações de discriminação, alguns profissionais reconheceram que essas situações ocorrem. O Entrevistado 2 relatou que a escola interveio com "diálogos e ações educativas", demonstrando uma tentativa de enfrentamento.

Por outro lado, a baixa percepção de preconceitos velados por parte da maioria pode sinalizar uma naturalização de atitudes discriminatórias sutis no cotidiano escolar.

No tocante à formação continuada, as respostas indicam que ela é irregular. Enquanto alguns relatam que há formações constantes, outros afirmam que "não recebem formação", como relata o Entrevistado 5, que recorre à "vivência diária para lidar com as demandas". Isso reflete uma fragilidade na qualificação permanente da equipe, o que pode impactar diretamente nas práticas pedagógicas e no acolhimento dos alunos com deficiência.

Por fim, ao serem questionados sobre o que poderia tornar a escola mais inclusiva, os entrevistados destacam desde mudanças físicas no ambiente até transformações na cultura escolar. O Entrevistado 7 sugere que "a sensibilização da comunidade escolar para a importância da diversidade" é fundamental, enquanto o Entrevistado 1 aponta a necessidade de "melhorias nas dependências". Isso indica que a inclusão plena requer um esforço multissetorial, envolvendo tanto infraestrutura quanto mudança de mentalidade.

Analisando as respostas dos pais e responsáveis encontramos o que se segue. Quando questionados sobre o tratamento dado aos alunos com deficiência os dados indicam que, embora existam experiências positivas, o tratamento não é uniforme nem garantido em todas as situações, revelando uma inclusão ainda parcial e pontual.

A maioria dos entrevistados relatou já ter presenciado ou vivenciado episódios de maus-tratos ou discriminação envolvendo alunos com deficiência. Um dos alunos afirmou: "Já sofri bullying na escola por ter transtorno e ser gordo" (Entrevistado 2). Outro destacou que constantemente lhe perguntam: "Você tem algum problema na cabeça?" (Entrevistado 3). Esses relatos evidenciam situações de violência simbólica e verbal no contexto escolar, marcadas por atitudes capacitistas que reforçam barreiras atitudinais à inclusão plena.

Sobre a atuação dos profissionais escolares frente às necessidades dos alunos com deficiência, as respostas se dividiram entre aqueles que percebem acolhimento por parte dos educadores e aqueles que observam um tratamento indiferenciado, sem adaptações ou cuidados específicos. Essa ambiguidade revela uma possível ausência de diretrizes institucionais claras quanto ao atendimento às especificidades desses alunos, resultando em condutas individuais e despadronizadas.

Questionados se a escola promove diálogos sobre o respeito às diferenças, os entrevistados expressaram percepções divergentes. Parte dos entrevistados responderam negativamente, outros afirmaram que sim, e outros apontaram que tais discussões ocorrem de forma insuficiente. Essa divisão sugere a fragilidade das estratégias de sensibilização escolares voltadas à promoção de uma cultura inclusiva, o que pode contribuir para a reprodução de preconceitos entre os próprios alunos.

Todos os entrevistados reconheceram a importância de abordar a inclusão de forma mais efetiva na escola. Entre as sugestões apresentadas, destacam-se: promoção de mais espaços de diálogo entre professores e alunos sobre o tema; criação de regras e sanções claras para casos de bullying, como suspensão dos agressores; incentivo à empatia e ao respeito por meio de campanhas educativas. Assim, as propostas evidenciam o desejo dos sujeitos por um ambiente escolar mais acolhedor, seguro e comprometido com a promoção da equidade e do respeito às diferenças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crianças com deficiência enfrentam vários obstáculos no ambiente escolar, que frequentemente as silenciam, as categorizam e as desqualificam. Isso evidencia a presença de impressões sociais negativas sobre inclusão e deficiência, que por sua vez impactam diretamente nas interações sociais e pedagógicas. Essas impressões também são formadas pelas barreiras atitudinais estabelecidas de maneira implícita pelo paradigma capacitista, que reforça e fortalece práticas de preconceito, discriminação e exclusão, mesmo quando as crianças estão matriculadas em classes regulares.

A análise das barreiras atitudinais presentes na Escola Municipal Domingos Sávio permitiu compreender que, apesar dos avanços normativos e estruturais voltados à inclusão, ainda existem entraves significativos no cotidiano escolar, sobretudo no que diz respeito às atitudes e percepções em relação aos estudantes com deficiência. As falas de alunos, familiares e profissionais evidenciam que o preconceito, a estigmatização e a resistência à convivência com a diversidade continuam sendo desafios concretos no processo de construção de uma escola inclusiva.

Contudo, também foi possível identificar práticas e iniciativas positivas que apontam caminhos possíveis para a superação dessas barreiras. O comprometimento de parte do corpo docente, a aproximação com as famílias e a adoção de estratégias pedagógicas adaptadas demonstram que, quando há sensibilidade, formação e abertura ao diálogo, é viável construir um ambiente educacional mais justo e acolhedor.

Importante destacar ainda, nesse contexto, a relevante atuação do assistente social na promoção da inclusão escolar. Como profissional comprometido com a defesa dos direitos humanos e com a superação das desigualdades, o assistente social atua na mediação entre escola, família e rede de proteção social, identificando e enfrentando as barreiras que dificultam o pleno acesso e permanência de crianças com deficiência na escola.

Além disso, contribui para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva, promovendo espaços de diálogo, sensibilização e articulação intersetorial, visando a garantir o direito à educação e o respeito à diversidade como princípios fundamentais para o desenvolvimento social e humano.

Portanto, ao reconhecer que as barreiras atitudinais representam um dos maiores desafios à inclusão escolar, torna-se essencial fomentar uma mudança de mentalidade coletiva. Isso implica não apenas repensar práticas pedagógicas e políticas institucionais, mas também promover uma transformação ética e humanizadora no convívio escolar. A escola inclusiva só será plenamente alcançada quando cada sujeito do ambiente escolar como, professores, estudantes, gestores, famílias e demais profissionais assumirem um compromisso ativo com a equidade, com o acolhimento e com a valorização da diferença como elemento enriquecedor da aprendizagem e da convivência social.

Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar vai além das adaptações físicas e das políticas institucionais; ela requer mudanças profundas na cultura escolar, no modo como se compreende a deficiência e na disposição de todos os envolvidos em reconhecer o valor da diversidade. Para isso, é imprescindível investir na formação continuada dos profissionais da educação, em ações de sensibilização da comunidade escolar e no fortalecimento de práticas que promovam o respeito às diferenças. Somente com esse conjunto de esforços será possível garantir o direito à educação de forma plena, equitativa e emancipadora.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Ney Luiz de. A educação como direito social e a inserção dos Assistentes Sociais em estabelecimentos educacionais. Cartilha – O Serviço Social e a Política Pública de Educação. Minas Gerais, 2005.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. O Serviço Social na educação. Revista Inscrita Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2000. Disponível em : [https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em: 04 mar. 2025.

ANTUNES, Katuscia Vargas; GLAT, Rosana. Das relações entre representações sociais e educação especial nos processos de aprendizagem de alunos com deficiência intelectual. InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação -UFMS, Campo Grande, v.25, n. 50.1, p. 73-99, dez. 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Ministério da Educação, [1996].

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL.Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>.
Acesso em: 17 mai. 2025.

CFSS. Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. 9 ed. revisado e atualizado. Brasília: CFESS, 2011.

CFSS. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Série 3 - Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, Brasília, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS_AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025

FALEIROS, Vicente de Paula. Estratégias em Serviço Social. SP: Cortez, 2010.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Cortez, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, André Luís de Souza. Capacitismo e eugenia na educação brasileira: uma reflexão a partir de aproximações epistemológicas. Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 2-20, mai. 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: O ensino e a aprendizagem na diversidade. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

PEREIRA, João. O papel do assistente social na educação: desafios e perspectivas. Editora XYZ, 2019.

RIBEIRO, Ernani Nunes; SIMÕES, José Luiz; PAIVA, Fábio da Silva. Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu. Olhares - Revista do Departamento de Educação da Unifesp, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 210-226, out. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTIAGO, Daniela Emilena. Serviço Social Interdisciplinar. São Paulo: Editora Sol, 2014.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Ana. Políticas educacionais e serviço social: interfaces e desafios. Editora ABC, 2021.

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 424-561, 2006. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v11n33/v11n33a04.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Camila Mugnai; OMOTE, Sadao. Atitudes Sociais de Professores em Relação à Inclusão: Formação e Mudança. Revista Brasileira de Educação Especial, Bauru, v. 27, p. 743-758, 2021.



10

CONVIVÊNCIA FAMILIAR E
DESENVOLVIMENTO INFANTIL:
O PROGRAMA CRIANÇA
FELIZ DE ARATUBA-CE

**Alexandre Alan
Lima Barbosa**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité



**Paula Raquel
Barbosa Sousa**

Pós-Graduação em
Gestão Pública

Universidade Católica
Dom Bosco

RESUMO



A primeira infância é uma fase decisiva do desenvolvimento infantil e depende fortemente da convivência familiar. O presente artigo tem como objetivo compreender as relações sociais e familiares no processo de avaliação do desenvolvimento das crianças acompanhadas pelo Programa Criança Feliz em Aratuba-CE. Com abordagem qualitativa, o estudo incluiu uma Revisão de Literatura e uma Pesquisa de Campo com 15 famílias, utilizando um questionário semiestruturado aplicado via Google Forms, respeitando o rigor ético, garantindo a voluntariedade, o anonimato e o uso responsável das informações. A análise dos dados revelou que muitas famílias ainda têm dificuldade em identificar marcos do desenvolvimento, reforçando a importância do programa como apoio orientador. Além disso, permitiu identificar percepções, desafios e contribuições do programa para o fortalecimento dos vínculos familiares e das práticas de cuidado para o progresso emocional, cognitivo e social na primeira infância. Portanto, este estudo reafirma a relevância de pesquisas que valorizem a escuta das famílias e o fortalecimento das políticas públicas, ampliando o compromisso coletivo com o desenvolvimento integral da criança.

Palavras-chave: Convivência Familiar; Desenvolvimento Infantil; Programa Criança Feliz

ABSTRACT



Early childhood is a decisive stage of child development and depends heavily on family interaction. This article aims to understand the social and family relationships involved in the process of assessing the development of children assisted by the Criança Feliz Program in Aratuba-CE. Using a qualitative approach, the study included a Literature Review and Field Research with 15 families, employing a semi-structured questionnaire applied through Google Forms, respecting ethical rigor and ensuring voluntariness, anonymity, and the responsible use of information. Data analysis revealed that many families still struggle to identify developmental milestones, reinforcing the importance of the program as a guiding support. Additionally, it allowed the identification of perceptions, challenges, and contributions of the program to strengthening family bonds and caregiving practices that promote emotional, cognitive, and social development in early childhood. Therefore, this study reaffirms the relevance of research that values listening to families and strengthening public policies, expanding the collective commitment to the integral development of children.

Keywords: Family Interaction; Child Development; Criança Feliz Program.

INTRODUÇÃO



Como as práticas de convivência familiar se relacionam com o desenvolvimento das crianças acompanhadas pelo Programa Criança Feliz no município de Aratuba-CE?

A primeira infância constitui a base do desenvolvimento humano, sendo o período em que se moldam as capacidades físicas, cognitivas e socioemocionais da criança, tendo a convivência familiar como principal influência nesse processo. Nesse contexto, o Programa Criança Feliz (PCF) surge como uma política pública estratégica, atuando por meio de visitas domiciliares para fortalecer vínculos e apoiar as famílias no acompanhamento do desenvolvimento infantil.

O desenvolvimento infantil é profundamente influenciado pelo ambiente e pelas interações sociais. Para Piaget, a criança constrói gradualmente o conhecimento a partir de suas ações, passando de esquemas básicos de ação para formas mais complexas de representação. Wallon (2008) reforça a importância da percepção e das mudanças qualitativas ao longo das fases do desenvolvimento, enquanto Montessori (1966) destaca os primeiros anos como um período rico em potencialidades, em que um ambiente organizado e estimulante possibilita que a criança aprenda de forma espontânea, sendo protagonista do próprio aprendizado. Essas perspectivas convergem para a compreensão de que a primeira infância é decisiva na formação da personalidade e no desenvolvimento psicomotor e afetivo.

Nesse contexto, o Programa Criança Feliz, criado pelo Decreto nº 8.869/2016, surge como uma política pública intersetorial voltada ao desenvolvimento integral da primeira infância. Por meio da articulação entre diferentes áreas — como Assistência Social, Saúde, Educação e Cultura — o programa busca fortalecer vínculos familiares e comunitários, utilizando o brincar como recurso central. Sua principal estratégia são as visitas domiciliares, planejadas de acordo com as necessidades de cada família e da faixa etária das crianças, garantindo um atendimento personalizado. Esse acompanhamento é ainda mais cuidadoso quando se trata de crianças com deficiência,

que podem necessitar de estímulos específicos até os seis anos de idade (Brasil, 2016).

A Política de Assistência Social, articulada ao PCF, reforça a convivência familiar como direito fundamental e condição indispensável para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Seu objetivo é apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade, fortalecendo vínculos e prevenindo o rompimento dos laços afetivos. Ao priorizar o fortalecimento dos vínculos e a valorização do ambiente familiar, a política de assistência social reafirma a família como o espaço primordial para a proteção e o desenvolvimento integral das crianças.

A escolha do tema “Convivência Familiar e Avaliação do Desenvolvimento Infantil: o Programa Criança Feliz de Aratuba-CE” se justifica pela relevância social e acadêmica que carrega. Socialmente, a pesquisa responde a uma necessidade urgente: muitas famílias locais enfrentam dificuldades em compreender os marcos do desenvolvimento infantil, o que pode comprometer o cuidado e o potencial das crianças. Nesse cenário, o Programa Criança Feliz surge como uma política pública essencial, fortalecendo vínculos familiares e oferecendo apoio direto na primeira infância. Avaliar seus impactos permite sensibilizar famílias e aprimorar a atuação de profissionais, como assistentes sociais, para garantir ambientes mais saudáveis e estimulantes às crianças de Aratuba-Ce.

No campo acadêmico, o estudo contribui para aprofundar as discussões sobre a primeira infância investigando como a convivência familiar influencia o desenvolvimento e como as intervenções podem ser aprimoradas. Além de enriquecer a literatura sobre práticas profissionais, a pesquisa reflete também uma motivação pessoal, nascida da experiência prática como visitador do Programa Criança Feliz. Esse contato cotidiano com as famílias despertou a convicção de que a primeira infância é um período decisivo e que a valorização da convivência familiar pode transformar realidades. Assim, a pesquisa é ao mesmo tempo um compromisso social, acadêmico e pessoal com a promoção dos direitos das crianças e a construção de um futuro mais justo.

O objetivo geral deste estudo é compreender as relações sociais e de convivência familiar no desenvolvimento infantil das crianças acompanhadas pelo Programa Criança Feliz no município de Aratuba-CE. Partiu-se do entendimento de que a família é o primeiro e o mais importante espaço de socialização da criança, desempenhando papel central na construção de vínculos afetivos, na estimulação cotidiana e no acompanhamento das fases do crescimento.

Para alcançar esse propósito, os objetivos específicos buscam analisar a participação familiar no desenvolvimento infantil das crianças acompanhadas; identificar as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias no cuidado e na estimulação das crianças; e investigar as diferentes culturas familiares e a importância da convivência familiar para o desenvolvimento saudável da criança no contexto do programa. Assim, a pesquisa pretende oferecer uma compreensão mais ampla e detalhada da interação entre família, cultura e desenvolvimento, contribuindo para aprimorar as estratégias de acompanhamento e intervenção do Programa Criança Feliz.

Além de promover o desenvolvimento integral das crianças, o Programa Criança Feliz também se insere no contexto mais amplo das políticas públicas voltadas à proteção social, atuando diretamente sobre diversas expressões da questão social. As vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias como pobreza, falta de acesso a serviços, fragilidade de vínculos, ausência de informações sobre desenvolvimento infantil e dificuldades relacionadas ao cuidado diário exigem intervenções qualificadas e intersetoriais. Nesse cenário, o Serviço Social desempenha papel fundamental no PCF, articulando direitos, orientando famílias, fortalecendo vínculos e contribuindo para a superação de barreiras que comprometem o bem-estar das crianças na primeira infância.

Ao dialogar com diferentes políticas setoriais e identificar demandas emergentes, o assistente social atua tanto na garantia do acesso às políticas públicas quanto na mediação de conflitos, apoiando as famílias a desenvolverem suas potencialidades e a

exercerem seu papel de cuidado e proteção.

Para melhor compreensão da temática, este artigo está organizado em quatro seções. A primeira apresenta os fundamentos teóricos sobre primeira infância, convivência familiar e o papel das interações no desenvolvimento da criança. A segunda seção discute o Programa Criança Feliz, destacando sua articulação com a Política de Assistência Social e a atuação do Serviço Social diante das expressões da questão social. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos da pesquisa e o contexto do município de Aratuba-CE. Por fim, a quarta seção traz a análise dos resultados e as considerações finais, refletindo sobre os impactos do programa para as famílias acompanhadas e sobre os desafios e possibilidades para a qualificação do trabalho social realizado.

1 O PAPEL DO AMBIENTE E DA INTERAÇÃO SOCIAL NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UMA PERSPECTIVA INTEGRADA

O aprendizado infantil é influenciado pelo cotidiano da criança, sendo essencial considerar esse contexto. O desenvolvimento infantil é um processo complexo que envolve fatores biológicos, cognitivos, afetivos, sociais e culturais, estando intimamente relacionado ao ambiente em que a criança está inserida e às interações que estabelece no cotidiano. Nesta perspectiva, torna-se fundamental compreender como o espaço familiar, escolar e comunitário, aliado às experiências sociais, contribuem para a formação integral da criança.

Este tópico buscará discutir de forma integrada a importância do ambiente e da interação social para o aprendizado e desenvolvimento, destacando as contribuições de autores como Jean Piaget, que ressalta a interação ativa da criança com o meio; Henri Wallon, que aborda a indissociabilidade entre emoção, cognição e meio social; e, Maria Montessori, que defende a valorização da autonomia, da experiência prática e da preparação do ambiente como elementos essenciais para o desenvolvimento infantil. Dessa forma, o debate fundamentará a compreensão de que o

desenvolvimento da criança não pode ser visto de forma isolada, mas como resultado de múltiplas relações e experiências vivenciadas em seu cotidiano.

Segundo Piaget (1973), o desenvolvimento é uma construção gradual, no qual é ativado pela criança em suas interações e no conhecimento que é assimilado através de suas ações no ambiente. Os esquemas de ação e representação são fundamentais nesse processo; os primeiros refletem ações básicas, enquanto os segundos surgem com a função semiótica, permitindo que a criança represente experiências. Nesse sentido, o ambiente exerce papel determinante, pois é nele que a criança encontra estímulos, situações-problema e oportunidades de exploração que a desafiam a reorganizar seus esquemas mentais.

Além disso, a interação social, possibilitada por esse ambiente, contribui para a construção do conhecimento, já que, ao se relacionar com pares e adultos, a criança é levada a confrontar ideias, negociar significados e desenvolver novas formas de compreender a realidade. Assim, para o autor, um ambiente rico em experiências concretas e interações sociais favorece tanto o desenvolvimento cognitivo quanto a autonomia e a cooperação infantil (Piaget, 1973).

A linguagem e a cultura são cruciais para o desenvolvimento do pensamento, especialmente na infância. Wallon (2008, p. 151) destaca a “aptidão perceptiva”, na qual as crianças reconhecem objetos em imagens de forma imediata. O desenvolvimento ocorre em fases descontínuas, com transições que envolvem mudanças qualitativas. Para Wallon (2008), a criança não evolui de forma linear, mas sim por meio de rupturas e reorganizações em que a emoção, o movimento, a percepção e a inteligência se entrelaçam constantemente.

A aptidão perceptiva é um dos elementos centrais nesse processo, pois possibilita que a criança interprete e reconheça os estímulos do ambiente, atribuindo-lhes significados a partir de suas experiências. Essa capacidade perceptiva é a base para a formação das representações mentais e, posteriormente, para o desenvolvimento da linguagem e do pensamento simbólico.

Ao identificar e diferenciar objetos, imagens e expressões, a criança constrói referências que permitem compreender o mundo ao redor (Wallon, 2008).

No campo da interação social, essa aptidão perceptiva adquire ainda mais relevância, já que é por meio dela que a criança percebe expressões faciais, gestos e sinais comunicativos dos outros, ajustando suas próprias ações às situações de convivência. Assim, o desenvolvimento infantil, segundo Wallon (2008), não pode ser compreendido sem considerar o ambiente social e afetivo no qual a criança está inserida, pois é nele que a percepção se transforma em comunicação, e a comunicação em vínculo, favorecendo a construção de sua identidade e de sua autonomia.

Montessori (1966) enfatiza a importância dos primeiros anos como um período rico para o desenvolvimento das potencialidades. A autora defende um ambiente estimulante e a livre expressão como essenciais para o aprendizado, respeitando as necessidades individuais das crianças. Para Montessori (1966), as crianças aprendem espontaneamente em um ambiente organizado e devem ser protagonistas de seu próprio aprendizado.

O pensamento de Montessori parte do princípio de que a criança possui uma capacidade inata de aprender, desde que esteja inserida em um ambiente preparado, ou seja, cuidadosamente estruturado para favorecer a autonomia, a curiosidade e a auto exploração. Nesse espaço, cada elemento tem uma função educativa, permitindo que a criança escolha livremente suas atividades, de acordo com seus interesses e ritmos de desenvolvimento. Essa liberdade, no entanto, não significa ausência de limites, mas sim a criação de condições para que a disciplina surja de forma interna e consciente (Montessori, 1966).

Nos processos de interação social, a proposta montessoriana se mostra especialmente relevante, uma vez que a organização do ambiente favorece a cooperação e o respeito mútuo. Ao realizar atividades de forma independente, mas em um espaço coletivo, desenvolvem-se habilidades como compartilhar materiais, respeitar o tempo do outro e colaborar em tarefas comuns.

Dessa forma, a interação social ocorre de maneira natural, equilibrando autonomia individual e convivência em grupo, o que contribui não apenas para o aprendizado cognitivo, mas também para a formação ética e social.

Assim, as teorias de Piaget (1973) e Montessori (1966) mostram que os primeiros anos são cruciais na formação da personalidade da criança, destacando a importância da atenção ao seu desenvolvimento psicomotor e afetivo para moldar o adulto que se tornará.

As teorias de Piaget (1973), Wallon (2008) e Montessori (1966) oferecem perspectivas complementares sobre o desenvolvimento infantil, especialmente nos primeiros anos de vida, período considerado decisivo para a formação da personalidade e para a construção das bases cognitivas, afetivas e sociais.

Piaget (1973) enfatiza que a criança constrói gradualmente o conhecimento por meio da interação ativa com o meio, reorganizando seus esquemas mentais a partir de processos de assimilação e acomodação. Já Wallon (2008) destaca que o desenvolvimento ocorre de forma descontínua e qualitativa, em fases marcadas pela interação entre emoção, cognição, movimento e percepção, sempre em estreita relação com o ambiente social e cultural. Montessori (1966), por sua vez, defende que o aprendizado se dá de maneira espontânea em um ambiente preparado, que respeite as necessidades individuais e favoreça a autonomia, permitindo que a criança seja protagonista de sua própria formação

1 O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: INTERSETORIALIDADE E FOCO NO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

O Programa Criança Feliz (PCF), estabelecido pelo Decreto Presidencial nº8.869/2016, propõe ações para o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, com a oferta e o acompanhamento de ações intersetoriais das políticas de Assistência Social, Saúde, Justiça, Educação, Cultura e Direitos Humanos.

A Legislação específica ressalta a necessidade da integração de esforços da União, Estados, dos Municípios, das famílias e da sociedade, no sentido de promover e defender os direitos das crianças e ampliar as políticas que promovam o desenvolvimento integral na primeira infância.

Nesse contexto, destaca-se a importância da Política de Assistência Social, que tem como um de seus principais objetivos proteger e fortalecer os vínculos familiares e comunitários, especialmente nos territórios marcados por situações de vulnerabilidade e risco social. A proteção social básica, ofertada por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), é fundamental no suporte às famílias acompanhadas pelo Programa Criança Feliz.

O CRAS é a porta de entrada da Assistência Social nos territórios e atua com ações preventivas, promovendo o acesso a direitos e a melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2004).

Dentre os serviços ofertados no CRAS, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que realiza o acompanhamento sistemático das famílias, com ações de acolhimento, escuta qualificada, orientação e encaminhamentos. Esse serviço é essencial para o fortalecimento da função protetiva das famílias atendidas pelo PCF, contribuindo diretamente para a promoção de um ambiente saudável e seguro para as crianças na primeira infância.

Outro serviço relevante é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que desenvolve atividades socioeducativas em grupo, voltadas à promoção da socialização, da convivência, da autonomia e da cidadania. Para o público da primeira infância, as ações do SCFV contribuem com o estímulo ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social, além de apoiar as famílias na construção de vínculos afetivos mais fortalecidos.

Quando identificadas situações de risco pessoal ou social, como negligência, violência ou violação de direitos, as famílias podem ser encaminhadas para a Proteção Social Especial, por meio dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), no

qual as famílias recebem acompanhamento especializado (Brasil, 2004).

Assim, o sucesso do Programa Criança Feliz depende diretamente da atuação articulada entre os diferentes níveis de governo, políticas públicas e serviços do SUAS, garantindo que as famílias tenham acesso a uma rede de proteção eficaz e humanizada. A Assistência Social, com sua estrutura e serviços, cumpre um papel central na efetivação dos direitos da criança e na promoção de seu desenvolvimento integral, em consonância com os princípios do programa.

Dessa forma, o Programa potencializa as atenções já desenvolvidas pelas políticas de Assistência Social às gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. Avança nas estratégias de apoio à família e de estímulo ao desenvolvimento infantil, elegendo os vínculos familiares e comunitários e o brincar como elementos fundamentais para o desenvolvimento humano.

O desenvolvimento do Programa Criança Feliz se faz através de visitas periódicas em domicílio às famílias para o fortalecimento de vínculos como forma de prevenção e promoção do desenvolvimento infantil integral. O planejamento das visitas domiciliares é essencial para guiar o visitador e garantir que cada atendimento à família e à criança seja personalizado. Este planejamento reflete a intencionalidade ou o objetivo de cada visita, definindo as atividades a serem realizadas no domicílio e contribuindo para a qualidade do atendimento. Para facilitar esse processo são disponibilizados formulários específicos e um Plano de Visita ao visitador(a). A responsabilidade pelo planejamento recai sobre o(a) visitador(a), com o(a) Supervisor(a) incumbido de oferecer orientação e suporte técnico durante essa atividade (Brasil, 2016).

A frequência das visitas domiciliares é adaptada ao ciclo de vida das crianças. Para recém-nascidos e crianças menores de 3 anos, devido à maior dependência dos cuidados e estímulos familiares, as visitas devem ser realizadas com maior frequência.

No caso de crianças com deficiência, é crucial considerar que seu desenvolvimento pode exigir um investimento maior de tempo durante as visitas domiciliares, visto que atividades específicas podem ser necessárias para estimular seu crescimento. As famílias com crianças com deficiência poderão receber acompanhamento do(a) visitador(a) até que a criança complete 72 meses de idade. As visitas serão realizadas em periodicidades que podem ser semanais, quinzenais ou mensais (Brasil, 2016).

Essas visitas domiciliares possuem um papel fundamental no fortalecimento das capacidades familiares, no incentivo ao cuidado sensível e na promoção do desenvolvimento infantil na primeira infância. Por meio delas, é possível estabelecer um vínculo de confiança entre a família e o(a) visitador(a), permitindo o reconhecimento das potencialidades e dificuldades enfrentadas no cotidiano, bem como o acesso a orientações adequadas ao momento de vida da criança. Além disso, as visitas permitem a identificação precoce de situações de vulnerabilidade ou violação de direitos, viabilizando encaminhamentos para a rede de proteção social.

Nesse sentido, o CRAS, através do PAIF e do SCFV, exerce papel estratégico na estruturação e no apoio às ações do Programa Criança Feliz, atuando como unidade de referência para os(as) visitadores(as), sendo responsável pelo acompanhamento técnico, planejamento das ações, articulação com a rede socioassistencial e encaminhamento das famílias para os serviços adequados. Assim, as visitas domiciliares não são ações isoladas, mas integradas ao conjunto de serviços da Proteção Social Básica, reforçando o compromisso da Assistência Social com a promoção do desenvolvimento integral das crianças e o fortalecimento de suas famílias.

3 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CONVIVÊNCIA FAMILIAR

O ambiente familiar e seus integrantes são responsáveis pela construção e molde do desenvolvimento psicofísico da criança (Fraga, 2005), de modo que a qualidade de tais relações afetivas e relacionais é de extrema importância para o menor (Leite, 1997), uma vez que a criança e o adolescente precisam, quase de forma vital, receber afeto, tanto físico quanto emocional de seus pais, de modo a receberem, assim, suporte para a vida em sociedade (Madaleno, 2007).

Dessa forma, a família deve existir fundamentada nas relações de afeto entre seus membros. Não é relevante se o vínculo filial for de ordem genética, civil ou socioafetiva, visto que, o poder familiar e os deveres que advém deste não levam em conta a forma como se constituiu o vínculo, mas a existência dele.

A atual codificação familiar ressignificou o filho, bem como todos os integrantes da família e passou a valorizá-lo dentro do núcleo familiar, protegendo, assim, a dignidade humana de cada um (Madaleno, 2007). Isso fez ainda com que não fossem mais aceitos atos lesivos a estes indivíduos, principalmente das pessoas que mais deveriam protegê-los.

Essa alteração no ordenamento jurídico também passou a incumbir a família de proteger a criança e o adolescente de qualquer forma de violência (Brasil, 1988), tendo os pais o dever de guarda e de educação dos filhos menores (Brasil, 1993; Brasil, 2002). A família assumiu, após a Constituição Federal de 1988, novas funções, além da patrimonial, tornando-se um ambiente que serve como estimulante para a

realização pessoal dos seus membros, potencializando o desenvolvimento deles; de assistência moral e psicológica, como apoio aos seus integrantes nos embates normais da vida cotidiana, no que se refere à formação pessoal dos filhos, intransferível a outros setores sociais (De Oliveira, 2007, p. 141).

O Marco Legal da Primeira Infância dispõe sobre a formação da maternidade e paternidade responsável, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. O PCF vem consolidar essas ações, presentes antes apenas no papel. O Programa está em acordo com o Marco Legal e, também, em consonância com os eixos estruturantes do SUAS: matricialidade familiar, territorialização e descentralização político-administrativa (Brasil, 2004). O PCF busca respeitar as idiosincrasias, culturas e os diferentes arranjos familiares e estimular o protagonismo das famílias, na medida em que escuta os pais e oferece conhecimento para que eles mesmos apliquem essas informações a partir da sua individualidade e independência.

Nesse contexto, o Programa Criança Feliz estabelece um forte paralelo com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), especialmente no que se refere à proteção social básica, à centralidade da família e à atuação nos territórios mais vulneráveis. Ao priorizar o atendimento a famílias beneficiárias do Cadastro Único, com crianças na primeira infância e, em especial, aquelas com deficiência, o PCF fortalece o papel da Assistência Social como política pública promotora de direitos, contribuindo para o rompimento dos ciclos de pobreza e exclusão social.

A atuação intersetorial do programa, coordenada muitas vezes pelo CRAS, promove a integração entre o serviço de visitas domiciliares e os demais serviços do SUAS, como o PAIF e o SCFV, o que garante maior efetividade nas ações de apoio e acompanhamento às famílias. Além disso, ao estimular o protagonismo familiar e respeitar as diversidades culturais e sociais, o PCF reafirma os valores da Assistência Social: a universalização do acesso, o respeito à dignidade humana e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Dessa forma, o programa não apenas complementa as ações da assistência, como também representa uma estratégia concreta de efetivação dos direitos da criança na primeira infância, em alinhamento com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A Política de Assistência Social, no contexto do PCF, assume um papel fundamental na promoção do bem-estar e no desenvolvimento integral das crianças, especialmente na primeira infância. Se estrutura como uma rede de proteção social que visa amparar indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade, oferecendo suporte e acesso a direitos.

Nesse âmbito, a convivência familiar emerge como um pilar central. Entendida como o direito fundamental de crianças e adolescentes de viverem e serem criados no seio de sua família de origem ou, excepcionalmente, em família substituta, a convivência familiar segura e afetiva é reconhecida como essencial para o desenvolvimento saudável em todas as dimensões, seja física, emocional, social e cognitiva.

A política de assistência social, portanto, direciona esforços para fortalecer os vínculos familiares, prevenir o rompimento desses laços e garantir alternativas de acolhimento familiar quando a permanência na família de origem não for possível ou recomendada. Através de programas como o Programa Criança Feliz, que prioriza o apoio às famílias e o fortalecimento dos vínculos, a política de assistência social busca assegurar um ambiente familiar protetor e estimulante, reconhecendo a família como o primeiro e mais importante espaço de desenvolvimento para a criança

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada na pesquisa foi do tipo qualitativa. Segundo Minayo (1994), a pesquisa qualitativa busca compreender a profundidade dos fenômenos sociais, explorando significados e experiências dos participantes em seu contexto.

Ela foca na interpretação e na subjetividade, possui um processo flexível e valoriza o percurso investigativo.

No estudo sobre o Programa Criança Feliz, essa abordagem permitiu explorar as experiências e percepções das famílias sobre a convivência familiar e o desenvolvimento infantil, compreendendo os significados atribuídos ao programa em suas vidas.

Com o objetivo geral de compreender as relações sociais e de convivência familiar no processo de avaliação do desenvolvimento infantil das crianças acompanhadas pelo Programa Criança Feliz, no Município de Aratuba-CE, a metodologia combinou diferentes estratégias de coleta e análise de dados. Inicialmente, foi conduzida uma Revisão de Literatura, etapa fundamental para estabelecer o arcabouço teórico da pesquisa. Nessa fase, foram consultados livros e artigos científicos que tratavam do desenvolvimento infantil e da dinâmica da convivência familiar, identificando teorias, achados e lacunas da literatura. Essa revisão fundamentou teoricamente a investigação de campo e orientou a análise dos dados coletados.

Em seguida, foi realizada a Pesquisa de Campo, coletando dados de 15 famílias participantes do PCF de Aratuba-CE. A definição desse número considerou a necessidade de captar a variedade de experiências vividas pelas famílias e, ao mesmo tempo, garantindo profundidade analítica. As 15 famílias selecionadas representaram diferentes contextos e dinâmicas familiares, permitindo analisar a participação familiar no desenvolvimento infantil, identificar dificuldades no processo de avaliação e investigar como culturas e rotinas familiares influenciavam as práticas de cuidado e acompanhamento das crianças.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário semiestruturado, composto por perguntas fechadas e abertas, possibilitando às famílias relatarem suas experiências com riqueza de detalhes. A aplicação do questionário foi facilitada pelo uso do Google Forms, ferramenta que otimizou o registro e a organização inicial das respostas, sempre considerando a acessibilidade e a familiaridade das famílias com o recurso digital.

Após a coleta, os dados foram organizados e analisados para identificar padrões, recorrências e divergências nas respostas fornecidas pelas 15 famílias. Os resultados foram sistematizados em um relatório que destacou os principais achados sobre o desenvolvimento infantil no contexto do programa e o impacto do acompanhamento realizado pelas visitadoras.

A pesquisa foi conduzida com rigor ético. Desde o primeiro contato, a voluntariedade da participação foi assegurada, por meio da apresentação clara dos objetivos, métodos, riscos e benefícios, culminando na concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por cada família. Esse procedimento garantiu que a participação fosse autônoma, consciente e passível de interrupção a qualquer momento, sem prejuízos.

A privacidade e o anonimato das famílias foram integralmente preservados. Os dados foram armazenados de forma segura e utilizados, exclusivamente para fins científicos. Na divulgação dos resultados, quaisquer informações que pudesse identificar os participantes foram omitidas ou apresentadas de maneira agregada. O respeito à dignidade, às crenças e aos valores das famílias orientou todo o percurso metodológico, desde a coleta até a análise e a divulgação dos achados.

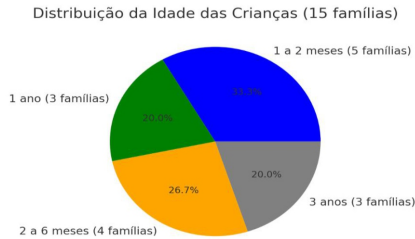
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos nesta pesquisa, finalizada com a participação de 15 famílias acompanhadas pelo Programa Criança Feliz em Aratuba-CE, evidenciam que a convivência familiar exerce papel essencial no desenvolvimento infantil, influenciando diretamente aspectos afetivos, cognitivos e sociais das crianças. Aratuba-CE é um município de pequeno porte, localizado no Maciço de Baturité, marcado por características socioculturais próprias, forte presença da zona rural e condições socioeconômicas que impactam diretamente a dinâmica familiar e o acesso aos serviços públicos. Essas particularidades tornam o acompanhamento na primeira infância

ainda mais relevante, especialmente diante de situações de vulnerabilidade que atravessam o cotidiano das famílias atendidas pelo programa.

De acordo com as famílias respondentes, o perfil de idade das crianças participantes do Programa varia entre 1 mês e 3 anos, contemplando diferentes fases da primeira infância. Essa diversidade etária permitiu observar necessidades distintas e variadas formas de interação entre as famílias e seus filhos, bem como diferentes modos de aplicação das orientações repassadas pelo programa no cotidiano.

Gráfico 1 - Idade do filho acompanhado no Programa Criança Feliz



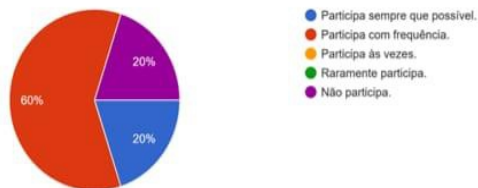
As diferenças entre as faixas etárias também reforçaram a importância de um acompanhamento contínuo, sensível e adaptado, capaz de atender às especificidades presentes em cada etapa do desenvolvimento infantil.

A pesquisa analisou o nível de participação nas atividades do PCF e as orientações oferecidas.

Gráfico 2 - Participação das famílias no Programa Criança Feliz

Como sua família tem participado das atividades e orientações oferecidas pelo Programa Criança Feliz?

15 respostas

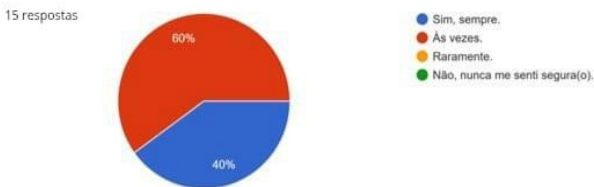


De acordo com o gráfico, 60% das famílias participam com frequência, 20% participam sempre que possível e, outros 20%, não participam. Os dados mostram que a maioria demonstra envolvimento ativo nas ações propostas, enquanto uma parte das famílias, ainda, não consegue participar, apontando para a necessidade de estratégias que ampliem o engajamento e o acompanhamento de todos.

Além disso, a pesquisa investigou se, antes de participar do Programa Criança Feliz, os responsáveis se sentiam seguros para identificar os marcos do desenvolvimento infantil. Os dados revelam que 40% afirmaram sentir-se seguros “sempre”, enquanto 60% disseram sentir-se seguros “às vezes”. Não houve registros de famílias que marcaram as opções “raramente” ou “nunca”.

Gráfico 3 - Percepção das famílias sobre os marcos do desenvolvimento infantil

Antes de participar do Programa Criança Feliz, você se sentia segura(o) em identificar os marcos de desenvolvimento do seu filho(a) (ex: quando começou a sentar, engatinhar, falar as primeiras palavras)?



Esses resultados mostram que, embora parte das famílias já tivesse alguma confiança nesse processo, a maioria ainda apresentava dúvidas sobre reconhecer sinais importantes do desenvolvimento dos filhos, reforçando a relevância e necessidade do programa em orientar, esclarecer e fortalecer a autonomia das famílias no acompanhamento do crescimento infantil.

As famílias destacaram a importância do vínculo afetivo, do brincar e da participação ativa no cotidiano das crianças, demonstrando que o envolvimento familiar é determinante para um desenvolvimento saudável.

Também foram relatadas dificuldades relacionadas a fatores socioeconômicos e limitações no acompanhamento do desenvolvimento infantil, refletindo desafios presentes em contextos de vulnerabilidade social.

Ademais, as famílias foram questionadas sobre sua capacidade de oferecer um ambiente de cuidado e estímulo adequado ao seu filho(a) após as intervenções do programa. A maioria afirmou sentir-se mais preparada após as visitas: “Agora eu sei como estimular meu bebê nas pequenas atividades do dia a dia” (Família 1); “As orientações dos visitantes nos ajudam a entender melhor o que nossa criança precisa em cada fase” (Família 2)

No que concerne a sugestões para a evolução do Programa Criança Feliz de Aratuba-CE, no processo de acompanhamento do desenvolvimento das crianças, destacam-se: ampliar o número de visitas, oferecer outros materiais educativos, promover encontros coletivos entre famílias e criar oficinas práticas. Uma família comentou: “Seria bom ter mais atividades para fazermos junto com outras famílias, assim aprendemos uns com os outros” (Família 3).

A análise dos dados revelou diferentes práticas e percepções familiares influenciadas por fatores culturais, sociais e econômicos. O Programa Criança Feliz foi reconhecido como um importante apoio para o fortalecimento dos vínculos familiares e para a promoção do desenvolvimento infantil, especialmente por meio das orientações e do acompanhamento oferecidos pelos visitantes.

Neste sentido, as famílias avaliaram a importância da convivência familiar para o desenvolvimento saudável do seu filho(a) e a contribuição do Programa Criança Feliz, enfatizando que a convivência familiar é essencial para o bem-estar emocional e social das crianças: “Percebo que meu filho evolui mais quando passamos mais tempo juntos” (Família 4). Outra família destacou o papel do programa: “O Criança Feliz nos orientou sobre como pequenas brincadeiras fortalecem o vínculo com nosso filho” (Família 5).

Por fim, a discussão dos resultados, em diálogo com o referencial teórico, permitiu compreender o impacto positivo do programa e indicou a necessidade de ampliar estratégias que favoreçam o engajamento das famílias, reforçando, assim, a relevância das políticas públicas voltadas à primeira infância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A finalização desta pesquisa permitiu consolidar uma compreensão abrangente sobre as experiências das famílias acompanhadas, revelando avanços, desafios e potencialidades presentes no contexto investigado. O encerramento do estudo marca, não apenas o término de uma etapa acadêmica, mas também abre caminhos para reflexões e futuras investigações que possam contribuir para o aprimoramento das práticas do Programa Criança Feliz.

Assim, o trabalho realizado reafirma a relevância de pesquisas que valorizem a escuta das famílias e o fortalecimento das políticas públicas, ampliando o compromisso coletivo com o desenvolvimento integral da criança.

Diante dos resultados apresentados, é possível afirmar que o objetivo geral do artigo foi plenamente alcançado, ao evidenciar que a convivência familiar constitui um eixo central para o desenvolvimento integral das crianças acompanhadas pelo Programa Criança Feliz. O estudo demonstrou que o fortalecimento dos vínculos afetivos, associado às práticas cotidianas de cuidado e estímulo, contribui significativamente para o progresso emocional, cognitivo e social na primeira infância.

As percepções das famílias revelaram não apenas a importância do apoio oferecido pelo programa, mas também a necessidade de continuar investindo em ações que promovam a participação ativa dos responsáveis no processo de desenvolvimento infantil.

Vale ressaltar que, posteriormente, os resultados serão socializados com as famílias participantes e com os profissionais do Programa Criança Feliz de Aratuba-Ce, com o intuito de promover reflexões sobre as possibilidades de aprimoramento das ações realizadas para o apoio às crianças e às famílias.

A recente regulamentação por meio da Resolução CIT nº 30/2025, publicada em 16 de outubro de 2025, transforma o PCF: o programa deixa de ser apenas uma iniciativa eventual e passa a integrar, de forma permanente e institucionalizada, a rede de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sob a nova designação de Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para gestantes e crianças de até seis anos SPSBD-GC. Essa mudança formaliza e consolida as visitas domiciliares como serviço contínuo de proteção social, com cofinanciamento definido, responsabilidades claras entre União, estados e municípios, e equipe referenciada aos centros de assistência social.

Para o campo do Serviço Social, essa transição representa um marco: reforça institucionalmente o caráter estrutural da atenção à primeira infância, elevando a visibilidade e a responsabilidade técnica do trabalho social. Com a SPSBD-GC, o assistente social em articulação com visitadores, CRAS/CREAS e demais serviços assume papel estratégico na identificação de vulnerabilidades, na mediação intersetorial e na garantia de direitos para gestantes e crianças. Além disso, a institucionalização do serviço tende a promover maior estabilidade, continuidade e uniformidade nas ações de proteção social, potencializando os efeitos positivos sobre o desenvolvimento infantil e sobre a segurança socioassistencial das famílias. Por fim, essa mudança impõe o desafio de manter uma atuação crítica e ética, evitando que o serviço seja reduzido a mera formalidade burocrática e reafirmando a importância da escuta qualificada, da territorialização, da promoção da autonomia e da proteção real das famílias vulneráveis.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Edição atualizada em 1993. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23/10/2025

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm. Acesso em: 22 outubro 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 2016a. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8869-5-outubro-2016-783706-norma-pe.html> Acesso em: 23 out. 2025

BRASIL. Câmara dos Deputados Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Avanços do Marco Legal da Primeira Infância. Brasília, 2016b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/acamara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia>. Acesso em: 01 nov. 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.257, de 08 de março de 2016. Marco Legal da Primeira Infância. Brasília, 2016c Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2016/lei/l13257.htm#:~:text=2%C2%BA%20Para%20os%20efeitos%20desta,meses%20de%20vida%20da%20crian%C3%A7a](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2016/lei/l13257.htm#:~:text=2%C2%BA%20Para%20os%20efeitos%20desta,meses%20de%20vida%20da%20crian%C3%A7a.). Acesso em: 02 de outubro de 2025.

DE OLIVEIRA, José Sebastião. A família e as constituições brasileiras no contexto dos direitos fundamentais e da personalidade. Revista Jurídica Cesumar-Mestrado, v. 6, n. 1, p. 75-148, 2007.

FRAGA, Thelma. A guarda e o direito à visitação sob o prisma do afeto. Rio de Janeiro: Impetus, 2005.

LEITE, Eduardo de Oliveira. O direito (não sagrado) de visita. In: Repertório de jurisprudência e doutrina sobre direito de família: aspectos constitucionais, civis e processuais. Coordenação de Teresa Arruda Alvim Wambier e Alexandre Alves Lazzarini. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 3, 1996.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Famílias monoparentais. São Paulo: RT, 1997.

MADALENO, Rolf. Repensando o Direito de Família. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

MONTESSORI, Maria. Manual práctico del método Montessori. Barcelona: Casa Editorial Araluze, 1966.

PIAGET, J. Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

WALLON, Henri. Do ato ao pensamento: ensaio de psicologia comparada. São Paulo: Vozes, 2008.



11 DESIGUALDADE DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REFLEXOS DA HERANÇA PATRIARCAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA

**Rosiane
Lima Esteves**

Graduação em
Serviço Social
Centro Universitário
Maciço de Baturité



**Viviane de
Araújo Menezes**

Mestrado em
Serviço Social
Universidade Católica
Dom Bosco

RESUMO



Este trabalho tem por objetivo analisar a relação entre patriarcado e divisão sexual do trabalho na sociedade brasileira, evidenciando como esses elementos se articulam na produção e reprodução das desigualdades de gênero. O estudo, de natureza qualitativa e de cunho bibliográfico, fundamentou-se em autoras que discutem as categorias patriarcado, divisão sexual e racial do trabalho, e desigualdades de gênero, à saber: Heleieth Saffioti (2015; 1987); Gerda Lerner (2019); Danièle Kergoat (2003); Flávia Biroli (2016); e Helena Hirata (2007). Evidenciou-se que as desigualdades entre homens e mulheres são condicionadas por fatores herdados de um sistema patriarcal, racista e capitalista, que atravessam a divisão do trabalho, as relações sociais e a manutenção naturalizada da inferioridade da mulher em relação ao homem. O artigo traça um panorama da condição feminina, evidenciando que, apesar da globalização, do avanço tecnológico e do amplo acesso à informação, ainda persiste a subalternização, opressão e restrição da liberdade e emancipação feminina.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Patriarcado; Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT



This work aims to analyze the relationship between patriarchy, the sexual division of labor, and capitalism in Brazilian society, highlighting how these elements interact in the production and reproduction of gender inequalities. The qualitative and bibliographical study was based on authors who discuss the categories of patriarchy, the sexual and racial division of labor, and gender inequalities: Heleieth Saffioti (2015; 1987); Gerda Lerner (2019); Danièle Kergoat (2003); Flávia Biroli (2016); and Helena Hirata (2007). It was demonstrated that inequalities between men and women are conditioned by factors inherited from a patriarchal, racist, and capitalist system, which permeate the division of labor, social relations, and the naturalized maintenance of women's inferiority to men. The article outlines an overview of the female condition, highlighting that, despite globalization, technological advancement and broad access to information, subordination, oppression and restriction of female freedom and emancipation still persist.

Keywords: Gender inequality; Patriarchy; Sexual division of labor.

INTRODUÇÃO



Ao adentrarmos a pesquisa sobre a desigualdade de gênero, torna-se necessário compreender a estrutura do patriarcado, entendido por Silva (2018) como a primeira forma de opressão de gênero. Nesse sentido, Andrade e Gonçalves (2025, p. 3) afirma que “o patriarcado possui como principal finalidade a definição dos papéis tidos como “apropriados” aos sexos, que eram estabelecidos mediante leis, costumes e valores sociais”.

Para avançar nesse debate, é fundamental retomar o conceito de gênero, distinguindo-o, inicialmente, da noção de sexo. Segundo Lerner (2019), a categoria sexo refere-se às características biológicas e anatômicas dos organismos, diferenciando macho e fêmea a partir dos órgãos reprodutores (pênis/vagina) e de suas funções hormonais. O gênero, por sua vez, apresenta-se como uma construção social, histórica e comportamental mais complexa.

Ainda conforme Lerner (2019), a capacidade da mulher de gerar um filho decorre de condições anatômicas vinculadas ao sexo; entretanto, o ato de cuidar e criar os/as filhos/as corresponde a determinações sociais de gênero, que atribuem à mulher o papel de cuidadora do lar e da família. Dessa forma, gênero não se restringe ao sexo biológico (masculino ou feminino), mas envolve as formas pelas quais a sociedade define o que significa “ser homem” ou “ser mulher”.

O termo gênero, enquanto categoria analítica, ganhou maior visibilidade a partir da década de 1980, principalmente com os movimentos feministas, ao problematizar a desigualdade e a opressão impostas às mulheres, bem como o determinismo biológico (Lerner, 2019). Historicamente, observa-se que as mulheres, desde tempos remotos, enfrentam a dominação masculina, sendo o patriarcado um dos principais elementos que intensificam essa realidade.

Nesse cenário, discutir as desigualdades de gênero é de suma importância, sobretudo diante dos persistentes casos de violência, assédio e opressão que ainda marcam a vida de muitas mulheres.

A motivação pessoal para pesquisar sobre esse tema justifica-se pelo interesse em compreender as raízes das desigualdades vivenciadas pelas mulheres, questionar e analisar essas heranças patriarcais — reflexão constantemente estimulada pelo Curso de Serviço Social. Como mulher, percebo a necessidade de discutir essa pauta, pois precisamos de vozes atuantes e não podemos nos calar diante de uma realidade tão cruel para nós, mulheres.

Dessa forma, a problemática que orienta esta investigação é: De que maneira o patriarcado, por meio da divisão sexual do trabalho, contribui para a manutenção da opressão e dominação das mulheres na sociedade capitalista brasileira? Assim, o objetivo geral consiste em analisar a relação entre patriarcado e a divisão sexual do trabalho na sociedade brasileira, evidenciando como esses elementos se articulam na produção e reprodução das desigualdades de gênero. E os seguintes objetivos específicos: 1. Compreender a origem e consolidação do patriarcado na formação histórica brasileira, evidenciando sua contribuição para a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres; 2. Pesquisar sobre como a divisão sexual e racial do trabalho reforça as desigualdades de gênero no Brasil.

A pesquisa, de natureza qualitativa e de cunho bibliográfico, fundamenta-se em autores que discutem as categorias patriarcado, divisão sexual e racial do trabalho e desigualdade de gênero, a saber: Heleieth Saffioti (2015; 1987); Gerda Lerner (2019); Danièle Kergoat (2003); e Flávia Biroli (2016).

1 ORIGENS HISTÓRICAS DO PATRIARCADO

Em sua obra, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Engels (1884 apud Lerner 2019, p. 47) descreve “a grande derrota histórica do sexo feminino”.

Em suas análises, afirmou que, ao longo da história, pode ter existido ou não um sistema patriarcal, marcado por uma sociedade comunista igualitária. Contudo, após o surgimento da propriedade privada, os papéis da divisão sexual do trabalho começaram a se delinear: cabia aos homens a caça, a pesca, a guerra e a coleta de alimentos, enquanto às mulheres era atribuída a responsabilidade de preparar os alimentos, costurar e organizar a casa.

Nesse contexto, surge a família monogâmica, caracterizada pela união entre apenas duas pessoas - o homem e a mulher. O homem buscava assegurar herdeiros legítimos, e esse modelo de família possibilitou o controle sobre a mulher, tanto em sua reprodução quanto na exigência de que fosse virgem antes do casamento, a fim de garantir a legitimidade da descendência e a transmissão da propriedade. Dessa forma, consolidou-se também o modelo familiar individual (Lerner, 2019).

Com o advento do Estado, a família monogâmica passou a assumir caráter patriarcal, transferindo ao homem todo o poder, enquanto a mulher ficou restrita ao espaço doméstico, sendo seu trabalho privado desconsiderado como produção social. Para Engels, a destruição do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino, pois a mulher passou a ser subordinada ao homem, reduzida à condição de serva e objeto de reprodução (Lerner, 2019).

Contudo, Saffioti (2015, p. 63) data que o patriarcado teve início no ano 3100 a.C e se consolidou no ano 600 a.C e destaque que:

A forte resistência oposta pelas mulheres ao novo regime exigiu que os machos lutassem durante dois milênios e meio para chegar a sua consolidação. Se a contagem for realizada a partir do começo do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado conta com a idade de 5.203-4 anos. Se, todavia, se preferir fazer o cálculo a partir do fim do processo de transformação das relações homem-mulher, a idade desta estrutura hierárquica é de tão somente 2.603-4 anos.

Trata-se, a rigor, de um recém-nascido em face da idade da humanidade, estimada entre 250 mil e 300 mil anos. Logo, não se vivem sobrevivências de um patriarcado remoto; ao contrário, o patriarcado é muito jovem e pujante, tendo sucedido às sociedades igualitárias.

A figura central do homem na família patriarcal caracterizava-se pela rigidez e pelo controle da sexualidade feminina, de modo que a mulher não tinha autonomia sobre a maternidade. O homem, por sua vez, podia satisfazer seus desejos sexuais fora do casamento sem sofrer qualquer impedimento social, resultando, muitas vezes, no nascimento de filhos ilegítimos (Saffioti, 2015).

Além disso, dentro da família patriarcal, cabia à mulher a incumbência de cuidar da prole e dos afazeres domésticos, enquanto ao homem era atribuído o papel de provedor e detentor das decisões familiares. No final do século XIX, entretanto, a mulher começou a ingressar no mercado de trabalho, rompendo com a tradição da rígida divisão de funções. Esse processo possibilitou o surgimento de novas formas de namoro e casamento baseadas em interesses individuais, além do aparecimento das primeiras separações (Bruschini, 1981).

A base do modelo familiar patriarcal, no Brasil, foi estabelecida a partir dos padrões culturais trazidos de Portugal, durante o período colonial. Quando os portugueses chegaram ao território, já havia povos indígenas e, posteriormente, foram introduzidos escravizados africanos. Esses grupos possuíam modelos familiares próprios, mas, com a invasão dos colonizadores, novos padrões e formas de convivência foram impostos.

Os europeus, guiados pelo Cristianismo, difundiram dogmas que consolidaram a supremacia masculina, relegando a mulher à condição de submissão ao homem. (Saffioti, 1976).

No período colonial, as mulheres não tinham acesso à educação formal, destinada apenas aos homens e ministrada principalmente pelos jesuítas.

A educação feminina limitava-se, em grande parte, a ensinamentos voltados para o cuidado dos filhos, do marido e a leituras de caráter religioso (Alves; Dorotéia, 2022).

Nesse contexto, delinearam-se percepções teóricas sobre o patriarcado, em que a autoridade sobre a mulher era exercida inicialmente pelo pai, até o casamento, e, em seguida, transferida ao marido, que passava a deter posse e poder sobre ela, perpetuando esse ciclo de dominação. Já no início do século XX, a elite brasileira estabeleceu paradigmas conjugais para o casamento como forma de manter o controle sobre as mulheres (Texeira, 2024).

Lerner, (2019), descreve em sua obra as explicações do patriarcado sobre a inferioridade das mulheres. Inicialmente, o argumento da defesa da supremacia branca era ancorado em bases religiosas e, posteriormente, se justificou nas teorias darwinistas, que reforçava crenças sobre a sobrevivência do mais forte. Assim, defensores científicos do patriarcado justificaram a definição de mulheres pelo papel materno, e sua exclusão das atividades econômicas, como algo necessário à sobrevivência das espécies, pois era por causa da constituição biológica e da função materna que mulheres eram consideradas inadequadas. A menstruação, menopausa e até gravidez eram vistas como debilitantes, doenças ou condições anormais, que incapacitavam as mulheres e as tornavam de fato inferiores.

Dito isto, no século XIX, as mulheres viviam reclusas ao lar, afastadas do convívio social e da vista de forasteiros, tendo como principal pilar o papel de mães devotas, com pouco acesso às ruas. É difícil compreender plenamente o papel da mulher na história, uma vez que os arquivos e as narrativas masculinas contribuíram para o silenciamento de sua autonomia. Contudo, mesmo excluídas do mundo dos negócios e da política, as mulheres desempenhavam funções relacionadas à organização de festas, bailes, celebrações religiosas, apresentações teatrais, entre outras atividades (Teixeira et al., 2024).

Segundo Narvaz e Koller (2006), o patriarcalismo tem sua formulação no surgimento da família, anterior, portanto, ao advento do capitalismo. No entanto, o sistema capitalista se apropria da desigualdade de gênero como estratégia para sua própria manutenção, reforçando a divisão sexual do trabalho e inserindo a mulher em uma posição de desvalorização em relação ao homem, no contexto de um patriarcado capitalista (Castro; Santos; Santos, 2018)

Nesse contexto, o patriarcado atua como um mecanismo de naturalização das diversas formas de violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica, física, psicológica, moral e sexual.

Saffioti (2015) retrata que o patriarcado não é mais compreendido da mesma forma que no passado. O patriarcado contemporâneo deriva de suas bases históricas, embora inserido em constantes transformações societárias. A autora relata que, na Roma Antiga, o patriarca tinha poder absoluto sobre a mulher e os filhos, chegando a decidir sobre a vida ou a morte deles. Sendo o patriarcado e o mais antigo sistema de dominação-exploração. Hoje, é possível estabelecer uma comparação com esse período, visto que milhares de mulheres continuam sendo assassinadas por homens em crimes tipificados como feminicídios.

A crueldade expressa na violência doméstica, em suas diversas formas, perpetua a lógica da dominação masculina. Mesmo quando o agressor é processado, a vítima frequentemente sofre processos de culpabilização, influenciados por práticas de sexismo que a colocam na condição de ré. Nesse contexto, são comuns falsas acusações em que o homem justifica o crime alegando “legítima defesa da honra” ou atribuindo à mulher comportamentos considerados “devassos”, como forma de legitimar a violência sofrida (Saffioti, 2015).

Nesse contexto, ao analisarmos os dados sobre o feminicídio no Brasil, de acordo com a pesquisa do IPEA (2025), entre os anos de 2013 a 2023, 47.463 mulheres foram assassinadas, conforme registros do sistema de saúde. Somente em 2023, os dados apontam 3.903 mulheres vítimas de homicídio, o que equivale a uma taxa de 3,5 por grupo de 100 mil habitantes do sexo feminino. Observa-se ainda que a maioria dos casos de feminicídio ocorre dentro de casa, correspondendo a 64,3%.

Os dados ficam mais alarmante quando é mencionado a condição da mulher negra:

Em 2023, foram registradas 2.662 mulheres negras vítimas de homicídio, o que representa 68,2% do total de homicídios femininos. Dito de outro modo, estamos diante de uma taxa de 4,3 mulheres negras mortas por homicídio por grupo de 100 mil habitantes. Os números evidenciam o trágico encontro entre a cultura patriarcal e o racismo estrutural, ambos fortemente enraizados no Brasil. De modo que os dados dessa edição são mais um retrato, entre tantos, de uma violência de gênero (seja ela letal ou não letal) que dá preferência para corpos negros, e que é histórica. Nos últimos onze anos (2013 a 2023), os registros apontam para 30.980 mulheres negras vítimas de homicídio. No período, isso representa 67,1% do total das vítimas, considerando os registros com causa definida do óbito (IPEA, 2025, p.57).

No que tange à mulher negra dentro do sistema patriarcal, evidencia-se uma realidade ainda mais cruel em comparação à mulher branca, resultado de heranças escravocratas camufladas pelo mito da democracia racial. Além de sofrer violência doméstica, conforme os dados mencionados anteriormente, a mulher negra também é alvo de racismo, sendo sua cor um fator determinante para a subalternização de sua vida, seja no âmbito familiar, social ou no trabalho. Nesse contexto, possui menos oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional dentro do sistema capitalista (Costa; Alves, 2022).

O período escravocrata foi marcado fortemente pela presença do patriarcado, no qual o homem branco comandava e era dono dos escravizados, enquanto sua esposa branca desempenhava funções específicas, principalmente como reprodutora de filhos.

Já à mulher negra cabia o peso de um racismo patriarcal desumano: era tratada como objeto de propriedade, destinada a trabalhar de sol a sol, sem distinção de funções de gênero. Sofria punições sexuais, chicotadas e mutilações e, muitas vezes, recorria ao suicídio, ao infanticídio ou ao aborto para impedir que seus filhos enfrentassem o mesmo destino (Lima, 2022).

Destarte, constatamos que o sistema patriarcal exerce papel estruturante na conformação social em benefício da figura masculina. Ao longo de uma extensa historicidade, as mulheres, desde seu nascimento, são submetidas a relações de subordinação e opressão. Ademais, o gênero, quando associado à raça, confere às mulheres negras violações de direitos diferentes das vivenciadas pelas mulheres brancas.

2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Antes de iniciarmos a discussão sobre a divisão do trabalho entre homens e mulheres, é importante destacar que nem sempre houveram relações desiguais e de opressão entre mulheres e homens. Relatos apontam que, no período pré-histórico, as mulheres eram sexualmente livres e participavam da economia e da vida social. A maternidade não era um fator de impedimento, pois, mesmo após se tornarem mães, continuavam a exercer suas funções sociais. Nesse período, a figura paterna ainda não predominava (Leite et al., 2017).

Como os homens viviam constantemente ausentes, devido às viagens para a pesca, a caça e as guerras, cabia às mulheres tomar decisões importantes dentro da comunidade, o que lhe conferia respeito e autonomia. Além disso, a maternidade era compreendida como parte relevante do processo produtivo, não representando obstáculo para a atuação feminina (Romfeld, 2015).

De acordo com Federici (2017), na sociedade feudal, não havia uma determinação concreta sobre a divisão sexual do trabalho, uma vez que todos colaboravam para o sustento familiar. A mulher, além de realizar os afazeres domésticos — que, nesse período, não eram desvalorizados, mas vistos como algo importante e necessário — também trabalhava no campo, pois não existiam desigualdades ou relações sociais distintas em comparação às dos homens.

No entanto, com o advento do sistema patriarcal, a maternidade passou a ser considerada um impedimento para a inserção da mulher no mercado de trabalho. Nesse sistema, a função feminina foi restrita ao cuidado com os filhos, à educação deles e às tarefas domésticas (Leite et al., 2017). É válido destacar que essa realidade diz respeito às vivências das mulheres brancas, tendo em vista que as mulheres negras desde a sociedade escravocrata trabalhavam dentro e fora do espaço doméstico.

Nesse contexto, Sousa e Guedes (2016) revelam uma das características da divisão sexual do trabalho, que é a separação entre o espaço público e o privado. Nesse modelo, o homem é considerado responsável pelo sustento da casa, atuando no espaço público, enquanto a mulher permanece no espaço privado, voltado para o lar, sustentada financeiramente pelo marido. Assim, consolida-se a lógica de homens “provedores” e mulheres “cuidadoras”. Ressalte-se que o trabalho no espaço público é remunerado, enquanto o realizado no espaço privado não recebe reconhecimento econômico.

Kergoat (2003), em seus estudos, reforça essa separação ao definir a divisão sexual do trabalho, como decorrente das relações sociais de sexo e adaptada historicamente a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado, no âmbito da política, economia, etc

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, em maior escala, ocorreu com a Revolução Industrial, no século XVIII.

Nesse período, elas começaram a ser recrutadas para atuar nas indústrias, recebendo salários significativamente inferiores aos dos homens. Esse processo atendia ao interesse da burguesia, que buscava mão de obra barata e exercia também controle sobre as mulheres, consideradas mais obedientes (Baylão, 2014)

Segundo Zamariolli (2008), nesse contexto, as trabalhadoras foram exploradas e maltratadas, atuando em locais precários, sem condições mínimas de higiene, com jornadas que chegavam a 17 horas diárias e recebiam até 60% a menos que os homens. Diante dessa realidade de injustiça e desigualdade, as operárias começaram a organizar protestos em defesa da redução da jornada de trabalho para oito horas diárias.

A divisão sexual do trabalho ganhou centralidade nos debates dos movimentos feministas no início da década de 1970, especialmente na França, como contraponto ao discurso da invisibilidade da mulher nos espaços públicos e à desvalorização de seu trabalho no lar (Sousa; Guedes, 2016). Tal configuração tem raízes no contexto social da diferenciação entre os sexos, em que o homem, por seu porte físico, era associado a determinadas funções, enquanto à mulher, considerada “frágil” em razão do ciclo menstrual e da maternidade, eram atribuídas funções restritas ao cuidado e ao lar (Saffioti, 1987).

Ao analisarmos essa dinâmica, evidencia-se a discrepância da desigualdade, pois as atividades domésticas, extenuantes e contínuas, levam a mulher ao desgaste físico e mental, sem que sejam socialmente valorizadas. O mais grave é que, muitas vezes, a sociedade considera a mulher, que não exerce trabalho remunerado fora de casa, como “desocupada” e dependente do marido. Nesse sentido, é necessário compreender que a desvalorização do trabalho doméstico não corresponde, em muitos casos, a uma escolha da mulher, mas sim a imposições históricas e culturais herdadas.

Portanto, Ribas e Dias (2020) retratam que o trabalho doméstico privado permanece invisível diante da sociedade, uma vez que o sistema capitalista alimenta essa dinâmica ao colocar a mulher na condição de proletária e, simultaneamente, responsável por um “segundo turno” de atividades, destinado a manter a ordem e o espaço reprodutivo da vida. Como sabemos, o trabalho doméstico é indispensável para a sobrevivência humana; no entanto, embora todos usufruam desse serviço, por que apenas a mulher é socialmente obrigada a exercê-lo? Ao observarmos propagandas midiáticas relacionadas a produtos de limpeza, cuidados com os filhos, alimentação e manutenção da casa, quase sempre aparece a figura feminina. Isso intensifica e naturaliza a ideia de que esse papel é responsabilidade exclusiva da mulher, reforçando, assim, a desigualdade de gênero.

Outro princípio destacado por Kegoat (2003) é o da hierarquização dos valores destinados às atividades/funções/profissões exercidas pelas mulheres, majoritariamente no âmbito do cuidado e da assistência, consideradas inferiores aos papéis desempenhados pelos homens na sociedade, o que, conseqüentemente, reflete na desvalorização salarial e desprestígio social. Essa realidade evidencia-se, por exemplo, nos dados do governo federal (Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério das Mulheres, 2024) que revelam que as mulheres recebem, em média, 19,4% a menos que os homens no Brasil, embora essa diferença varie de acordo com o cargo ocupado (Agência Brasil, 2024).

Nessa discussão também é necessário destacar que as desigualdades de gênero estão interseccionadas por desigualdades de raça, portanto, a condição das mulheres pobres e negras, na sociedade, é atravessada pelo racismo estrutural. Ou seja, a mulher negra vivencia cotidianamente o racismo e o preconceito relacionado à cor da pele, o que intensifica as formas de opressão a que está submetida. Dados revelam que essa realidade resulta em maiores limitações sociais.

Historicamente, ao longo da trajetória social, a mulher negra sempre teve menos oportunidades em comparação à mulher branca, sendo a divisão racial do trabalho um dos principais indicadores que comprovam esse efeito. Na busca por uma vaga de emprego, geralmente, são destinadas a ocupações menos remuneradas e de baixa qualificação. Nesse contexto, observa-se que, majoritariamente, as mulheres negras ocupam postos no trabalho doméstico informal e precarizado, atuando em atividades que, em grande parte, não envolvem contato direto com o público (Nascimento; Gonçalves, 2021).

Portanto, a desigualdade de gênero não se apresenta de forma homogênea, uma vez que existem lacunas de desigualdade entre as próprias mulheres, relacionadas à cor da pele. Ainda que o movimento feminista tenha alcançado diversas conquistas no âmbito do trabalho, é possível notar que as mulheres negras não foram igualmente contempladas. Segundo as autoras, existe uma diferença entre a divisão sexual do trabalho e a divisão racial do trabalho. Enquanto o movimento feminista buscou combater a divisão sexual do trabalho, pouco se dedicou à eliminação da divisão racial, o que evidencia a invisibilidade das mulheres negras nesse processo (Nascimento; Gonçalves, 2021).

Diante desse contexto, a divisão sexual do trabalho configura-se como uma forma de desigualdade de gênero, uma vez que há uma predominância masculina no mercado de trabalho, sobretudo em cargos de chefia. É como se a mulher fosse considerada menos inteligente que o homem e suas características biológicas representassem um impedimento para sua inserção profissional, naturalizando, assim, um discurso misógino sobre a capacidade feminina. Ademais, a divisão sexual do trabalho também deve ser considerada sob a perspectiva da raça, para que possamos apreender o lugar ocupado pela mulher negra nesse processo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, descritiva, do tipo bibliográfica e documental. Para tanto, realizou-se um levantamento de artigos científicos e livros de autores/as que discutem as categorias “patriarcado”, “desigualdades de gênero” e “divisão sexual do trabalho”.

Além disso, foi realizado um levantamento de dados sobre desigualdades de gênero por meio de portais institucionais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério das Mulheres, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o intuito de analisar essas informações à luz dos referenciais teóricos da temática.

Os artigos científicos foram selecionados em bases de dados acadêmicas como SciELO, Google Acadêmico e CAPES Periódicos, sem recorte temporal (pesquisa atemporal), utilizando palavras-chave relacionadas ao objeto de estudo, em língua portuguesa.

As principais autoras que fundamentaram a pesquisa foram Heleieth Saffioti (2015; 1987); Gerda Lerner (2019); Danièle Kergoat; e Flávia Biroli (2016). Após a seleção, os textos foram organizados e analisados à luz da técnica de análise de conteúdo, que subsidiou a construção e discussão do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo revela que, apesar de vivermos em uma nova era, marcada por avanços tecnológicos, maior acesso à educação e crescente participação das mulheres em diversas esferas, o patriarcado permanece atuante na conjuntura social, adaptando-se e transformando-se conforme o período histórico.

As desigualdades de gênero continuam naturalizadas, sustentando a ideia de que, por natureza, a mulher deve ser submissa ao homem, com funções socialmente definidas, inferiores e desvalorizadas. Essa dinâmica constitui um obstáculo à emancipação feminina, sendo a divisão sexual e racial do trabalho um dos pilares que mantêm as desigualdades de gênero.

A divisão sexual do trabalho, em seus princípios de separação e hierarquização, dita que cargos/atividades/funções que exigem a força física, rigidez, coragem e confiança devem ser ocupados por homens, pois se constituem em características intrínsecas a masculinidades, enquanto as mulheres devem ocupar espaços/funções/profissões, geralmente no âmbito do cuidado e que são desvalorizadas socialmente e economicamente.

Seguindo essa estrutura, de acordo com a pesquisa da Agência Brasil (2024), os homens ocupam cerca de 60% dos cargos gerenciais ou de liderança no Brasil, o que evidencia a predominância masculina nesses espaços de poder e decisão. Já a maioria das mulheres está concentrada em cargos de gerência e coordenação nas áreas da educação (69,4%) e da saúde humana e serviços sociais (70%). Por outro lado, as mulheres negras apresentam índices ainda menores: elas representam apenas 15% das servidoras públicas em cargos de liderança. Contudo, segundo (DIEESE, 2023), as mulheres negras têm maior empregabilidade em atividades domésticas, com 16% de participação, em comparação às mulheres brancas, que representam 9%.

Esse aspecto também se evidencia na desigualdade salarial, onde temos os seguintes dados: as mulheres recebem 19,4% a menos que o homem no Brasil, e de acordo com Brasil de Fato (2025), mulheres negras receberam 47,5% a menos que homens não negros em 2024. Esse dado evidencia a disparidade entre mulheres brancas e negras, pois desigualdade de gênero associada ao racismo impacta intensamente a mulher negra, o que evidencia-se no alto índice de violência doméstica e familiar, baixos salários, e o exercício de funções historicamente desvalorizadas como o trabalho doméstico remunerado.

A divisão sexual do trabalho é algo que afeta o desenvolvimento profissional da mulher, pois por mais que a mulher seja instruída, tenha acesso ao ensino superior, podemos notar a baixa ocupação delas em cargos de chefia no setor público, sendo de 42%, enquanto mulheres negra é de 15%, segundo o estudo Desigualdade de Gênero em Cargos de Liderança no Executivo Federal, do Movimento Pessoas à Frente (2024). A representatividade da mulher na política também é uma problemática mundial, sendo o Brasil um dos países com pior desempenho no ranking parlamentar, ocupando a 19ª posição. Em 2022, apenas 14% dos eleitos para o Congresso Nacional eram mulheres. Cabe frisar, de acordo com dados da ONU Mulheres, que 25% das mulheres na política já sofreram violência física e 20% assédio sexual no espaço parlamentar. (Agência Senado, 2024).

Observa-se que o sistema capitalista reforça a condição da mulher como mão de obra considerada inferior à do homem, estando também mais exposta ao desemprego e subemprego. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), comprovam essa realidade: a taxa de ingresso das mulheres no mercado de trabalho é de 53,3%, enquanto a dos homens alcança 73,2%. Outro aspecto relevante refere-se à informalidade: 39,6% entre as mulheres e 37,3% entre os homens. No que diz respeito à taxa de desocupação, em 2022 ela foi de 11,8% entre as mulheres, enquanto entre os homens foi de 7,9%. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2024), no segundo trimestre de 2024 havia 7,5 milhões de mulheres desocupadas, e a taxa média de desemprego era de 6,9%.

Já em relação ao trabalho não remunerado, como cuidados pessoais e afazeres domésticos, as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais, contra 11,7 horas dos homens. Cabe destacar que a região Nordeste apresenta os maiores índices de desigualdade de gênero, sendo a região em que as mulheres dedicam 23,5 horas semanais aos afazeres domésticos — mais do que em qualquer outra parte do país (IBGE, 2024).

De acordo com Flávia Biroli (2016), a divisão sexual do trabalho está intrinsecamente relacionada à construção social de gênero, pois o fato de a mulher estar incumbida e destinada ao trabalho doméstico não remunerado permite ao homem vantagens em relação ao trabalho remunerado/formal fora do lar. A gratuidade do trabalho doméstico feminino é socialmente condensada no casamento, uma vez que é nesse contexto que tais funções são atribuídas; contudo, quando essas atividades passam a ser exercidas fora do lar, tornam-se remuneradas, já que não são realizadas para o marido, mas para outras pessoas. Nesse sentido, trata-se de uma forma de opressão e sobrecarga imposta às mulheres. Ademais, é importante ressaltar que o trabalho doméstico e de cuidado não afeta todas as mulheres da mesma maneira, pois as condições sociais variam conforme classe e raça. Assim, mulheres pobres e negras enfrentam desvantagens adicionais em comparação às mulheres ricas e brancas, revelando uma intersecção entre gênero, classe e raça.

A condição laboral da mulher negra no país mostra-se desproporcional em relação à da mulher branca, como apontam os dados oficiais. Segundo o Partido dos Trabalhadores (2023) à análise dos dados estatísticos, observa-se que as mulheres negras enfrentam significativa desigualdade educacional: apenas 14,7% estão no ensino superior, em contraste com 29% das mulheres brancas. No que se refere aos programas sociais, a pesquisa aponta que 38,5% das mulheres negras estão cadastradas, enquanto entre as mulheres brancas esse percentual é de 17%. Ademais, em 2022, os registros de violência letal e intencional revelam que, em média, 68,9% das vítimas eram mulheres negras, contra 30,4% de mulheres brancas.

A desigualdade de gênero, fortalecida pelo sistema capitalista, configura-se como uma expressão da questão social. Trata-se de uma contradição que mascara o real pertencimento da mulher na sociedade, sustentando a ideia de que ela é livre e pode fazer o que quiser.

No entanto, não é bem assim. Há um sistema patriarcal que ainda interfere amplamente na liberdade, nos direitos e na igualdade de gênero, produzindo manifestações da questão social específicas para as mulheres em diversas esferas sociais, como evidenciam os dados estatísticos.

Diante dos estudos, podemos perceber que a divisão sexual do trabalho é bastante antiga, sendo fortalecida pelos retrocessos vivenciados no sistema capitalista e pelo modelo de governança política neoliberal. Não podemos deixar de mencionar que, nos últimos tempos, houve um salto significativo na posição da mulher em cargos antes ocupados apenas por homens. No entanto, ainda persistem barreiras que dificultam a inclusão de mais mulheres no mercado de trabalho, o que acaba sendo vantajoso para os homens, que não assumem a responsabilidade de exercer ou compartilhar as atividades domésticas e o cuidado com os filhos, apoiados pelas ideologias patriarcais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patriarcado, como forma de hierarquização e assimetria entre os sexos, configura uma sociedade cada vez mais desumana em relação à dignidade, à liberdade e à igualdade das mulheres. A herança patriarcal, que se renova constantemente, estrutura uma sociedade voltada ao machismo, ao sexismo, à misoginia e ao racismo, englobando diversas formas de violência contra a mulher. Os impactos dessa estrutura são profundos, comprometendo a atuação feminina como protagonista de sua própria vida.

Além disso, a divisão sexual do trabalho constitui uma dura realidade nas formas de empregabilidade, evidenciada por dados estatísticos que demonstram desigualdade, mesmo quando as mulheres possuem a mesma capacidade e formação para ocupar determinados cargos, até mesmo superior à de homens.

Cabe frisar que a divisão racial do trabalho é ainda mais preocupante em um país marcado pelos altos índices de mulheres negras em condições de vulnerabilidade.

O sistema capitalista, em nome do capital e da dominação, contribui para a manutenção e o aprofundamento dessas desigualdades ao mesmo tempo que se retroalimenta das desigualdades de gênero, principalmente no que compete ao trabalho doméstico não remunerado e demais atividades de cuidado, exercidas pelas mulheres, que garantem a reprodução da classe trabalhadora sem custos adicionais para o Estado e para o mercado.

Por fim, a referida pesquisa é de extrema relevância diante das desigualdades, opressões e violências ainda vivenciadas pelas mulheres, cotidianamente. Precisamos de políticas públicas e seriedade que assegurem o direito das mulheres, combatendo os impedimentos ordenados por uma sociedade patriarcal, racista e capitalista, que naturaliza a mulher com um ser inferior.

BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. Dados, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Teoria crítica da família. Cadernos de Pesquisa, n. 37, p. 98-100, 1981.

CASTRO, Ana Beatriz Cândido; SANTOS, Jakciane Simões dos; SANTOS, Jássira Simões dos. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista. Anais do VI Seminários CETROS sobre Crise e mundo do trabalho no Brasil, p. 22-24, 2018.

COSTA, Renata Gomes; ALVES, Leonardo Nogueira. CAPITALISMO DEPENDENTE, PATRIARCADO E RACISMO: os fundamentos da violência. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Anais... [online]. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00233.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

DIEESE. Brasil: a inserção da população negra no mercado de trabalho (Dieese, 2023) [Internet]. São Paulo: DIEESE; 2023 [acesso em: 21 out. 2025]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/populacaoNegra.html>

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da violência: publicações. Brasília: IPEA, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 2 set. 2025.

LEITE, Gilmara Rodrigues et al. Divisão sexual do trabalho: panorama histórico da condição de igualdade da mulher na sociedade e na economia primitiva. Múltiplos Acessos, v. 2, n. 2, 2017.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Nathalia Diorgenes Ferreira. Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro. Revista Katálysis, v. 25, n. 2, p. 242-251, 2022.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

MOVIMENTO PESSOAS À FRENTE. Mulheres ocupam 38% dos cargos de alta liderança no executivo federal mostra estudo do Movimento Pessoas à Frente. Disponível em: <https://movimentopessoasafrente.org.br/mulheres-ocupam-38-dos-cargos-de-alta-lideranca-no-executivo-federal-mostra-estudo-do-movimento-pessoas-a-frente/>. Acesso em: 12 set. 2025.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, v. 18, p. 49-55, 2006.

NASCIMENTO, Tamires Guimarães; GONÇALVES, Renata. Entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho: a precarização das relações de trabalho das mulheres negras. *O Público e o Privado*, v. 19, n. 40 set/dez, 2021.

Partido dos Trabalhadores (PT). Ministério da Igualdade Racial apresenta diagnóstico sobre as mulheres negras no Brasil. PT, 2 out. 2023. Disponível em: <https://pt.org.br/ministerio-da-igualdade-racial-apresenta-diagnostico-sobre-as-mulheres-negras-no-brasil/>. Acesso em: 8 set. 2025.

RIBAS, Isadora Fernandes; DIAS, Fabio Alves dos Santos. Trabalho Doméstico e Capitalismo: A Naturalizada Sina Socioambiental das Mulheres. *Trabalho & Educação*, v. 29, n. 2, p. 77-88, 2020.

ROMFELD, Victor. *As raízes do patriarcado: contribuições teóricas sobre a violência contra as mulheres no Brasil*. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015. 160 p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Prefácio[de] Antônio Cândido de Mello e Souza, Petrópolis- RJ, Vozes. 1976.

SILVA, Kelle Cristina Pereira. Patriarcado, capitalismo, feminismo e a posição política da mulher na história. *PÓLEMOS—Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília*, v. 7, n. 13, p. 233-240, 2018.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos avançados*, v. 30, p. 123-139, 2016.

TEIXEIRA, Aline do Amaral et al. Representações sociais sobre ser mulher na sociedade contemporânea. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 44, p. e264821, 2024.

ZAMARIOLLI, Marlene Mota. *A mulher na política*. Santos: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - COMULHER, 2008. Disponível em: https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conselhos/COMMULHER/a_mulher_na_politica.pdf. Acesso em: 2 out. 2025.

12

IMPORTÂNCIA DO CADASTRO ÚNICO
NO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS**Maria Augusta
Luz Domingos**Graduação em
Serviço SocialCentro Universitário
Maciço de Baturité**Dayane da
Silva Moreira**Pós-Graduação em
Gestão em Saúde PúblicaCentro Universitário
Maurício de Nassau

RESUMO



Este estudo objetiva analisar a importância do Cadastro Único no acesso aos programas sociais, investigando como a desinformação afeta o cadastramento das famílias no município de Palmácia/CE. Além disso, busca apresentar os benefícios e programas assistenciais disponíveis para os usuários após a realização do Cadastro Único. A partir da análise de dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário, foi possível constatar que a desinformação é um obstáculo significativo no processo de cadastramento das famílias. No entanto, os profissionais que atuam na área desempenham um papel fundamental em oferecer informações e apoio durante o processo de cadastramento, facilitando o acesso dos usuários aos programas e benefícios socioassistenciais.

Palavras-chave: Cadastro Único; Programas Sociais; Cidadania.

ABSTRACT



This study aims to analyze the importance of the Unified Registry (Cadastro Único) in accessing social programs, investigating how misinformation affects the registration of families in the municipality of Palmácia/CE. Furthermore, it seeks to present the benefits and assistance programs available to users after completing the Unified Registry. Based on the analysis of data collected through bibliographic research and the application of a questionnaire, it was possible to ascertain that misinformation is a significant obstacle in the family registration process. However, professionals working in the field play a fundamental role in offering information and support during the registration process, facilitating users' access to social assistance programs and benefits.

Keywords: single registration; social programs; citizenship.

INTRODUÇÃO



O presente estudo destaca a importância do Cadastro Único (CadÚnico) como ferramenta essencial para garantir o acesso a programas sociais, especialmente para pessoas em vulnerabilidade, com o objetivo de analisar a relevância do CadÚnico para o acesso às políticas públicas, e os impactos da desinformação no processo de cadastramento. Esta pesquisa busca enfatizar o papel fundamental do CadÚnico como porta de entrada para os programas sociais do governo federal destinados às famílias de baixa renda.

A motivação que fundamenta a presente análise, surgiu no campo de estágio realizado no Cadastro Único de Palmácia/CE. Nesse período foi possível identificar a falta de informação de muitos dos/as usuários/as, o que se constatou a necessidade de uma intervenção nesta problemática, principalmente no tocante o acesso a informação sobre as diferenças entre CadÚnico e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), haja vista que muito dos/as usuários/s viam como um único equipamento, a grande maioria dos/as usuários/as dos equipamentos desconhecem que ambos exercem um papel fundamental na promoção da cidadania, no acesso aos serviços, promoção de direitos e no combate à pobreza, atuando de forma complementar para atender as demandas das famílias em vulnerabilidade social.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de abordar essa problemática, uma vez que a população usuária carece de informações precisas sobre as diferenças entre o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família.

É fundamental esclarecer que o CadÚnico não se limita apenas ao Bolsa Família, mas é uma porta de entrada para diversos programas sociais, contribuindo para romper com a desinformação e apresentando os usuários sobre seus direitos que muitos as vezes desconhecem.

O Cadastro Único faz parte da Proteção Social Básica no que se refere à inclusão de famílias em programas e benefícios que visam prevenir vulnerabilidades sociais, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, e promovendo o acesso aos direitos para famílias e indivíduos em risco social.

A proteção social básica, segundo o MDS (2012, p 18), representa um mecanismo de prevenção do SUAS pois ela rompe com as práticas assistencialistas, sendo uma estratégia de promoção das políticas públicas sociais. Seu enfoque preventivo está associado ao fortalecimento de vínculos e ao desenvolvimento de capacidades dos usuários, compreendidos como sujeitos de direitos.

Instituído por meio do decreto nº 3.877, de 24 de Julho de 2001 e revogado pelo Decreto 6.135, de 26 de Julho de 2007, e outras normas, o Cadastro Único veio com o intuito de combater a pobreza e a vulnerabilidade social. Com embasamento em Ramos "[...] o CadÚnico é uma ponte que facilita o acesso de cada pessoa cadastrada a políticas públicas." (2012, p. 6). Vale ressaltar que nem sempre os cadastrados no Cadastro Único irão ter acesso a todos os programas que o programa está ligado.

Assim, este estudo discute sobre a criação do cadastro único, seus objetivos e sua importância para diversos programas sociais e benefícios que esse cadastro promove, e sobre a desinformação do recadastramento e a atualização cadastral.

Para a metodologia deste estudo foi utilizado a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Esse estudo estará dividido em três tópicos, sendo eles 'programas sociais no contexto brasileiro: um apanhado histórico' a partir de seu surgimento até suas novas atualizações e novos avanços, abordamos sobre a Constituição Federal de 1988, falando sobre o tripé formado pela Saúde, previdência e Assistência Social.

No segundo tópico 'cadastros e programas sociais: Direito e cidadania' dialogando sobre a inclusão social e o acesso às famílias aos direitos fundamentais e sobre os programas sociais, e no terceiro e último tópico 'a importância do cadastro único para o acesso aos programas sociais' sobre a contribuição do cadastro único para

avaliação e identificação dos indivíduos que necessitam da proteção social básica.

Por fim, os resultados constatados são que o cadastro único é um instrumento essencial para os acessos aos programas sociais.

1 PROGRAMAS SOCIAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), é um sistema de grande importância para a gestão de políticas sociais e distribuição de benefícios sociais para a população de baixa renda. Seu histórico está ligado à evolução do direito social no país, que busca garantir o acesso a direitos essenciais como saúde, educação, alimentação, previdência, moradia, assistência social, lazer e segurança.

A consolidação dos Direitos Sociais no Brasil teve marcos importantes, como por exemplo a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a seguridade social como um dos pilares do sistema político e econômico do país.

Sem precedentes nas constituições brasileiras, o texto de 1988 inaugurou um amplo sistema de seguridade social. Nos termos do art. 194, trata-se de um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”. Nesse sentido, recorde-se a instituição do salário mínimo como piso dos benefícios da previdência (art. 201, § 2º, da CF/88) e da assistência social (art. 203, V, da CF/88); a equivalência de benefícios entre trabalhadores urbanos e rurais (art. 194, II, da CF/88); a consagração do seguro-desemprego (art. 201, III, da CF/88); da proteção à maternidade (art. 201, II, da CF/88); do salário-família e auxílio-reclusão (art. 201, IV, da CF/88); e da pensão por morte (art. 201, V, da CF/88); além do acesso universal à saúde (art. 196 da CF/88). (MENDES, 2021, p.145)

A proteção social é entendida como uma garantia de direito do cidadão oferecida pelo Estado frente às inseguranças sociais. A partir da Constituição Federal de 1988, fundam-se novos marcos da proteção social brasileira e com o passar dos anos essa proteção sofreu modificações. Neste período, a Política de Assistência Social começou a fazer parte do Sistema de Seguridade Social, formando o tripé com a Saúde e a Previdência Social. Desse modo, as políticas de proteção social passaram a ser financiadas pelo Estado, criando serviços, programas e projetos para as pessoas em situação de vulnerabilidade, risco social e no combate às desigualdades sociais.

Segundo Maria do Carmo Brant de Carvalho a Assistência Social é:

“uma velha prática social, mas jovem política pública, assim, é importante entender a trajetória da Política de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988.”(DO CARMO.2006, p.124)

Com base na citação da autora, pode-se perceber que neste contexto histórico da Assistência como uma velha prática social, ela era comparada com ações de ajuda, filantropia e assistencialismo. Entende-se que, com a CF/1988 a Assistência Social passou por transformações, rompendo com as ações citadas acima e obtendo status de política pública garantindo os direitos dos cidadãos.

A Assistência Social, como política de proteção social não contributiva, passa ser direito do cidadão em situação de vulnerabilidade e destina-se àqueles que não possuem condições de prover seu próprio sustento.

A partir da LOAS, a proteção social se coloca como um mecanismo contra as formas de exclusão social que decorrem de certas vicissitudes da vida, tais como a velhice, a doença, a adversidade, as privações[...]. A assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo.

Nesse sentido, marca sua especificidade no campo das políticas sociais, exigindo que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. (CRUZ, 2012, p.28).

Alguns marcos foram relevantes como a instituição da Lei Orgânica de Assistência Social LOAS (1993), a implementação da Política Nacional de Assistência Social (2004) e a criação do Sistema Único de Assistência Social (2005), consolidando a assistência social como um dever do Estado, a tornando um instrumento de forma descentralizada, com participação dos entes federativos, ampliando a oferta de serviços, benefícios, projetos e programas, de forma organizada em níveis de proteção social aos cidadãos, através de um modelo participativo, podendo melhorar os esforços e recursos para sua execução e financiamento.

Durante todo esse processo diversos programas e políticas sociais voltadas para a promoção da inclusão e redução da pobreza, foram criados como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) entre outros.

No entanto, a fragmentação e a falta de integração entre esses programas dificultavam a identificação e o atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade, surgindo a necessidade de uma ferramenta unificada de cadastramento e gestão de informações socioeconômicas, das famílias de baixa renda.

O Cadastro Único foi instituído em 2001 pelo Decreto Federal nº 3.877, como uma base de dados que reúne informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Seu objetivo principal era identificar e caracterizar essas famílias, possibilitando o acesso delas a diversos programas sociais, como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Minha Casa Minha Vida, como nos indica Torres:

O Cadastro Único foi criado em 24 de julho de 2001 pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto n. 3.877, em cuja ementa enuncia se a instituição do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O Decreto determinava que, a partir de 15 de setembro daquele ano, esse Cadastro seria de uso obrigatório dos órgãos da administração pública federal, como condição imprescindível a “concessão de programas focalizados [...] de caráter permanente”. (BRASIL 2001, Art. 1º).

Ao longo dos anos, o Cadastro Único passou por atualizações com objetivo de ampliar e melhorar sua cobertura. Em 2004, foi criado o sistema de gestão do Cadastro Único (sistema Cadastro único), uma plataforma online que facilita o cadastramento, atualização e a gestão das informações das famílias cadastradas.

No ano de 2005, o SUAS consolidou como sistema a criação da NOB-RH/SUAS, aprovada pelo Conselho Nacional, pela resolução nº 130 de 15 de julho de 2005 e passou a ser implementada em todos os municípios brasileiros a NOB/RH e a resolução 109/2009 representando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Essa tipificação descreve os serviços que integram o SUAS por meio dos níveis de proteção e complexidade e os serviços são classificados em dois tipos: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

A Proteção Básica e a Proteção especial, tem como dever atender a quem dela precisa, sempre com o objetivo de diminuir a exclusão social e com o propósito de consolidar e fortalecer os laços familiares e comunitários das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

Com a implementação do Sistema Único de Assistência Social, obteve-se uma maior organização entre os seus serviços, programas, benefícios e projetos, ou seja, ocorreu uma melhor e maior articulação com a União, estados e municípios e a política de Assistência Social teve uma integração com as demais políticas.

Depois da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social alcançou status de Política Pública introduzida na Seguridade Social e tem como função assegurar os direitos sociais. Essa inovação na área da proteção social foi conquistada com a criação da Lei Orgânica da Assistência Social, e criou moldes de garantia e acesso aos benefícios sociais. Com a CF/1988 a ampliação dos direitos sociais foi um avanço para a democratização no Brasil e é óbvio que essa mudança não ocorreu sem atritos, pois modificar uma cultura política de anos pode gerar conflitos entre pessoas que utilizam os recursos públicos para benefícios do seu próprio interesse.

2 CADASTRO E PROGRAMAS SOCIAIS: DIREITO E CIDADANIA

A elaboração do Cadastro Único foi um grande avanço para os direitos sociais no Brasil, o que proporcionou uma abordagem mais eficaz à oferta de serviços e benefícios às populações em vulnerabilidade social.

Além de contribuir para a cidadania e inclusão social e o acesso às famílias a direitos fundamentais. Segundo Dalmo de Abreu Dallari (1998): “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”.

De acordo com o Artigo 6º da Constituição Federal do Brasil estabelece os direitos sociais fundamentais, incluindo educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados.

Esses direitos visam garantir condições mínimas de existência digna para todos os cidadãos sendo assim um marco na proteção dos direitos sociais no Brasil. Ele estabelece um conjunto de direitos que são considerados essenciais para a promoção da igualdade e justiça social.

A Constituição Federal de 1988, ao consagrar esses direitos, busca garantir que todos os cidadãos tenham acesso a condições mínimas de vida digna, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A desigualdade social tem um impacto profundo na sociedade, afetando a saúde, educação, economia e segurança. Ela cria barreiras ao desenvolvimento, o que perpetua ciclos de pobreza e exclusão. A falta de acesso a saneamento básico, alimentação adequada e moradia digna são fatores que contribuem para a deterioração da saúde em populações em situação de vulnerabilidade, a desigualdade social também limita o acesso à educação de qualidade, com crianças de famílias mais pobres enfrentando desafios diários o que perpetua um ciclo de desigualdade, dificultando a mobilidade social e limitando as oportunidades futuras, acarretando o aumento da violência e criminalidade, especialmente em áreas com maior concentração de pobreza e falta de oportunidades.

É importante ressaltar que a desigualdade social é um problema complexo, com raízes históricas e estruturais. Combater a desigualdade requer ações em diversas áreas, como educação, saúde, economia e justiça, com o objetivo de garantir oportunidades iguais para todos.

Diante disso, percebe-se o quão é importante os programas sociais para as famílias em vulnerabilidade. Onde esses programas e benefícios sociais contribuem para com o intuito de amenizar a desigualdade social e possibilitar maior qualidade de vida aos cidadãos e famílias brasileiras servindo como um paliativo para diminuir os impactos da pobreza no país.

Pode-se citar, por exemplo, o Programa Bolsa Família que tem sido um instrumento fundamental para a promoção da cidadania e do desenvolvimento social. Ao unificar diversos programas de transferência de renda existentes, o programa trouxe maior eficiência e transparência à distribuição dos recursos, alcançando diretamente às famílias que mais precisam de uma renda mínima, o que lhes permite suprir necessidades básicas.

Com isso, crianças e jovens têm a oportunidade de frequentar a escola, garantindo um futuro mais promissor e rompendo o ciclo da pobreza.

O programa tem contribuído para a redução da desigualdade de gênero, uma vez que o benefício é destinado prioritariamente às mulheres, que são as principais responsáveis pelo cuidado e sustento das famílias.

A seguir, exhibe-se um quadro demonstrativo sobre os programas sociais que podem ser acessados através do cadastro único:

Programa/Serviço/Benefício	Descrição
Bolsa família	Criado em 2003, onde passou por várias modificações, e até outra nomeação como Auxílio Brasil e voltando a ser bolsa família com atualizações mais recente foi instituído pelo governo federal através da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, com objetivo de transferência de renda, no combate à fome e proteção social a famílias. Para garantir a continuidade do benefício as famílias devem cumprir algumas condicionalidades como manter o cadastro sempre atualizado e o acompanhamento na educação onde crianças e adolescentes devem frequentar a escola regulamente, acompanhamento com a saúde mantendo as vacinações em dias de crianças e gestantes, essas medidas foram estabelecidas para promover o acesso à saúde e educação.
Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC)	Consiste na disponibilização de um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade, para ter direito a ele, não é preciso ter contribuído para o INSS, sendo necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo. O beneficiário do BPC, assim como sua família, deve estar obrigatoriamente inscrito no Cadastro Único, antes de requerer o benefício.
O Programa Auxílio Gás	Destinado às famílias de baixa renda, com o objetivo de reduzir o efeito do aumento do preço do gás de cozinha sobre o orçamento doméstico, foi instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021.
Tarifa Social de Energia Elétrica	Instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Essa lei criou a Tarifa Social, que oferece descontos nas contas de energia elétrica para consumidores de baixa renda. A regulamentação do benefício foi posteriormente feita pela Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e pelo Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011.
Carteira da Pessoa Idosa	Destinada a pessoas acima de 60 anos, cadastradas no Cadastro Único com renda individual de até 2 (dois) salários-mínimos, podendo ter acesso a transporte interestadual gratuito (duas vagas por veículo) ou desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens.
Programa Minha Casa, Minha Vida	Criado de acordo com a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009 e alterado no dia 16 de Junho de 2011 pela Lei Nº 12.4249 é direcionado para as famílias de baixa renda auxiliando na compra da casa própria. Esse é concedido às famílias cadastradas também no CadÚnico e com renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00 podendo ser custeado até 90% do valor do imóvel. Também tem o Minha Casa, Minha Vida por financiamento, neste caso, basta ir diretamente ao banco da Caixa ou no Banco do Brasil para solicitar um financiamento e não é necessário ser cadastrado no CAD.
Pê-de-Meia	Programa criado pela Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que oferece incentivo financeiro a estudantes do ensino médio de colégios públicos para estimular a permanência e a conclusão dos estudos, além da participação em exames educacionais nacionais e subnacionais.
Cartão Mais Infância Ceará (CMIC)	Programa de transferência de renda do Governo do Estado do Ceará que oferece um benefício mensal de R\$ 100 para famílias em situação de extrema pobreza com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses. O programa visa combater a fome e a desigualdade social, garantindo acesso a recursos para as famílias comprarem alimentos e outros itens essenciais.

3 A IMPORTÂNCIA DO CADASTRO ÚNICO PARA O ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único está inserido na Proteção Social Básica e contribui para a avaliação e identificação dos indivíduos que necessitam de proteção especial. Os principais objetivos desse programa são “identificar e caracterizar a população de baixa renda e auxiliar na integração e implementação de programas sociais criados por políticas públicas” (Koga, 2020, p. 1287). De acordo com Torres (2016, p07):

O Cadastro Único é a base de dados de que dispõe o governo federal, especificamente sobre a parcela da população brasileira considerada de “baixa renda”, condição que a habilita ao processo de seleção de beneficiários para programas sociais de assistência, especialmente os de transferência de renda. (TORRES 2016, P07).

O acompanhamento do Cadastro Único para as políticas públicas também envolve a análise e a interpretação dos dados cadastrais, por meio da análise das informações do Cadastro Único, é possível identificar as principais demandas e necessidades das populações vulnerabilizadas, conhecendo a realidade de cada município. O acompanhamento do cadastro único permite avaliar o impacto das políticas sociais para a redução da pobreza e a desigualdade, identificando assim os avanços, melhorias além das medidas que precisam ser aperfeiçoadas.

Programas como o Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Minha Casa Minha Vida, entre outros, têm suas ações potencializadas pela utilização do Cadastro Único como instrumento de identificação de beneficiários.

Em 2004 o Programa Bolsa Família veio unir o Bolsa Escola, o Vale Gás e o Bolsa Alimentação em apenas um programa que é conhecido como o maior Programa de Transferência de Renda do Brasil. Essa junção ocorreu com intuito de unir e ampliar outros programas sociais.

Instituído em 9 de Janeiro de 2004 pela lei 10.836, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de Setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de Julho de 2007 como parte do programa Fome Zero, o PBF objetiva “reduzir a pobreza e promover a redução da desigualdade da distribuição de renda no Brasil.” (CARVALHO, 2013, p.20).

O foco do Programa Bolsa Família são as famílias em situação de pobreza, conforme indica o MDS (2014) apud STECHI, 2015, p.41).

Completa dizendo que o valor mensal que o beneficiário recebe pelo programa é composto por vários tipos de benefícios, sendo pagos do perfil das famílias registrado no CadÚnico, sendo elas: renda mensal per capita, número de integrantes na casa, total de crianças e adolescentes até 17 anos e a existência de gestantes” (MDS 2014, P 41).

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) faz o acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família de uma forma vinculada com os Ministérios da Saúde e Educação. As crianças menores de 5 a 6 anos precisam ser pesadas, vacinadas e devem realizar os exames frequentemente. As gestantes devem fazer o Pré-natal e as nutrizes realizam acompanhamento e as crianças de 6 até 15 anos precisam ter frequência escolar de pelo menos 85% e os jovens de 16 a 17 anos tem que ter frequência de 75%. Essas medidas foram estabelecidas para promover e garantir o acesso à saúde e educação, garantido a cidadania de crianças e adolescente.

Contudo o Programa pode apresentar falhas, mas tem como objetivo incentivar a permanência da criança na escola e visa erradicar o trabalho infantil proporcionando mais condições de saúde, vale ressaltar que estar inserido no CadÚnico não garante o acesso a todos os programas, mas é um pré-requisito para a avaliação e concessão de alguns benefícios, sendo que cada programa tem o seu critério, ou seja, cada um deles tem sua renda per capita estipulada.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

“A metodologia dessa pesquisa inclui as concepções teóricas de abordagem e conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e o potencial criativo do pesquisador”. (MINAYO, 1996: 22).

Bourdieu (2006, p. 24) também enfatiza a ideia de que a metodologia está intimamente relacionada com a teoria, uma vez que é somente de um corpo de hipóteses derivado de um conjunto de pressupostos teóricos que um dado empírico qualquer pode funcionar como prova ou, como dizem os anglo-saxônicos, como evidência.

Para a realização deste estudo, foram realizadas pesquisas de bases bibliográficas a fim de compreender a temática abordada. Buscou-se autores que estudam temáticas sobre cadastro único, programas sociais, cidadania a constituição de 1988 tais como: Torres (2016), Cruz (2012), Mendes (2021), Maria do Carmo Brant de Carvalho (2006), os quais aprofundam discussão sobre seguridade social, programas de transferência de renda, como bolsa família.

Foi utilizado na pesquisa, uma busca documental, com órgão e instituições governamentais como: instituto brasileiro de geografia e estatísticas (IBGE), ministério de desenvolvimento e combate à fome (MDS), além de decretos e leis oficiais do programa bolsa família.

Nos procedimentos, também foi utilizado a pesquisa de campo, realizada no município de Palmácia/CE, contando com a participação dos profissionais que atuam no cadastro único, a fim de avaliar os desafios e os impactos da desinformação no cadastramento do acesso das famílias aos benefícios sociais.

O instrumento utilizado foi à aplicação de questionários via Google forms, dados estes avaliados a partir da técnica de análise de conteúdos, conforme proposta por Bardin (2011, p. 47), buscando identificar categorias que emergem do material baseado em informações.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi desenvolvida no cadastro único de Palmácia/CE, contando com a participação de cinco funcionários que atuam no equipamento acima citado, onde apenas três responderam e dois optaram por não responder, diante disso foi necessária a participação dos profissionais do CRAS para aderir a pesquisa. Através dessa pesquisa, foi feita a aplicação de um questionário via Google Forms com os profissionais Cadastro Único.

Ao perguntar a respeito dos usuários relacionar o Cadastro Único somente ao Bolsa Família, a maioria dos entrevistados responderam que sim, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Entende-se que muitos dos usuários vêm o Cadastro Único como sinônimo de Bolsa Família, ou seja que o Cadastro Único se resume apenas nesse...é um obstáculo para eficácia do Cadastro Único?
6 respostas

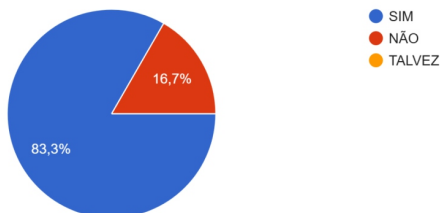


Gráfico 1 – Elaborado pela autora.

Diante disso, entende-se que é uma problemática, pois o cadastro não se resume apenas à Bolsa Família, apontando que a desinformação gera dificuldade no acesso aos seus direitos e a outros benefícios como citado acima através de um quadro demonstrativo mostrando que são vários os programas, serviços e benefícios ofertados através do cadastro único sendo ele a base de dados do governo federal que reúne informações sobre as famílias, para que possam ter acesso aos seus direitos, ofertando assistência para quem delas necessitam.

A falta de informação gera dificuldade de acesso aos direitos, os profissionais relataram que já houve casos de duplicidade de cadastro, ou seja, dois cadastros em uma mesma família sendo um deles unipessoal.

No que tange à desinformação, a maioria dos entrevistados afirmou que este é um desafio constante, como pode-se observar no gráfico a seguir, o que acaba dificultando a manutenção da base de dados atualizado, necessitando de mais visitas domiciliares para garantir a eficácia dos cadastros, Afinal, os usuários precisam ser informados e orientados adequadamente em relação ao recadastramento e a atualização cadastral, tendo por direito, ficarem ciente dos programas sociais que estão vinculados ao Cadastro Único.

Você acredita que a desinformação afeta o cadastramento e atualização de dados?
6 respostas

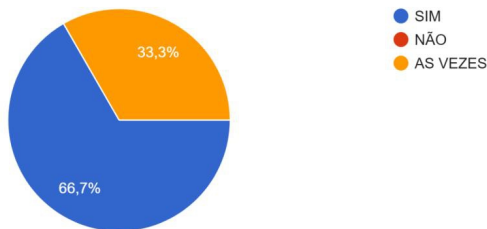


Gráfico 2 – Elaborado pela autora.

Os entrevistados relataram que os usuários tendem a atualizar seus cadastros quando há mudanças significativas na realidade social da família, muitas vezes motivados pelo receio de perder benefícios caso não o façam.

Você percebe que os usuários atualizam seu Cadastro Único quando ocorre alguma mudança na realidade social da família? Como por exemplo: na...ia, aumento ou diminuição da renda, entre outros?

6 respostas

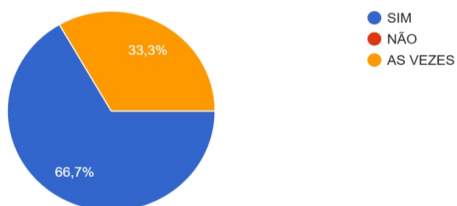


Gráfico 3 – Elaborado pela autora.

A partir das respostas obtidas podemos inferir que a população inscrita no cadastro único de Palmácia/CE, possuem essa percepção da importância de atualização das informações no Cadastro Único.

A validade cadastral é de dois anos, ou seja, após dois anos sem atualizações, o cadastro é excluído do banco de dados. Na verdade, esta exclusão consiste no desativamento do cadastro da pessoa que deixou de atualizá-lo, pois as informações continuam aparecendo no sistema de cadastramento. (RAMOS, 2012, p.3)

As dificuldades referentes ao CadÚnico ocorrem, pois, a falta de acesso às informações acaba resultando em cadastros desatualizados e direitos não socializados. Acredita-se ser possível viabilizar informações, esclarecer dúvidas referentes aos direitos dos usuários. A informação é um dos fatores fundamentais para que os direitos sejam reivindicados ou efetivados, e importante o usuário conhecer seus direitos com o objetivo de proporcionar não só a informação, mas que esses usuários usufruam dos programas sociais disponíveis.

Pode-se analisar ainda, a importância dos programas sociais ofertados a partir da inscrição no Cadastro Único para as melhorias na qualidade de vida das famílias beneficiadas a partir das respostas dos entrevistados:

Você acredita que os programas assistenciais ofertados através do Cadastro Único da possibilidade de melhorias de vida as famílias do município de Palmácia?
6 respostas

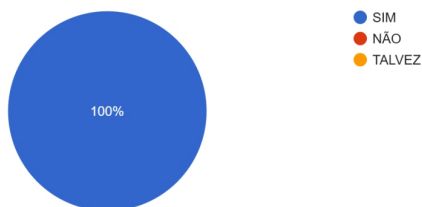


Gráfico 4 – Elaborado pela autora.

Todos os entrevistados afirmaram que os programas assistenciais ofertados através do Cadastro Único trazem melhorias para famílias do município de Palmácia/CE, fica evidente a percepção positiva na vida das famílias locais, surgindo efeito e atendendo as necessidades da população e melhorando a qualidade de vida das famílias proporcionando um apoio financeiro e acesso ao serviço serviços básicos e essenciais.

Com tudo isso, é relevante destacar que as políticas públicas contribuem para a redução da desigualdade social e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, portanto é fundamental que esses programas sejam bem geridos e monitorados para garantir sua eficácia e impacto positivo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo destaca a importância do Cadastro Único no acesso aos programas sociais. Pode-se constatar que o Cadastro Único tem o propósito de ser a porta de entrada para os programas sociais e para que os usuários tenham acesso aos benefícios sociais.

Desta maneira, compreende-se que a falta de informações claras e precisas é um desafio significativo no contexto do cadastro único, onde muitas famílias não sabem seus direitos e os benefícios que podem estar recebendo dificultando o processo de inscrição e a manutenção do cadastro. Diante esta pesquisa, foi possível perceber o desconhecimento dos usuários em associar o cadastro Único apenas ao Bolsa Família, quando na verdade ele garante acesso a outros benefícios.

Portanto, pode-se inferir que o Cadastro Único surgiu com objetivo de garantir o acesso aos direitos básicos dos cidadãos, diante disso, os profissionais que atuam na área têm um compromisso de socializar informações esclarecendo dúvidas para que os usuários possam ter seus direitos efetivados, dando um direcionamento aos inseridos no Cadastro Único para que faça uso dos programas sociais governamentais disponibilizados.

Para tanto, este estudo permite compreender a relevância dessa ferramenta na garantia de direitos e benefícios para as famílias usuárias desses serviços. Ao destacar os desafios e oportunidades relacionados ao Cadastro Único, o estudo reforça a necessidade de políticas públicas eficazes e bem geridas que promovam a inclusão social e a redução das desigualdades. Além disso, ressalta-se a importância da conscientização e da informação sobre os programas sociais disponíveis, permitindo que mais famílias sejam alcançadas e beneficiadas.

Portanto, os resultados deste estudo podem contribuir para a melhoria da gestão do Cadastro Único e para a formulação de políticas públicas mais eficazes na promoção da justiça social e da igualdade de oportunidades.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família Gestão das condicionalidades SICON. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/novo_sicon.p

DF. Acesso: em 06 de Jun. de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação Gestão de Informação. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso: em 22 de setembro de 2025.

BRASIL. Decreto 6.135. Dispõe sobre o cadastro único para programas sociais do governo federal e dá outras providências. Brasília: DF, 26 de Junho de 2007. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/_doc/decretos/2007/Decreto%20n%206135%20de%2026.06.2007.pdf. Acesso: em 20 de setembro de 2025.

BRAGA, L.L.C. Trabalho de Assistentes Sociais no CRAS. In: O Trabalho do Assistente Social no SUAS: seminário nacional/CFESS. Brasília: 2011. p. 42- 154.

BRASIL. Decreto Nº 6.564, de 12 de setembro de 2008. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº6.214, de 26 de setembro de 2007, e dá outras providências. Brasília.

SIMÕES, C. Curso de direito do serviço social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica do serviço social; v.3). Disponível em: http://www.mastereditora.com.br/periodico/20130723_000350.pdf Acesso em 20 de Out. de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Acesso em 12 de setembro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União – DOU do dia 28 de outubro de 2004. Acesso em 12 de setembro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/orientacoes_cras.pdf Acesso em 12 de setembro de 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, 2011. BRASIL. Norma operacional Básica (NOB/SUAS) - Construindo as Bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social, Julho 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf Acesso em 12 de setembro de 2025.

TEIXEIRA, S.M. Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas. Disponível em: Serv.Soc.Rev.Londrina,v.13,n.1,p.4-23,jul/dez.2010. Acesso: 28 de setembro de 2025.

Dalmo Dallari Disponível em: O que é Cidadania? Acesso em 19 de out. de 2025.

BRASIL. Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social. Cadastro Único: um cadastro, vários programas sociais.

13

INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
REDE PÚBLICA DE ENSINO DO
MUNICÍPIO DE PALMÁCIA-CE**Francisca Andrea
Fernandes da Costa**Graduação em
Serviço SocialCentro Universitário
Maciço de Baturité**Dayane da
Silva Moreira**Pós-Graduação em
Gestão em Saúde PúblicaCentro Universitário
Maurício de Nassau

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo investigar a importância da inserção do assistente social na rede pública de ensino de Palmácia-CE. Mas especificamente, compreender as demandas escolares no município de Palmácia/Ce, bem como entender como o profissional assistente social pode contribuir para a inclusão e equidade na rede pública de ensino. Como parte integrante da pesquisa, optou-se por trazer uma revisão de literatura para contextualizar o serviço social na educação. A autora aponta as experiências de vida para a escolha do tema. A pesquisa foi realizada com entrevistas semiestruturadas realizadas por meio de formulário eletrônico com profissionais da Escola E.E.F. T.I. João Damasceno Vieira. Os resultados demonstram que as demandas escolares que ultrapassam as atribuições docentes e que se não forem adotadas medidas necessárias, estas podem prejudicar o processo de ensino-aprendizagem. Assim, as participantes reconheceram o papel do assistente social no contexto escolar para a efetivação das políticas públicas de direito à educação e formação integral dos cidadãos estudantes. Conclui-se assim que a presença do assistente social na escola é necessária para a promoção da inclusão, equidade e uma formação cidadã crítica, contribuindo para a transformação da sociedade.

Palavras-chave: Assistente Social; Educação Básica; Expressões da Questão Social.

ABSTRACT



This study investigates the importance of the inclusion of social workers in the public education system of Palmácia-CE. As an integral part of the research, a literature review was chosen to contextualize social work in education. The author cites life experiences as the basis for the choice of the topic. The research was conducted through semi-structured interviews using an electronic form with professionals from the E.E.F. T.I. João Damasceno Vieira School. The results demonstrate that school demands exceed the scope of teaching responsibilities and that, if necessary measures are not adopted, these can harm the teaching-learning process. Thus, the participants recognized the role of the social worker in the school context for the effective implementation of public policies on the right to education and the comprehensive development of student citizens. It is concluded that the presence of a social worker in the school is necessary for the promotion of inclusion, equity, and critical civic education, contributing to the transformation of society.

Keywords: Social Worker; Basic Education; Expressions of the Social Question.

INTRODUÇÃO



A educação é uma política setorial de suma importância, pois, por meio dela o indivíduo se desenvolve em todas as etapas da vida, permitindo que o sujeito adquira e desenvolva habilidades cognitivas e emocionais fortalecendo as múltiplas inteligências inerentes à condição humana.

Para que o acesso à educação seja de qualidade, ela precisa permitir que todos os envolvidos no processo educativo tornem-se sujeitos construtores e transformadores da própria história, fazendo com que o “oprimido” seja inserido no meio social, transformando a sociedade em um espaço de equidade. É com essa percepção que nota-se o quanto se faz importante a presença de assistentes sociais no contexto escolar.

Para isto, busca-se compreender através do estudo aqui apresentado a importância da inserção do assistente social na rede pública de ensino de Palmácia-CE. Mas especificamente, buscou-se compreender as demandas escolares no município de Palmácia/Ce, a fim de entender como o profissional assistente social pode contribuir para a inclusão e equidade na rede pública de ensino neste município cearense.

Paulo Freire (2000), o patrono da educação popular diz que: “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”, desse modo, entende-se que uma sociedade que não prioriza a educação está fadada ao fracasso.

A escola como espaço vivo da sociedade, torna-se desafiada a intervir de forma rápida e urgente, fazendo com que essas mudanças se tornem aliadas e não inimigas. Assim, questiona-se como a escola deve agir diante dessas mudanças, sem nenhum preparo por parte do sistema educacional? Cumpre-se observar as expressões da questão social, que nas escolas se apresentam de diversas maneiras, principalmente nas vivências de violências, na falta de acesso aos mínimos sociais, nas desigualdades sociais e raciais, dentre outras.

São muitos os desafios impostos à escola, o que apresenta a urgência de profissionais especializados em lidar com essas diversas questões elencadas, e é nesse contexto, que a inserção do assistente social na educação torna-se legítima e necessária, viabilizando o diálogo e um caminhar produtivo entre escola, família e sociedade.

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, constituindo-se de uma Pesquisa-Ação, fundamentada no referencial teórico da Educação Crítica de Paulo Freire (2019). Optou-se pela Pesquisa-Ação por sua flexibilidade como método participativo de investigação possibilitando a interação entre o saber formal e o informal, teoria e prática, conduzindo a mudanças na forma como as pessoas interagem entre si e com os outros (THIOLLENT, 2011).

O interesse em pesquisar a importância da inserção do assistente social na educação advém da experiência da autora no contexto escolar como docente e para tal utilizou-se como embasamento teórico da pesquisa uma breve contextualização histórica do serviço social na Educação, elencando a trajetória de vida e a relação com às áreas da educação e do serviço social, enfatizando as expressões da questão social no contexto escolar e apresentando as possibilidades e desafios para a implementação do serviço social nas escolas públicas do município de Palmácia-CE.

1 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Serviço Social é uma profissão regulamentada pela Lei nº 3252/1957, tendo sido revogada pela Lei nº 8662/1993, passando por várias transformações, mudanças essas que o difere do Serviço Social brasileiro da década de 30 quando sua atuação era limitada, vinculada à práticas assistencialistas e influenciada pela moral cristã e pela filantropia. Atualmente a profissão ampliou sua inserção em várias políticas sociais setoriais privilegiando e fortalecendo a profissão.

Com a ascensão do seu projeto ético-político em 1990, o Serviço Social, intensificou sua inserção na política educacional, mediante debates e reflexões no que concerne a sua atuação, tendo em vista que a profissão começou a ganhar destaque.

Cabe ressaltar que foi o Parecer jurídico de nº 23, de 22 de outubro de 2000 (CFESS, 2001) que enalteceu a importância da inserção do Serviço Social na política de educação, atendendo as escolas públicas, fortalecendo as competências e atribuições privativas do assistente social, ressaltando a importância desse profissional no estabelecimento escolar visando à garantia da “continuidade dos estudos e a permanência da criança e do adolescente nas escolas públicas” (CFESS, 2001, p.21). O documento citado aponta caminhos para a compreensão da inserção de assistentes sociais no contexto educacional, compreendendo a educação enquanto política social possui esse compromisso em garantir direitos sociais.

A política de educação surge mediante as contradições existentes entre a classe trabalhadora e a sociedade capitalista. Conforme Almeida (2012),

A educação organizada sob a forma de política pública se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição de subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história.

Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira (ALMEIDA, 2012, p. 12)

Vale ressaltar que a atuação do assistente social em várias políticas públicas setoriais não se limita apenas à Lei de regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993). Assim, como a educação que tem a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dispõe sobre o funcionamento da educação brasileira, o assistente social dispõe do Código de Ética Profissional, de 1993, e das Diretrizes Curriculares da Abepss, e diversos documentos que norteiam a profissão.

Com a criação do Parecer Jurídico de nº 23/2000, o assistente social dispõe das seguintes diretrizes que norteiam sua atuação na educação:

- Pesquisa da natureza socioeconômica e familiar para caracterização escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio familiar visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões da saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;

- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º e 5º da Lei 8662/93, não especificadas acima. (CFESS, 2001, p.29-30).

Ao analisar o contexto escolar atual, a escola tem várias demandas que necessitam de um suporte multiprofissional para servir como rede de apoio para que se efetive uma educação equitativa, objetivando a diminuição das desigualdades sociais que se apresentam. Vários são os desafios enfrentados pela escola no seu cotidiano, e a implementação de uma equipe multiprofissional na educação, favorece a resolução de problemas inerentes às questões sociais.

A Lei Federal nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que institui a inserção de psicólogos e assistentes sociais na educação surge como fruto de várias reivindicações e lutas em torno da busca pela efetiva implementação e regulamentação em todos os entes federativos. A lei contribui para a prevenção e ao enfrentamento das violências, ao acompanhamento das questões emocionais e sociais e ao fortalecimento das relações escolares, possibilitando um ambiente que respeita a diversidade e favorece o aprendizado (BRASIL, 2019).

Entende-se que é no ambiente escolar que o desenvolvimento de qualquer sociedade acontece, pois é nesse espaço de ensino aprendizagem, de troca de experiências que sonhos se transformam em realidade.

Percebe-se que a educação tem trilhado um caminho solitário quando as mudanças recorrentes na sua estrutura curricular e de ensino, não são suficientes para a resolução dos problemas educacionais, portanto, a inserção do assistente social na educação, reveste-se de relevância e urgência.

2 MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA E A RELAÇÃO COM A PESQUISA

Reporto-me a Foucault (1979, p. 6), quando o autor argumenta que “o problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e que fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros”.

Nesse sentido, parto da análise de que contar a minha história de vida e relacioná-la com a pesquisa é estratégico, assim apresento minhas “escrevivências” que de acordo com Salgueiro (2020, p. 110):

As escrevivências de Conceição Evaristo reverenciam as ancestrais, trazendo uma escrita de avanço das frentes abertas por Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e Carolina Maria de Jesus (1914-1977) na estética literária feminina negra na literatura brasileira. Assim como Carolina, Conceição é intérprete do Brasil, emergindo em trajetória narrativa única a partir de seu cotidiano e memórias.

Sou professora, natural de Palmácia-CE, primogênita de sete irmãos, amante da leitura e da escrita, defensora de uma sociedade igualitária e justa. Tenho amor e zelo pela educação, pois acredito que a mesma é a solução para todos os problemas políticos e socioeconômicos de qualquer sociedade. Desde a infância, sempre fui apaixonada pelos livros, me deliciava com a escrita e me dedicava bastante nas atividades escolares. Minha primeira professora foi a Sra. Iolanda Fernandes, minha mãe, a primeira a me incentivar e a acreditar na força da educação, mesmo não tendo escolaridade.

Meus pais veem de uma família pobre, não estudaram porque precisavam trabalhar para sobreviver, mas sempre tiveram o sonho de vê seus filhos tendo as oportunidades que eles não tiveram e foi assim que crescemos, ouvindo os ensinamentos de que a educação é a base do sucesso e que pessoas oriundas de classes menos favorecidas deveriam se dedicar aos estudos, pois o conhecimento é tudo.

Sou professora, natural de Palmácia-CE, primogênita de sete irmãos, amante da leitura e da escrita, defensora de uma sociedade igualitária e justa. Tenho amor e zelo pela educação, pois acredito que a mesma é a solução para todos os problemas políticos e socioeconômicos de qualquer sociedade. Desde a infância, sempre fui apaixonada pelos livros, me deliciava com a escrita e me dedicava bastante nas atividades escolares. Minha primeira professora foi a Sra. Iolanda Fernandes, minha mãe, a primeira a me incentivar e a acreditar na força da educação, mesmo não tendo escolaridade.

Meus pais veem de uma família pobre, não estudaram porque precisavam trabalhar para sobreviver, mas sempre tiveram o sonho de vê seus filhos tendo as oportunidades que eles não tiveram e foi assim que crescemos, ouvindo os ensinamentos de que a educação é a base do sucesso e que pessoas oriundas de classes menos favorecidas deveriam se dedicar aos estudos, pois o conhecimento é tudo.

Havia na cidade de Palmácia, uma escola particular chamada CNEC - Monsenhor Custódio, a maioria dos alunos que frequentavam aquele ambiente escolar eram filhos de pessoas com poder aquisitivo melhor. Mas minha mãe estava lá, se esforçando para que eu tivesse o mesmo acesso a um conhecimento de qualidade. Ressalto que na cidade havia uma escola estadual excelente, mas era na CNEC que eu desejava estudar. Como não era possível custear o valor das mensalidades e a compra de livros, a diretora da escola facilitava diminuindo o valor e guardava os livros de alguns alunos para me emprestar, pois, a mesma reconhecia o meu talento na sala de aula.

Eu amava ir à escola. Mas, foi também lá que experimentei e conheci o lado de uma sociedade preconceituosa e racista.

Carreira e Souza (2023) fazem um abordagem sobre esta temática ao apontar que,

Nas relações cotidianas, o racismo prejudica o desenvolvimento da autoconfiança e autoestima de milhões de pessoas negras, indígenas e de outros grupos sociais discriminados. Ele também é um obstáculo para a construção de relações respeitadas, de reconhecimento positivo e de solidariedade entre as pessoas, ao alimentar a

idéia de uma sociedade hierarquizada, na qual uns “valem mais que outros”, que determinadas

histórias e culturas são melhores do que outras.
(2013, p.13)

E foi naquele ambiente que eu amava, que dedicava a minha infância sonhando em ser bem sucedida na vida, que vivenciei uma sociedade capitalista e que determinava quem deveria subir ao pódio.

Sempre me destaquei como uma das melhores alunas da turma. A escola tinha um quadro de honra para destacar os melhores alunos, e eu sempre me destacava nas aulas, mas quem tinha seus nomes no outdoor e na calçada da fama na escola, não era eu, sempre eram os nomes dos filhos do médico, do vereador, do filho de professor, que na maioria das vezes não eram tão bons, mas eram de famílias mais abastadas, menos o nome da filha dos auxiliares de serviço.

Havia um professor que sempre se indignava com aquela situação, mas não poderia fazer nada, já que não tinha as mesmas condições econômicas que os outros. Mas isso não me limitou. Na CNEC, concluí o ensino fundamental e fui estudar na Escola Estadual Maria Amélia Perdigão Sampaio, onde havia iniciado meus primeiros passos na escola. Concluí o segundo grau pedagógico, denominação da época, e foi ali que comecei a ensaiar meus primeiros momentos como professora.

Quando os professores de literatura e didática faltavam, eu era convidada para dar as aulas, substituindo-os. Se faz necessário mencionar o nome do professor Nilson Gomes, que sempre acreditou no meu trabalho e me convidou para ser professora numa escola da zona rural, onde o mesmo foi convidado para ser diretor. Eu aceitei o convite e fui lecionar aos 17 anos de idade e estudava a noite concluindo o segundo grau, naquela época denominado terceiro pedagógico, atualmente Ensino Médio.

No ano seguinte, fui convidada para ser Coordenadora das Primeiras Séries pela Secretaria de Educação do município de Palmácia-CE, tendo pela primeira vez a oportunidade de conhecer a estrutura do currículo escolar da educação brasileira. No mesmo ano, em 1997, aos 18 anos fui aprovada no meu primeiro concurso público, à época foi um certame unificado entre estados e municípios, e a esfera municipal permitia que alunos com certificados do segundo grau pedagógico pudessem se inscrever.

Assim, agarrando a oportunidade e vendo nela a porta para um trabalho, eu tive êxito. Desse primeiro concurso, estou há vinte e sete anos na educação.

É relevante citar que no mesmo período, querendo ingressar na universidade, era algo quase impossível por dois fatores: a distância da capital e os recursos financeiros. Pessoas com renda familiar abaixo da média não poderiam ir longe.

Porém, minha mãe acreditava em mim e disse que eu poderia sim, chegar à universidade. Ela se reuniu com umas mães bem próximas a ela, e tiveram a ideia de enviar seus filhos para a universidade. Prestamos o vestibular e fomos aprovados e seguimos para a universidade (Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA).

Esse feito levou os nossos nomes ao jornal, foi inédito na cidade, estamparam na escola e no flanelógrafo da prefeitura onde minha mãe trabalhava. As pessoas nos parabenizaram e foi emocionante. Mas de novo, a voz do preconceito ecoava. Meu pai chegou em casa chateado porque foi contar a um conhecido que a filha dele, ia estudar fora, orgulhoso pelo feito. Na conversa, o Sr. dono do maior bar da cidade, disse que filhas de pobres e negros, só serviam para ser empregados dos outros.

Essas palavras doeram, mas também me fortaleceram. Minha mãe retrucou e disse que “os filhos dela não”. Alugou-se uma kombi, dividiu as despesas com as amigas e lá fomos nós em busca do conhecimento, de um lugar na sociedade, construindo, transformando e escrevendo nossa história. Nossas mães levaram os seus filhos ao desconhecido, ao novo, mostrando que a visão de Paulo Freire era a melhor, que os oprimidos, também tinham seu lugar na sociedade.

O curso que fizemos foi Ciências com Habilitação em Matemática, mas não era esse o que eu queria fazer. Eu sonhava ser assistente social, pois havia dentro de mim um desejo de transformação, de mudança, de quebra de paradigmas. Mas aquele ainda não foi o momento de me formar em Serviço Social.

Nesse período, ainda na cidade de Sobral, fiquei grávida da minha primogênita. Surgia assim um novo desafio. Precisava contar com uma rede de apoio, e assim aconteceu, sempre apoiada pelos colegas. Vale ressaltar que a UVA agregava alunos de várias camadas sociais, e a nossa sala era o ranking, do que a sociedade capitalista discriminava.

Continuando a jornada, me especializei pela Universidade Federal do Ceará, em Coordenação Pedagógica, especialista em Avaliação da Aprendizagem. Fiz também especialização em Gestão Escolar e vários cursos de formação continuada. Lecionei na educação infantil, ensino fundamental, ensino superior. Tive a experiência de ser Gestora na Secretária Municipal de Educação de Palmácia. Hoje, sou professora readaptada, por lesões adquiridas na sala de aula. Confesso que me faz falta a sala de aula, nada se compara com o contato direto com os alunos e fazer parte diretamente da aprendizagem deles.

Recordo que minhas vivências na sala de aula foram marcadas por várias questões sociais. Estar inserida numa sociedade heterogênea, é viver várias experiências, positivas e negativas. Vivenciei relatos de violência doméstica, onde crianças chegavam tristonhas por não dormirem bem, porque tiveram que sair de casa altas horas para fugir com a mãe, para não serem espancadas pelo pai. Outras crianças, moravam com parentes, na maioria das vezes com os avós porque os pais negligenciam os cuidados. Outros porque os pais precisavam trabalhar em outros lugares, deixando assim os filhos sob os cuidados de vizinhos ou familiares.

Outro fato, dentre tantos, percebo que um adolescente segura sua calça comprida fortemente ao ponto de dificultar a sua chegada com o caderno para ser corrigido até a mesa, e você escuta risos de outros colegas esperando a roupa cair.

E no processo investigativo, eu descobri que se a mãe acochar sua roupa seu irmão mais velho não poderá ir à escola no outro turno, pois só existia uma calça para os dois.

Assim, foram sequências de desigualdades sociais observadas e continuam sendo repetidas no contexto escolar. Crianças sem material escolar, sem fardamento completo, sem mochilas, gerando assim um tipo de violência característico do convívio escolar: o bullying.

Quantas vezes, nós professores, nos reunimos para sanar alguns desses problemas, quantas vezes fazemos visitas domiciliares para entender a ausência do aluno na escola. Nesse ínterim, criam-se laços afetivos entre nós e os alunos.

Ao analisar minha atuação na educação, cada passo, cada aula, cada dia o processo de ensino aprendizagem torna-se um ato de amor, de liberdade, de conquista.

Como forma de reconhecimento, não financeiro mais humano e profissional, muitos dos meus alunos conseguiram vencer as desigualdades sociais. Já fui agradecida pela conquista de diplomas de nutrição, advocacia, pedagogia, fisioterapia, odontologia, enfermagem, policiais, magistério. Tenho alunos que são Mestres e Doutores, superando todas as expectativas. Não há como descrever a magnitude de ser professora.

Com esses relatos, afirmo que é possível construir uma sociedade que não apenas oprima, desqualifica, mas que tudo que for produzido seja igualmente repartido. Soa como utopia, mas como deixar de sonhar e acreditar em dias melhores, se me deparo cotidianamente com olhares que me fazem ter esperança.

Considerando a escola como um equipamento social, onde sua maior missão é o desenvolvimento integral dos discentes, permitindo a troca de experiências e acreditando que uma educação de qualidade é o caminho mais certo para que a opressão social seja disseminada, reafirmo que torna-se imprescindível a inserção do assistente social na educação.

Nesta oportunidade, chega o momento de realizar o meu sonho, ser assistente social, e então, o Centro Universitário do Maciço de Baturité - UniMB oferta a primeira turma de Serviço Social no Pólo de Palmácia-CE. Ali, iniciava mais uma luta. Esperava ansiosa pelo início das aulas, o curso desejado era a concretização de um sonho.

Apreciando a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (2019), percebe-se que a educação deve ser uma prática libertadora e de caráter transformador social, possibilitando uma consciência crítica dos envolvidos no processo educativo.

Para Freire (2019), é na escola, ou deveria ser, que o indivíduo torna-se sujeito construtor e transformador da sua história. Mas, vivenciando o ambiente escolar, compartilhando saberes, a escola também se caracteriza como um equipamento que contradiz aquilo que ela mesma acredita e defende: equidade para todos, é o que se apresenta no próximo tópico deste estudo.

3 EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO ESCOLAR

A escola é uma instituição caracterizada por várias expressões da questão social. Como afirma Iamamoto (2000, p. 14),

Estes novos tempos reafirmam, pois, que a acumulação de capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade. Verifica-se o agravamento das múltiplas expressões da questão social, base sócio-histórica da requisição social da profissão. A linguagem de exaltação do mercado e do consumo, que se presencia na mídia e no governo, corre paralela ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder.

A Constituição Brasileira (1988) defende no seu art.25 que:

“a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Defende o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, atendimento em creche e pré escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.”

No entanto, é na escola onde são percebidas as mais variadas formas de desigualdades sociais, dificultando a aprendizagem dos discentes. A pobreza, todos os tipos de violência, gravidez na adolescência, uso de drogas e álcool, racismo, preconceito, evasão escolar, falta de apoio familiar são fatores que contribuem para o insucesso escolar, gerando assim conflitos internos e externos para todos os envolvidos.

Desse modo, o ambiente escolar torna-se propício para que o assistente social desenvolva suas atividades por ser um espaço onde políticas públicas como; política de enfrentamento da violência; política pública de igualdade racial, política pública de juventude, esporte, programas destinados à pessoa com deficiência e educação inclusiva, política pública de erradicação ao trabalho infantil e políticas públicas com especificações do direito à educação sejam respeitadas e concretizadas.

Em síntese, cabe a materialização da Lei no 13.935/2019, que institui a obrigatoriedade do Serviço Social e da Psicologia na rede pública de ensino, visando o fortalecimento e a integração entre escola, família e sociedade.

Cumprir observar que, é no chão da sala de aula, nos corredores da escola, no pátio, nos momentos de recreação, na sala dos professores, que se entrelaçam as mais variadas formas de viver e pensar. Nessas diversidades, as desigualdades surgem, as expressões da questão social tornam-se conhecidas, os tipos de violência se materializam, o bullying é disfarçado de brincadeiras inofensivas, o preconceito ganha espaço, os professores adoecem por serem vítimas de violência, a questão da saúde mental é esquecida, enfim, são várias

demandas que, com a inserção do assistente social na estrutura escolar, tornará o ambiente favorável a um ensino de qualidade.

Em conformidade com Danuta Luiz (2011), o assistente social é um profissional que torna-se necessário no contexto escolar por ter contato direto com as classes excluídas, podendo implementar ações que visem diminuir ou erradicar as diferenças sociais existentes no espaço escolar.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, constituindo-se de uma Pesquisa-Ação, fundamentada no referencial teórico da Educação Crítica de Paulo Freire. Optou-se pela Pesquisa-Ação pela sua flexibilidade como método participativo de investigação possibilitando a interação entre o saber formal e o informal, teoria e prática, conduzindo a mudanças na forma como as pessoas interagem entre si e com os outros (THIOLLENT, 2011).

Assim, a pesquisa foi realizada com os 05 profissionais da educação básica de Palmácia-CE (04 professores e 01 coordenador), da Escola de Ensino em Tempo Integral João Damasceno Vieira, localizada na comunidade de Basílio, através da ferramenta eletrônica do google formulário através de uma entrevista semiestruturada.

A metodologia constituiu-se de três passos para sua materialização:

a) criação do formulário; b) coleta das respostas; e c) Análise final das respostas.

O formulário continha as seguintes perguntas: 1 - Quais as principais demandas que você atende dentro da instituição que não fazem parte das suas atribuições como educador (a)?; 2 - Quais os desafios encontrados em sua prática profissional?; 3- Como se dá a relação entre escola e família?; 4- Qual seu conhecimento sobre a Lei 9394/96?; 5 - Qual seu conhecimento sobre a Lei 13.935 /2019 que institui a obrigatoriedade do Serviço Social e Psicologia na rede

pública de ensino?; 6- Na sua experiência em quais situações se faz necessária a intervenção de uma rede de apoio multiprofissional na escola viabilizando uma educação equitativa?; 7- De acordo com a lei 13.935/2019, o assistente social deverá ser parte integrante do quadro de profissionais da educação. O que você acha sobre a atuação desse profissional na sociedade como um todo e, na escola? Como sua inserção na educação contribuirá com sua prática profissional? Ou não tem nenhuma relevância? Optou-se por adotar nomes fictícios para os participantes da pesquisa a fim de garantir a identificação dos mesmos.

Dessa forma, a construção metodológica escolhida permitiu articular teoria e prática a partir da escuta de profissionais que vivenciam cotidianamente as demandas sociais emergentes no espaço escolar, para assim subsidiar as discussões acerca da relevância da inserção do assistente social na rede pública de ensino.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise das entrevistas realizadas com os professores e coordenação da Escola E.E.F..T.I. João Damasceno Vieira, percebeu-se a compreensão do papel do assistente social na educação, embora haja desafios para a valorização profissional e à efetiva materialização nas equipes escolares.

Foram realizadas seis entrevistas, todas as participantes são professoras da rede pública de ensino no município de Palmácia, graduadas, pós graduadas e uma mestranda. Optou-se por nomear as participantes da pesquisa por “Alfa”, “Beta”, “Zeta” e “Ômega”, para preservar a identidade das mesmas.

Sobre as demandas que surgem no cotidiano escolar que não fazem parte de suas atribuições como educadora:

De acordo com a professora “Alfa”, quando perguntada sobre as demandas que aparecem no cotidiano escolar que não fazem parte de suas atribuições como educadora, a docente relata que sua atividade profissional se resume na maioria das vezes ouvindo

problemas sociais e familiares, casos de violência doméstica, abandono e negligência, evasão escolar.

A professora “Beta” relata que na sala de aula faz atendimento psicológico, médico, escuta e se depara com realidades sociais que merecem um suporte de uma equipe multiprofissional, atrasando assim seu trabalho pedagógico.

Ao avaliar as respostas da professora “Zeta”, ela elenca algumas demandas que não são inerentes à sua formação, como questões relacionadas à saúde mental dos alunos. Cita que sente falta de uma rede de apoio, que acaba prejudicando a atuação do professor e a inclusão que de fato deve ser respeitada.

Em conformidade com as colegas professoras, a educadora “Ômega”, diz que necessita urgentemente da atuação de um assistente social e psicólogo para mediação de conflitos entre escola e família, demandas essas que extrapolam sua formação. A professora afirma que, para se ter uma educação de qualidade, a infraestrutura da escola deve ser avaliada, pois a aprendizagem acontece em um ambiente harmonioso, não só entre os pares, mas também fisicamente.

Assim, a escola é um espaço de transformação, de convivência e acolhimento, tornando-se um ambiente privilegiado para a atuação do assistente social, uma vez que a escola é um dos principais instrumentos de socialização e formação cidadã.

Nessa conjuntura, o Serviço Social na Educação tem como objetivo principal promover a inclusão social e garantir o direito à educação de qualidade, articulando ações junto à comunidade escolar, famílias e políticas públicas. Nesse sentido, Maria Lúcia Martinelli (2013) destaca a dimensão educativa do serviço social, o profissional também pode contribuir para a formação cidadã, promovendo valores de solidariedade, respeito e inclusão. Agindo assim, sua atuação ultrapassa o caráter assistencialista e assume uma perspectiva crítica e transformadora, se fazendo necessário e urgente no contexto escolar.

Sobre os desafios da prática profissional e a relação entre a família e escola:

Observando as respostas sobre os desafios encontrados na prática profissional enquanto educadoras e a relação entre família e escola, as docentes relataram a ausência ou pouca parceria da família na vida escolar dos filhos, desigualdade social, a necessidade de um currículo que atenda as necessidades de aprendizagem, problemas constantes de bullying e cyberbullying dificultando o ensino aprendizagem.

Para isto, segundo a autora Yolanda Guerra (1995), “a prática profissional exige uma ação crítica, respaldada na instrumentalidade do serviço social, ou seja, na articulação entre teoria, prática e ética”. Assim, o assistente social na escola precisa compreender e conhecer a realidade social dos alunos e planejar ações que possibilitem o fortalecimento dos vínculos entre os envolvidos na comunidade escolar, profissional que possibilitará essa interação entre família, escola e comunidade, o que o torna de suma importância para a compreensão e mediação das demandas socioeducacionais.

Sobre a importância de uma equipe multiprofissional na escola:

Uma das perguntas feitas às participantes foi sobre a importância de uma equipe multiprofissional na escola para viabilizar uma educação equitativa.

Dentre as respostas pode-se perceber que os assuntos agressividade, isolamento, tristeza, falta de limite, problemas de fala, negligência familiar, indisciplina, evasão escolar, foram perpassados entre os entrevistados. Estes acreditam que uma equipe multiprofissional com pedagogos, assistente social, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogos na política de educação, seria essencial para garantir uma educação mais justa e inclusiva.

Os problemas sociais que interferem na aprendizagem dos alunos e no bom funcionamento escolar tem sua gênese nas relações oponentes entre opressor e oprimido, e a inserção desse profissional na rede escolar garantirá a inclusão social, o acesso aos direitos sociais.

Trata-se de reconhecimento da educação como terreno de formação dos sujeitos e do posicionamento em favor da garantia dos direitos dos /as usuários, da socialização das informações com aqueles/as que compartilham do espaço da educação e do fortalecimento do espaço escolar como lugar de exercício da democracia, do respeito à diversidade e de ampliação da cidadania. (CFESS; CRESS, 2012, p.58).

Sobre o conhecimento da lei 13.935 /2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade do assistente social na Educação:

Um dos questionamentos refere-se ao conhecimento das educadoras sobre a Lei 13.935 /2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade do assistente social na educação. Para algumas, a importância é legítima, mas desconhece sua integralidade. Outras estão acompanhando o processo por acreditarem na sua importância.

Para a maioria das entrevistadas, o assistente social na educação atuará na prevenção da evasão escolar, no apoio aos alunos em situação de vulnerabilidades, na mediação de conflitos e na conexão entre família e instituição, contribuindo assim para um ambiente inclusivo e equitativo, portanto sua inserção como parte integrante da equipe escolar e indispensável, segundo os participantes da pesquisa.

A fim de reforçar os discursos das educadoras, Farage (2006) contribui dizendo que,

“ Ao assumir o compromisso ético-político de construção de uma nova sociabilidade, penso que o assistente social pode utilizar seus espaços de atuação profissional, na qualidade de espaço conformador de valores e questionamentos que podem confluir na construção de uma nova ordem, componente de uma nova hegemonia (FARAGE, 2006, p.41)

Para Gomes (2003,p.77), não há consenso e nem ponto de chegada no processo de produção do conhecimento. A ciência se constrói numa relação dinâmica entre a razão daqueles que a praticam e a experiência que surge na realidade concreta.

As falas das professoras demonstram os desafios enfrentados pela comunidade escolar que impactam no processo de ensino-aprendizagem. nesse contexto, o assistente social é um profissional relevante no ambiente escolar, de acordo com a percepção das educadoras, para assim facilitar o fortalecimento dos vínculos entre a escola, família e sociedade, além de ser um profissional facilitador das mediações de conflitos e na permanência segura dos estudantes no espaço escolar.

Assim, a inserção do assistente social no contexto escolar configura-se como um passo essencial para a construção de um espaço inclusivo, justo e comprometido com a formação integral dos estudantes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho resulta de uma pesquisa-ação que defende a inserção do assistente social na rede pública do município de Palmácia/CE.

O serviço Social na Educação representa uma prática essencial para a efetivação do direito à educação e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à infância e juventude.

Compreender como a participação do assistente social na educação pode ser estratégico para a melhoria do ensino aprendizagem foi o ponto importante para desenvolver a pesquisa.

Cada questionamento realizado, seja pela literatura pesquisada ou pelas entrevistas realizadas, fortalece a importância da inserção do assistente social para compor a equipe multiprofissional no contexto escolar.

A participação das educadoras trouxe subsídios necessários para que esta pesquisa atingisse seu objetivo. Os estudos obtidos materializam a inserção do assistente social na educação, afirmando que a relação entre escola e o Serviço Social ultrapassa a teoria, e que não é apenas um modismo pedagógico, mas uma relação apoiada na história.

Assim, acredita-se que a interseção entre a educação e o serviço social representa um elo fundamental para a formação crítica dos cidadão e cidadãs estudantes, contribuindo desse modo para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com a transformação social.

REFERÊNCIAS



AÇÃO EDUCATIVA; UNICEF; SEPIR; MEC. Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola. São Paulo: Ação Educativa, 2013. Disponível em:

https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org/brazil/files/2019-02/indicadores_qualidade_educacao_relacoes_raciais_escola.pdf. Acesso em: 06.10.2025.

ALMEIDA, Ney Luiz T.; ALENCAR, Mônica M. T. de. Serviço social: trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva, 2012.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Nosso tempo. In: CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE. Poesia e prosa. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1983. p. 166.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15.10.2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15.10.2025.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 15.10.2025.

CFESS — CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social na Educação. Brasília:

CFESS, 2001. p. 31-32. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf. Acesso em: 15.10.2025.

CFESS — CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social na Educação. Brasília:

CFESS, 2001. p. 31-32. Disponível em:

https://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao%282001%29.pdf. Acesso em: 10.10.2025.

CFESS. Código de ética do/a Assistente Social; Lei n.º 8.662/1993. 10. ed. rev. Brasília: CFESS,

2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 12.10.2025.

FARAGE, Eblin Joseph. Um olhar sobre a escola pública na favela: a inserção do assistente social. Dissertação (Mestrado) — Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2006.

Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/5349/1/JSSManima.pdf>. Acesso em: 10.10.2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação. São Paulo: Unesp, 2000. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Paulo-Freire-Pedagogia-da-indigna%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 10.10.2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979. Disponível em: https://www.nodo50.org/insurgentes/biblioteca/A_Microfisica_do_Poder_-_Michel_Foucault.pdf. Acesso em: 05.10.2025

FOUCAULT, Michel. Os anormais: curso no Collège de France (1974–1975). São Paulo: Martin Fontes, 2001.

Disponível em: https://monoskop.org/images/6/62/Foucault_Michel_Os_anormais.pdf. Acesso em: 07.10.2025

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em:

<https://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/2020.1/estagio-supervisionado-ii/Bibliografia/complementar/A%20Instrumentalidade%20do%20Servico%20Social-%20Yolanda%20Guerra%20a.%20Edicao.pdf>. Acesso em: 16.10.2025

HOOKS, bell. Intelectuais negras. Revista de Estudos Feministas, n. 2, 1995, p. 1–15.

Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/16465-50747-1-PB.pdf>. Acesso em: 15.10.2025

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em:

<https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>. Acesso em: 15.10.2025.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantoia. Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional. 2. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

Disponível em: <https://www.editora.uepg.br/ciencias-sociais-aplicadas/servico-social/emancipacao-e-servico-social-a-potencialidade-da-pratica-profissional-2a-ed>. Acesso em: 15.10.25

MARTINELLI, Maria Lúcia. A pergunta pela identidade profissional do Serviço Social: uma matriz de análise. *Serviço Social & Saúde*, Campinas, v.12, n.2, p.145–156, 2013.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8639491>. Acesso em: 15.10.2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 12.10.2025

SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. *Escrevivência: conceito literário de identidade afro-brasileira*. In: *Escrevivência: a escrita de nós*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 96–113.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Disponível em:

https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/metodologia-de-pesquisa-acao-89057-1.pdf. Acesso em: 10.10.2025



14

OS IMPACTOS SOCIAIS DA
GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA**Ana Cristin
Ferreira da Silva**Graduação em
Serviço SocialCentro Universitário
Maciço de Baturité**Dayane da
Silva Moreira**Pós-Graduação em
Gestão em Saúde PúblicaCentro Universitário
Maurício de Nassau

RESUMO



Este trabalho busca compreender a gravidez na adolescência como uma expressão da questão social no município de Palmácia/CE, analisando os fatores que contribuem para sua ocorrência e os impactos gerados na vida das jovens, de suas famílias e da comunidade. A pesquisa parte da premissa de que a gravidez precoce é reflexo das desigualdades sociais e da ausência de políticas públicas intersetoriais que assegurem os direitos da juventude. A partir da experiência no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Palmácia/CE, observou-se a dificuldade de redução dos índices de gravidez na adolescência, especialmente no contexto do Selo UNICEF (2017–2020). O estudo, de natureza bibliográfica, evidencia que o fenômeno ocorre em contextos de maior vulnerabilidade e provoca efeitos como evasão escolar, dificuldades financeiras, estigmatização e desafios emocionais. Conclui-se que compreender tais impactos é fundamental para fortalecer a rede de proteção social e promover os direitos das/dos adolescentes.

Palavras-chave: Gravidez na adolescência; Questão social; Políticas públicas.

ABSTRACT



This study aims to understand teenage pregnancy as an expression of the social question in the municipality of Palmácia, analyzing the factors that contribute to its occurrence and the impacts generated on the lives of young women, their families, and the community. The research assumes that early pregnancy reflects social inequalities and the absence of intersectoral public policies that ensure youth rights. Based on the experience at the Social Assistance Reference Center (CRAS) in Palmácia, difficulties were observed in reducing teenage pregnancy rates, especially during the UNICEF Seal period (2017–2020). The bibliographic study shows that the phenomenon occurs mainly in contexts of social vulnerability and causes effects such as school dropout, financial difficulties, stigmatization, and emotional challenges. It concludes that understanding these impacts is essential to strengthen the social protection network and promote the rights of adolescent girls.

Keywords: Teenage pregnancy; Social question; Public policies.

INTRODUÇÃO



Esse trabalho tem por objetivo compreender a gravidez na adolescência como uma expressão da questão social, analisando os fatores que contribuem para sua incidência e os impactos gerados na vida das jovens, de suas famílias e da comunidade.

A pesquisa parte da premissa de que a gravidez precoce não pode ser vista de forma isolada, mas sim, como um reflexo das estruturas sociais desiguais e da ausência de políticas públicas intersetoriais que garantam os direitos fundamentais da juventude.

O estudo dessa pesquisa surgiu a partir da experiência da autora, como coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Palmácia, onde nas reuniões de alinhamento para a certificação da edição do selo UNICEF (2017 - 2020), o índice com maior dificuldade de redução era relacionado a gravidez na adolescência.

A gravidez na adolescência é um fenômeno social complexo, com múltiplas causas e implicações, tem sido objeto de debates acadêmicos, políticos e sociais devido aos impactos que exerce sobre a vida das adolescentes, de suas famílias e da sociedade como um todo. Ocorre predominantemente em contextos marcados por vulnerabilidade social, econômica e cultural, sendo muitas vezes consequência da ausência de políticas públicas eficazes, da desinformação, da precariedade do sistema educacional e da naturalização da problemática.

No município de Palmácia, situado no maciço de Baturité, no interior do estado do Ceará, esse fenômeno se mostra presente de maneira preocupante. Com uma população estimada de 10.242 habitantes (IBGE, 2022), Palmácia enfrenta desafios típicos de cidades pequenas do interior nordestino, como limitações no acesso aos serviços públicos de qualidade, altas taxas de evasão escolar, desigualdades sociais acentuadas e carência de projetos de inclusão social e educacional.

Alguns dos principais impactos sociais que afetam as adolescentes incluem: estigmatização e isolamento social: As adolescentes grávidas muitas vezes enfrentam preconceitos e julgamento, o que pode levá-las a se isolarem; outro impacto trata-se da dificuldade financeiras: a gravidez na adolescência pode gerar gastos adicionais à família com saúde, alimentação entre outros, o que pode desestabilizá-la financeiramente; evasão escolar: A gravidez na adolescência pode resultar em abandono escolar, limitando as oportunidades educacionais e de trabalho, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão social; desafios emocionais: para as adolescente, essa experiência pode ser emocionalmente desafiadora, com estresse, ansiedade e medo do futuro, pois as mesmas não estão preparadas psicologicamente para enfrentar o desafio de ser mãe.

A relevância deste estudo se dá não apenas pelo seu caráter acadêmico, mas também pela possibilidade de contribuir para o fortalecimento das ações dos profissionais da rede de proteção do município, no sentido de garantir a promoção dos direitos dos jovens, especialmente no que se refere ao acesso à educação, saúde, informação e participação social.

Desse modo, essa pesquisa tem o intuito de analisar os impactos sociais que afetam a vida das jovens mães e suas famílias, por meio de uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo. A compreensão da gravidez na adolescência requer um olhar interdisciplinar que envolve diferentes dimensões do desenvolvimento humano, das ciências sociais e das políticas públicas. Nesse sentido, este trabalho fundamenta-se em autores e autoras que contribuem para a análise crítica do fenômeno, relacionando-o aos processos psicológicos, cognitivos, sociais e estruturais que marcam a vida das adolescentes, conforme orientado por GIL (2019) e MARCONI e LAKATOS (2017).

Erik Erikson (1976) é um dos principais teóricos utilizados neste estudo, ao abordar o desenvolvimento psicossocial do indivíduo.

O autor identifica a adolescência como uma fase marcada pelo conflito denominado “identidade versus confusão de papéis”, no qual o jovem busca compreender quem é, quais valores o orientam e qual papel deseja exercer na sociedade. A teoria de Erikson é fundamental para compreender como a gravidez precoce pode interferir na construção da identidade, dificultando o alcance da autonomia e a consolidação de projetos de vida.

Jean Piaget e Inhelder (2011), por sua vez, contribuem com a teoria do desenvolvimento cognitivo, ao descreverem a adolescência como o estágio das operações formais período em que o indivíduo desenvolve a capacidade de pensar de forma abstrata, refletir sobre suas ações e planejar o futuro. Essa perspectiva auxilia na compreensão do modo como os adolescentes raciocinam, tomam decisões e avaliam riscos, incluindo aqueles relacionados à sexualidade e à prevenção da gravidez precoce.

Diana Papalia e Ruth Duskin Feldman (2013) oferecem uma abordagem ampla sobre o desenvolvimento humano, enfatizando que a adolescência é uma fase de intensas transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. As autoras destacam que a gravidez nessa etapa não deve ser entendida apenas como um acontecimento biológico, mas como um fenômeno social e psicológico que impacta significativamente a trajetória de vida da jovem. Elas ressaltam que a maternidade precoce pode interromper etapas importantes do crescimento pessoal e escolar, dificultar a inserção profissional e ampliar situações de vulnerabilidade. Além disso, defendem que a prevenção da gravidez na adolescência deve envolver ações integradas de educação sexual, diálogo familiar e políticas públicas voltadas à promoção da saúde e da cidadania juvenil.

A autora Maria Luiza Heilborn (2006) também é referência nesse campo, ao discutir a gravidez na adolescência como uma expressão das desigualdades sociais. Para Heilborn, o fenômeno está fortemente associado à falta de acesso à informação, à desigualdade de gênero e à ausência de políticas públicas eficazes. Sua análise evidencia que, mesmo em contextos de políticas universalistas, persistem iniquidades que atingem grupos específicos, exigindo

ações voltadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao fortalecimento da participação social. Complementando essa visão, Marilda lamamoto (2015) oferece uma análise crítica sobre as expressões da questão social, compreendendo a gravidez na adolescência como resultado das desigualdades estruturais e da exclusão social. A autora defende que as vulnerabilidades vivenciadas pelas jovens são consequências diretas da ausência de políticas públicas universais, do enfraquecimento da proteção social e da negação de direitos fundamentais. Sua reflexão orienta a análise deste trabalho, especialmente ao destacar a importância de um projeto ético-político comprometido com a justiça social e a equidade.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) também é uma referência essencial nesta pesquisa. A instituição define a adolescência como o período entre 10 e 19 anos, marcado por intensas transformações biológicas, emocionais e sociais. A OMS (2022) considera a gravidez nesse intervalo como precoce e a reconhece como um problema de saúde pública global, em razão dos riscos que oferece à mãe e ao bebê, bem como pelos impactos sociais e educacionais associados a esse evento. Essa definição contribui para situar a temática dentro de um contexto internacional de proteção à infância e à adolescência, reforçando a necessidade de políticas integradas de prevenção.

Dessa forma, os autores e autoras aqui apresentados possibilitam compreender a gravidez na adolescência como um fenômeno multifacetado, que ultrapassa o âmbito individual e envolve dimensões psicológicas, cognitivas, culturais, sociais e políticas. Enquanto Erikson (1976) e Piaget (2011) explicam o desenvolvimento humano e as transformações que ocorrem durante essa fase, Papalia e Feldman (2013) relacionam esses aspectos às realidades sociais e emocionais vividas pelos adolescentes. Já Heilborn (2006) e lamamoto (2015) contribuem para uma leitura crítica das desigualdades estruturais e das expressões da questão social, e a OMS (2022) oferece um panorama técnico e científico que fundamenta a compreensão da gravidez precoce como um desafio à saúde e aos direitos humanos.

1 CONTEXTO SOCIAL E DESIGUALDADE: A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO UM PROBLEMA SOCIAL E DE SAÚDE PÚBLICA

A compreensão da gravidez na adolescência exige uma abordagem multidisciplinar, que envolva conceitos da sociologia, psicologia, saúde pública e do serviço social. Para isso, baseia-se neste trabalho uma revisão teórica que contempla autores e autoras de referência nessas áreas.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), a adolescência compreende a faixa etária dos 10 aos 19 anos. Nesse período, o ser humano vivencia profundas transformações físicas, psíquicas e sociais. A gravidez nesse intervalo é considerada precoce, pois ocorre antes do completo desenvolvimento biopsicossocial da jovem, portanto, esse é um fenômeno que deve ser analisado não apenas sob a ótica médica, mas como uma expressão das condições sociais, econômicas e culturais que afetam as adolescentes. Segundo Heilborn (2006), mesmo em contextos de universalização, em que as políticas públicas interferem direta e positivamente na vida de todas as pessoas, é preciso estar atento às questões das iniquidades que são enfrentadas por grupos específicos, para que as condições de igualdade de bem-estar e participação no padrão civilizatório vigente sejam desfrutadas por todos.

Assim, listam-se neste estudo os principais impactos e as consequências da gravidez na adolescência, bem como os riscos à saúde dos bebês nesse contexto¹:

IMPACTOS	CONSEQUÊNCIAS
Riscos à saúde	Aumento da chance de desenvolver anemia, pré-eclâmpsia, diabetes, infecções e hipertensão, além de maior risco de parto prematuro.
Problemas emocionais	Medo, insegurança, ansiedade, depressão e baixa autoestima são sentimentos comuns, que podem se agravar e levar à depressão pós-parto.
Impacto social e educacional	Grande probabilidade de abandono escolar, o que pode impactar a inserção no mercado de trabalho e criar um ciclo de vulnerabilidade social.
Questões de direitos humanos	Em casos de meninas com menos de 15 anos, a gravidez é considerada um estupro de vulnerável, conforme a legislação.
RISCOS A SAÚDE DOS BEBÊS	
Riscos de saúde	Bebês nascidos de mães adolescentes têm maior probabilidade de nascer prematuramente, com baixo peso, e apresentar problemas de saúde.
Riscos de mortalidade	A taxa de mortalidade infantil é significativamente mais alta para bebês de mães adolescentes, e há um aumento na incidência de síndrome de morte súbita.
Problemas durante o parto	A imaturidade física da mãe pode levar a complicações durante o parto, aumentando o risco de problemas congênicos ou traumatismos como asfixia e paralisia cerebral.

O Fundo da População das Nações Unidas (UNFPA, 2017) aponta que adolescentes grávidas têm maior risco de desenvolver depressão pós-parto, enfrentar isolamento social e não acessar os serviços básicos de saúde. Além disso, seus filhos apresentam maior chance de mortalidade infantil, baixa escolarização e repetição de ciclos de pobreza, uma expressão das desigualdades produzidas historicamente no contexto do modo de produção capitalista. Como explica Iamamoto (2008, p. 27), as expressões da questão social se materializam nos desafios enfrentados pelas classes populares: falta de acesso a direitos, à proteção social e à cidadania plena.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/1990), assegura o direito à saúde, educação, convivência familiar e comunitária, além da proteção integral à criança e ao adolescente. A ocorrência da gravidez na adolescência evidencia um contexto de desamparo institucional e indica a omissão do poder público em garantir esses direitos.

Conforme informações da Agência Gov (2024), embora os índices de gravidez na adolescência tenham apresentado queda recente, o Brasil ainda registra números expressivos de casos. Dados do Ministério da Saúde, divulgados em 2020, apontam que, naquele ano, aproximadamente 380 mil partos foram de mães com até 19 anos, representando 14% do total de nascimentos no país. A pesquisa aponta que apesar da queda nos índices de gravidez na adolescência nos últimos anos, no Brasil os números ainda são considerados elevados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste onde os índices são considerados mais altos, conforme dados a seguir: Norte (21,3%) e Nordeste (16,9%), seguidas por Centro-Oeste (13,5%), Sudeste (11%) e Sul (10,5%). No recorte étnico, observou-se que 28,2% dos nascidos vivos de mães indígenas eram filhos de adolescentes. Entre as mães pardas, esse percentual foi de 16,7%, entre as mães pretas, 13%, e entre as mães brancas, 9,2%. É importante notar a queda, mesmo assim os números são superiores à média mundial aos países desenvolvidos.

O Brasil tem um dos maiores índices de mães adolescente da América Latina, ocupando a sétima posição no ranking da América do Sul, de acordo com dados recentes da UNFPA Brasil (2017), não há um consenso único sobre sua posição exata.

Um estudo conduzido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2024), revelou uma redução significativa, de quase 30%, no número de mães adolescentes (de 10 a 19 anos) entre os nascidos vivos no Ceará entre 2017 e 2022. Nesse período, a taxa caiu de 17,8% em 2017 para 12,6% em 2022, aproximando-se da média nacional de 12,3% e ficando abaixo da média regional do Nordeste, de 14,9%. A pesquisa também apontou que a diminuição ocorreu em todas as regiões do estado e foi acompanhada de uma redução no número de municípios com altos índices de mães adolescentes entre os nascidos vivos. Em 2017, dos 184 municípios cearenses, 92 apresentavam proporção elevada de mães adolescentes (entre 20,01% e 31,25%). Já em 2022, em apenas nove municípios foram registradas taxas elevadas de nascidos vivos de mães adolescentes acima de 20%. O autor do estudo, Victor Hugo de Oliveira, enfatizou a importância desses dados para a formulação de políticas públicas destinadas à prevenção da gravidez na adolescência e ao bem-estar das jovens mães. A redução pode ter fortes impactos no padrão demográfico dos municípios cearenses na década de 2020, a partir de um maior estreitamento da base da pirâmide etária da população, explica.

O estudo também destacou os municípios com as maiores e menores proporções de mães adolescentes. Em 2017, Itatira liderava com 31,25%, seguido por Pacujá (30,12%) e Salitre (28,14%). Em 2022, Iraporanga ocupou a primeira posição com 24,06%, seguido por Palmácia (23,17%) e Guaramiranga (22,97%).

A análise revelou uma redução nas taxas de municípios com as menores proporções, com Alcântaras permanecendo como o único município em ambas as listas, mas com uma redução de 4,6% em sua taxa em 2022. Isto é, considerando uma média para o Ceará de 17,8% de mães adolescentes, os 10 municípios com as maiores proporções distanciam-se muito da média estabelecendo proporções

pertencentes ao intervalo de 25,77% a 31,25% de mães adolescentes. Alcântaras, 2022.

Como nos indica a revista Di Fatto e os autores Ana Cristina Garcia e Marco Antônio Pereira (2025):

Dados indicam que as ocorrências de gravidez na adolescência no Brasil galgam em comparação ao índice global. O percentual de gestação na adolescência no Brasil é significativamente alto, com um número de 400 mil casos/ano. No que se refere à faixa etária, os dados sinalizam que, no ano de 2014, nasceram 28.244 crianças de adolescentes entre 10 e 14 anos, e 534.364 filhos de meninas que se tornaram mães com idade entre 15 e 19 anos. Esses dados apresentados são pertinentes e demandam medidas urgentes e imediatas. Ana Cristina Garcia e Marco Antônio Pereira, 2025.

2 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO À ESSA PROBLEMÁTICA

O Programa Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência faz parte das ações do Ministério da Saúde e do Plano Nacional de Saúde Integral da Adolescência. O programa visa oferecer educação sexual, acesso a métodos contraceptivos e acompanhamento de gestantes adolescentes, promovendo a redução das taxas de gravidez precoce e garantindo direitos à saúde e à educação (BRASIL, 2010).

Com o objetivo de enfrentar essa expressão da questão social, o governo federal criou a Lei nº 13.798/2019, que adicionou o artigo 8º-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa lei estabelece a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, que ocorre anualmente na primeira semana de fevereiro. A Campanha Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, tem como objetivo principal disseminar informações de forma intersetorial, envolvendo a rede de proteção à criança e ao adolescente.

Suas ações são direcionadas a apoiar estados e municípios na tomada de decisões e criando estratégias para o enfrentamento dessa problemática, objetivando conscientizar a sociedade sobre os desafios e as consequências da gravidez nessa etapa da vida.

As campanhas abordam os riscos de saúde para as mães e bebês, as consequências da gravidez não planejada, a importância do planejamento familiar e incentivam aos jovens a procurar os postos de saúde, mas próximos de suas residências, para obter informações sobre métodos contraceptivos gratuitos e orientação de como ter um sexo seguro evitando assim não só a gravidez, mas as doenças sexualmente transmissíveis. Outros temas incluem a necessidade de diálogo familiar, a importância de viver cada fase da vida no seu tempo e o reconhecimento da gravidez na adolescência como um problema multifacetado que envolve fatores sociais, econômicos e de saúde pública. Recentemente as campanhas abordaram as seguintes temáticas em 2022: "Tudo Tem Seu Tempo", com foco na conscientização de adolescentes e na importância do diálogo com a família e profissionais de saúde. Já em 2024: "Gravidez na Adolescência: dados e consequências" e em 2025: "Prevenção da gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos".

As campanhas têm ações direcionadas com as seguintes abordagens: educação sexual com orientações sobre métodos contraceptivos e responsabilidade na saúde sexual; apoio psicossocial ofertando atendimento e acompanhamento de adolescente e suas famílias em situação de vulnerabilidade social; ações intersetoriais envolvendo a rede de proteção para ofertar atendimento integral a essas adolescentes e suas famílias; capacitar os profissionais da saúde para ofertar atendimento humanizado às adolescentes.

A Lei nº 13.798/2019, que institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, vem reforçar o compromisso do Estado, da sociedade e das famílias em assegurar os direitos de crianças e adolescentes. Outros programas que complementam a campanha incluem o Programa Saúde na Escola (PSE) e a Caderneta de Saúde do Adolescente, ações de busca ativa de adolescentes em

situação de vulnerabilidade grávidas e não grávidas, e o apoio da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP).

Com base nessas informações, a proposta é despertar a reflexão e promover o diálogo entre os jovens e as suas famílias em relação ao desenvolvimento afetivo, autonomia e responsabilidade. E, ainda, incentivá-los a buscar orientações nas unidades de saúde mais próxima de suas residências sobre as formas de prevenção. Assim, os adolescentes poderão tomar decisões, de forma mais consciente, sobre a vivência da sua sexualidade, de forma segura, responsável e com conhecimento sobre seu corpo. A ideia é disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da gravidez na adolescência.

O Programa “Ceará Previne a Gravidez na Adolescência”, vem reforçar as ações da campanha nacional de prevenção da Gravidez na Adolescência, e foi implementado pelo Governo do Estado do Ceará, na busca de reduzir a incidência de gravidez entre adolescentes por meio de ações educativas em escolas, capacitação de profissionais de saúde e oferta de serviços de saúde reprodutiva. O programa acompanha o monitoramento das taxas de gravidez e atua prioritariamente em municípios com maiores índices (IPECE, 2023).

3 IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO E NA TRAJETÓRIA DE VIDA: A PREMATURIDADE DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

O ciclo de pobreza que afeta os adolescentes em situação de vulnerabilidade social perpetua desigualdades e limita o acesso a oportunidades no mercado de trabalho, agravado pela falta de capacitação e pela exposição a múltiplas formas de violência. Esse fenômeno pode ser compreendido como uma expressão da questão social. Conforme Iamamoto (2008 p. 25), é necessário enfrentar essas desigualdades por meio de políticas sociais universais, orientadas por um projeto ético-político comprometido com a justiça social.

A adolescência é uma etapa marcante do desenvolvimento humano, caracterizada por mudanças intensas que afetam o corpo, o pensamento e as relações sociais. De acordo com Papalia e Feldman (2013 p. 351), trata-se de uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, na qual os jovens passam por transformações significativas que influenciam suas maneiras de compreender o mundo, tomar decisões e interagir com os outros.

No plano físico, esse período é marcado pela puberdade, com o aparecimento de características sexuais secundárias, crescimento acelerado e alterações hormonais que impactam tanto o corpo quanto o comportamento. No aspecto cognitivo, observa-se o desenvolvimento do pensamento abstrato e da capacidade de raciocínio lógico, o que permite ao adolescente refletir com mais profundidade, planejar ações e formar opiniões próprias. Já no campo psicossocial, a adolescência envolve a construção da identidade, a busca por autonomia e o fortalecimento dos vínculos interpessoais. A influência da família, da escola e da comunidade é essencial nesse processo, pois contribui para a formação da visão que o jovem tem de si mesmo e de como desejam ser percebidos pela sociedade. Compreender essas dimensões é fundamental para interpretar o comportamento e as necessidades dos adolescentes em diferentes contextos. O amadurecimento, portanto, não ocorre de forma isolada, mas como um processo integrado e dinâmico, que envolve múltiplos fatores interdependentes.

Sobre o desenvolvimento físico e cognitivo dos/as adolescentes os autores Papalia e Feldman (2013) apontam que durante a adolescência, o corpo passa por transformações intensas desencadeadas pela ativação das glândulas hormonais, que regula a produção de hormônios sexuais como testosterona e estrogênio. Essas mudanças variam conforme o sexo, a etnia e o contexto sociocultural, influenciando o ritmo da puberdade e a maturação sexual.

O crescimento acelerado, a remodelação corporal e as alterações no sistema reprodutor são acompanhadas por um desenvolvimento cerebral significativo, com mudanças na estrutura e conectividade que afetam diretamente o comportamento e a cognição. Fatores como nutrição, sono e prática de atividades físicas são essenciais para esse processo, sendo comum que adolescentes apresentem necessidades específicas de sono e estejam mais vulneráveis a transtornos alimentares. PAPALIA E FELDMAN (2013)

No campo cognitivo, os adolescentes começam a desenvolver a capacidade de pensar de forma abstrata e lógica, conforme descrito por Piaget em seu estágio de operações formais. Embora nem todos alcancem esse estágio plenamente, há avanços notáveis em habilidades como atenção, memória, planejamento, pensamento crítico e metacognição.

A linguagem torna-se mais complexa, e os jovens passam a refletir sobre questões éticas e morais com maior profundidade. Referente às implicações e com relação ao contexto, as autoras destacam que essa fase representa tanto oportunidades quanto riscos. PAPALIA E FELDMAN (2013)

Quando bem acompanhada por ambientes favoráveis, pode promover o crescimento pessoal e social. Por outro lado, contextos desfavoráveis podem aumentar a vulnerabilidade ou comportamentos de risco, como uso de substâncias, problemas de saúde mental e gravidez precoce. A influência da família, da escola, dos pares e da cultura é decisiva para o desenvolvimento saudável, moldando a identidade e as escolhas dos adolescentes.

Com relação ao desenvolvimento psicossocial na adolescência corresponde a um período de intensas transformações emocionais e sociais, em que o indivíduo busca compreender quem é e qual o seu papel no mundo.

Segundo Erik Erikson (1976 p. 238), essa fase é marcada pelo conflito entre identidade e confusão de papéis, no qual o adolescente procura definir seus valores, crenças e objetivos pessoais, construindo assim um senso consistente de identidade.

Essa formação identitária abrange diferentes dimensões, como identidade de gênero, orientação sexual e identidade étnico-cultural, que podem gerar questionamentos, dúvidas e até conflitos, mas também promovem integração e autoconhecimento. Durante esse processo, as relações familiares passam por reestruturações: o jovem tende a buscar maior autonomia e independência, o que exige dos pais uma adaptação nas formas de apoio e autoridade. Paralelamente, as relações com amigos e grupos sociais ganham destaque, pois o convívio entre pares se torna essencial para o sentimento de pertencimento e aceitação.

As relações interpessoais na adolescência, incluindo amizades, vínculos escolares, relacionamentos afetivos e o envolvimento com grupos, exercem forte influência sobre o comportamento e a autoestima. Nessa etapa, fenômenos como bullying, comportamentos delinquentes e conflitos sociais podem surgir, exigindo atenção e estratégias de prevenção. A sexualidade também se torna um aspecto relevante, demandando diálogo e orientação adequada sobre práticas seguras, prevenção de gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis.

Outro ponto importante diz respeito aos comportamentos de risco, que podem estar associados à impulsividade, às mudanças cerebrais e à influência do meio social. Questões relacionadas à saúde mental, como ansiedade, depressão, uso de substâncias e pensamentos autodestrutivos, também podem se manifestar com maior intensidade, tornando essencial o suporte emocional e o acompanhamento de adultos de referência. Além disso, o desenvolvimento psicossocial envolve o fortalecimento da autonomia e do senso de responsabilidade, já que o adolescente começa a tomar decisões mais conscientes sobre seus estudos, amizades e escolhas de vida. Essas transformações estão ligadas às tarefas do desenvolvimento, como assumir novos papéis sociais, preparar-se para o mundo adulto, no trabalho, na educação e nos relacionamentos, e integrar as múltiplas identidades que compõem sua personalidade.

É importante ressaltar que o desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial ocorre de forma interligada. As alterações biológicas e cognitivas influenciam diretamente o comportamento e a formação da identidade, enquanto os fatores sociais e emocionais moldam a forma como o adolescente lida com essas mudanças.

Assim, compreender o desenvolvimento psicossocial requer uma visão integrada do ser humano, considerando tanto os aspectos individuais quanto o contexto familiar, escolar e cultural em que o jovem está inserido. De acordo com Papalia e Feldman (2013 p.434), a gravidez na adolescência é considerada um fenômeno que envolve não apenas fatores biológicos, mas também aspectos psicológicos, sociais e culturais. As autoras destacam que esse acontecimento ocorre em um período de grandes transformações no corpo e na mente do indivíduo, momento em que o adolescente ainda está em processo de construção da identidade e de consolidação de sua maturidade emocional.

Contudo, é imprescindível ressaltar que a gravidez precoce é apontada como um evento de risco dentro do desenvolvimento psicossocial, pois pode interromper etapas importantes da vida escolar e limitar oportunidades de crescimento pessoal e profissional. As adolescentes grávidas enfrentam desafios relacionados à responsabilidade parental precoce, ao abandono escolar, à dependência econômica e à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Além disso, a ausência de apoio familiar e social pode intensificar sentimentos de insegurança, medo e isolamento.

As autoras também evidenciam que a origem da gravidez na adolescência está frequentemente associada a múltiplos fatores como falta de orientação sexual adequada, contextos familiares instáveis, pressões de grupo, baixa autoestima e pouco acesso a métodos contraceptivos. Esses fatores, combinados, aumentam a vulnerabilidade do adolescente a comportamentos de risco.

As autoras afirmam ainda que as consequências da gravidez precoce ultrapassam o campo individual, impactando também o contexto social e familiar, o nascimento de um filho em uma fase tão jovem pode gerar sobrecarga emocional e econômica para toda a família.

Por outro lado, o suporte adequado tanto emocional, quanto institucional pode ajudar a adolescente a lidar melhor com as demandas da maternidade e a manter seus projetos de vida.

Por fim, as autoras reforçam que a prevenção é o caminho mais eficaz, envolvendo educação sexual, diálogo familiar e políticas públicas voltadas para a saúde reprodutiva. Elas defendem que a informação e o acolhimento são fundamentais para que os adolescentes desenvolvam comportamentos responsáveis e façam escolhas conscientes sobre sua vida sexual e afetiva.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e descritiva. A escolha por essa metodologia fundamenta-se na necessidade de compreender a gravidez na adolescência como um fenômeno social multifacetado, que envolve dimensões físicas, psicológicas, sociais e econômicas. Assim, busca-se interpretar e analisar as causas, os impactos e as consequências desse fenômeno, à luz de referenciais teóricos e de dados já existentes.

Conforme Gil (2019), a pesquisa descritiva tem como objetivo analisar os fenômenos sociais, sem modificá-los, utilizando à abordagem qualitativa e à pesquisa bibliográfica.

Para Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento e na análise dos materiais coletados, a fim de aprofundar a compreensão do tempo proposto.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir da análise de livros, artigos científicos, relatórios institucionais, documentos oficiais e publicações em portais acadêmicos e governamentais, que tratam sobre a temática da gravidez na adolescência e suas repercussões sociais. Entre as principais fontes consultadas, incluem-se produções de autores que abordam a adolescência e a questão social, bem como relatórios de órgãos como o Ministério da Saúde, o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa tem caráter descritivo, pois busca compreender e expor a realidade social, identificando fatores que influenciam a incidência da gravidez precoce e os desafios enfrentados pelas adolescentes e suas famílias. Além disso, a análise foi enriquecida pela observação empírica da pesquisadora, adquirida por meio de sua experiência profissional como coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, o que possibilitou uma compreensão mais próxima da realidade local.

Os dados secundários utilizados foram analisados sob uma perspectiva crítica e interdisciplinar, considerando as relações entre desigualdade social, políticas públicas e garantia de direitos humanos. O método de análise adotado foi o analisador de conteúdo temático, com o objetivo de identificar categorias centrais, como vulnerabilidade social, educação, saúde e políticas de prevenção.

Dessa forma, esta metodologia visa não apenas descrever o fenômeno da gravidez na adolescência, mas também compreendê-lo dentro de um contexto social específico, articulando teoria e prática, e contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas voltadas à juventude e à promoção dos seus direitos fundamentais.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade social. As informações analisadas mostraram que, apesar dos avanços nas políticas públicas e das campanhas de prevenção, ainda há um número expressivo de casos em diversas regiões do país. Os dados apontam que fatores como baixa escolaridade, falta de acesso à informação sobre saúde sexual e reprodutiva, ausência de diálogo familiar e desigualdade de gênero são os principais elementos que contribuem para a ocorrência da gestação precoce.

A análise dos dados também revelou que muitas adolescentes enfrentam dificuldades após a gravidez, como o abandono escolar e a dependência financeira da família ou do parceiro.

Essa situação gera impactos diretos sobre o futuro dessas jovens, reduzindo suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e aumentando o risco de reprodução do ciclo de pobreza. Além disso, observou-se que, em muitos casos, a responsabilidade pelos cuidados com o bebê recai majoritariamente sobre a mãe adolescente, o que reforça padrões de desigualdade e sobrecarga feminina.

No âmbito estadual, os índices de gravidez na adolescência seguem a tendência nacional, com maior incidência em regiões de menor desenvolvimento socioeconômico. Esses resultados demonstram a necessidade de fortalecer políticas locais voltadas à educação sexual nas escolas, à ampliação do acesso aos serviços de saúde e à criação de programas de apoio às adolescentes grávidas, garantindo o retorno e a permanência na escola. Em nível nacional, a discussão sobre a temática é de extrema relevância, pois a gravidez na adolescência é reconhecida como um problema de saúde pública e uma questão social complexa. O tema envolve não apenas aspectos biológicos, mas também sociais, culturais e econômicos, exigindo ações integradas entre os setores da educação, saúde e assistência social.

A relevância deste estudo está em contribuir com a reflexão sobre a importância de políticas preventivas e de estratégias que promovam a autonomia e o protagonismo juvenil, de forma a reduzir os índices de gestação precoce e garantir o desenvolvimento integral das adolescentes.

Assim, a pesquisa reforça a importância de compreender a gravidez na adolescência não como uma falha individual, mas como um reflexo das desigualdades estruturais que ainda persistem na sociedade. O estudo demonstra que investir em educação sexual, fortalecer vínculos familiares e ampliar o acesso à informação são caminhos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e consciente, capaz de oferecer às adolescentes condições reais de escolha e de futuro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidez na adolescência configura-se como uma expressão clara das desigualdades sociais e econômicas, incidindo de forma mais intensa entre jovens em situação de vulnerabilidade. Esse fenômeno não atinge igualmente todas as adolescentes: as taxas são maiores nas regiões Norte e Nordeste e entre aquelas em contextos de baixa escolaridade e menor renda, essa pesquisa possui grande relevância ao evidenciar como a gravidez na adolescência se configura como desdobramento das fragilidades estruturais que afetam a juventude e compreender a gravidez na adolescência como expressão da questão social, analisando os fatores que contribuem para sua incidência e os impactos na vida das jovens, de suas famílias e da comunidade, a partir dessa pesquisa ficou evidente que a gravidez precoce não deve ser vista isoladamente, mas como reflexo das estruturas sociais desiguais e da ausência de políticas públicas intersetoriais que garantam os direitos fundamentais da juventude.

Assim, o estudo que ora se apresenta contribui tanto para o avanço acadêmico quanto para a atuação prática dos profissionais das redes de proteção social, pois fornece subsídios para a formulação de políticas locais mais eficazes, adaptadas à realidade de municípios como Palmácia, onde a incidência da gravidez na adolescência constitui obstáculo relevante ao desenvolvimento integral das jovens e à promoção de equidade social.

REFERÊNCIAS



AGÊNCIA GOV – EBC. Agência Gov – EBC: sobre. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/sobre>. Acesso em: 12 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 jan. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13798.htm. Acesso em: 10 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Adolescentes e Jovens. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_integral_adolescentes.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Prevenção de gravidez na adolescência é tema de campanha nacional. Agência Saúde, 3 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/fevereiro/prevencao-de-gravidez-na-adolescencia-e-tema-de-campanha-nacional>. Acesso em: 19 out. 2025.

ERIKSON, Erik H. Infância e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

GARCIA, Ana Cristina; PEREIRA, Marco Antônio. Gravidez na adolescência: impactos na vida da adolescente e família. Revista DiFatto. Disponível em: <https://revistadifatto.com.br/artigos/gravidez-na-adolescencia-impac-to-na-vida-da-adolescente-e-familia/>. Acesso em: 10 out. 2025.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e sexualidade: um olhar sobre as diferenças. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HEILBORN, Maria Luiza et al. O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond; Fiocruz, 2006.

IBGE. Estimativas da população 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 out. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Relatório sobre gravidez na adolescência no Ceará: tendências e políticas públicas. Fortaleza, CE: IPECE, 2023. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em: 14 out. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). Gravidez na adolescência no Ceará: análise dos dados do SINASC (2017–2022). Fortaleza, CE, 31 ago. 2023. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/08/ipece_informe_232_31Ago2023.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.

IPECE. Ceará reduz em 29,21% proporção de mães adolescentes em apenas cinco anos. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2024/03/08/ceara-reduz-em-2921-proporcao-de-maes-adolescentes-em-apenas-cinco-anos/>. Acesso em: 14 out. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, A. L. Gravidez na adolescência e políticas públicas de saúde: uma análise das iniquidades sociais. 2019. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PIAGET, Jean. O raciocínio na criança. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. A psicologia da criança. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

REVISTA FT. As implicações da gravidez na vida das adolescentes. Disponível em: <https://revistaft.com.br/>. Acesso em: 14 out. 2025.

UNFPA Brasil. Brasil tem sétima maior taxa de gravidez adolescente da América do Sul. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/brasil-tem-s%C3%A9tima-maior-taxa-de-gravidez-adolescente-da-am%C3%A9rica-do-sul>. Acesso em: 14 out. 2025.

VARELLA, Drauzio. Gravidez na adolescência: quais são os impactos? Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/>. Acesso em: 14 out. 2025.



PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF):
 UMA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPACTOS
 DAS AÇÕES DO CRAS DE ANTÔNIO DIOGO

**Lúcia Maria Justino
da Silva Pereira**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité



**Ana Rochelly
Silva Costa**

Mestrado em
Serviço Social

Universidade
Estadual do Ceará

RESUMO



A presente pesquisa propõe investigar as contribuições do serviço social no Programa Criança Feliz (PCF) com foco nos impactos das ações desenvolvidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) sobre a melhoria das condições de vida das famílias atendidas e o desenvolvimento das crianças. Para isso, foram abordados os desafios enfrentados pelos profissionais do serviço social e as potencialidades do Programa Criança Feliz, com o objetivo de compreender de que forma as ações do CRAS ajudam a superar as vulnerabilidades sociais promovendo o desenvolvimento infantil e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. No que diz respeito ao Programa criança feliz (PCF), este se institui por meio da ação governamental de cunho Federal a partir do decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, onde propõe inclusão e se associa a política de Assistência Social, não se dissociando do processo de ensino/aprendizagem das minorias atendidas pelo referido programa (Brasil, 2016). A pesquisa é de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica e de campo. Buscando uma reflexão e compreensão das experiências dos sujeitos da pesquisa onde foi realizada a pesquisa de campo com algumas famílias do Programa Criança Feliz. A entrevista foi realizada de forma presencial, utilizando um questionário de forma anônima contendo seis perguntas fundamentais para alcançar o objetivo da pesquisa.

A pesquisa aconteceu no distrito de Antônio Diogo, município de Redenção /CE, contendo quatro famílias do PCF, sendo duas ex-participantes do programa e duas famílias atendidas atualmente. Após a coleta dos dados, foram feitas avaliações e conclusões sobre os resultados analisados, as perguntas abordadas ao tema relacionado ao desenvolvimento da Criança e as ações do serviço social para com as famílias, e as questões que visam explorar a vivência e o convívio familiar no Desenvolvimento Infantil. Os resultados revelaram que o Programa Criança Feliz (PCF), atuando no território do CRAS de Antônio Diogo, promoveu contribuições significativas para as famílias, reforçando a intersetorialidade, a centralidade familiar e o fortalecimento de vínculos.

Palavras-chave: SUAS; Programa Criança Feliz; Primeira Infância; Política Pública Intersetorial.

ABSTRACT



This research aims to investigate the contributions of social services to the Happy Child Program (PCF) with a focus on the impacts of the actions developed by the Social Assistance Reference Center (CRAS) on improving the living conditions of the families served and the development of children. To this end, the challenges faced by social service professionals and the potential of the Happy Child Program were addressed, with the aim of understanding how CRAS actions help to overcome social vulnerabilities by promoting child development and strengthening family and community ties. Regarding the Happy Child Program (PCF), it was established through a federal government action based on decree no. 8,869, of October 5, 2016, where it proposes inclusion and is associated with the Social Assistance policy, without dissociating itself from the teaching/learning process of the minorities served by the aforementioned program (Brasil, 2016). The research is qualitative in nature, bibliographic and fieldwork. Seeking to reflect on and understand the experiences of the research subjects, field research was conducted with some families from the Criança Feliz Program. The interview was conducted in person, using an anonymous questionnaire containing six fundamental questions to achieve the research objective. The research took place in the district of Antônio Diogo, municipality of Redenção/CE, with four families from the PCF, two of which were former participants in the program and two of which were currently served. After collecting the data, evaluations and conclusions were made about the results analyzed, the questions addressed to the topic related to the development of the Child and the actions of the social service towards the families, and the questions that aim to explore the experience and family coexistence in Child Development. The results revealed that the Criança Feliz Program (PCF), operating in the territory of the CRAS of Antônio Diogo, promoted significant contributions to the families, reinforcing intersectorality, family centrality and strengthening of bonds.

Keywords: SUAS; Criança Feliz Program; Early Childhood; Intersectoral Public Policy.

INTRODUÇÃO



O Serviço Social desempenha um papel essencial na execução do Programa Criança Feliz (PCF), sobretudo nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), como o CRAS Antônio Diogo. O PCF se constitui como uma estratégia intersetorial que visa o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância. As ações são realizadas, principalmente, por meio de visitas domiciliares que orientam os cuidadores sobre práticas adequadas ao desenvolvimento infantil, articulando-se com políticas de saúde, educação, cultura, assistência social e direitos humanos.

A atuação do Serviço Social no PCF, contudo, enfrenta desafios significativos. A elevada demanda nos CRAS pode ocasionar sobrecarga de trabalho, impactando diretamente na qualidade do atendimento e no acompanhamento das famílias. Ainda assim, o papel dos assistentes sociais é estratégico para identificar situações de vulnerabilidade, propor encaminhamentos e fortalecer as redes de proteção social.

No Brasil, a política de assistência social é regulamentada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por organizar e ofertar serviços, programas, projetos e benefícios à população em situação de vulnerabilidade. Trata-se de uma política pública não contributiva, fruto da mobilização da sociedade civil e dos movimentos sociais, e consolidada como direito do cidadão e dever do Estado a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993.

A Constituição de 1988 representou um marco ao romper com a perspectiva assistencialista e estabelecer a assistência social como parte integrante da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência. O SUAS, por sua vez, adota um modelo de gestão descentralizada e participativa, operando de forma capilarizada nos territórios. Ele busca garantir proteção social básica e especial às famílias e indivíduos, considerando as desigualdades socioterritoriais e a intersetorialidade das políticas públicas.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) estabelece diretrizes que orientam a oferta de serviços de forma integrada às demais políticas setoriais, com foco na superação das vulnerabilidades e na universalização dos direitos. Situações como pobreza extrema, violência, desemprego, uso de substâncias psicoativas, deficiência, desastres naturais e rompimento de vínculos familiares são exemplos de expressões da questão social que demandam intervenções da política de assistência social.

Nesse contexto, o Programa Criança Feliz se insere como uma estratégia de promoção do desenvolvimento infantil e fortalecimento dos vínculos familiares, com base em evidências científicas sobre a importância dos primeiros anos de vida para a formação do sujeito. A atuação do programa é orientada por legislações como o ECA e a LOAS, e está regulamentada pelas Resoluções CIT nº 4 e 5 e CNAS nº 19 e 20, ambas de 2016. Mais recentemente, o Projeto de Lei nº 876/21 propõe a inserção definitiva do PCF no escopo da LOAS.

Com base nessas premissas, a presente pesquisa tem como objetivo investigar as contribuições do serviço social no Programa Criança Feliz (PCF) com foco nos impactos das ações desenvolvidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) sobre a melhoria das condições de vida das famílias atendidas e o desenvolvimento das crianças. Além disso, busca compreender a finalidade das ações do Serviço Social no programa, mapear as formas de acesso dos beneficiários, identificar os principais desafios enfrentados e destacar as potencialidades dessa atuação.

A construção teórica do artigo fundamenta-se na teoria social crítica, adotando uma metodologia de pesquisa bibliográfica e de campo.

O texto está organizado em três eixos: (1) A Primeira Infância no SUAS: um olhar integral; (2) A Implementação do Programa Criança Feliz; e (3) Diálogos sobre a contribuição do Serviço Social no Programa Criança Feliz (PCF).

1 A PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS: UM OLHAR INTEGRAL

A primeira infância no Sistema Único de assistência social (SUAS) é fundamental para a execução das políticas públicas de assistência social no Brasil. A primeira infância no SUAS refere-se aos serviços e benefícios que são oferecidos diretamente às famílias individuais em situação de vulnerabilidade social.

A primeira infância começa na gestação e vai até os seis (6) anos de idade. O que se vive neste período tem impacto na vida toda, por isso, é importante o envolvimento do Estado, dos governos, dos cidadãos e profissionais de diferentes áreas de atuação, porque quanto maior a idade a rede de cuidados e de proteção maiores as possibilidades de que a criança se desenvolva. O desenvolvimento cerebral de bebês e crianças pequenas depende do estímulo dos pais ou cuidadores, ou seja, na interação social e afetiva. É através dos estímulos gerados pelo afeto, que a criança amplia seu entendimento, raciocínio lógico e linguagem que vão estar presentes em todas as fases de sua vida.

A primeira infância é um período fértil, a semente que tem dentro de cada criança tem potencial de virar árvore se cuidarmos do Entorno: solo, água e sol. Entretanto, ao se falar sobre o potencial de cuidado e proteção às famílias é necessário reconhecer que ele está diretamente relacionado às famílias que estão inseridas nas redes de apoio e pertencimento das quais dispõem, bem como a oferta ou ausência de políticas públicas nesses contextos.

No âmbito da primeira infância nas SUAS/Criança feliz, as ações intersetoriais exigem articulação da rede, reuniões, discussões acerca da melhor maneira de executar o programa, mas acima de tudo, de como essas ações podem contribuir para o desenvolvimento infantil e promover a primeira infância como prioridade na região.

Os primeiros anos de vida de uma criança são extremamente importantes tendo em vista a peculiaridade do desenvolvimento do bebê. Nessa etapa, os estímulos que a criança recebe são fundamentais para as habilidades motoras, visto que este começa a se desenvolver nessa fase (XAVIER, 2018). Entende-se que, nessa fase o cérebro da criança se desenvolve rapidamente com um alto poder de absorção. Sendo assim, é necessário que os primeiros anos de vida de uma criança seja com uma base sólida (ISHIDA, 2018). A importância dos cuidados nos primeiros anos de vida é fundamental para todo o desenvolvimento saudável integral do ser humano, para tanto, é necessário um investimento de tempo, afeto e conhecimento de pais e cuidadores.

A Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, dispõe sobre as políticas públicas voltadas à primeira infância e tem como objetivo ampliar as ações voltadas às crianças de 0 a 6 anos. O Marco Legal da Primeira Infância foi construído a partir de uma ampla mobilização da sociedade civil e de especialistas, assegurando o direito das crianças à proteção integral (ANDREUCCI; JUNQUEIRA, 2017).

Nesse contexto, os primeiros 6 (seis) anos completos, são merecedores de atenção, visto que o momento compreende uma fase altamente sensível. Com isso, o Marco da primeira infância, além de reafirmar a importância do desenvolvimento da criança nessa faixa etária, a reconhece como um ser sujeito à proteção social do Estado (ROSSATO; LÉPORE; CUNHA, 2018).

Na fase da primeira infância ocorre o desenvolvimento físico, psíquico e moral da criança, razão pela qual acontecem várias transformações em grandes proporções. Nessa lógica, Young (2016 p. 21) afirma que,

o desenvolvimento humano é um poderoso gerador de Equidade os investimentos na primeira infância conduzem os benefícios significativo em longo prazo partindo dessa premissa foi posto no artigo 3º da Lei 13257/16 (Brasil, 2016) que o poder público tem que estabelecer medidas que atendem a necessidade das crianças nas suas peculiaridades. (YOUNG, 2016, p. 21).

O artigo 3º da lei 13.257/16, assegura os Direitos da Criança, do Adolescente e do jovem nos termos do artigo 227 da Constituição Federal e do artigo quarto da lei número 8.069, de 13 de julho de 1990; implica o dever do Estado de estabelecer políticas, planos, programas e serviços para a primeira infância que atendam as especificidades dessa faixa etária, visando a garantir seu desenvolvimento integral.

As referidas medidas são chamadas de políticas públicas e são entendidas como responsabilidade do Estado, uma vez que é estabelecida determinada proteção social com o objetivo de diminuir a desigualdades que foram estruturadas ao longo do desenvolvimento do País (HOFLING, 2001).

Apesar da legislação apontar as políticas públicas que devem ser desenvolvidas pelos entes federativos, destaca-se que família também possui responsabilidades importantes para o desenvolvimento da criança, uma vez que os inúmeros estímulos recebidos pelas crianças contribuem diretamente para a sua formação (SANMARTIN; BITECOURT, 2016). O foco na primeira infância é um compromisso que foi assumido por todos para garantir o desenvolvimento digno das crianças.

De acordo com a norma operacional básica NOB/ SUAS, a proteção social básica refere-se às ações preventivas, que reforçam a convivência e a socialização, o acolhimento e a inserção, que possuem um caráter mais genérico voltado prioritariamente para a família visando desenvolver as potencialidades, as aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que se destinam a população em situação de idade social (PNAS/SUAS 2004. Pg. 27).

A primeira infância no SUAS e no Programa Criança Feliz (PCF) foi implementado em um contexto delicado no que se refere aos investimentos para consolidação da Assistência Social enquanto política pública, deste modo, conforme o plano global para ação e resultados (2018), os objetivos de desenvolvimento sustentável acolheram o desenvolvimento infantil para capitalizar a transformação que o mundo busca alcançar nos próximos 15 anos.

Nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), estão em abrangência a fome, a saúde, a educação e a justiça, e estão integradas metas relativas à desnutrição, mortalidade infantil, aprendizagem precoce e violência. Essas são as metas que definem uma agenda para o desenvolvimento da criança na primeira infância.

A oportunidade de incentivar os investimentos no desenvolvimento das crianças na primeira infância nunca foi tão grande como agora. Os governos e comunidade Global interessados em direitos em geral se comprometem a alcançar os objetivos e desenvolvimento.

2 A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Programa Criança Feliz (PCF) foi lançado e instituído pelo decreto nº 8.869 em outubro de 2016, para ser implantado gradativamente nos anos de 2017 e 2018, até atingir 3,5 milhões de crianças menores de 6 anos pertencentes à famílias beneficiárias do programa Bolsa Família (PBF). Entre uma série de ações desenvolvidas pelo (PCF) inclui-se a realização de visitas semanais às famílias selecionadas, visando a estimulação intelectual das crianças.

Especificamente, o programa objetiva orientar e apoiar a gestantes e família desde a preparação para o nascimento da criança, colaborando no exercício da parentalidade, fortalecendo o papel das famílias em relação a cuidado, proteção e educação das crianças que favorecendo o fortalecimento de vínculos afetivos e comunitários; promover ações voltadas ao desenvolvimento integral na primeira infância, estimula o desenvolvimento de atividade lúdicas envolvendo outros membros da família; e promover, acompanhar e monitorar o desenvolvimento infantil, inclusive mediante o acesso da família a outros serviços públicos que possam impactar positivamente no desenvolvimento das crianças.

O programa faz parte de uma estratégia junto ao Marco Legal da Primeira Infância na garantia de direitos e como importante ferramenta no desenvolvimento infantil.

Segundo dados do Governo Federal (2022), o programa criança feliz é considerado o maior programa de visita domiciliar do mundo, estando presente em quase 3.000 municípios e apresenta 70% de adesão às áreas mais recomendadas, havendo destaques para a região Nordeste com aproximadamente 1.629 municípios.

No Brasil, os programas sociais ao longo dos anos representam importantes instrumentos no tocante ao combate à desigualdade e através da realização de avaliações são perceptíveis melhorias significativas na qualidade de vida das pessoas.

O programa criança feliz criado pelo governo brasileiro, é uma política pública voltada para o desenvolvimento infantil integral com foco na família nessa situação de vulnerabilidade. A atuação dos assistentes sociais no programa criança feliz abrange desde o acolhimento inicial até o acompanhamento das famílias, oferecendo suporte e orientações sobre direitos e acesso a serviços públicos, como saúde, educação e assistência social. Esses profissionais trabalham para assegurar que as políticas públicas cheguem de forma afetiva às famílias, respeitando suas singularidades promovendo a inclusão social. A importância do serviço social nas ações do programa é, portanto, fundamental para garantir a efetividade e desenvolvimento infantil proposto pela criança feliz.

O programa atua por meio da visita domiciliar e tem como base para as visitas o programa primeira infância melhor sua base metodológica seguir pelo modelo de cuidados para o desenvolvimento da criança os objetivos do programa criança feliz de acordo com decreto nº 8.869 de 5 de outubro de 2016 são:

I - promoveu o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do Desenvolvimento Infantil integral na primeira infância; II- apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; III- colaborar no Exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até 6 anos de idade; IV- Mediar o acesso da gestante das Crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem e V- integrar, ampliar e fortalecer as ações de políticas públicas voltadas para gestantes, criação na primeira infância e suas famílias (BRASIL, 2016, p. 2).

Ao examinarmos os objetivos do Programa Criança Feliz nota-se a sobreposição dos objetivos de programas do Sistema único de Assistência Social (SUAS), como por exemplo, serviço de Proteção Atendimento Integral à Família (PAIF). Os objetivos do Criança Feliz são redundantes, e ao não especificar nenhuma prática se torna genérico e impreciso. Contudo, para atingir estes objetivos, o programa conta com as visitas domiciliares que efetivam e operacionalizam as ações realizadas junto às famílias e crianças.

O público atendido pelo programa é gestantes e crianças de até 3 anos inscritos no cadastro único para programas sociais do governo federal, e crianças com até 6 anos que recebem o benefício de prestação continuada (BPC). Em recente portaria número 664/2021 que entrou em vigor 01/10/2021, houve a inclusão de novos públicos: criança de 0 a 72 meses afastado do convívio familiar em acolhimento institucional, e criança de 0 a 72 meses que perderam responsáveis em virtudes da covid 19.

O Programa Criança Feliz de “caráter intersetorial e com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das Crianças na primeira infância, considera a sua família o seu contexto de vida” (BRASIL, 2016) promove este desenvolvimento através de atividades “comunicativas para encorajar e estimula o desenvolvimento físico, social, emocional e intelectual da criança” (ENGLE; LUCAS 2012, p.14),

por meio de orientações dadas aos cuidadores nas visitas domiciliares pelos visitantes. Para isso, as visitas também buscam desenvolver nos familiares habilidades responsivas de cuidado, que consolidam uma relação de afeto entre criança e cuidador, Isto é, os visitantes ensinam aos pais as atividades desenvolvimento e estímulo, e os pais a realizam em sua frente para que receba imediatamente as orientações necessárias para que as atividades possibilite as crianças posteriormente “Bom desempenho na escola, e quando adultas, a contribuir para suas famílias e comunidades”(ENGLE; LUCAS, 2012 p.9).

As visitas são conduzidas tendo por base a metodologia de Cuidados do Desenvolvimento da Criança (CDC), desenvolvida para a prática de Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI), utilizados em programas e políticas de parentalidade, idealizados pelo Banco Mundial para o alívio da pobreza. Foi criado pelo fundo das Nações Unidas (UNICEF) em parceria com a Organização Mundial da Saúde (OMS) nos anos de 1990, Traduzindo para o Brasil no ano de 2012 pelo Instituto Alfa e Beto.

3 DIÁLOGO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)

A articulação do Programa Criança Feliz (PCF) com o serviço social é fundamental para a efetividade das ações propostas. O Serviço Social atua na identificação das famílias que podem ser beneficiadas pelo programa e na implementação das políticas públicas voltadas para a infância. Os assistentes sociais têm o papel crucial na identificação das famílias em situação de vulnerabilidade, realizam visitas domiciliares e acompanham o desenvolvimento das crianças garantindo que as orientações sejam seguidas. Trabalham na promoção dos Direitos da Criança e da família, articulando com outros serviços e políticas públicas que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

A importância da articulação entre Programa Criança Feliz (PCF) e o Serviço Social é vital por diversos motivos, permite a integração entre diferentes serviços e políticas públicas, garantindo um atendimento mais completo às famílias, contribui para fortalecer a rede de proteção social, assegurando que as crianças tenham acesso a serviços essenciais como saúde, educação e assistência social. A colaboração entre esses dois elementos assegura que as ações sejam direcionadas não apenas ao bem-estar imediato da criança, mas também ao seu desenvolvimento integral ao longo do tempo. Embora articulação seja essencial existem desafios a serem enfrentados, a falta de recursos financeiro pode comprometer a implementação efetiva do programa e as ações do serviço social. É fundamental garantir que os profissionais envolvidos estejam capacitados para lidar com as especificidades do trabalho com crianças e as suas famílias.

A articulação entre o Programa Criança Feliz e o serviço social é uma estratégia poderosa para promover Desenvolvimento Infantil e fortalecer as famílias em situação de vulnerabilidade. Ao integrar serviços e garantir um acompanhamento qualificado, é possível criar condições mais favoráveis para que as crianças se desenvolvam plenamente em um ambiente seguro e acolhedor.

Como já foi citado anteriormente, era necessário que o programa funcionasse a partir da articulação entre as políticas de assistente social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes, entre outros. Todavia seu desenvolvimento se deu, mormente, no âmbito da política de assistência social, ou seja, no SUAS, e em uma tentativa de priorizar o programa e minimizar a política de assistente social na agenda estatal. Isso foi evidenciado quando o governo publicou, em fevereiro de 2017, uma cartilha de orientações intitulada “A participação do SUAS no programa criança feliz” o próprio título do documento mostra a incongruência sobre a finalidade do SUAS, como se o programa fosse sobreposto à política de assistência social, como específica: “A política de Assistência Social é uma das políticas que integram o programa criança feliz” (Brasil, 2017, p. 8).

Como podemos ver, o Criança Feliz apesar de ser colocado como uma inovação ao articular com as políticas públicas, cabe ressaltar que, o observado e identificado foi uma tentativa de sobreposição deste programa em relação ao SUAS, que é um sistema estatal e não apenas, governamental.

Daí a importância de identificar e refletir sobre os aspectos implícitos do referido programa de como ele foi inserido na agenda governamental, qual a sua importância com SUAS e entender os conceitos de agenda, formulação e implementação de projetos, programas e políticas públicas, por meio da referida literatura, lei e decreto. A partir dessas ponderações é adequado afirmar que o Programa Criança Feliz quando idealizado, se constituiu em um reforço às ações focalistas, assistencialistas e restritivas em clara contraposição à perspectiva universalizante da Política de Assistência Social.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi orientado por uma abordagem qualitativa, utilizando-se pesquisa do tipo bibliográfica e de campo. Conforme Creswell (2007), as diversas formas de pesquisa qualitativa visam compreender a percepção da realidade por meio das percepções individuais que os indivíduos atribuem a ela. Assim, o papel do pesquisador vai além da simples descrição de comportamentos humanos, ele busca entender as diferentes perspectivas e experiências de cada sujeito em seu contexto específico.

A metodologia é de suma importância, pois além de credibilizar a pesquisa é abordar processos com a alta qualidade e conteúdo e qualificação, favorecendo a produção de conhecimento.

A pesquisa exploratória foi crucial para este estudo, pois possibilita uma maior proximidade entre o pesquisador e o objeto investigado. Essa proximidade facilitou a obtenção de informações mais fornecidas, permitindo a formulação de hipóteses com base no ambiente treinado e observado (VIANNA, 2001).

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário presencial (em anexo), contendo perguntas de múltipla escolha e espaços para respostas abertas, oferecendo às famílias a oportunidade de expressar suas visões de maneira mais ampla. Além disso, foram analisados documentos relevantes, como leis e portarias, complementados por entrevistas.

De acordo com Bauer e Gaskell (2002), a entrevista narrativa considera tanto a análise de casos específicos quanto de políticas locais, além de projetos que envolvem múltiplos pontos de vista dentro de um contexto comum. Esse método possibilita a construção de um cenário mais amplo dos acontecimentos, integrando os relatos individuais às suas respectivas vivências, em harmonia com os contextos históricos e sociais.

A pesquisa foi realizada com 4 (quatro) famílias do Programa Criança Feliz, sendo duas com famílias ex-participantes e 2 para famílias participantes atuais do programa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a coleta de dados foram realizadas seis perguntas com as famílias entrevistadas. A entrevista foi sigilosa, em um ambiente adequado.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial, no período entre 19 à 23 de maio de 2025, gravadas com o consentimento dos entrevistados, com duração de aproximadamente uma hora por cada uma das famílias.

Após a realização das entrevistas, foi feita a análise de conteúdo dos dados obtidos. Segundo BARDIN (2016 p.44) conceitua a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das Comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Tabela 1 - Composição das famílias entrevistadas

Famílias entrevistadas	Composição Familiar	Outras informações
Família Entrevistada 1 (Ex-participante)	Criança PCF – idade 4 anos Mãe Pai Irmão Irmão	Beneficiário do Programa Bolsa Família
Família Entrevistada 2 (Ex-participante)	Criança PCF-idade 4 anos Mãe Pai	Beneficiário do Programa Bolsa Família
Família Entrevistada 3	Criança PCF-idade 4 anos Mãe Pai	Recebe auxílio BPC
Família Entrevistada 4	Criança PCF-idade 2 anos Mãe Pai	Beneficiário do Programa Bolsa Família, e Cartão Mais Infância Ceará (CEMIC) no qual faz parte do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS de Antônio Diogo município de REDENÇÃO/CE

Fonte: pesquisa da autora, 2025.

A análise das entrevistas com quatro famílias — duas ex-participantes e duas participantes atuais do Programa Criança Feliz (PCF) — permitiu identificar importantes contribuições do programa no território atendido pelo CRAS de Antônio Diogo. Os relatos reforçam os princípios da intersetorialidade, da centralidade da família e do fortalecimento de vínculos, previstos na política de assistência social (BRASIL, 2009).

Conforme a coleta de dados, as famílias entrevistadas tiveram diferentes formas de conhecer o PCF. As famílias 01 e 04 relataram que foram informadas sobre o programa a partir do projeto RECRIAR3, desenvolvido no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS, já as famílias 02 e 03 foram informadas pela equipe técnica do programa. Isso demonstra a articulação entre os serviços socioassistenciais e a busca ativa territorial, conforme previsto nas diretrizes do programa (BRASIL, 2016).

[...] fiquei sabendo através do projeto RECRIAR que faz parte do serviço de Convivência do CRAS Antônio Diogo. (Família 01).

[...] fiquei sabendo através da Visitadora social do programa criança feliz. (Família 03)

Dentre as experiências mais significativas, a participação em atividades externas foi apontada por algumas famílias como um momento especial de socialização:

[...] uma ação que me marcou, durante as visitas foi que, através do programa criança feliz eu conheci o espaço Mais Infância em Fortaleza, que trouxe momentos muito bons, no qual tivemos brincadeiras e atividades para as crianças. (Família 03)

Esses momentos extrapolam a rotina domiciliar e possibilitam o acesso a bens culturais, reforçando o direito à convivência comunitária e ao lazer.

As famílias apresentaram percepções distintas sobre sua rotina antes da adesão ao programa. Algumas já realizavam práticas estimulantes com os filhos:

[...] antes de participar no programa, dificuldade eu não tive, até porque eu já tive esse acompanhamento com a pediatra ela trazia atividades relacionadas à coordenação motora entre outras para minha filha. (Família 01).

[...] Eu particularmente minha rotina antes do programa criança feliz era normal, pois eu já fazia atividades em casa com a minha filha, atividade como: contação de história, quebra-cabeça e jogo da memória. (Família 02).

³ Projeto Recriar- “Redenção Cuidando de Suas Crianças com Amor” Projeto que visa contribuir de modo efetivo para a garantia de direitos das crianças, munícipes de Redenção/CE, tendo em vista seu desenvolvimento pleno, e que a dignidade de cada criança seja preservada, assim como seus direitos sejam garantidos.

Apesar disso, todas as famílias relataram melhorias significativas no desenvolvimento infantil após o ingresso no PCF:

[...] as mudanças que eu percebi houve melhor mobilidade de minha filha com os exercícios com as tarefinhas que eram proposta fazer com ela, e o desenvolvimento dela cada vez mais só melhorou (Família 01).

[...] ela aprendeu a desenvolver algumas habilidades da coordenação motora fina e algumas cores de objeto. (Família 02).

[...] as mudanças que percebi, meu filho passou a ter mais percepções e mais coordenação motora. (Família 03).

[...] no seguimento das atividades eu percebi que o desenvolvimento do meu filho melhorou muito. (Família 04).

Esses relatos mostram a importância do estímulo precoce como estratégia de superação de desigualdades no desenvolvimento infantil, um dos pilares do PCF.

O impacto do programa na convivência familiar foi amplamente reconhecido pelas entrevistadas. As falas evidenciam não apenas a melhoria no vínculo entre mãe e filho, mas também o fortalecimento da função protetiva da família:

[...] O que foi afetado com vínculo e os serviços do CRAS após o início do acompanhamento pelo programa, uma delas foi a afinidade que nos trouxe mais perto aos nossos filhos, e responsabilidade, comprometimento de mãe e filhos, E participar do programa ajudou muito no desenvolvimento da minha filha. (Família 01).

[...] O que foi afetado com vínculo e os serviços do CRAS após o início do acompanhamento pelo programa, uma delas foi a afinidade que nos trouxe mais perto aos nossos filhos, e responsabilidade, comprometimento de mãe e filhos, E participar do programa ajudou muito no desenvolvimento da minha filha. (Família 01).

[...] afetou a termos mais aproximação um do outro, com afinidade familiar, e o programa ajudou cada vez mais no fortalecimento de vínculos e que ajudou o meu filho a desenvolver alguns sentidos como coordenação motora e cognitiva. (Família 02).

[...] eu obtive mais informações sobre o que havia no CRAS para as famílias e sobre o serviço de convivência, e o programa ajudou na questão da coordenação motora e cognitiva do meu filho. (Família 03).

[...] no que me pôde afetar foi no fortalecimento de vínculo familiar, programa criança feliz ajudou meu filho a ficar mais ativo nas atividades, e no programa criança feliz minha condição de vida e de minha família, melhorou porque eu passei a ter mais conhecimento sobre vários assuntos relacionados ao desenvolvimento em geral, tanto do meu filho, como o meu também, o vínculo familiar. (Família 04).

Esses depoimentos confirmam a potencialidade do programa como espaço educativo, de escuta e de empoderamento, sobretudo para mulheres em contextos de vulnerabilidade social.

A atuação da equipe técnica foi destacada por algumas entrevistadas, especialmente no que diz respeito ao apoio para acessar direitos sociais:

[...] Na questão da Assistente social, obtive um atendimento de suma importância para adquirir o auxílio BPC do meu filho, por conta de sua deficiência visual. (Família 03)

Esse relato evidencia a capacidade do programa de articular políticas e garantir direitos, reforçando o papel do assistente social como mediador no acesso à proteção social.

As famílias também trouxeram contribuições importantes quanto aos desafios e melhorias desejadas no programa:

[...] Na minha opinião o que eu acho que deveria melhorar no programa criança feliz era ter mais recursos para desenvolver mais projeto e comprar material de atividade, em relação aos brinquedos, que as visitadoras trás pro desenvolvimento da criança, porque querendo ou não alguns materiais que elas usam são comprados, isso são gastos. (Família 01)

[...] Na minha opinião o que poderia melhorar no programa criança feliz, que fosse promovido mais passeios com nossas crianças. (Família 03).

As falas apontam para a necessidade de financiamento adequado e continuidade das ações extramuros, essenciais para promover o desenvolvimento integral.

E por fim, a maioria das famílias avaliaram o apoio do assistente social e sobre desafios e benefícios de participar do programa criança feliz e relatam sobre experiência como participante reconhecendo o impacto positivo do programa em suas vidas e no fortalecimento dos laços afetivos.

[...] Eu particularmente desafio para mim não teve, porque foi até gratificante para mim participar desse programa, um programa muito eficaz que tem uma ótima responsabilidade, principalmente da visitadora social, que é gratificante pela forma dela trabalhar, como também de conversar com a gente, foi muito maravilhoso participar pena que foi pouco tempo. E dizer que me redefiniu mais, a ser uma mãe mais presente, e está sempre mais com a minha filha, só melhorou a minha situação e convivência familiar, foi muito bom esse programa só veio para desenvolver e unir mais ainda o vínculo familiar. (Família 01).

[...] Eu particularmente não tive nenhum desafio somente benefícios, minha experiência no programa foi muito boa, aprendemos a fortalecer os vínculos familiares mãe e filha, e na realização das atividades, para melhorar para cada vez mais o seu desenvolvimento aprendendo a fortalecer os vínculos familiares, mas ainda e na realização das atividades para melhorar cada vez mais o seu desenvolvimento. (Família 02).

[...] desafio eu tive foi por conta da visão de meu filho, e os benefícios com questão das atividades, que ele teve maior percepção nas atividades e no desenvolvimento motor. sobre o apoio do assistente social que eu tive, foi de suma importância para adquirir o auxílio BPC do meu filho, pois o ele tem deficiência visual. Quero falar que esse programa criança feliz, continua sendo de forma abrangente, ajudando as famílias a interagir mais com seus filhos, dentro da sua própria casa e estimulando a ele a brincar, a estudar de forma interativa. (Família 03)

[...] Eu não tive nenhum desafio mas os benefícios foi que ajudou muito o desenvolvimento do meu filho e sobre minha experiência está sendo muito boa porque eu passei a ter um vínculo melhor com o meu filho. (Família 04).

Diante das análises realizadas, observa-se que o Programa Criança Feliz, no território do CRAS de Antônio Diogo - Redenção/CE, tem desempenhado papel relevante no fortalecimento dos vínculos familiares, na promoção do desenvolvimento infantil e na ampliação do acesso das famílias a informações e direitos socioassistenciais.

Os relatos evidenciam que, mesmo aquelas famílias que já mantinham práticas educativas com as crianças, perceberam avanços significativos no desenvolvimento motor, cognitivo e emocional dos filhos, a partir das visitas domiciliares e das orientações oferecidas.

O programa também se mostrou eficaz na aproximação das famílias com os serviços do CRAS, favorecendo a integração com outras políticas públicas e potencializando a função protetiva da família. As experiências compartilhadas pelas participantes apontam, ainda, para a importância de ampliar os recursos materiais e as atividades externas, o que demonstra a necessidade de investimento contínuo na qualificação das ações intersetoriais e na valorização das equipes envolvidas.

Assim, os resultados desta pesquisa reforçam a relevância do Programa Criança Feliz como estratégia de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, em consonância com os princípios do SUAS e com a perspectiva de garantia de direitos das famílias em situação de vulnerabilidade social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivo deste trabalho foi analisar como as ações do serviço social atua no Programa Criança Feliz (PCF), bem como as práticas das atividades usadas pelo Assistente Social no (CRAS) além de avaliar o impacto dessas ações na primeira infância, e no fortalecimento de vínculo, tendo essa finalidade o quão importante são as ações do serviço social e serviços de convivência no programa criança feliz.

Examinar as contribuições do serviço social no âmbito do Programa Criança Feliz (PCF) ficou evidente que ambos se complementam, pois trabalha com o mesmo olhar tanto no desenvolvimento infantil, quanto ao fortalecimento de vínculos, o que permite que suas ações sejam elaboradas em conjunto com o mesmo viés, SUAS e PCF.

Com base nas falas e diálogo das famílias entrevistadas é possível afirmar que, as mesmas relataram que as melhorias no Desenvolvimento Infantil, desenvolveu as habilidades da coordenação motora e cognitiva, entre outras (os), e que os vínculos familiares tornou-se mais fortalecido entre mãe e filho (a).

A contribuição da Assistência Social no programa criança feliz PCF é crucial, especialmente por sua atuação em contribuir para o fortalecimento de vínculos entre as famílias envolvidas. E ter uma atenção integral demanda esse compartilhar de saberes e fazeres, Então o desenvolvimento integral e integrado, favorece o crescimento nas dimensões qualitativas no ciclo de vida das famílias entrevistadas.

Conclui-se que a atuação da Assistência Social nas ações do Programa Criança Feliz (PCF), tem o potencial para fortalecer os laços afetivos das famílias e que atua no processo educativo e nas redes intersetoriais.

A partir dessas considerações, é fato que teoricamente, programas e projetos como Programa Criança Feliz (PCF), requerem uma análise com base nos subsídios presentes na literatura de políticas públicas.

REFERÊNCIAS



ANDREUCCI, Ana Claudia Torezan e JUNQUEIRA, Michelle Asato. Crianças visíveis e direito à voz como direito humano fundamental: contributos jurídico-sociais do marco legal da primeira infância para o desenho de políticas públicas participativas no Brasil. *Cadernos de Direito Actual*, n. 7, p. 289-303, 2017 Tradução. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002865815.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016. Disponível em: <https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>. 31 mar. 2025.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem: um manual prático*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Acesso em: 08 abr. 2025

BRASIL, Lei Nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

BRASIL, Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742compilado.htm. Acesso em: 06 abr. 2025.

BRASIL. Avaliação de Implementação do Programa Criança Feliz Relatório Final. Ministério da Cidadania. Departamento de Avaliação, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.

Brasília, DF. 2019. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_0211.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto insere o Programa Criança Feliz em Lei Orgânica da Assistência Social. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/889795-PROJETO-INSERE-PROGRAMA-CRIANCA-FELIZ-EM-LEI-ORGANICA-DA-ASSISTENCIA-SOCIAL>. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, D F : Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.aspx?cod_noticia=3035. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Crescer Aprendendo. Guia para o trabalho com as Famílias. Disponível em: https://cdn.uwb.org.br/wpcontent/uploads/2020/09/guia_crescer_aprendendo_v11_internet.pdf. Acesso em: 08 abr. 2025.

BRASIL. Decreto n. 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8869.htm. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Integração das Ofertas Socioassistenciais: Um Olhar para a Primeira Infância. Ministério da Cidadania. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Instituto Tellus. Brasília, DF 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes/desenvolvimento-social/Integ raodasOfertasSocioassistenciaisUmOlharparaaPrimeiraInfancia.pdf](https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes/desenvolvimento-social/Integ%20raodasOfertasSocioassistenciaisUmOlharparaaPrimeiraInfancia.pdf). Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 04 abr. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Programa Criança Feliz: a Intersetorialidade na Visita Domiciliar. Ed. 2017. Brasília, DF. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visita_a_domiciliar.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/SUAS). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, setembro de 2004. Acesso em: 06 mar. 2025. [_domiciliar_2.pdf](#). Acesso em: 24 mar. 2025.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para a atuação de assistentes sociais nas políticas de assistência social. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Par%E2metros2011.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CONAS. Importância do Desenvolvimento Infantil. Disponível em: <https://www.encyclopedia-crianca.com/importancia-do-desenvolvimento-infantil>. Acesso em: 04 abr. 2025.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Acesso em: 05 mai. 2025

ENGLE, Patrice; LUCAS, Jane E. Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC): Manual de orientação às famílias. Tradução realizada pela equipe técnica do Instituto Alfa e Beto com autorização da UNICEF. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Programa Criança Feliz, 2012. Acesso em: 04 mar. 2025.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-40, nov. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/14769.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

ISHIDA, Válter Kenji. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina e jurisprudência. 19. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. Acesso em: 04 mar. 2025. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2012. Acesso em: 24 mar. 2025.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo; CUNHA, Rogério Sanches. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei n. 8.069/90 – comentado artigo por artigo. 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SANMARTIN, Cleidiane. BITENCOURT, Caroline. O marco legal da primeira infância no Brasil e a experiência do programa primeira infância melhor (PIM) do Estado do Rio Grande do Sul. In: Seminário nacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea. 12. 2016. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 11-24, 2003. Acesso em: 06 mar. 2025.

SUCENA, Laura Gonçalves. Cuidados na primeira infância garantem desenvolvimento integral da criança. Fundação Feac. 2017. Disponível: <https://feac.org.br/cuidados-nos-primeiros-anos-de-vida-garantem-desenvolvimento-integral-d-a-crianca/>. Acesso em: 31 mar. 2025.

VIANNA, I. O. Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001. Acesso em: 18 mar. 2025.

XAVIER, Marília. A importância da estimulação na primeira infância para o desenvolvimento motor infantil. 2018. Monografia – Faculdade UNIMA, Brasília, 2018. Disponível em: <https://fiocruz.br/noticia/2018/04/importancia-do-desenvolvimento-motor-na-primeira-infancia>. Acesso em: 04 mar. 2025.

YOUNG, Mary. Por que investir na primeira infância? In: BRASIL, Câmara dos Deputados. Cadernos de Trabalhos e Debates. Avanços do marco legal da primeira infância. Brasília, 2016. Disponível em: <https://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2016/07/Avancos-do-Marco-Legal-da-Primeira-Infancia-1.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2025.

/2016/07/Avancos-do-Marco-Legal-da-Primeira-Infancia-1.pdf. Acesso em: 04 mar. 2025.

16

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E DESENVOLVIMENTO
INTEGRAL DAS CRIANÇAS DE ARATUBA-CE:
UMA ABORDAGEM DO SERVIÇO SOCIAL**Samara
Nascimento da Silva**Graduação em
Serviço SocialCentro Universitário
Maciço de Baturité**Paula Raquel
Barbosa Sousa**Pós-Graduação em
Gestão PúblicaUniversidade Católica
Dom Bosco

RESUMO



O Programa Criança Feliz atua de forma preventiva e educativa para fortalecer o desenvolvimento integral das crianças, considerando suas condições familiares, sociais e culturais. Com o objetivo de analisar a importância da primeira infância na vida da criança, com ênfase na contribuição do Serviço Social, a partir da experiência do Programa Criança Feliz de Aratuba-CE, o estudo destacou o papel fundamental dos assistentes sociais na identificação de vulnerabilidades, orientação às famílias, articulação da rede de proteção e promoção de vínculos afetivos por meio de visitas domiciliares, escuta qualificada e encaminhamentos necessários. A pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, fundamentada em dados secundários, para ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento infantil e as práticas do Serviço Social. A pesquisa bibliográfica serviu como base teórica, contextualizando a primeira infância e sustentando a análise do Programa Criança Feliz como estudo de caso. Já a pesquisa de campo possibilitou observar experiências reais por meio de entrevistas semiestruturadas com uma assistente social, três visitantes e duas famílias atendidas, revelando percepções sobre desafios, práticas e impactos do programa. O processo seguiu rigor ético, com uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantindo voluntariedade, anonimato e respeito aos participantes.

Na etapa quantitativa, assistentes sociais contribuíram com dados estruturados e indicadores de desenvolvimento infantil; na qualitativa, enriqueceram o estudo com suas vivências e compreensão das dinâmicas familiares.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz; Desenvolvimento Integral das Crianças; Serviço Social.

ABSTRACT



The Criança Feliz Program operates through preventive and educational actions aimed at strengthening the integral development of children, considering their family, social, and cultural contexts. This study sought to analyze the importance of early childhood in child development, emphasizing the contribution of Social Work based on the experience of the Criança Feliz Program in Aratuba-CE. The research highlighted the essential role of social workers in identifying vulnerabilities, guiding families, coordinating the protection network, and promoting emotional bonds through home visits, qualified listening, and necessary referrals. A quantitative–qualitative approach was adopted, using secondary data to broaden the understanding of child development and Social Work practices. Bibliographical research provided the theoretical foundation, contextualizing early childhood and supporting the case study analysis of the program. Field research enabled the observation of real experiences through semi-structured interviews with one social worker, three home visitors, and two assisted families, revealing perceptions about challenges, practices, and the program’s impact. All procedures followed ethical principles, including the use of the Free and Informed Consent Form, ensuring voluntary participation, anonymity, and respect for the participants. In the quantitative phase, social workers contributed structured data and child development indicators; in the qualitative phase, they enriched the study with their experiences and understanding of family dynamics.

Keywords: Criança Feliz Program; Integral Child Development; Social Work.

INTRODUÇÃO



Como a atuação do Serviço Social, no âmbito do Programa Criança Feliz de Aratuba-CE, contribui para o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância e para o fortalecimento das famílias atendidas?

A primeira infância é fase crucial para o desenvolvimento humano, onde se formam as bases físicas, cognitivas e emocionais. Nesse processo, a família tem um papel central, mas muitas delas enfrentam dificuldades em acompanhar o crescimento de seus filhos. Para preencher essa lacuna, o Programa Criança Feliz (PCF) surge como uma política pública essencial, oferecendo suporte e orientação através de visitas domiciliares, visando aprimorar o ambiente familiar para o pleno desenvolvimento da criança.

Os Assistentes Sociais são os profissionais que fazem a ponte entre as políticas públicas e as necessidades reais das famílias. São profissionais que atuam para identificar vulnerabilidades, fortalecer os laços familiares e garantir o acesso a direitos e serviços, indo além da simples aplicação de protocolos para construir vínculos de confiança e empoderar as famílias.

Diante dessa realidade, é importante destacar que a atuação do assistente social também contribui diretamente para a criação de ambientes mais favoráveis ao desenvolvimento infantil. Ao acompanhar as condições de vida das famílias, especialmente em contextos vulneráveis como Aratuba-CE, esses profissionais viabilizam intervenções mais sensíveis às necessidades da primeira infância, reforçando a conexão entre o trabalho social e o papel fundamental da família nesse processo.

A primeira infância é um período vital para o desenvolvimento humano, com a família sendo o principal ambiente de aprendizado e socialização. Teóricos como Piaget (1973), Vygotsky (1994) e Wallon (2007) reforçam que o desenvolvimento e a aprendizagem da criança são moldados pelas interações sociais, com a família sendo crucial para a assimilação de novos conhecimentos e valores.

O PCF se alinha a essa visão, mas, ao mesmo tempo, a sociedade, por vezes, transfere para a família, especialmente para a mulher, a responsabilidade total pelo sucesso ou fracasso do desenvolvimento da criança, o que pode ser problemático.

Essa visão se conecta com o conceito de matricialidade sociofamiliar, que, embora busque fortalecer a família como foco da intervenção social, pode levar a abordagens que reforçam papéis de gênero e responsabilizam as famílias por condições de vulnerabilidade que são estruturais. O PCF se encaixa nessa lógica, pois atende prioritariamente gestantes e crianças por meio de visitas domiciliares, com o objetivo de orientar sobre cuidados e estímulos. O trabalho do visitador é essencial, focado em uma escuta qualificada e na promoção da interação entre a criança e o cuidador, utilizando guias e protocolos para orientar suas ações e encaminhar as famílias para a rede de serviços.

Dentro desse cenário, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), principal porta de entrada da rede socioassistencial, é o local onde a atuação do Assistente Social se torna central. O profissional é responsável por acompanhar a operacionalização das ações do PCF, acolhendo e acompanhando as famílias. Sua capacidade de realizar uma análise crítica da realidade social e de articular as diversas políticas públicas é fundamental para fortalecer os vínculos familiares, promover a autonomia e garantir a proteção social, contribuindo para que a primeira infância seja, de fato, um período de pleno desenvolvimento para as crianças.

A atuação do Serviço Social no PCF é crucial para o desenvolvimento infantil na primeira infância. Alinhado ao Marco Legal da Primeira Infância, o PCF busca fortalecer os laços familiares e superar vulnerabilidades sociais, com os assistentes sociais desempenhando um papel fundamental. O trabalho desses profissionais vai além de protocolos, focando na socioafetividade e no fortalecimento dos vínculos familiares, essenciais para o desenvolvimento saudável e para a construção de um ambiente familiar de aprendizado seguro e estimulante.

A pesquisa sobre este tema é de extrema relevância, pois permite analisar como as intervenções sociais impactam positivamente na vida das famílias e das crianças. A escolha do tema reflete a crença no potencial do Serviço Social para promover o bem-estar familiar e contribuir para um futuro mais promissor para as crianças.

Nesse contexto, o objetivo geral do estudo é analisar a importância da primeira infância na vida da criança, com ênfase na contribuição do Serviço Social, através da experiência do Programa Criança Feliz de Aratuba-Ce. Como objetivos específicos: conhecer a atuação do assistente social junto às famílias do Programa Criança Feliz; reconhecer a importância do Serviço Social adaptar suas intervenções às especificidades de cada faixa etária atendida pelo Programa.

A pesquisa adotou uma abordagem quanti-qualitativa, fundamentando-se em dados secundários, com o intuito de ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento infantil e a atuação do Serviço Social no PCF. A partir da pesquisa bibliográfica, com autores chaves, buscou-se contextualizar a Primeira Infância e analisar o Programa Criança Feliz. A pesquisa de campo, a partir de entrevistas semiestruturadas, possibilitou observar experiências reais de uma assistente social, três visitantes e duas famílias vinculadas ao PCF de Aratuba-Ce.

Além disso, é fundamental destacar que a atuação do Serviço Social no âmbito do Programa Criança Feliz se dá de forma indireta, por meio do trabalho realizado pelo assistente social do CRAS. Esse profissional não executa as visitas domiciliares, mas acompanha o desenvolvimento das famílias a partir das ações do PAIF, do SCFV e de outros serviços ofertados pela rede socioassistencial. Sua função envolve acolhimento, escuta qualificada, análise das vulnerabilidades e realização de encaminhamentos necessários, garantindo que as demandas identificadas pelos visitantes sejam atendidas de maneira integral. Dessa forma, o assistente social contribui para que o PCF funcione de maneira articulada, fortalecendo as famílias, assegurando direitos e ampliando as possibilidades de cuidado e proteção na primeira infância.

Portanto, o programa evidencia como os objetivos propostos se concretizam na prática ao valorizar a interação familiar, o fortalecimento de vínculos e a efetivação de direitos, assegurando um atendimento mais humanizado e eficaz para a infância.

Por fim, este artigo estrutura-se em três seções principais. A primeira apresenta uma revisão teórica sobre a primeira infância, o papel da família e as contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a compreensão do desenvolvimento infantil. A segunda seção discute o Programa Criança Feliz, a matricialidade sociofamiliar e o papel do Serviço Social, enfatizando sua atuação indireta por meio do CRAS, do PAIF, do SCFV e dos encaminhamentos necessários. A terceira seção traz a análise da pesquisa de campo realizada em Aratuba-CE, articulando as percepções da assistente social, dos visitantes e das famílias atendidas. Por meio dessa organização, busca-se compreender como o Serviço Social contribui para o fortalecimento familiar e para o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

1 O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A primeira infância é um período crucial para o aprendizado e a interação, devendo levar em conta as características individuais de cada criança. Isso é essencial para garantir experiências diversas e ricas, promovendo o desenvolvimento integral da criança em suas dimensões intelectual, motora, afetiva, social e espiritual (LDB, 1996, art. 29).

Piaget (1973), Wallon (2007) e Vygotsky (1994) compartilham a ideia de que o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças ocorrem por meio de interações sociais. No entanto, cada uma dessas teorias apresenta particularidades em relação ao percurso do desenvolvimento humano.

A Epistemologia Genética é a base da teoria de Piaget, que busca entender como se dá o desenvolvimento da inteligência e a construção do conhecimento na criança. Para o autor, a inteligência serve para adaptar o indivíduo ao ambiente e organizar os processos mentais. Segundo Piaget (1973, p. 27), “a criança constrói seu conhecimento à medida que interage com o mundo ao seu redor”, passando por momentos de adaptação às novas situações. Define, ainda, a assimilação como a incorporação de novos elementos, na qual a criança tenta integrar novas experiências às que já possui. Dessa forma, um acompanhamento adequado é fundamental.

Complementando essa perspectiva, Piaget (1973) ressalta que o desenvolvimento cognitivo ocorre por estágios, em que cada fase apresenta estruturas mentais próprias, evidenciando que o aprendizado não é linear, mas construído gradualmente a partir da interação com o ambiente. A criança organiza seus esquemas de ação e representação por meio da exploração de objetos, resolução de problemas e experimentação, processos que são potencializados quando há estímulos adequados e oportunidades de interagir com diferentes situações e pessoas (Piaget, 1973).

A interação social, nesse contexto, também exerce papel significativo, pois confrontar ideias, observar comportamentos de outros e participar de trocas cognitivas promove conflitos e reorganizações nos esquemas mentais, favorecendo a construção de conhecimentos mais complexos. Assim, o desenvolvimento infantil, segundo Piaget (1973), depende tanto da ação individual quanto da qualidade do ambiente e das experiências que a criança vivencia.

O Psicólogo Vygotsky também ressalta que o ser humano se forma nas relações sociais, as quais se torna parte integrante da natureza humana ao longo do desenvolvimento (Apud Oliveira, 1992). A família é compreendida como o principal ambiente de socialização para o desenvolvimento da criança e a assimilação cultural de sua sociedade. Assim, a interação familiar garante às crianças pequenas aquisições de hábitos culturais e atende suas necessidades básicas (Vygotsky, 1994).

Nesse sentido, Vygotsky (1994) enfatiza que o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo não ocorrem de maneira isolada, mas mediado por interações com indivíduos mais experientes, como pais, professores e colegas. Esse conceito é central na noção de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que descreve a diferença entre o que a criança pode fazer sozinha e o que consegue realizar com apoio. As interações sociais, portanto, são instrumentos essenciais para internalizar saberes, habilidades e valores culturais, permitindo que a criança transforme experiências externas em processos internos de pensamento e compreensão.

Além disso, o referido autor destaca a importância da linguagem como ferramenta fundamental para o desenvolvimento do pensamento. Por meio da comunicação, a criança aprende a organizar ideias, regular comportamentos e participar ativamente das práticas sociais de sua comunidade. Assim, o ambiente social, rico em interações significativas, torna-se condição indispensável para o desenvolvimento integral, pois possibilita a aquisição de competências cognitivas, afetivas e sociais, reforçando que o crescimento humano é inseparável do contexto cultural e das relações interpessoais (Vygotsky, 1994).

Para Wallon (2007), o desenvolvimento infantil pode ser comparado ao movimento de um pêndulo que oscila entre diferentes aspectos. Uma característica marcante dessa teoria é a ênfase no desenvolvimento global da criança (motor, afetivo, cognitivo e social). Esses aspectos estão interligados: o estado emocional predominante nos primeiros anos de vida facilita o surgimento da cognição e vice-versa. A motricidade fundamenta o pensamento e a expressão da criança nesse período inicial. Assim, a aprendizagem emerge das relações sociais com pais, irmãos e outros indivíduos. Portanto, a participação da família no processo educativo é vital para a incorporação de novos valores e para superar as dificuldades desse processo (Wallon, 2007).

Nesse contexto, Wallon (2007) destaca que a emoção é um elemento estruturante do desenvolvimento, pois permite à criança organizar suas experiências, perceber o mundo e estabelecer vínculos afetivos que condicionam a aprendizagem. O movimento e a motricidade não se restringem apenas ao aspecto físico, mas constituem formas de expressão e comunicação, essenciais para a interação com o ambiente e com outras pessoas. Além disso, a cognição e a afetividade não se desenvolvem de maneira isolada; ao contrário, o equilíbrio entre sentimentos, ações e raciocínio é fundamental para a formação da personalidade e da identidade (Wallon, 2007).

A interação social, portanto, é central na teoria de Wallon, pois é através do seu acontecimento que a criança internaliza normas, valores culturais e habilidades cognitivas, aprendendo a negociar significados, resolver conflitos e adaptar-se às demandas do grupo. O ambiente familiar e social atua como mediador desse processo, oferecendo segurança, referências afetivas e oportunidades de experimentação que fortalecem tanto o desenvolvimento intelectual quanto o emocional e social. Dessa forma, o desenvolvimento infantil, segundo Wallon (2007), deve ser compreendido de forma integrada, considerando a criança em sua totalidade e a interdependência entre emoção, cognição, movimento e contexto social (Wallon, 2007).

A instituição da figura protetiva da família busca cumprir todas as etapas do desenvolvimento infantil para que, ao chegar na fase adulta, o indivíduo esteja desenvolvido nos moldes sociais preestabelecidos socialmente.

Nesse contexto, as teorias de Piaget (1973), Wallon (2007) e Vygotsky (1989) convergem ao reconhecer a importância do ambiente familiar como mediador do desenvolvimento infantil.

Para Piaget (1973), a família proporciona experiências concretas e situações desafiadoras que permitem à criança construir seu conhecimento ativamente, reorganizando seus esquemas mentais por meio da interação com o mundo. Wallon (2007) enfatiza que o vínculo familiar oferece segurança afetiva e condições para que emoção, cognição e motricidade se entrelacem, favorecendo a formação da personalidade e a internalização de valores sociais. E, Vygotsky (1989) complementa essa perspectiva ao destacar que o aprendizado ocorre primeiramente no plano social, sendo a interação com adultos e pares fundamentais para o desenvolvimento das funções cognitivas superiores. A família, nesse sentido, atua como mediadora que orienta, oferece suporte e estimula a criança a avançar em sua “zona de desenvolvimento proximal”, permitindo que ela realize atividades que ainda não conseguiria sozinha.

Dessa forma, a família atua como elemento central para o desenvolvimento integral, mediando experiências cognitivas, emocionais e sociais, transmitindo valores culturais e proporcionando suporte para que a criança explore, interaja e construa sua identidade. Ao integrar os ensinamentos de Piaget, Wallon e Vygotsky evidencia-se que o cuidado familiar é determinante para que a criança se torne um indivíduo pleno, capaz de se adaptar, aprender e participar ativamente da sociedade.

Portanto, o olhar atento para o papel da família no contexto educativo não apenas reforça a importância do vínculo afetivo, mas também sublinha a necessidade de práticas que valorizem experiências significativas, aprendizagem ativa e apoio social e emocional.

A convergência dessas teorias demonstra que o desenvolvimento infantil não ocorre isoladamente, mas em constante diálogo com o ambiente familiar, que funciona como base sólida para a construção do conhecimento, da personalidade e da cidadania.

2 FAMÍLIA, MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR E SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

Conhecer a família significa pensá-la na inserção em seu meio social, em suas configurações contemporâneas e em suas funções, sem deixar de considerar sua historicidade. Assim, é fundamental entendê-la em seu contexto histórico-social e adentrar os vários fatores que compõem sua formação na atualidade.

A realidade cotidiana nos impõe o desafio de analisar como a composição, a forma de desempenhar os papéis que lhe são atribuídos e, principalmente, como as determinações advindas da localização em termos de classe social, gênero e etnia se expressam na organização da família, configurando fragilidades e potencialidades no enfrentamento da luta pela sobrevivência. Refletir sobre a família é, portanto, refletir sobre uma unidade relacional plural e mutável, de suporte a seus membros e, também, de confronto entre eles, marcada por movimentos que denotam as transformações que ocorrem na sociedade.

Nesse sentido, o casamento embasado na escolha mútua dos parceiros, a separação entre sexualidade e reprodução, as novas tecnologias reprodutivas, a presença cada vez mais forte da mulher no mercado formal de trabalho, a união entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por esses casais, além dos constantes rompimentos de laços conjugais, resultaram em novas formas de ser família. Diante dessa complexidade, definir, mesmo que precariamente, essa que continua sendo vista como a primeira e mais importante referência social do indivíduo, tem merecido dos estudiosos certos cuidados.

De um lado, é necessário diferenciá-la de outros agrupamentos humanos e, de outro, é importante não a restringir ao parentesco e à coabitação.

Para Sarti (2005), a família é um grupo social que concretiza vínculos de parentesco (de consanguinidade entre irmãos, de descendência entre pai e filho e mãe e filho, e de afinidade, por meio do casamento). Acrescente-se a isso, o compartilhamento de um mesmo cotidiano, da união por afeto e com objetivos de vida comuns, as trocas intersubjetivas e de experiências de cuidado mútuo, além da transmissão de tradições de um indivíduo para outro. Também são assumidas como instituições sociais, construídas a partir da dialética que se processa entre as pessoas que vivem em grupo e a estrutura social na qual estão inseridas (Mioto, 1997).

Os marcos legais também apresentam seus entendimentos sobre entidade familiar e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, de 2006, que foi aprovado com o escopo de oferecer diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas em prol da efetivação dos direitos de crianças e adolescentes, adota uma definição que transcende os laços de parentesco e avança na direção de considerar, na esfera simbólica e relacional, a possibilidade de outras pessoas comporem o grupo familiar (MDS, 2006).

Nesta direção, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), elegeu entres seus eixos estruturantes a matricialidade sociofamiliar, que se refere à família como matriz para intervenção da Assistência Social, na oferta dos serviços socioassistenciais, dos benefícios, programas e projetos. Em vista disso, a concepção de família segundo a PNAS (2004), é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja a sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento ou a dependência econômica (Brasil, 2004).

Assim, a assistência social visa atuar para proteger os sujeitos, fortalecer os vínculos e as potencialidades, sendo necessário o conhecimento da realidade em que os grupos familiares estão inseridos.

Todavia, a complexidade destas questões têm sido alvo de ações controversas (Perez et. al., 2018).

Segundo Perez et. al. (2018), a matricialidade sociofamiliar com foco da Assistência Social pode provocar interpretações conservadoras e gerar ações como o reforço da representação social do feminino e sua relação com a família. Para os autores,

o sentido de família na política de Assistência Social, principalmente através dos benefícios de renda, é centrado na representação social da mulher que identifica e associa mulher e feminino à família, em função da reprodução e cuidado (Perez et. al, 2018, p. 1671)

Deste modo, a mulher fundamenta-se como o sujeito da política em sua função de esposa/mãe/dona de casa, sendo corresponsável, junto com o Estado, pelos programas de enfrentamento a pobreza, servindo como mão de obra gratuita na execução dos mesmos.

Assim, a família e a mulher são culpabilizadas pelo contexto social que estão inseridas. Sob esta lógica, a Política de Assistência Social realiza algumas ações que reforçam a culpabilização das famílias, uma vez que, desconectada de um olhar crítico sobre as particularidades e as identidades coletivas presentes no processo de desigualdade social, a política pública possui serviços que visam moldar os comportamentos morais, valores e culturais (Perez et. al., 2018).

O Programa Criança Feliz (PCF) é um exemplo deste tipo de intervenção, encaixando-se em todas as questões problematizadas acima, pois, caracteriza-se por atender prioritariamente gestantes e crianças, de 0 a 6 beneficiárias de Programas de Transferência de Renda por meio de visitas domiciliares periódicas para orientações quanto aos cuidados e estímulos necessários, para um “melhor” desenvolvimento da criança.

O Programa Criança Feliz (PCF) é Governo Federal, que foi instituído pelo Decreto n. 8.869, de 05 de outubro de 2016, tendo como fundamento a Lei n. 13.257, de 08 de março de 2016. É reconhecido como o Marco Legal da Primeira Infância, sendo este o período que abrange os primeiros 72 meses de vida de uma criança (Brasil, 2016).

Os objetivos do PCF são a promoção do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; apoio à gestante e à família para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaboração no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos; mediação do acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos (Brasil, 2016).

O planejamento das ações do Programa de Criança Feliz é um procedimento metodológico crucial para a realização das visitas domiciliares, no qual cada ação é orientada por um propósito específico e adaptada ao contexto familiar. O Manual do Guia para Visita Domiciliar serve como uma ferramenta essencial para a coleta de informações, que orienta tanto o planejamento das visitas quanto a implementação de atividades voltadas à promoção da primeira infância. O Guia para Visita Domiciliar do PCF, de 2017 orienta os visitantes sobre como realizar as visitas domiciliares a gestantes e crianças até 6 anos, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento integral das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares. Ele fornece informações sobre o planejamento das visitas, as atividades a serem realizadas e como identificar e encaminhar as necessidades das famílias (MDS, 2017)

Nos procedimentos de abordagem das visitas, é fundamental que o visitador compreenda o contexto social das crianças e suas famílias por meio de uma escuta qualificada. Durante as primeiras visitas, realiza-se uma apresentação detalhada dos objetivos do programa e da periodicidade das visitas, estabelecendo compromissos claros com as famílias.

Essa interação metodológica é vital para identificar as necessidades específicas de apoio, especialmente nas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), na qual se busca evitar a sensação de vigilância (MDS, 2017).

O objetivo central das visitas é promover a interação da criança no ambiente familiar e social, garantindo o acesso aos seus direitos. Para alcançar esse objetivo, os procedimentos metodológicos incluem a criação de um ambiente propício ao aprendizado e à afetividade entre a criança e o cuidador, promovendo o desenvolvimento integral do potencial da criança. Dessa forma, as visitas são conduzidas com uma abordagem que valoriza a interação e o fortalecimento dos vínculos familiares (MDS, 2017).

O visitador do Programa Criança Feliz é o profissional responsável por planejar e realizar visitas domiciliares às famílias, com a orientação de um supervisor. Para atuar nessa função, é necessário ter formação de nível médio ou superior, conforme as resoluções pertinentes. As atribuições incluem observar protocolos de visita, registrar informações das atividades, identificar demandas que necessitem de encaminhamentos para a rede de serviços e realizar a caracterização das famílias, gestantes e crianças.

Além disso, o visitador deve realizar diagnósticos iniciais do desenvolvimento infantil, planejar o trabalho junto às famílias, orientá-las sobre atividades de estimulação adequadas e acompanhar os resultados alcançados. É fundamental participar de reuniões semanais com o supervisor para repassar as atividades realizadas e planejar as modalidades de atenção. O visitador também deve informar imediatamente ao supervisor sobre situações problemáticas observadas nas famílias, como violência doméstica ou dificuldades no acesso a serviços. Por fim, a capacitação contínua dos profissionais envolvidos é essencial para garantir a eficácia do programa e sua articulação com outras políticas públicas que realizam visitas domiciliares.

No âmbito da PNAS (2004), o CRAS configura-se como a principal porta de entrada para a rede socioassistencial, desempenhando um papel crucial na prevenção de riscos sociais, no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e na promoção do acesso a direitos. Nesse contexto, o Assistente Social assume uma posição central, sendo um dos profissionais responsáveis por operacionalizar grande parte das ações e serviços ofertados no CRAS (PNAS, 2004).

A atuação do Assistente Social no CRAS abrange uma diversidade de atividades, desde o acolhimento e a escuta qualificada das demandas apresentadas pelas famílias e indivíduos, até a realização de estudos sociais para a compreensão aprofundada das situações de vulnerabilidade.

Esse profissional desenvolve o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), oferecendo acompanhamento social, orientação e encaminhamentos para outros serviços da rede, como saúde, educação e assistência jurídica. Além disso, o Assistente Social planeja, coordena e referencia os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, buscando estimular a troca de experiências, o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção de redes de apoio.

A capacidade de realizar uma análise social crítica da realidade, identificando as expressões da questão social no território de abrangência do CRAS, é fundamental para a atuação do Assistente Social. Essa análise subsidia a elaboração de planos de intervenção individualizados e coletivos, considerando as especificidades de cada família e comunidade. A articulação com outros profissionais e serviços da rede socioassistencial e de outras políticas públicas é também uma competência essencial, visando garantir a integralidade do atendimento e a efetividade das ações desenvolvidas.

Em suma, o Assistente Social no CRAS é um profissional estratégico na concretização dos objetivos da Assistência Social, atuando na linha de frente da Proteção Social Básica, promovendo a autonomia e o bem-estar das famílias e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Sua atuação demanda um olhar atento às singularidades, sensibilidade para as questões sociais e um compromisso ético e político com a defesa dos direitos humanos.

O trabalho do assistente social na Política de Assistência Social é orientado pelo Código de Ética e pela Lei de Regulamentação da Profissão, que garantem direitos como autonomia profissional, sigilo, participação na formulação de políticas públicas e aprimoramento contínuo. Também estabelecem deveres éticos, como o compromisso com a eficiência, a responsabilidade e a defesa dos direitos humanos e sociais (CFESS, 1993; Brasil, 1993). O profissional deve atuar de forma crítica, superando práticas conservadoras e individualistas, reconhecendo a questão social como resultado de desigualdades estruturais e não de problemas pessoais.

Nessa perspectiva, o assistente social precisa compreender o contexto histórico e social do país, analisando os processos que geram desigualdades e construindo respostas coletivas para enfrentá-las. Suas atribuições envolvem diferentes dimensões de intervenção — individual, coletiva, pedagógica e de gestão — que vão desde o atendimento a famílias e grupos até a participação em conselhos, conferências e formulação de políticas públicas. O profissional atua também em pesquisas, planejamento, execução e avaliação de programas e serviços socioassistenciais, sempre buscando fortalecer a participação popular e garantir o acesso aos direitos sociais.

O trabalho interdisciplinar é essencial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), integrando assistentes sociais, psicólogos e pedagogos em ações conjuntas com outras políticas públicas, como saúde, educação e habitação. Essa atuação coletiva deve ser pautada pelo respeito ao sigilo profissional, pela cooperação entre saberes e pela reflexão crítica sobre as condições de vida da população. Assim, o Serviço Social assume papel estratégico na análise da realidade social, na defesa dos direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, atuando de forma articulada e ética na luta contra as desigualdades estruturais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo fundamentou-se em dados secundários e adotou uma abordagem metodológica quanti-qualitativa, combinando análise quantitativa e qualitativa. Essa escolha permitiu uma compreensão abrangente da importância da primeira infância na vida da criança, enfatizando a contribuição do Serviço Social por meio do Programa Criança Feliz de Aratuba-CE.

A pesquisa bibliográfica, que consistiu na coleta e análise de informações já publicadas em livros, artigos acadêmicos e documentos/legislações relevantes, serviu como base teórica para compreender os conceitos e práticas relacionados à primeira infância e ao desenvolvimento infantil. Esse tipo de pesquisa foi essencial para contextualizar o estudo dentro de um referencial teórico amplo, possibilitando a identificação de lacunas no conhecimento existente e a formulação de novas questões de pesquisa.

A experiência do Programa Criança Feliz em Aratuba-CE foi utilizada como um estudo de caso para ilustrar as práticas recomendadas e os desafios enfrentados na implementação de políticas voltadas à primeira infância. A pesquisa de campo, caracterizada pela coleta de dados diretamente no ambiente em que as crianças e suas famílias viviam, permitiu observar contextos reais e interagir com os participantes, proporcionando percepções valiosas sobre suas experiências.

No âmbito da pesquisa quanti-qualitativa, os Assistentes Sociais que atuavam no Programa Criança Feliz em Aratuba-CE foram colaboradores essenciais em ambas as etapas. Na fase quantitativa, auxiliaram na coleta de dados estruturados, como o fornecimento de dados secundários existentes nos registros do programa, contribuindo para a análise estatística de indicadores de desenvolvimento infantil e de características sociofamiliares.

De maneira ainda mais central, na fase qualitativa, os Assistentes Sociais foram importantes fontes de informação e mediadores da pesquisa. Suas experiências de campo, o conhecimento aprofundado das dinâmicas familiares e os vínculos estabelecidos com as crianças e seus cuidadores enriqueceram significativamente o processo investigativo.

Inicialmente, realizou-se a pesquisa de campo para alcançar os objetivos específicos de identificar fatores ambientais que influenciavam o aprendizado das crianças atendidas e examinar a variedade de estímulos e brincadeiras que promoviam o aprendizado infantil. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com uma Assistente Social, 3 (três) visitantes e 2 (duas) famílias acompanhadas pelo Programa Criança Feliz. Essas entrevistas permitiram uma compreensão mais profunda das experiências e percepções tanto dos profissionais que atuavam no programa quanto das famílias que recebiam o apoio.

As entrevistas com as visitadoras focaram em entender como elas percebiam a eficácia do programa, os desafios enfrentados no dia a dia e as estratégias utilizadas para engajar as famílias. Já as conversas com as famílias buscaram captar suas opiniões sobre o impacto do programa em suas vidas e no desenvolvimento das crianças, além de identificar quais atividades e abordagens eram mais valorizadas.

Essa abordagem qualitativa possibilitou uma troca rica de ideias, permitindo que tanto os visitantes quanto as famílias compartilhassem suas experiências de forma detalhada. As informações coletadas foram fundamentais para compreender a dinâmica do programa e identificar áreas de melhoria, contribuindo para um atendimento mais adequado às necessidades das crianças e suas famílias.

Para alcançar os objetivos de conhecer a atuação dos Assistentes Sociais junto às famílias do Programa Criança Feliz (PCF) e reconhecer a importância do Serviço Social em adaptar suas intervenções às especificidades de cada faixa etária atendida, realizou-se uma entrevista com o Assistente Social.

Essa entrevista, composta por 10 questões, permitiu aprofundar a análise sobre as ferramentas essenciais que nortearam a prática profissional, bem como as percepções e desafios enfrentados no cotidiano do programa.

No que concerne à ética em pesquisa envolvendo seres humanos, o estudo seguiu rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelas normativas vigentes. Para garantir a autonomia e o respeito aos participantes, elaborou-se e aplicou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Esse documento foi apresentado de forma clara e acessível ao Assistente Social, aos visitadores e às famílias que concordaram em participar da pesquisa, detalhando os objetivos do estudo, os procedimentos de coleta de dados (entrevistas semiestruturadas), os possíveis riscos e benefícios de sua participação, bem como a garantia do anonimato e do sigilo das informações. A assinatura do TCLE atestou que os participantes foram devidamente informados e consentiram voluntariamente em contribuir com a pesquisa, assegurando o cumprimento dos princípios éticos de respeito à dignidade humana, à privacidade e à confidencialidade dos dados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira infância representa uma fase decisiva para o desenvolvimento integral da criança, pois é nesse período que se estruturam os vínculos afetivos, as habilidades cognitivas, sociais e emocionais, além da construção da identidade.

Diante disso, e com base na entrevista feita com as duas famílias do Programa Criança Feliz, observou-se que 50% das famílias participam entre 1 mês e 1 ano do Programa, enquanto as outras 50% participam entre 1 e 2 anos. Nenhuma família entrevistada possui mais de dois anos ativas no referido Programa.

No que se refere à frequência das visitas realizadas pelos profissionais do PCF às famílias entrevistadas, verificou-se que 100% das famílias recebem acompanhamento de forma semanal.

Esse dado evidencia a regularidade e continuidade no atendimento ofertado pelo Programa e contribui para compreender o perfil das famílias entrevistadas e a organização das ações desenvolvidas pelo programa no território.

Conforme os dados obtidos nas entrevistas, os três visitantes que participaram da pesquisa possuem formação em nível superior, sendo dois com nível superior incompleto e um com nível superior completo. Em relação ao tempo de atuação no Programa Criança Feliz, verificou-se que um visitador atua entre 1 e 2 anos, um atua há 3 anos e o outro atua há mais de 2 anos. Esses dados demonstram a presença de profissionais qualificados e com experiência significativa no acompanhamento das famílias, contribuindo para a efetividade das ações desenvolvidas pelo Programa.

Os resultados da pesquisa demonstraram, ainda, que o Programa Criança Feliz no município de Aratuba-CE exerce papel significativo na promoção do desenvolvimento infantil e no fortalecimento das relações familiares. As entrevistas com as visitadoras e com as famílias acompanhadas revelaram que o acompanhamento sistemático, as orientações sobre práticas de cuidado e o estímulo ao brincar têm contribuído de forma positiva para o crescimento integral das crianças. As famílias relataram melhorias na interação com os filhos e maior compreensão sobre a importância da participação ativa na rotina infantil, reconhecendo o programa como um espaço de apoio e aprendizado contínuo.

Em relação ao pilar da socioafetividade, as visitadoras relataram que trabalham o referido pilar por meio de acolhimento, escuta ativa e incentivo às interações afetuosas entre cuidadores e crianças. Durante as visitas, estimulam práticas de cuidado sensível, orientam sobre a importância da atenção e da responsividade e utilizam atividades lúdicas que fortalecem o vínculo emocional entre a família e a criança.

As profissionais afirmaram que, ao identificar situações de vulnerabilidade, procuram agir com sensibilidade e orientar as famílias sobre os serviços disponíveis na rede de proteção social.

Elas se sentem preparadas para oferecer apoio inicial, encaminhamentos e acompanhamento contínuo, reconhecendo a importância de uma atuação integrada com o CRAS e demais serviços públicos para garantir o suporte adequado.

As visitadoras destacaram, ainda, que o Programa contribui de forma significativa para o fortalecimento dos vínculos familiares e, como exemplo, citaram situações nas quais observaram maior aproximação afetiva entre mães e filhos, durante as brincadeiras orientadas; aumento do diálogo familiar; e, maior envolvimento dos cuidadores nas atividades propostas. Relataram, ainda, que muitas famílias mencionam se sentir mais confiantes e conectadas com as crianças após as visitas.

A análise dos dados qualitativos e quantitativos evidenciou também alguns desafios enfrentados pelas equipes e pelas famílias participantes. Entre eles, destacam-se limitações relacionadas à infraestrutura das moradias, à falta de recursos materiais para atividades lúdicas e à dificuldade de engajamento constante devido às condições de trabalho e renda. As visitadoras ressaltaram a necessidade de capacitações contínuas e de maior integração entre os setores da Assistência Social, Educação e Saúde, a fim de fortalecer o trabalho intersetorial e ampliar o alcance das ações voltadas à primeira infância.

Em relação ao apoio recebido para a realização do trabalho cotidiano, as visitadoras afirmaram sentir-se apoiadas pela coordenação do Programa Criança Feliz e pelos assistentes sociais do CRAS, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento dos casos mais complexos, ao suporte técnico e às orientações relacionadas às demandas das famílias. Destacaram que recebem retorno quando necessitam de encaminhamentos, esclarecimentos sobre procedimentos e apoio para lidar com situações de vulnerabilidade social. Além disso, relataram que a coordenação se mostra disponível para dialogar, oferecer orientações e proporcionar momentos de formação, o que contribui diretamente para a segurança e qualidade do trabalho realizado em campo.

Esses achados refletem a importância de políticas públicas mais estruturadas e articuladas para garantir o pleno desenvolvimento das crianças em contextos de vulnerabilidade.

No âmbito do Serviço Social, esta é uma profissão engajada na promoção da justiça social e na defesa dos direitos humanos, desempenha papel crucial no contexto da Política de Assistência Social e, especificamente, no Programa Criança Feliz. A atuação dos Assistentes Sociais, integrados às equipes dos CRAS e ao PAIF, é fundamental para a implementação eficaz do programa, pois utilizam seu conhecimento teórico-metodológico e ético-político para realizar o acompanhamento das famílias, fortalecer vínculos e garantir o acesso a direitos, sempre considerando a particularidade de cada núcleo familiar e seu contexto socioeconômico e cultural.

Nesse contexto, a atuação do Serviço Social é essencial para a efetividade do Programa, especialmente em Aratuba-CE, município de pequeno porte, localizado na região serrana do Maciço de Baturité. A cidade é marcada por uma economia baseada principalmente na agricultura familiar, que apresenta limitações no acesso a serviços públicos, o que reforça a importância da presença do assistente social na promoção dos direitos sociais.

No que se refere à atuação do Serviço Social, observou-se a profissional entrevistada atua na área há mais de 5 anos, possuindo o mesmo tempo de experiência com o Programa Criança Feliz, demonstrando certa expertise no que concerne às ações do Serviço Social no acompanhamento das famílias do PCF.

Além disso, os resultados da pesquisa demonstram que os assistentes sociais desempenham papel fundamental na mediação entre as famílias e o poder público, promovendo o acesso a direitos e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O estudo evidenciou que a escuta qualificada, o acolhimento e a construção conjunta de estratégias de enfrentamento são elementos centrais do trabalho desses profissionais dentro do Programa Criança Feliz.

O Serviço Social adota estratégias de intervenção e acompanhamento junto às famílias que consideram as particularidades de cada faixa etária do Programa Criança Feliz. Para famílias com bebês, prioriza orientações sobre cuidados básicos, fortalecimento do vínculo afetivo e estímulos adequados ao desenvolvimento inicial. Para famílias com crianças maiores, trabalha aspectos relacionados ao brincar, à socialização, à comunicação e ao incentivo à autonomia. As profissionais também adaptam a linguagem e a abordagem conforme a maturidade da criança e as condições familiares. Além disso, realizam encaminhamentos para a rede de serviços sempre que identificam demandas específicas, garantindo que as famílias tenham acesso ao apoio necessário para lidar com suas necessidades de forma integral.

A articulação entre o Serviço Social, os visitadores e outros profissionais ocorre por meio de um trabalho integrado, com planejamento conjunto, reuniões periódicas e comunicação contínua. Os visitadores apresentam suas observações, o Serviço Social realiza a análise técnica e os demais profissionais contribuem, conforme suas áreas de atuação. Além disso, a articulação é bastante persistente, contando com a participação de todos, enfatizando todos os contextos envolvidos, incluindo questões como transporte, que facilita o acesso das famílias aos profissionais, entre outros aspectos necessários para garantir o atendimento. As demandas identificadas são encaminhadas de forma organizada para as políticas públicas adequadas e o retorno é monitorado. Assim, por meio de ações interdisciplinares e registros sistemáticos, garante-se um acompanhamento completo e coerente às famílias.

A partir das experiências relatadas, observou-se que a prática do Serviço Social contribui de maneira efetiva para o êxito do programa, reafirmando a relevância de uma intervenção ética, crítica e humanizada no campo das políticas de proteção à primeira infância. Ao investigar a prática dos assistentes sociais no PCF é possível identificar desafios e oportunidades para aprimorar as políticas públicas, garantindo que o olhar sobre a primeira infância seja cada vez mais atento às necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia a complexidade que envolve a família enquanto construção histórica, social e cultural, bem como a centralidade da matricialidade sociofamiliar nas políticas públicas de Assistência Social. O Programa Criança Feliz, inserido nesse contexto, demonstra-se uma importante estratégia para a promoção do desenvolvimento infantil e para o fortalecimento dos vínculos familiares, apesar dos limites e contradições que atravessam sua execução.

Ao compreender a diversidade das configurações familiares e as condições socioeconômicas que influenciam a dinâmica cotidiana dessas famílias, o estudo reafirma a importância de políticas que considerem a pluralidade, a autonomia e as singularidades presentes em cada território.

Os resultados obtidos mostram que o Programa Criança Feliz, ao atuar com gestantes e crianças na primeira infância, contribui significativamente para orientar práticas de cuidado, fortalecer vínculos afetivos e ampliar o acesso a direitos. As visitas semanais, realizadas pelas equipes, permitem um acompanhamento contínuo, que favorece tanto o desenvolvimento infantil quanto a construção de relações de confiança entre famílias e profissionais. Entretanto, os desafios revelados — como limitações estruturais das moradias, escassez de materiais, demandas sociais complexas e necessidade de maior integração entre políticas públicas — demonstram que, para alcançar maior efetividade, é indispensável ampliar investimentos, capacitações e ações intersetoriais.

Por fim, a pesquisa ressalta o papel essencial do Serviço Social na operacionalização do Programa Criança Feliz, sobretudo em municípios de pequeno porte como Aratuba-CE. A atuação crítica, ética e humanizada dos assistentes sociais é fundamental para compreender a realidade das famílias, promover direitos, romper com práticas culpabilizadoras e fortalecer a perspectiva da proteção social.

Assim, este estudo reafirma que políticas voltadas à primeira infância só podem alcançar seu pleno potencial quando articuladas a uma visão ampliada de família, à valorização do trabalho interdisciplinar e à compreensão das desigualdades estruturais que atravessam a vida das crianças e de suas famílias.

Por fim, cabe destacar as mudanças recentes trazidas pela Resolução CIT nº 30, de 6 de outubro de 2025, que regulamenta o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC), transformando o antigo Programa Criança Feliz em um serviço da Proteção Social Básica, com caráter contínuo e institucionalizado no SUAS. Essa mudança marca um avanço na política de primeira infância, pois integra definitivamente as visitas domiciliares ao escopo do PAIF e do PAEFI, reforçando que o acompanhamento das famílias deve ser estruturado a partir do plano de acompanhamento familiar, com foco no fortalecimento da função protetiva.

Para o Serviço Social, essa transformação traz implicações relevantes: amplia a responsabilidade técnica das equipes de referência do CRAS e CREAS, exige maior articulação com os visitantes e intensifica a necessidade de análises sociais críticas, considerando vulnerabilidades, potencialidades e demandas territoriais. Além disso, o novo formato consolida o papel do assistente social como profissional estratégico na coordenação, supervisão e avaliação das visitas domiciliares, reafirmando sua função ética-política na defesa de direitos, na proteção social e no enfrentamento de desigualdades que atingem gestantes, crianças e suas famílias. Assim, a mudança do PCF de programa para serviço reforça a centralidade da família no SUAS, mas também desperta o desafio permanente de evitar leituras moralizantes e responsabilizadoras, reafirmando a necessidade de práticas qualificadas, intersetoriais e comprometidas com a emancipação social.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, 1993, alterada pela lei 12.435/2011).

BRASIL. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) – Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto-lei nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 out. 2016a. Seção 1, p. 2. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8869-5-outubro-2016-783706-norma-pe.html>> Acesso em: 15 out. 2025

CFESS. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do(a) Assistente Social. Brasília, 1993.

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. 2ª Versão. MDS, 2006. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriançasAdolescentes%20.pdf>

MDS. Ministério de Desenvolvimento Social. Programa Criança Feliz. Guia para Visita Domiciliar. 2ª Versão. 2017. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz02_Guia_Visita_Domiciliar_Manual.pdf>.

MIOTO, R. C. T. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 55, nov. 1997. p. 114-30.

OLIVEIRA, M. K. (1992). O problema da afetividade em Vygotsky. In Y. La Taille, H. Dantas & M. K. Oliveira (Orgs.), Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenética sem discussão (p. 75-84). São Paulo: Summus Editorial Ltda.

PEREZ, Adriana Medalha et al. Matricialidade Sociofamiliar: tensões e contradições na Assistência Social brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, p. 1665- 1682, 2018.

PIAGET, J. *Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.

SARTI, C. A. *Família e individualidade: um problema moderno*. In: *A família contemporânea em debate*. 6. ed. São Paulo: Educ/Cortez, 2005.

SZYMANSKI, H. *Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança*. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.71. p.9-25. São Paulo: Cortez, 2002.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

WALLON, H. *A evolução psicológica da criança*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: 2007.



SERVIÇO SOCIAL E ALZHEIMER: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR DE ARACOIABA-CE

**Maria Lucilene de
Albuquerque Pereira**

Graduação em
Serviço Social

Centro Universitário
Maciço de Baturité



**Ana Larisse
Santos Barbosa**

Mestrado em
Serviço Social

Universidade
Estadual do Ceará

RESUMO



Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre o cuidado familiar de idosos com a doença Alzheimer e a atuação do Assistente Social, considerando o aumento da população idosa com Alzheimer em âmbito mundial e no Brasil. Com esse aumento, multiplica-se também a prevalência de doenças crônicas, incluindo o Alzheimer, uma condição que afeta profundamente a vida familiar e requer cuidados constantes. O estudo se caracteriza como pesquisa qualitativa e se volta para o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD) no município de Aracoiaba-CE, que realiza o atendimento a esses usuários e suas famílias. Ao examinar o papel do assistente social nesse cenário, através da aplicação de questionário, o estudo destaca a relevância desse profissional na orientação das famílias, na garantia de direitos e no fortalecimento das redes de apoio.

Palavras-chave: Idoso, Alzheimer, Assistente Social.

ABSTRACT



This study aimed to analyze the relationship between family care for elderly people with Alzheimer's disease and the role of the social worker, considering the increase in the elderly population with Alzheimer's worldwide and in Brazil. With this increase, the prevalence of chronic diseases, including Alzheimer's, also multiplies, a condition that profoundly affects family life and requires constant care. The study is characterized as qualitative research and focuses on the Home Care Service (SAD) in the municipality of Aracoiba-CE, which provides care to these users and their families. By examining the role of the social worker in this scenario, through the application of a questionnaire, the study highlights the relevance of this professional in guiding families, guaranteeing rights, and strengthening support networks.

Keywords: Elderly; Alzheimer; Social Service

INTRODUÇÃO



O presente estudo tem como objetivo a relação entre o cuidado familiar de idosos com a doença Alzheimer e a atuação do Assistente Social, observando as características desse cuidado e as ações conjuntas desenvolvidas, assegurando o suporte necessário às famílias e aos idosos, procurando destacar os avanços e desafios que impactam a sociedade. Buscando unir o debate do serviço social à temática da doença do Alzheimer, proporcionando uma reflexão sobre as possibilidades de intervenção junto ao idoso com essa enfermidade e seus cuidadores.

O crescimento da população idosa vem constantemente crescendo no Brasil e no mundo. É um fator mundial e a estimativa da população brasileira não é diferente dos outros países, sendo que as pesquisas dos censos de 2002 a 2050 mostram que a população idosa irá aumentar gradativamente e a população jovem continuará em declínio. O último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, traz o aumento de 57,4% de população idosa.

O envelhecimento demográfico é uma realidade que merece uma reflexão sobre a melhoria da qualidade de vida, tendo como fator a redução da taxa de natalidade (Berzins, 2003). Esse envelhecimento traz também muitos desafios como: doenças crônicas, como Diabetes, pressão alta e AVC, e doenças mentais, sendo a demência uma das mais recorrentes, com ênfase para o Alzheimer, que afeta uma porcentagem considerável a partir de 65 anos. Essa realidade demanda tanto das famílias, quanto de políticas públicas que se voltem para atender as demandas desse novo contexto. Posto isto, não somente as doenças como também as limitações de mobilidade, falta de apoio emocional, familiar e a solidão.

Nesse contexto, destaca-se a importância de ampliar a reflexão acadêmica sobre a atuação do assistente social junto a idosos com Alzheimer, valorizando a promoção da inclusão social, o acesso a tratamentos adequados e o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a saúde mental e o bem-estar da população idosa.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), em seu artigo 3º, estabelece que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Esta pesquisa se propõe a contribuir para essa discussão por meio de um olhar social sobre o Alzheimer, considerando que a produção científica existente ainda é escassa nessa perspectiva. A maior parte dos estudos foca aspectos clínicos ou biomédicos da doença, enquanto as implicações sociais, familiares e institucionais - diretamente relacionadas ao campo do Serviço Social - permanecem pouco exploradas. Essa lacuna revela a invisibilidade de sujeitos e experiências no campo das políticas públicas e aponta para a necessidade de um debate interdisciplinar.

No município de Aracoiaba, nem todas as famílias que convivem com o Alzheimer se enquadram para ter acesso ao Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), que é oferecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Aracoiaba, realizando atendimento multiprofissional domiciliar. A equipe é composta por assistente social, médico, enfermeiro, nutricionista, técnica de enfermagem e fisioterapeuta. Implantado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o SAD busca reduzir internações prolongadas e oferecer maior conforto aos pacientes de forma expressiva e compreensiva. No entanto, é preciso avaliar se esse serviço tem conseguido atender plenamente às demandas sociais, emocionais e jurídicas das famílias, e quais estratégias podem ser fortalecidas pelo Serviço Social (Brasil, 2013).

O objetivo geral deste estudo é analisar o papel do Serviço Social no atendimento a idosos com Alzheimer, no SAD do município de Aracoiaba, como já ressaltado anteriormente, identificando desafios e potencialidades do trabalho com esse público e suas famílias na efetivação de direitos. Iniciaremos com um resgate teórico sobre a ligação do Serviço Social e os cuidados às pessoas com Alzheimer.

Posteriormente, caracterizaremos o campo de estudo através do aparato legislativo e atividades desempenhadas. Em seguida, traremos reflexões sobre desafios e potencialidades identificadas na prática profissional. O estudo pretende contribuir para evidenciar a contribuição do Serviço Social para o desenvolvimento de uma vida mais digna, inclusiva e respeitosa para as pessoas com Alzheimer.

2 MÉTODO

O presente estudo possui abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2001), a abordagem qualitativa visa entender o universo de significados que envolvem as pessoas, incluindo suas motivações, valores, crenças, atitudes e maneira de perceber o mundo. Essa metodologia busca compreender os fenômenos sociais a partir do ponto de vista dos próprios indivíduos, considerando o contexto em que estão inseridos e valorizando suas vivências e percepções. Além de medir ou quantificar dados, a pesquisa qualitativa busca compreender a realidade em sua profundidade, investigando o significado das relações e das experiências humanas.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o questionário. Segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 201), o “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Foi aplicado 1 (um) questionário, onde o(a) participante está respaldado pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A sistematização e a interpretação das informações produzidas foram orientadas pelos pressupostos da análise de conteúdo, metodologia que possibilita explorar os sentidos e significados expressos nas respostas. Conforme aponta Bardin (2011, p. 48), trata-se de “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de

produção/recepção dessas mensagens”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização do campo e a atuação do Assistente Social

De acordo com Bravo (1991), nos anos 80, o Brasil passou por um processo de redemocratização, saindo de um regime militar que durou desde 1964, ao mesmo tempo em que enfrentou uma crise econômica abrangente e duradoura, que ainda persiste. O descontentamento relacionado a essa transição para a democracia se tornaram evidentes, principalmente após a Constituição Federal de 1988, quando o movimento tomou um rumo mais conservador, sem trazer melhorias significativas para a população em geral. Na área da saúde, nessa década, contou com a participação de novos sujeitos sociais na discussão das condições de vida da população brasileira e das propostas governamentais apresentadas para o setor, contribuindo para um debate que permeou a sociedade civil. A saúde deixou de ser interesse apenas dos técnicos para assumir uma dimensão política, estando estreitamente vinculada à democracia.

Como fruto da Constituição Federal, a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, estabelece as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, assegurando o direito à saúde como dever do Estado e responsabilidade de todos. Segundo o artigo 5º dessa lei, o SUS tem por objetivo o atendimento integral à saúde, abrangendo ações de promoção, proteção e recuperação para toda a população, sem discriminação. O presente artigo reforça que o SUS deve garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, ao, independentemente das condições econômicas, ou sociais, priorizando a dignidade humana e a equidade. Com isso, a Lei nº 8.080/1990 formaliza um compromisso de justiça social e proteção ao bem-estar dos cidadãos brasileiros, consolidando a saúde como um direito fundamental.

O Serviço de Atendimento Domiciliar (SAD), se situa dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) através do Programa Melhor em Casa, lançado em 2011. O serviço oferece uma atenção contínua prestando atendimento à saúde domiciliar, destinado a pacientes que necessitam de cuidados especializados e contínuos. O objetivo é garantir acolhimento, conforto e recuperação no ambiente familiar, evitando assim internações. Atende pessoas que, devido ao tipo da doença, podendo ser temporário ou permanente (como o caso de pessoas com Alzheimer), apresentam dificuldade de locomoção até uma unidade de saúde. Esse serviço se integra à Rede de Atenção à Saúde, sendo oferecido conforme as necessidades do paciente, com suporte de uma equipe multiprofissional especializada em cuidados domiciliares.

O SAD também é amparado pela Resolução RDC nº 11/2006 da ANVISA e pela Portaria GM nº 825/2016 do Ministério da Saúde. De acordo com a Resolução nº 11/2006, que define as normas e técnicas de funcionamento para o SAD, esta modalidade de atenção é responsável pelo gerenciamento da estrutura, dos processos e dos resultados por ele obtidos, devendo atender às normas e exigências legais, desde o momento da indicação até a alta ou óbito.

O serviço também tem como suporte a Portaria GM nº 825/2016 do Ministério da Saúde que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas. Segundo a normativa, o SAD é um serviço complementar aos cuidados realizados na atenção básica e em serviços de urgência, substitutivo ou complementar à internação hospitalar, responsável pelo gerenciamento e operacionalização das Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).

No município estudado, o único suporte existente no momento para as famílias com idosos com Alzheimer é o serviço SAD (Serviço de Atenção Domiciliar), situado no Hospital Maternidade Santa Isabel, que conta com uma equipe multiprofissional que inclui nutricionista, enfermeiros, técnico de enfermagem, médico e fisioterapeuta.

Esse serviço desempenha um papel importante no acompanhamento dos pacientes em domicílio, oferecendo cuidados básicos de saúde e apoio às famílias.

No caso dos pacientes com Alzheimer, o serviço domiciliar tem como objetivo proporcionar conforto, com atendimento realizado semanalmente para assegurar uma melhor qualidade de vida aos pacientes. Este serviço é desenvolvido no ambiente acolhedor de seus lares, promovendo ações conjuntas que visam a melhorar a saúde da população aracoiaibense. O atendimento especializado reduz o risco de infecções, uma vez que os pacientes tendem a ter imunidade baixa e estão mais suscetíveis à complicações como pneumonia, resultantes do aumento de secreções.

Sobre o trabalho da assistente social no referido campo, a mesma informa um aumento na demanda de idosos com Alzheimer dentro do cotidiano familiar, esse aumento se dá por aspectos de melhoria na qualidade de vida da população, o que impacta na longevidade do ser humano através de aspectos como saneamento básico, boa alimentação e avanços na área da saúde (Berzins, 2003). Acerca da realidade no município, a mesma afirma:

Atualmente, observa-se um aumento significativo no número de idosos diagnosticados com Alzheimer. Esse crescimento pode ser considerado uma tendência expressiva, relacionada principalmente ao aumento da expectativa de vida da população brasileira, que hoje ultrapassa, em média, 79 anos para as mulheres e 73 para os homens. Outro fator importante é o avanço do entendimento sobre o Alzheimer, uma vez que, antigamente, muitos casos eram confundidos com a chamada “caduquice”, sendo vistos apenas como algo natural do envelhecimento e não como uma doença que requer tratamento e acompanhamento adequados. (Assistente Social).

Nesse sentido, a assistente social relata que o papel do assistente social é fundamental no acompanhamento das famílias desses pacientes. Esse profissional fornecerá o apoio e orientações necessárias para que essas famílias tenham acesso aos seus direitos para uma melhor qualidade de vida. Contribuindo assim para o fortalecimento dos vínculos familiares e a adaptação à nova realidade.

Nesse contexto, o papel do assistente social é fundamental. O profissional deve realizar o acompanhamento dos idosos e de suas famílias, garantindo o acesso aos direitos sociais e aos serviços de saúde. Cabe ao assistente social identificar possíveis violações de direitos e encaminhar os casos às redes de apoio, além de oferecer suporte e orientação aos familiares sobre os cuidados necessários. O trabalho do assistente social contribui para fortalecer os vínculos familiares, promover a informação e auxiliar na adaptação à nova realidade imposta pela doença. (Assistente Social).

Observa-se o desconhecimento sobre os direitos das pessoas com Alzheimer, incluindo o acesso a tratamentos, suporte especializado e benefícios assistenciais. A falta de informação clara e acessível pode gerar desinformação, dificultar o acesso aos serviços e comprometer a qualidade de vida dos pacientes e cuidadores. Isso reforça a necessidade de disseminar informações compreensíveis, promover conscientização e garantir que as pessoas afetadas possam exercer plenamente seus direitos. Isso se relaciona diretamente com o Código de Ética do assistente social, que prevê o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993, pág. 24)

Apesar dos avanços e das legislações já citadas neste tópico, bem como a importância do assistente social neste processo, a participante afirma que:

“Nem sempre contempla todos os pacientes com Alzheimer, uma vez que o perfil de atendimento do SAD não abrange todos os casos. Assim, ainda há um longo caminho para que as políticas públicas sejam plenamente efetivas no atendimento a essa população” (Assistente Social).

A percepção da profissional dialoga com Bravo (2004), que percebe que uma das principais necessidades dos serviços de saúde é assegurar a universalidade e a integralidade do atendimento, que são princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com a autora, o assistente social exerce uma função crucial para garantir que todos os indivíduos tenham acesso igualitário aos serviços de saúde, independentemente de sua situação econômica ou social, enfrentando os obstáculos que dificultam esse acesso.

3.2 Desafios e potencialidades na atuação profissional

Neste tópico, evidenciaremos dois pontos que foram destaque na fala da profissional: a atuação com as famílias e a intersetorialidade, ambas, no discusso, foram evidenciadas como pontos cruciais para o trabalho, mas de difícil efetivação e/ou permeado por desafios. Sobre a atuação com famílias, de acordo com Miotto (2010), a família “é um sujeito privilegiado de intervenção do Serviço Social desde os primórdios da profissão. No Brasil ele nasce vinculado aos movimentos de ação social numa proposta de dinamização da missão política de apostolado social junto as classes subalternas, particularmente junto a família operária” (p. 163). Este trabalho ganha maior qualificação técnica no período de consolidação da profissão, através da apropriação do marco conceitual do Serviço Social americano, particularmente do Método do Serviço Social de Caso. No contexto estudado, a profissional afirma:

O serviço social enxerga o trabalho com as famílias como algo de extrema importância, pois o estreitamento de laços possibilita uma atuação mais eficaz, permitindo identificar situações de vulnerabilidade e orientar sobre os direitos disponíveis. Essa aproximação também contribui para prevenir violações e fortalecer as redes de apoio. (Assistente Social entrevistada).

Atualmente, o desafio é entender como essa dinâmica familiar é determinada pela variedade de fatores que a afetam. Isso requer uma análise detalhada da relação entre a estrutura de proteção que as famílias oferecem e a estrutura necessária para atender às suas demandas em diferentes circunstâncias e momentos da vida. Quando se pensa no contexto de famílias que possuem parentes com Alzheimer, temos que:

As famílias, entretanto, relatam inúmeras dificuldades, entre as mais comuns estão as questões financeiras, principalmente relacionada a compra de medicamentos, já que muitos não são fornecidos pelo SUS e possuem alto custo. Além disso, há a carência de profissionais especializados na atenção básica e a dificuldade de aceitação da doença, o que pode gerar conflitos familiares sobre quem deve assumir os cuidados com o idoso. (Assistente Social entrevistada).

As mudanças sociais recentes, como a redução das taxas de natalidade e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, têm impactado diretamente a disponibilidade de familiares para cuidar de idosos dependentes. Assim, cresce o número de pessoas idosas sem apoio familiar suficiente, o que evidencia a urgência de políticas e programas específicos para atender suas necessidades.

Mesmo quando o idoso conta com familiares cuidadores, é fundamental oferecer uma rede de apoio, uma vez que a doença provoca grande desgaste físico, emocional e social, em função da desorientação e da dependência intensa que o paciente passa a apresentar. (Vizzachi et al., 2015)

Segundo Miotto (2010), é necessário reconhecer que as famílias apresentam demandas que extrapolam as suas possibilidades de repostas e essas se encontram também fora delas, a ação profissional não pode direcionar-se apenas as famílias enquanto sujeitos singulares. Isso implica no redimensionamento da intervenção profissional, a partir da perspectiva da integralidade das ações articuladas em diferentes níveis. Esses níveis seriam: proposição, articulação e avaliação de políticas sociais, organização e a articulação de serviços e atendimento a situações singulares.

A essa articulação nomeamos de intersectorialidade. De acordo com Pereira (2016), a intersectorialidade é entendida como um conceito polissêmico, não sendo uma “estratégica técnica, administrativa ou simplesmente gerencial. É um processo eminentemente político. Ela envolve interesses competitivos e jogo de poderes que, muitas vezes, se fortalecem cultivando castas intelectuais, corporações, linguagem hermética e auto-referenciamento de seus pares” (p. 17).

A autora afirma que a dificuldade de comunicação e a fragmentação das ações se acentua com a complexificação da sociedade através de aspectos que requerem uma forma de gestão transversal e competente, como o envelhecimento, transformação da família, problemas migratórios, ameaça ao meio ambiente etc. Para a resolução de diversos problemas o planejamento deve ser conjunto, traduzindo-se como a articulação entre saberes e práticas setoriais, na qual a intersectorialidade funciona como síntese de conhecimentos diversos para atuar sobre problemas concretos. Na realidade estudada, apresenta-se o seguinte contexto:

No entanto, o exercício profissional enfrenta diversos entraves. Entre os principais desafios a falta de compreensão da família sobre a doença, a busca tardia pelos serviços de saúde e a escassez de profissionais especializados, como geriatras, na rede pública. Essa ausência e dificuldade de comunicação com a rede compromete o acompanhamento adequado e limita as possibilidades de intervenção. (Assistente Social entrevistada).

A intersectorialidade passou a ser compreendida como uma nova forma de gestão, sendo uma integralidade de diferentes áreas de serviço em prol de políticas sociais para trabalhar em conjunto, abrangendo a educação, saúde, moradia, previdência, assistência, entre outros (Pereira, 2016) Percebe-se, pela fala da profissional e diante da bibliografia utilizada neste trabalho, que o assistente social precisa dialogar com vários setores ao mesmo tempo para viabilizar a cidadania dos sujeitos atendidos. A intersectorialidade, ao mesmo tempo vem como uma estratégia de rompimento da tradição fragmentada da política social, com isso vem as mudanças de conceitos culturais, valores com ações para uma melhor efetividade nos direitos.

Diante do contexto do SAD aracoíaba, a profissional afirma que o Serviço Social deve atuar de maneira efetiva para minimizar os impactos negativos e ampliar o acesso a direitos ao trabalhar de forma ética e comprometida, promovendo a inclusão dos idosos e de suas famílias nos serviços de saúde, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e intervindo em diferentes instâncias – inclusive sociojurídicas – para garantir o cumprimento dos direitos e prevenir situações de vulnerabilidade ou violação. Dessa forma, o assistente social desempenha um papel essencial na promoção da dignidade, do cuidado e da cidadania dos idosos com Alzheimer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ofereceu uma compreensão sobre a forma que o assistente social interage no atendimento ao idoso e no suporte às famílias, levando em conta a complexidade que permeia o processo de enfermidade, que é caracterizado pela gradual perda de memória, autonomia e pela necessidade de assistência constante.

A investigação evidenciou a importância do assistente social na compreensão das necessidades ligadas à saúde, destacando sua habilidade em facilitar o acesso a direitos, oferecendo acolhimento e ajudando na elaboração de estratégias de cuidados humanizados. As reflexões geradas durante o estudo reforçaram a urgência de expandir as áreas de atuação profissional e fortalecer as políticas públicas que assegurem suporte contínuo às famílias e aos idosos que se encontram em situação de dependência.

Recomenda-se que estudos futuros investiguem variados contextos institucionais e incentivem a comunicação com especialistas e cuidadores, com o objetivo de aprofundar o entendimento sobre as intervenções do serviço social no tratamento da doença de Alzheimer.

Pode-se afirmar que este estudo ajudou a destacar tanto os obstáculos quanto as oportunidades de atuação do assistente social no cuidado de idosos com Alzheimer, ressaltando o papel essencial desse profissional na promoção de direitos, no fortalecimento das redes de apoio e na luta por condições de vida adequadas para essas pessoas.

REFERÊNCIAS



ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de. A saúde e o dilema da intersectorialidade. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) — Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. 365 p. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2004.360878. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/360878>. Acesso em: 12 nov. 2025.

ANVISA – Resolução n.º 11, de 26 de janeiro de 2006. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2006/res0011_26_01_2006.html. Acesso em: 10 nov. 2025.

ARGIMON, Irani de Lima; TRENTINI, Clarissa Marcelli. A presença da doença de Alzheimer e suas repercussões na dinâmica familiar. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano, Passo Fundo, 98-105- jan/jun.2006.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERZINS, Marília Viana. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, p. 19 - 33, 2003.

BEZERRA, Any Karoliny Soares et al. O idoso portador de alzheimer e o cuidado familiar: contribuição das teorias de alcance de metas de Imogene King. Society and Development, v. 11, n. 3, e1611326083, 2022

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Agência de Notícias IBGE, 27 out. 2023. Disponível em: Censo 2022: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos | Agência de Notícias. Acessado em: 02 out. 2025

BRASIL. Lei 14.878, institui a Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14878.htm. Acesso em: 27 de maio de 2025.

BRASIL. Lei 8.080/90, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm .Acesso em 13 de out de 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm .Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm.

BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção domiciliar. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/dahu/atencao-domiciliar>. Acesso em: 10 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Direitos dos pacientes com Alzheimer. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www3.unicentro.br/profnit/wpcontent/uploads/sites/75/2020/12/001_Cartilha_03.11.pdf . Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes para o cuidado das pessoas idosas no SUS: proposta de modelo de cuidado. Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf . Acesso em: 15 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de Cuidados para a Pessoa Idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/guia_cuidados_pessoa_idosa.pdf . Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Melhor em Casa. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/melhor-em-casa>. Acesso em: 17 out. 2025.

BRASIL. Portaria nº 963, de 27 de maio de 2013. Institui a Política Nacional de Atenção Domiciliar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 maio 2013. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0963_27_05_2013.html . Acesso em: 3 maio 2025.

BRAVO, Maria Inês Souza. A Política de Saúde no Brasil: trajetória histórica. In: Capacitação para Conselheiros de Saúde – textos de apoio. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2001.

BRAVO, Maria Inês Souza. Questão da Saúde e Serviço Social: as práticas profissionais e as lutas no setor. Tese de Doutorado. Departamento de Serviço Social PUC/SP, 1991.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Reforma Sanitária e Projeto Ético Político do Serviço Social: Elementos para o Debate. In: Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

CAMPOS, Lucas de Almeida, et al. O cuidado familiar ao idoso com alzheimer e suas implicações. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 05- Nº 2/Jul-Dez 2018

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Código de Ética do/a Assistente Social (Lei 8.662/93). 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 2 set. 2025.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais. In: Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nº 62, 2000.

COSTA, Maria José Silva. A doença de alzheimer e os desafios do cuidado: possibilidades de interlocução com a atuação profissional do serviço social no judiciário. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, Niterói, 2022.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar em Revista, Curitiba, n. 24, p. 213–225, 2004. ISSN 0104-4060. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QPr8CLhy4XhdJsChj7YW7jh/?lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2025.

FLORES, Gisela Cataldi et al. A dádiva do cuidado: estudo qualitativo sobre o cuidado intergeracional com o idoso. Rio Grande do Sul: Cienc. Cuid. Saúde, 2011.

GUTIERREZ, Beatriz Aparecida Ozello. Impacto econômico da doença de Alzheimer no Brasil: é possível melhorar a assistência e reduzir custos? In: Ciência & Saúde Coletiva, v.19, n.11. Rio de Janeiro: 2014. p. 4479-4486.

IAMAMOTO, M. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília (DF): CEAD; UnB, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Lei 10.741. Estatuto do Idoso. Brasília, 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm> . Acesso em: 12 mai. 2025.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: SIPEQ, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. Metodologia do trabalho científico. 5 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2001. p. 43-44.

MENDES, C. F. M (2016). O cuidado na doença de Alzheimer: as representações sociais dos cuidadores familiares. Saúde e Sociedade, 25 (1), 121- 132.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995. (pg. 21 e 22).

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. Serviço Social em Revista, v. 12, n. 2, p. 163–176, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271071219_Familia_trabalho_com_familias_e_Servico_Social. Acesso em: 13 nov. 2025.

OLIVEIRA, T. I. (2020). Qualidade de vida de familiares/cuidadores de pessoas idosas com alzheimer: contribuição do grupo de apoio. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental, 12.7568, 828- 832.

PEREIRA, Potyara A. P. A intersetorialidade das políticas sociais numa perspectiva dialética. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/313391181/Texto-Potyara-intersectorialidade>. Acessado em: 26 nov. 2025

PORTARIA n.º 825, de 25 de abril de 2016. Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsm.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2016/prt0825_25_04_2016.html. Acesso em: 10 nov. 2025.

SANTANA, R. F; et al (2020). Telecuidado no acompanhamento pós-alta de idosos com demência e seus cuidadores: quase-experimental. Online Brazilian Journal of Nursing, p. 19.

SEKYNE, Cynthia Regina et al. Doença de alzheimer: uma demanda para o serviço social. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudentes, 2006, 80p.

SILVA, Maria Aldemira da. A doença de Alzheimer e o impacto na família. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Serviço Social – 7ª Região (CRESS RJ), 2016. (51 p.) Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2016/05/051.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2025.

SOUZA, Edna Francisca de. Apoio formal e informal à família do idoso dependente. 2014. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2304>. Acesso em: 14 out. 2025.

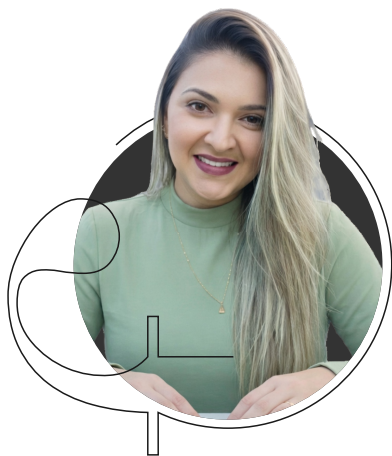
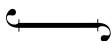
SOUZA, Rosimary Gonçalves de; MONNERAT, Giselle Lavinas. Intersetorialidade: velhos e novos desafios em um contexto de regressão da proteção social. In: Anais do XVII Encontro

Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00234.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

VIZZACHI, Barbara Alana et al. A dinâmica familiar diante da doença de Alzheimer em um de seus membros. São Paulo: Revista da Escola de Enfermagem, 2015.



ORGANIZADORAS

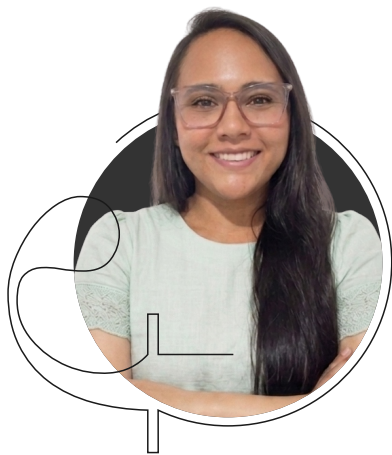


Ana Rochelly Silva Costa

LATTES:

<http://lattes.cnpq.br/4030208571880567>

Assistente social, mestra em serviço social, possui licenciatura em pedagogia. Docente do ensino superior e coordenadora do curso de Serviço Social no Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB). Atua também como presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA), com experiência em processos regulatórios do MEC e gestão acadêmica. Possui trajetória profissional vinculada à política de assistência social e desenvolve estudos nas áreas de educação, formação profissional e políticas públicas. Entre a gestão, a sala de aula e a pesquisa, constrói caminhos que reafirmam a educação como prática transformadora.



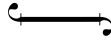
Dayane da Silva Moreira

LATTES:

<https://lattes.cnpq.br/4770406161608039>

Assistente Social, bacharela em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB); Licenciada em pedagogia-UNILAB. Pós Graduada em Gestão em Saúde Pública. Coordenadora do CRAS- Sede Redenção-CE, integrante do Coletivo de Mulheres Negras Lélia Gonzalez, presente! - Unilab, docente no curso de Serviço Social do Centro Universitário do Maciço de Baturité.

ORGANIZADORAS



Paula Raquel Barbosa Sousa

LATTES:

<http://lattes.cnpq.br/1338527062204773>

Assistente Social, graduada pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2009). Especialista em Gestão Pública (2013). Especialização em andamento de Fundamentos do Trabalho em Serviço Social pela Faculdade Iguacu. Servidora Pública do município de Eusebio-Ce. Atualmente está como Coordenadora do CRAS Sede (Eusébio-CE); É Perita Social pelo Tribunal de Justiça-CE desde 2021; Docente do Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB). Tem experiência nas seguintes áreas: Assistência Social, Saúde, Educação e Sociojurídico.



Viviane de Araújo Menezes

LATTES:

<http://lattes.cnpq.br/4102340926096080>

Assistente Social, graduada em Serviço Social e Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atua como Assistente Social do Hemoce e docente do curso de Serviço Social, no Centro Universitário do Maciço de Baturité (UniMB). É graduanda em Pedagogia e cursa especialização em Educação Infantil pela UECE. Possui interesse nas seguintes áreas de estudo: Educação, Formação Profissional, Educação Infantil e Políticas Sociais.



ISBN: 978-65-83825-08-7



9 786583 825087